Margarete Maria de Araújo Silva

Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras

Belo Horizonte

2013

Margarete Maria de Araújo Silva

Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras

Belo Horizonte

2013

Margarete Maria de Araújo Silva

Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Profª. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

S586a

Silva, Margarete Maria de Araújo.
Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras [manuscrito] / Margarete Maria de Araújo Silva. - 2013.
270f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Favelas - Urbanização. 2. Espaço urbano. 3. Arqueologia ambiental. 4. Bacias hidrográficas - Pesquisa - Minas Gerais. 5. Estratificação social. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 363.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

À ralé brasileira

À minha mãe

À minha filha

Á Norminha, em memória.

AGRADECIMENTOS

Sei que é praxe iniciar os agradecimentos, ao final de uma tese, pelo orientador. Sei também que alguns agradecimentos são, rigorosamente, em cumprimento a formalidades que tentam dissimular um desabafo do tipo: *não obstante meu orientador, eis aqui o resultado*. Não é o meu caso. Minha orientadora – extremamente rigorosa e, em igual medida, generosa – me conduziu até esse ponto no qual tenho a clareza de que o trabalho poderia estar melhor, mais claro, mais enxuto, mais palatável à leitura, mais direto e objetivo. Foi, no entanto, o melhor que pude fazer tendo despertado (é forçoso confessar) somente agora para a filosofia e para a economia política que me obrigaram a passar em revista todas as minhas (poucas, felizmente) convicções arraigadas ao longo do exercício profissional de três décadas. Obrigada, Silke, por partilhar comigo esses caminhos.

Professor Edézio, mais uma vez, muito obrigada pelo aprendizado que nos tem propiciado com tanta determinação e zelo profissionais. Maurício Libânio, obrigada pelas consultorias jurídico_sociológicas.

Heloísa Costa e Ricardo Moretti, devo a vocês as reflexões primeiras que me instigaram a essa tese.

Lúcia Serrano e Laís Grossi, obrigada por cuidarem tão bem do registro d'*O lugar das favelas em Belo Horizonte,* de mim e das minhas memórias. Laura e Virgilio, vocês são o grande legado que essa tese me propiciou. Flor, Cida e Vavá, obrigada por me ensinarem o caminho das águas.

Alícia e Rogério, Junia, Eduardo e Denise, obrigada pelo irrestrito apoio e cumplicidade nas reflexões que acompanharam essa tese. Danilo Botelho, obrigada pela leitura e revisão cuidadosas do texto e discussões sempre proveitosas. Dudu Beggiato, obrigada por assumir o papel de "advogado do diabo". Felipe Rodrigues, obrigada pelas pesquisas e mapas históricos.

Lauda Garcia e Luiz Carlos Cáo, obrigada por partilharem comigo suas valiosas experiências profissionais.

Olinda, Leonardo, Ró, Liana e Marly: que seria de mim sem vocês?

Às amizades construídas nas experiências de autogestão e aos amigos do Pastinho, mais que agradecer o já partilhado, reafirmo a disposição de reinventarmos caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Àqueles alunos que percorrendo comigo os caminhos das águas e das favelas, o fizeram com zelo e convicção, meu sincero agradecimento. Sete Ecos, é uma honra tê-los por parceiros.

Agradeço, por fim, aos queridos "de casa", seja por relações familiares ou de amizade, sempre próximos e solidários.

Perseu tinha um capacete que o tornava invisível, para perseguir os monstros. Nós, de nossa parte, nos embuçamos com nosso capuz mágico, tapando nossos olhos e nossos ouvidos, para poder negar as monstruosidades existentes.

Karl Marx, Londres, 25 de julho de 1867.

RESUMO

A atual crise socioambiental das cidades brasileiras inclui dois fatores historicamente negligenciados, que apenas recentemente ganharam alguma prioridade nas políticas públicas: as favelas e as águas urbanas. Esta tese discute a relação dialética entre tais fatores na economia política das cidades, tomando por contexto empírico a cidade de Belo Horizonte e, mais especificamente, a bacia hidrográfica do ribeirão Arrudas. O mapeamento da dinâmica das favelas nesse território evidencia sua relação com os cursos d'água: elas se instalam, a princípio, nos fundos de vales e, paulatinamente, se deslocam em direção às cabeceiras, sempre conduzidas pelas oportunidades de sobrevivência que o trânsito entre espaços urbanizados e não urbanizados oferece.

Partindo de uma matriz teórico crítica, o capítulo inicial discute o ideal de dominação da natureza característico da racionalidade tecnocientífica moderna, que tem acentuado cada vez mais a alienação dos homens entre si, em relação às suas atividades produtivas e em relação à natureza interna e externa. Analisam-se então algumas consequências dessa lógica na gestão das águas urbana em Belo Horizonte ao longo do século XX, abordando também suas omissões, isto é, espaços que até então não haviam sido diretamente afetados por essa gestão e que quase sempre coincidem com as favelas.

Os capítulos seguintes têm por objetivo compreender o desenvolvimento das favelas de Belo Horizonte a partir da crítica formulada por Marx e de seu corolário na economia política da urbanização. Sob a ótica da produção social do espaço urbano no capitalismo, analisam-se os processos de conformação das favelas e da cidade formal no território, e suas imbricações e interdependências. Busca-se compreender as contradições que primeiro criaram as favelas e agora engendram vultuosas obras públicas nas favelas, alardeadas como medidas de recuperação social e ambiental.

Finalmente, discutem-se políticas públicas em curso que, embora tenham metas distintas, vêm ambas atingindo as favelas de Belo Horizonte: os programas municipais *Vila Viva* e *Drenurbs*. Em contraposição a esses programas, propõe-se um processo de recuperação socioambiental urbana a partir de microunidades territoriais autônomas. Esse processo, designado pela expressão urbanização reversa, deixa entrever alguma possibilidade de reconciliação do homem com a natureza nas cidades, mesmo que elas ainda sejam parte de uma ordem social heterônoma.

ABSTRACT

The current environmental crisis of Brazilian cities includes two historically neglected factors, which recently are gaining priority in public policy: favelas and urban waters. This doctoral thesis discusses the dialectical relationship between these factors in the political economy of the cities, drawing on the empirical context of the city of Belo Horizonte and, more specifically, of the Arrudas River watershed. The mapping of the dynamics of favelas on that territory shows their relationship with the waterways: at first they settle in valley floors, and then gradually move toward the headwaters, always driven by the opportunities for survival that the transit between urbanized and non-urbanized areas offers.

From a critical theory framework, the first chapter discusses the ideal of domination of nature characteristic of modern instrumental rationality, which has increasingly stressed the alienation of men from each other, from their productive activities, and from inner and outer nature. It then analyzes some consequences of this logic for urban water management in Belo Horizonte over the twentieth century, also addressing its omissions, i. e., spaces that had not been affected by such management, and that usually coincide with favelas.

The following chapters aim to understand the development of favelas in Belo Horizonte, drawing from Marx's critique and its corollary in the political economy of urbanization. From the perspective of the social production of urban space under capitalism, this thesis analyzes the processes that had shaped favelas and the formal city on the territory, as well as their overlaps and interdependencies. It seeks to understand the contradictions that had first created favelas and now create colossal public works in them, advertised as measures of social and environmental recovery.

Finally, the last chapters discuss ongoing public policies that, despite having different aims, are both having an impact on Belo Horizonte's favelas: the municipal programs Vila Viva and Drenurbs. In opposition to these programs, this thesis proposes a processes of social and environmental recovery starting with autonomous territorial micro-units. This process, named reverse urbanization, affords a glimpse of reconciliation between men and nature in the cities, even if they are still part of a heteronomous social order.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Esquema das dimensões de gestão da água 32
Figura 02. Planta cadastral do arraial de Belo Horizonte 41
Figura 03. Planta cadastral do extinto arraial de Belo Horizonte antigo Curral del Rei comparada com a planta da nova capital no espaço abrangido por aquele arraial 42
Figura 04. Plantas de Belo Horizonte: Aarão Reis x Saturnino de Brito 43
Figura 05. *Planta Geral da Cidade de Minas organisada sobre Planta Geodesica Topographica e Cadastral do Bello Horisonte* 44
Figura 06. *Projecto da rede de triangulação traçada sobre a planta primitiva da Comissão D'Estudo* 98
Figura 07. *Como funciona o OP* 131

No Apêndice

Prancha 01. Principais favelas de Belo Horizonte, 1957 e As principais migrações das favelas ao redor de Belo Horizonte [adaptado de Teulières]

Prancha 02. Favelas de Belo Horizonte: Bacia do Arrudas 2007 + Favelas de Teulières.

Prancha 03. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1936. [Serviço de Estatística Geral / Secretaria da Agricultura – Gabinete Fotocartográfico do Estado Maior do Exército]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 04. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1942 [Administração Juscelino Kubitschek]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 05. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1953 [Administração Americo Renê Giannetti]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 06. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1989 [Aerodata S.A. – Engenharia de Aerolevantamentos]. Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas.

Prancha 07. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1989 [Aerodata S.A. – Engenharia de Aerolevantamentos]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 08. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 2008 [ESTEIO – Engenharia de Aerolevantamentos S.A.]. Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas.

Prancha 09. Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 2008 [ESTEIO – Engenharia de Aerolevantamentos S.A]. Abrangência: Área delimitada para a Nova Capital.

Prancha 10. O lugar das favelas na bacia do ribeirão Arrudas.

Prancha 11. Cronologia de políticas públicas e favelas em Belo Horizonte.

Prancha 12. Imagens do Aglomerado da Serra em três tempos.

Prancha 13. Imagens do Aglomerado da Serra em três tempos.

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

AHI – Associação Habitacional de Ipatinga

ASCA – Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte

AVSI – *Associazione Volontari per il Servizio Internazionale*

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BH – Belo Horizonte

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CHISBEL – Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

CMH – Conselho Municipal de Habitação

COMAG – Companhia Mineira de Água e Esgotos

COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente

COMFORÇA – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento

COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana Contábeis de Minas Gerais

COMUSA – Conselho Municipal de Saneamento

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

DBP – Departamento de Bairros Populares

DEMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgoto

DHP – Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares

DRENURBS – Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento de Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FERROBEL – Ferro de Belo Horizonte S.A.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNHP – Fundo Municipal de Habitação Popular

GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

HBB – Programa Habitar Brasil – BID

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEAD – Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e de Planejamento

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

LPOUS – Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo

MOM – Morar de Outras Maneiras (grupo de pesquisa)

MST – Movimento dos Sem Terra

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

OPH – Orçamento Participativo da Habitação

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PADI – Processo Administrativo de Instrução

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PCS – Programa de Crédito Solidário

PEAR – Programa Estrutural em Áreas de Risco

PGE – Planos Globais Específicos

PIU-RMBH – Programa de Integração Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PMBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

PMI – Prefeitura Municipal de Ipatinga

PMS – Plano Municipal de Saneamento

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PREZEIS – Planos de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

PROAS – Programa de assentamento de famílias removidas em função de risco, calamidades ou obras públicas

PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades

PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas

PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental das Bacias do Arrudas e do Onça

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas

SAJ PUC – Serviço de Assistência Judiciária da PUC (SAJ-PUC)

SE-4 – Setor Especial – 4

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SEPLAN-MG – Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais

SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção

SMAHAB – Secretaria Municipal Adjunta de Habitação Sociais

SUDECAP – Superintendência do Desenvolvimento da Capital

UMEI – Unidades Municipal de Educação Infantil

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

UTP – União dos Trabalhadores de Periferia

ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

Introdução 3

1. Dominação da natureza 16

1.1 A natureza como objeto e meio do trabalho humano 17
1.2 O mundo administrado 20
1.3 As cidades e suas águas 27
1.4 Belo Horizonte e suas águas 38

2. Economia Política da Urbanização 54

2.1 Renda Fundiária Urbana 55
Marx e a Acumulação Primitiva 59
Das terras agrícolas às terras urbanas 61
2.2 O mercado de terras e o provimento da demanda habitacional urbana 66

3. O Lugar das Favelas nas Cidades Capitalistas 71

3.1 Formação ou expansão das favelas nas cidades capitalistas brasileiras 74
3.2 Condições de acesso à favela 81
3.3 Dinâmica das favelas: mobilidade residencial e mobilidade social 84
3.4 O Lugar das Favelas em Belo Horizonte 88
3.5 Cronologia de políticas públicas e favelas em Belo Horizonte 99

4. Autoprodução e produção heterônoma do espaço 102

Ressalva de ordem terminológica 106
4.1 Cidade formal, favelas espontâneas e favelas urbanizadas [três categorias] 109
4.2 O espaço produzido pela ralé 112
4.3 A transição da favela para o mundo administrado 126
Planos e projetos 129
Execução das obras 139
Inclusão produtiva e formação profissional ou crise de reprodução capitalista? 142
O processo de remoção das famílias 146
Remoções e demolições 151
As indenizações dos removidos e a promessa da regularização fundiária. 154
4.4 O espaço produzido para a ralé 163

5. Urbanização Reversa 182

5.1 Prestadores de Serviços Ambientais 196
5.2 Participação, autogestão e autonomia 201
Experiências autogestionárias em Minas Gerais: recorte 210
Atuar dentro ou fora do Estado? 223

Conclusões **226**

Referências Bibliográficas **230**

Apêndice **243**

INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte, parcela significativa[1] da população vive em favelas e loteamentos precários, centrais ou periféricos, baixios de viadutos, edificações inacabadas ou abandonadas. Áreas que, de algum modo, não foram encampadas pelo mercado imobiliário formal se oferecem a estas populações, cujas ações individuais ou coletivas de suporte à vida cotidiana tendem a potencializar a fragilidade ambiental ou precariedade urbana que as desqualificaram para o mercado urbano de terras.

Não obstante a omissão do Estado nos processos de produção social destes assentamentos, o *ambiente tecnogênico* desses *territórios* autoproduzidos será significativamente alterado se, e quando, a ação reguladora do poder público os alcançar[2]. É o que se observa nos territórios afetados pelas intervenções de dois programas municipais – o *Programa Vila Viva* e o *Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento de Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte – Drenurbs* – que, perseguindo metas distintas, vêm igualmente atingindo vilas e favelas de Belo Horizonte[3].

---

[1]Dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), de 2007, atestam a concentração de 21% da população em favelas e vilas (classificadas como ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social), ocupando área correspondente a 5% da área total do município (CALDAS *et al*, 2008, p.281).

[2] Ambiente Tecnogênico é compreendido como aquele resultante das sucessivas interações antrópicas com o ambiente geológico original, segundo propõe a abordagem da Geologia Urbana (CARVALHO, 2001); e adotei a acepção proposta por Marcelo Lopes de Souza (1995, p.78) que entende o território como "um espaço definido por e a partir de relações de poder".

[3] O *Vila Viva* é um programa de melhorias urbanas em vilas e favelas de Belo Horizonte que já disponham de um Plano Global Específico – PGE – instrumento de planejamento e de regularização fundiária em assentamentos informais que define as intervenções urbanísticas em cada área; após concluído o PGE, são contratados os projetos executivos que orientarão as obras de execução; as primeiras obras tiveram início em 2005, no Aglomerado da Serra (Urbel, 2011a). O *Programa de Saneamento Ambiental do Município de Belo Horizonte – Drenurbs*, iniciado pela Prefeitura Municipal em 2001, destina-se ao tratamento de fundos de vales de córregos em leito natural com soluções alternativas à canalização. Foi planejado para implantação em etapas, ao longo de 15 anos, envolvendo obras de drenagem e saneamento integradas à implantação de áreas verdes de uso social e reassentamento de ocupações informais existentes nas áreas eleitas para intervenção.

O *Vila Viva* constitui-se, segundo discurso oficial da administração, no "maior programa de urbanização do Brasil" transformando "vilas e aglomerados em bairros que valorizam a qualidade de vida dos moradores" (BELO HORIZONTE. URBEL, 2011); o contraponto desse discurso, no entanto, classifica-o como um "programa de desfavelização forçada" orientado não por "nobres valores dos gestores públicos, preocupados com a qualidade de vida das pessoas que se aglomeram nas favelas [mas] pelos interesses do capital imobiliário" (BH – Programa Vila Viva ou Vila Morta, 2008, *online*).

O *Drenurbs* objetiva "a melhoria da qualidade de vida da população da cidade e a valorização do meio ambiente urbano", mediante a despoluição dos cursos d'água ainda em leito natural, melhoria da coleta de resíduos sólidos, redução dos riscos de inundação e controle da produção de sedimentos e processos de assoreamento de regiões de fundos de vale. O Programa assume, pragmaticamente, a intenção de "reverter essa tendência histórica de se canalizar os cursos d'água naturais [...] erigir e consolidar uma nova concepção de intervenção para as águas circulantes no meio urbano" (Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, s.d., s.n.). Essa nova concepção não considera, como veremos, a hipótese de manutenção dos córregos revitalizados na vida cotidiana da cidade que, como propõe Henri Lefebvre, "é o que subsiste quando se subtrai do vivido todas as atividades especializadas" (Debord, 1961) [4]. As populações assentadas na área de influência do projeto são removidas e as áreas subtraídas à vida cotidiana para integrarem, agora como parques, espaços "especializados" da cidade.

Melhoria da qualidade de vida da população e transformação radical de favelas (além do significativo aporte de recursos públicos para sua consecução[5]) são aspectos recorrentes desses dois programas e orientaram a presente investigação, basicamente, sob duas vertentes.

---

[4] Guy Debord faz a referência a Lefebvre, em exposição apresentada em 17 de maio de 1961, em fita magnética, ao Grupo de Investigações sobre a vida quotidiana, reunido por H. Lefebvre no *Centre d'études sociologiques del C.N.R.S* (Debord, 1961).

[5] Segundo dados da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH (URBEL, 2011), para o *Vila Viva*, o montante de recursos é de R$1,15 bilhões – obtido junto ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal e por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal – destinados a obras nos "aglomerados da Serra, Morro das Pedras e Santa Lúcia; das vilas Califórnia, São José, Pedreira Prado Lopes, Taquaril, São Tomás, Aeroporto, Cemig, Alto das Antenas; além dos moradores do entorno da avenida Belém e do córrego Santa Terezinha, e do Complexo Várzea da Palma"; O orçamento do Drenurbs para a primeira etapa do Programa é de US$ 77.500.000.00 (setenta e sete milhões e quinhentos mil dólares americanos), sendo 60% de recursos provenientes do agente

A primeira vertente: compreender a funcionalidade das favelas na economia política das cidades e a estrutura social que primeiro cria a favela como um subproduto, e depois cria a intervenção na favela como forma de promoção de sua suposta inclusão na cidade formal. Essa suposta inclusão ignora o fato de que a favela nunca esteve fora da produção capitalista do espaço, que não existiria sem ela.

As favelas não serão aqui consideradas como um modo de vida singular, tampouco como enclaves ou degenerescências do *organismo* urbano, à parte dele, podendo-se mesmo considerar que foi sempre seu *não-idêntico:*

> Em termos da relação idêntico e não-idêntico, considera-se [...] que, de fato, ambos não existem por si mesmos, mas através da mútua relação. Um participa do outro, um não é mais verdadeiro que outro, mas o índice de sua verdade ou falsidade estabeler-se-á na relação de ambos. O não-idêntico não é uma afronta ao mesmo, ao idêntico, ele é contingência trazida à presença deste e vice-versa. Nenhum pode tentar uma hierarquização, uma posição absoluta, sob pena de impedir a relação dialética. (Tiburi, 1995, p.82)

A história de Belo Horizonte, planejada e construída para sediar a capital do Estado de Minas, em fins do século XIX, bem demonstra essa condição: as primeiras favelas surgiram junto com a nova capital, sobretudo para abrigo da força de trabalho que iria construí-la já que, mesmo intrínseca ao seu processo de produção, não tinha espaço previsto para seu assentamento no plano do engenheiro responsável pelo projeto e primeiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas, Aarão Reis. Esse é um dos aspectos destacados por Berenice Martins Guimarães, referência sempre recorrente quando o assunto são as favelas de Belo Horizonte:

> A ausência de um lugar definido no projeto de Aarão Reis [...] cedo provoca a emergência do problema de moradia. O fenômeno da favela surge concomitantemente ao da construção da cidade, cujo desenvolvimento, ao contrário do que foi planejado, vai se dar da periferia para o centro, gerando vazios urbanos e trazendo problemas à administração pública. (Guimarães, 1991, p.II)

A outra vertente norteadora da investigação é orientada pelas águas da cidade, com especial atenção às microbacias constituídas pelas pequenas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos presentes no município, em direção às quais foram se deslocando as favelas, por força

---

financeiro BID e 40% de contrapartida do Município, para obras nas bacias hidrográficas dos córregos 1º de Maio, Nossa Senhora da Piedade, Baleares, Engenho Nogueira e Bonsucesso. (PBH. PROGRAMAS E PROJETOS, 2011).

da valorização de terras no mercado capitalista urbano. Essa abordagem está alinhada com a proposição apresentada pelo pesquisador Ricardo Moretti em artigo intitulado *Terrenos de fundo de vale – conflitos e propostas* (2001). Embora possa ser considerada usual a adoção da bacia hidrográfica como unidade mínima de planejamento, a aplicação do conceito é pouco perceptível em intervenções urbanas, exceto quando estritamente relacionadas à engenharia hidráulica (obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário etc.). Ainda assim, podemos observar ações que contrariam esse conceito, como intervenções de combate a enchentes realizadas no local onde se manifesta a ineficiência do sistema, ou seja, nos fundos de vale, e não nas áreas contribuintes à montante.

A dinâmica das favelas em Belo Horizonte – surgimento, remoção, deslocamento ou permanência e expansão – compõe um quadro bastante ilustrativo do poder de ação do Estado e dos agentes capitalistas na determinação das áreas de interesse, num dado momento histórico, ao *segmento capitalista* da produção de moradias e, em consequência, daquelas apropriadas pelo *segmento não-capitalista*[6]. Os mapas apresentados no Apêndice pretendem ilustrar essa dinâmica.

Não será, no entanto, a visão dicotômica cidade/favela que conduzirá essa investigação. Sem ignorá-la – ou, na vertente oposta, exacerbá-la, buscar-se-á desvelar o papel das favelas na produção social das cidades capitalistas, compreender sua gênese e reprodução e, sobretudo, a funcionalidade dos atuais processos de intervenção do Estado para transformar favelas em bairros e favelados em cidadãos. Antecipo aqui parte das conclusões a que chegou Berenice Martins Guimarães (1991) acerca do papel do Estado como mediador da questão, entre 1897 e 1945, período estudado em *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*:

> As invasões representavam uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores que atendia em alguns momentos, aos interesses do poder público. Estabelece-se, assim, uma dinâmica entre poder público e trabalhadores em torno da ocupação do espaço onde se mesclam imposição, negociação e paternalismo, reflexo de um processo mais amplo que era a emergência e formação da classe trabalhadora urbana e a definição de seu lugar na sociedade. (Guimarães, 1991, p.288)

[6] "Segmento capitalista" e "segmento não-capitalista" – no qual poderíamos enquadrar as favelas – são designações utilizadas por Luiz César de Queiroz Ribeiro (1997) para distinguir as formas de produção de moradias.

Como se formaram as favelas (e por quê), como se transformaram e, mais especialmente, por quê e como vêm sendo transformados seus territórios, em Belo Horizonte, são questões que nortearam esse trabalho mais do que simplesmente como fatos consumados, mas como tendência, como possibilidade de transformação da sociedade urbana ou do urbano tal como definido por Lefebvre (1999 [1970]) [7]:

> [...] não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível. (Lefebvre, 1999 [1970], p.28)

Como bem esclarece Roberto Luis de Melo Monte-Mór (2006), é o urbano derivado da "prática coletiva centrada no valor de uso e no cotidiano" que, contraposta à lógica da acumulação típica do capitalismo, dá lugar à lógica da reprodução coletiva, nascida do espaço vivenciado de forma reflexiva e não alienada.

Paralelamente, busquei identificar, em trabalhos nos quais me envolvi nas últimas três décadas, os obstáculos que se antepuseram à sua realização conforme idealizados. Frequentemente interpretados como contingenciais, interessa-me desvelar as razões estruturais subjacentes aos obstáculos, à luz das abordagens de Marx, Lefebvre e outros estudiosos contemporâneos da economia política e da produção social do espaço nas cidades capitalistas, além de apoiar-me na análise da estrutura de classes sociais no Brasil adotada por Jessé Souza e José Alcides de Figueiredo Santos, em *A Ralé Brasileira* (Souza, 2009). Distintamente da representação neoliberal de sociedade democrática, na qual o acesso à educação, saúde, justiça, trabalho ou habitação estaria franqueado a todo cidadão, os autores buscam explicitar as consequências "sistemáticas e relevantes" da divisão social na vida dos indivíduos e na dinâmica das instituições. De um lado, as classes "destituídas" do acesso e do controle sobre os recursos geradores de valor e, de outro, as classes privilegiadas que não apenas exercem esse controle como, historicamente, "alocam a maior parte do valor produzido para si" (Santos, 2009, p.464). Essa abordagem dá visibilidade ao que a ideologia neoliberal dissimula: um conjunto de posições de classe destituídas que totaliza mais de 40% dos indivíduos no Brasil, constituído por

[7] Para Lefebvre, sociedade urbana é aquela que nasce da industrialização, ou seja, das relações sociais e relações de produção à qual é solidária. (1999 [1970], p. 17)

trabalhadores elementares, empregados domésticos, autônomos precários, produtores agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e trabalhadores excedentes[8]. Além dos trabalhadores assalariados de baixa remuneração, compõe o conjunto das classes destituídas os trabalhadores arregimentados e remunerados informalmente, como em serviços por empreitada, por produção ou comissionados (Santos, 2009, p.466). O designativo *ralé* foi adotado provocativamente pelo autor "na tentativa de dar visibilidade ao que não queremos ver", ou seja, 40% da sociedade brasileira "nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre (in)visível, entre nós, e percebida apenas como 'um conjunto de indivíduos', carentes ou perigosos" (Souza, 2009, p.25). Com esse mesmo intuito, adotei por vezes o mesmo designativo, sobretudo para destacar que os espaços da ralé – as favelas e outros assentamentos precários – são a materialização da estrutura de classes brasileiras.

A tese está estruturada a partir da associação dos dois temas norteadores do urbano possível idealizado – as favelas e os cursos d'água urbanos – sob a ótica do tratamento a eles dispensado, sobretudo pela condição compartilhada, primeiro, como protagonistas dos processos de degradação social e ambiental do urbano e, mais recentemente, como alvo de políticas públicas anunciadas como inclusivas e reabilitadoras.

A constância com que tenho me deparado com esses dois temas – quase sempre estreitamente relacionados – conduziu-me à hipótese de que o processo de reabilitação social e ambiental urbana deve iniciar-se pelas pequenas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos e pelas favelas que as abrigam, devendo-se, portanto, priorizá-las na destinação de recursos públicos. Nessas áreas, os córregos nascem limpos e, embora em seu percurso se apresentem degradados pelo aporte cotidiano de esgoto, lixo ou sedimentos – mais ou menos como no restante da cidade – não raro ainda se encontram em leito natural.

---

[8] Compõem as posições de classes destituídas, segundo dados coletados por José Alcides de Figueiredo Santos, em 2006: o "trabalhador elementar" (9,39%) exerce atividades produtivas predominantemente braçais com pouca ou nenhuma exigência de "habilidades comportamentais e cognitivas mais valorizadas"; o "empregado doméstico" (6,77%) emprega "suas habilidades básicas de cuidado do lar para prover a reprodução social de famílias de estratos mais vantajosos"; o "autônomo precário" (7,55%) trabalha por conta própria, mas não dispõe de recursos de capital, qualificação, estabelecimento próprio para o exercício da atividade, atuando "nos interstícios dos mercados de produtos e serviços"; o "produtor agrícola precário" (1,47%) caracterizado pelo "acesso precário à terra ou ao mercado de produtos agrícolas"; o "trabalhador de subsistência" (4,03%), sem nenhuma renda e "altamente desconectado do sistema econômico agrícola"; por fim, o "trabalhador excedente" (11,12%), totalizando 40,33% (Santos, 2009, p.466-469).

Swyngedouw (2001, p.86-87), apoiado em Marx e Lefebvre, propõe o emprego do termo "socionatureza" para sintetizar a ideia de indissociabilidade de sociedade e natureza:

> Não há nada "puramente" social ou natural na cidade, e ainda menos anti-social ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas; essa "coisa" híbrida socionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos.

Se pensarmos a cidade como essa socionatureza e a ela aplicarmos os princípios reguladores dos processos naturais, é de montante para jusante que devemos recuperá-la e consolidar seu território. Assegurar-se-ia, assim, a integridade, independência e interdependência dos microssistemas integrantes do sistema *socionatural* urbano, tomados como microbacias hidrográficas. Sendo assim tão óbvia, por que não é a opção prevalecente nas administrações públicas? No rastro dessa pergunta é que encontraremos a cidade e suas contradições, tensões e conflitos.

Entendendo a cidade como um grande sistema, o princípio da *entropia* orientar-nos-ia a buscar equalizar, em seu próprio interior, as energias de cada microssistema constituinte[9]. Essa postura pode conduzir-nos à compreensão – imprescindível – da interação entre pessoas, objetos e uma *segunda natureza* derivada de interações anteriores, aquela denominada por Cícero de *alteram naturam*: uma segunda natureza já provida de modificações pelos seres humanos.[10] Trata-se, como propõe Clóvis Cavalcanti (1994, p.93) de privilegiar a *parcimônia termodinâmica* no combate às desigualdades socioambientais, conhecendo os limites da capacidade de sustentação de cada território e aí acomodando os impactos decorrentes da interação homem-natureza.[11]

---

[9] Entropia designa "grau de caos ou perturbação num sistema. Em termodinâmica se relaciona com a parte da energia contida num sistema que pode ser convertida em trabalho utilizável" (Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais, 2001, p.190).

[10] Cicero. *De natura deorum II*, parágrafos 151-152.

Disponível em: http://www.thelatinlibrary.com/cicero/nd2.shtml

[11] O princípio ou lei da parcimônia foi desenvolvido pelo filósofo inglês Guilherme de Occam, no século XIV, sendo também conhecido como *Navalha de Occam*, é o "princípio segundo o qual, nas avaliações científicas, dentre teorias alternativas, deve ser usada a teoria mais simples coerente com os fatos" (Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais, 2001, p.365). Clóvis Cavalcanti utiliza-se desse conceito para contraposição

A intenção é identificar os obstáculos que se interpõem à adoção desses princípios na resolução das graves questões urbanas. Mas, se contornados, em que moldes se dariam tais intervenções? Seguramente, não seriam aos moldes das atuais intervenções realizadas pelos poderes públicos nas favelas de Belo Horizonte que, sob o argumento da melhoria da qualidade de vida, da erradicação do risco ou da preservação ambiental, "fazem sucumbir estruturas sociais e espaciais produzidas pela população" (Kapp, 2009, p.529). Não seria pela eliminação do diferente, com a erradicação de toda forma de ocupação julgada inadequada aos padrões e representações dominantes do bem morar, bem circular, bem divertir-se e trabalhar, pois que essas têm-nos conduzido por um modelo de desenvolvimento "ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo", como sintetiza Guimarães (2001, p. 42).

Por que transformar as favelas à imagem e semelhança da cidade legal?[12]

Quais as implicações sociais e ambientais dessa transformação?

Embora os efeitos das ações empreendidas pelos dois programas já referidos estejam aparentemente circunscritos às favelas ou aos córregos afetados, sob a ótica socioambiental as condições de equilíbrio desses microssistemas, todo o sistema urbano é afetado. É como parte desse organismo urbano, sobretudo sob a ótica de localização e espacialização das favelas na cidade, que proponho discutir – como hipótese teórica – a possibilidade de transformação social e ambiental do urbano a partir da transformação das nossas favelas e do tratamento dispensado às pequenas cabeceiras de drenagem dos nossos córregos.

Para isso, a tese foi estruturada pela associação dos dois temas – favelas e córregos em leito natural, tendo por substrato a cidade de Belo Horizonte. Segundo dados do *Drenurbs*, em números aproximados, são 700 km de cursos d'água cruzando o município: 300 km estão em áreas ambientalmente protegidas – parques e áreas de captação para abastecimento; dos 400 km inseridos na malha urbana, metade dos cursos d'água encontra-se canalizada e metade em leito natural. (Aroeira, 2010, p.224)

---

de dois paradigmas quanto à atitude que o homem estabelece com a natureza: os índios da Amazônia e os estadunidenses (Cavalcanti, 1994, p.93).

[12] Utilizarei as expressões "cidade legal" ou "cidade formal" em oposição à ilegalidade jurídica relativa à propriedade da terra e à informalidade frente aos códigos urbanísticos que caracterizam as favelas.

A bacia de um rio é constituída por diversos pequenos cursos d'água que definem, por sua vez, inúmeras microbacias hidrográficas. Ainda que parte do curso principal de uma bacia ou alguns de seus afluentes tenham sido canalizados, é comum encontrar, nas porções mais altas das bacias, esses pequenos cursos d'água em leito natural. Sempre que os encontrei em Belo Horizonte, fora de parques ou de áreas de captação, estavam ocupados por favelas. Essa constatação pode ser ilustrada pelo mapeamento do movimento das favelas e a posição atual que ocupam no município, nas sub-bacia hidrográficas nas quais estão inseridas (ver Apêndice, prancha 10).

Na bacia do ribeirão do Onça, na porção norte do município, localizam-se as favelas mais recentes comparativamente às que se desenvolveram diretamente associadas à implantação da cidade de Belo Horizonte, na bacia do ribeirão Arrudas.

Na bacia do ribeirão Arrudas, encontramos as mais antigas (ou as porções dessas que sobreviveram ao movimento contínuo de incorporação de seus territórios ao segmento capitalista do mercado de terras) e também as mais populosas. Como a abordagem proposta está radicalmente atrelada à percepção do território sob a ótica de unidades hidrográficas, a bacia do ribeirão Arrudas foi adotada – em sua integridade – para fundamentar os argumentos da tese.

Considerei esse universo – não se configurando como estudos de casos – suficiente às discussões propostas. Esclarecendo: não se trata de um recorte no município que exclui a porção norte e as favelas ali localizadas. Elegeu-se a bacia do ribeirão Arrudas e, nela, alguns subsistemas considerados em sua integridade hidrográfica para ilustrar o todo, reforçando a hipótese de que é preciso tomar o território assim delimitado como unidade mínima de planejamento e gestão e, especialmente de ação.

No capítulo 1 – *A dominação da natureza* – busca-se compreender as origens do afastamento físico e simbólico entre as cidades e seus atributos naturais e a condição de progressiva alienação do homem urbano e a natureza. Sem pretender um retrospecto exaustivo das relações entre o homem e a natureza ao longo da história, fundamento minha abordagem na acepção de natureza em Marx, primeiro dos modernos a explicitar o caráter historicamente determinado desse intercambio. Recorro também à Dialética do Esclarecimento (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944]), porque ela elege como conduto da análise o processo de "desencantamento do mundo" pelo qual os homens se libertariam do poder mítico da natureza, dissolvendo os mitos e substituindo a imaginação pelo saber apreendido à própria natureza.

Na acepção de Marx, a natureza é a substância – tanto quanto o homem – do trabalho e ambos – natureza e homem – são transformados por ele:

> O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (Marx, 2008 [1867], p.211).

A natureza é vista por Marx como uma extensão do corpo do trabalhador. Nesse processo de interação, ambos se alteram. Como meio e objeto de trabalho estará submetida ao mesmo processo de deterioração sofrido pelo trabalhador, sob as determinações econômicas capitalistas. Essa reflexão está presente na investigação conduzida por Rodrigo Duarte (1995 [1985]) em *Marx e a natureza em O Capital* e auxiliará na elucidação do processo no qual o homem se aliena da natureza.

Na *Dialética do Esclarecimento*, vemos como o movimento de desmitologização das forças da natureza deu lugar à mitologização da ciência positiva e ao ideal do "mundo administrado" que transparece tanto na configuração urbanística da cidade planejada, em fins do século XIX, quanto nos programas de urbanização das favelas. Frequentemente classificadas como caóticas, as favelas precisariam de um tratamento ordenador daquele caos que as distingue da cidade formal. Tal tratamento buscará eliminar o incomensurável, dissolvendo a identidade do que não é igual, mediante prescrições técnicas que anulam a especificidade da coisa, reduzindo-a ao denominador comum da urbanização contemporânea. Evidentemente, a natureza em questão em ambos os casos – na criação da Nova Capital de Minas e nas intervenções em favelas – não é uma primeira natureza supostamente intacta, mas uma segunda natureza já provida de modificações pelos seres humanos.

Associarei a essas duas abordagens a indispensável leitura de Lefebvre (1999 [1970]) da interação sociedade-natureza sob a ótica da produção social do espaço nas cidades capitalistas, abrindo a discussão para os dois itens que integram o capítulo: "A cidade e suas águas" – sobre as relações contemporâneas do homem urbano e os cursos d'água sobre os quais se instalaram as cidades – e "Belo Horizonte e suas águas", que particulariza essa relação na conformação do ambiente tecnogênico atual.

O pensamento de Marx será também essencial ao aprofundamento do tema central do capítulo 2 – *Economia Política da Urbanização* –, estabelecendo as bases da acumulação capitalista e fundamentando as abordagens contemporâneas sobre a economia política das cidades capitalistas. Foram inúmeros os estudos consultados, desde os considerados pioneiros na transposição do pensamento de Marx para as cidades contemporâneas – como Lefebvre (2001 [1975]), Lojkine (1971, 1997) e Topalov (1984) – aos pesquisadores que me forneceram elementos mais ajustados ao contexto investigado, sobretudo Luiz César de Queiroz Ribeiro (1997) e Pedro Abramo (2009).

No capítulo 3 – *O lugar das favelas nas cidades capitalistas* – são abordadas as condições gerais de formação e expansão das favelas nas cidades brasileiras, adotando-se como marco temporal a transição da base da economia brasileira do rural para o urbano, que Francisco de Oliveira situa nos anos 1930 ([1972], 2003). O contexto histórico é o pretenso dualismo entre o moderno florescente e o arcaico, desmontado dialeticamente pelo autor pela demonstração da unidade necessária que, de fato, constituíam. A sobrevivência ou o renascimento de práticas consideradas arcaicas, características do ambiente rural, no moderno urbano é, na verdade, pressuposto da acumulação industrial que, dentre outros efeitos, compele o trabalhador à produção de sua própria moradia, sobretudo em favelas e outros assentamentos precários. Também na abordagem de Nabil Bonduki (1994), os anos 1930 representam um marco, "o grande ponto de inflexão na forma como o Estado passou a tratar a questão social como um todo e [...] em que a habitação passou a ser pensada como um problema do governo" (Bonduki, 1994, p.14).

Para compreensão do processo de formação das favelas em Belo Horizonte, enfocaremos o contexto nacional e as particularidades decorrentes da construção da cidade para sede da capital do Estado de Minas, a partir de 1894. Ilustra-se nesse capítulo os sucessivos movimentos espaciais das favelas – surgimento, remoção, deslocamento, permanência e expansão – como reflexo das disputas travadas entre os agentes capitalistas no mercado de terras de Belo Horizonte. Áreas relegadas nessa disputa, mas hoje valorizadas no mercado de terras urbanas, constituíram-se em territórios para a fixação de de núcleos favelados. No entanto, sob a ação do Estado, parcelas de seus territórios vêm sendo subtraídas, especialmente pela implantação de vias veiculares, pela decretação de áreas de preservação ambiental e pela substituição de parte do estoque de moradias autoproduzidas por edificações multifamiliares verticais para o reassentamento habitacional ou "predinhos", como denominados pelos moradores.

Se a permanência desses núcleos em áreas centrais valorizadas foi assegurada, inúmeras vezes, pela resposta dos movimentos sociais às tentativas de diversas administrações públicas de erradicá-los, as ações de resistência aos programas públicos são hoje praticamente invisíveis à população da cidade. Para além do público diretamente afetado, a resistência encontra alguma repercussão e visibilidade apenas na mídia independente ou pela ação do Ministério Público ou da Defensoria Pública, na denúncia de direitos individuais lesados, danos morais coletivos, impactos socioambientais, psicossociais e econômicos não mitigados pelo Poder Público.[13]

Ribeiro (1997) observa a existência de dois segmentos no mercado de produção de moradias – o *capitalista* e o *não-capitalista*; Abramo (2009) faz seu recorte no mercado imobiliário, classificando-o como "formal" ou "informal", segundo as lógicas de acesso ao solo. Enquadradas as favelas no segmento não-capitalista e no mercado informal do solo, buscou-se compreender, no capítulo 4, a lógica estruturante dos espaços nas favelas antes e depois da ação do poder público. Como bem explicitado por Kapp (2009a)[14], "todo modo de produção e reprodução social estrutura o espaço de uma determinada maneira e de acordo com sua própria lógica". Trata-se, portanto, de investigar como a lógica capitalista altera a lógica de espaços produzidos de forma marginal a ela. O capítulo, intitulado *Autoprodução e produção heterônoma do espaço*, é conduzido pela análise das relações estabelecidas nesses espaços entre os elementos que encerram, segundo Marx, "todos os mistérios do processo social de produção" capitalista – a terra, o trabalho e o capital (Marx, [1894] 1974, p.935).

Nesses estudos, buscou-se identificar as transformações operadas nos territórios afetados, sob dois enfoques substanciais para o *urbano possível*: seu potencial emancipatório para a sociedade urbana em seu conjunto e seu potencial conciliatório entre a cidade e suas águas.

Contrapondo-se o ambiente tecnogênico anterior às intervenções ao ambiente delas decorrente, buscou-se compreender as transformações na vida cotidiana da cidade, sob a ótica da economia política e da produção social do espaço. Se os ambientes assim configurados não se adéquam, como resgatá-los ao urbano possível?

---

[13] Sobre os movimentos sociais, ver: *Lutas urbanas em Belo Horizonte*, de Maria das Mercês Somarriba (1984), e *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte,* de Michel Le Ven (1977),.

[14] Material didático da Profª Silke Kapp – "Produção capitalista e a questão da moradia" – da disciplina de Teoria Crítica, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), cursada em 2009.

Em síntese, interessa-nos refletir sobre a produção social do espaço nas favelas das cidades capitalistas em suas diversas dimensões e em estágios sociais distintos: o espaço autoproduzido anterior ou marginal à ação do Estado; o espaço transformado pelos processos de urbanização conduzidos pelo Estado; e o espaço sob a ação dos novos processos de produção posteriores à ação urbanizadora, no programa *Vila Viva*. Essa análise pretende explicitar em que medida a ação do Estado é capaz de transformar as relações de produção e de controle do espaço nas favelas e eliminar, pela ação urbanizadora, especificidades de seu processo social de produção. Importa, sobretudo, apontar o potencial de autonomia resguardado nas favelas afetadas ou, dito de outra maneira, em que medida a produção heterônoma do espaço se sobrepõe às possibilidades de produção autônoma. Para as favelas afetadas pelo programa *Drenurbs*, a abordagem centra-se na avaliação das possibilidades de reinserção e manutenção dos córregos revitalizados na vida cotidiana da cidade, conservando ou mesmo otimizando suas funções de equilíbrio no sistema hidrológico urbano.

O capítulo 5, intitulado *Urbanização reversa*, discute as possibilidades de transcendência da alienação característica do homem moderno pela sua reconciliação com a natureza. Propõe-se à discussão a pertinência do desencadeamento de microprocessos de recuperação socioambiental por unidades autônomas, orientados pelo conceito de urbanização reversa, termo que escolhi para designar medidas que me parecem plausíveis à reconciliação do homem com a natureza, em áreas urbanas, mesmo ainda no interior de uma ordem social heterônoma determinada. Introduzi nesse capítulo alguns relatos de experiências pessoais de assessoramento técnico à produção autogestionária de habitações e de recuperação ambiental urbana, em Minas Gerais. A intenção é colocar em questão a atuação, pretensamente revestida de objetividade, de instituições e técnicos frente a iniciativas contra-hegemônicas. Essas experiências, embora *frágeis e incipientes* (Sousa Santos, 2002), demonstram o potencial de emancipação política e social de cidadãos desatendidos em seus direitos constitucionais, mas têm sido frequentemente interditadas por expedientes formais.

1. DOMINAÇÃO DA NATUREZA

A perspectiva da presente tese, como já indicado na Introdução, não é de recuperação de uma natureza apartada da sociedade, tal qual tem sido preconizada por muitos defensores de "áreas de preservação permanentes" e instituições semelhantes, sempre pressupondo que, para além dessas porções de terra intocada, poderão persistir as práticas em curso. Inversamente, significa abordar a natureza como parte do processo de produção da totalidade social e da vida cotidiana. Embora muitos autores modernos tenham se ocupado da relação homem-natureza, particularmente a partir do século XVIII, o primeiro a dissecar a interdependência de natureza e produção material nas diferentes formações sociais foi Marx. É a natureza que fornece todos os meios e objetos de qualquer processo produtivo podendo, inclusive, prover valores-de-uso sem a interferência humana. No entanto, só gera valor pela incorporação de trabalho social, única substância criadora de valor.

A abordagem de Marx é crucial para compreensão do caráter social historicamente determinado do intercâmbio do homem com a natureza. Os indivíduos interagem com a natureza desde sempre, como condição de sobrevivência, como condição para toda e qualquer produção material. A cada período histórico, o caráter dessa interação tem relação direta com o conjunto de crenças dominantes, claramente alicerçado nas relações de poder entre a filosofia, religião, ciência, economia, política etc. instaladas em uma dada sociedade. Sem pretender uma análise exaustiva dessas relações na história da humanidade, o enfoque desse capítulo é o ideal de dominação da natureza pelo homem, explicitado a partir do período comumente conhecido como *Esclarecimento* ou *Idade da Razão*. Sob o modo de produção capitalista, a racionalidade técnica e cientifica que o caracteriza tem acentuado o processo de alienação do homem não apenas em relação à natureza externa, como também à sua atividade produtiva, aos outros homens e à sua própria natureza interna. Ou seja, é a partir de Marx que esse processo de alienação é explicitado como um processo econômico, no qual o homem, subtraído do fruto de sua produção, torna-se estranho a si mesmo e ao ambiente que habita. Admite-se, com Adorno e

Horkheimer (1985 [1944])[15], que o fundamento desse processo de alienação é o ideal de domínio da natureza externa pela razão humana que redundou, dialeticamente, no domínio da natureza interna do homem. Essa, assim subjugada, frequentemente manifestar-se-á em relações destrutivas entre sujeito dominante e objeto dominado.

Elegeu-se esse enfoque porque a via para a recuperação socioambiental urbana aqui defendida pressupõe a transcendência dessa alienação que só será possível mediante a reconciliação primeira do homem urbano com a natureza externa, para daí reconciliar-se consigo mesmo, com seu trabalho e com sua espécie. Se, como afirma Marx, "todo o auto-estranhamento do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens" (Marx, 2004 [1844], p.87), inversamente, relações de empatia também poderiam ser outorgadas em lugar de alienação. Buscarei aproximar essa abordagem conceitual da análise crítica da produção social das cidades capitalistas no Brasil e, de forma mais dirigida, da cidade de Belo Horizonte, com foco nas relações estabelecidas entre o homem urbano e os cursos d'água que ofereceram as condições de suporte para a instalação e desenvolvimento de suas cidades.

1.1 A natureza como objeto e meio do trabalho humano

Ao atrelar sua análise da produção dos indivíduos às determinações sociais, Marx contrapõe-se frontalmente à economia política clássica de Adam Smith, Jean Baptiste Say e David Ricardo, que dissocia a produção de seu caráter social, partindo sempre da interação fictícia de um sujeito individual com o seu meio, ou seja, de empreendimentos de sobrevivência que Marx chama jocosamente de "robinsonadas" (remetendo às aventuras do cavalheiro inglês náufrago, Robinson Crusoé). Em vez dessas imagens dissimuladoras da gênese histórica dos processos econômicos, Marx pressupõe que "toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade" (Marx, 1974 [1857], p.112)[16].

---

[15] A Dialética do Esclarecimento foi redigida entre 1942 e 1944, quando os autores estavam exilados na Califórnia. Sua primeira publicação data de 1947, em Amsterdã.

[16] Para a Crítica da Economia Política foi escrito em 1857; sua primeira publicação foi em 1903, por Kaustsky, na revista *Die Neue Zeit* (Marx, 1974, p. 109, N. dos T.).

Marx, evidentemente, adota uma posição moderna, na qual o sujeito ou mesmo o conjunto dos sujeitos (a sociedade) não se confunde com a natureza, tal como se supõe para as concepções míticas. No entanto, ele também não adere a nenhuma visão mecanicista (Descartes) ou positivista (Comte) que tome a natureza simplesmente por objeto externo apropriável; em vez disso, a vê resistente à apropriação (cf. Duarte, 1995 [1985], p.105-106). A relação é, portanto, dialética: a ação do homem sobre a natureza é refletida na ação da natureza e é reflexo dessa sobre ele.

O intercâmbio material do homem com a natureza envolve cada um dos três momentos do processo de trabalho, tal como Marx os concebe: o objeto, o meio e a própria atividade (Marx, [1867] 2008, p.211 *et seq*.). O objeto do trabalho é a matéria sobre a qual se aplica a atividade humana, em primeiro lugar, a terra de um modo geral; não há objeto de trabalho que não tenha existido antes como objeto natural. Os meios de trabalho são aquilo que se interpõe entre o trabalhador e seu objeto, tais como as ferramentas, o próprio corpo do trabalhador e todas as condições materiais para que o processo possa se desenvolver. Isso inclui a terra como *locus standi* do trabalhador ou "meio universal de trabalho" (Marx, [1867] 2008, p. 214), seja ela terra "natural" ou terra urbana. Finalmente, a atividade do trabalhador, que transforma os objetos do trabalho em produtos providos de valor de uso, é o processo em que a dialética da relação homem-natureza se condensa, pois "atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo [o homem] modifica sua própria natureza" (Marx, [1867] 2008, p.211).

Duarte (1995 [1985], p.68) observa a respeito dessa concepção de Marx, que ele faz da natureza o pressuposto "para o próprio desenrolar da história". Isso porque, se a produção é sempre um processo social no qual a natureza é transformada pelo homem e também o transforma, seria impossível abstrair a história do estágio específico em que se encontra o intercâmbio material com a natureza. Dito de outro modo, a forma como se desenrola o processo de trabalho determina a natureza de que uma sociedade dispõe e essa, por sua vez, determina o processo de trabalho e a própria formação social. Não existe nenhuma natureza a-histórica.

Por que isso nos interessa? Porque o processo de trabalho na moderna sociedade capitalista perde as evidências de sua relação direta com a natureza. O capital não apenas consome sistematicamente os recursos naturais (objetos do trabalho) e transforma a propriedade da terra (meio de trabalho), mas também organiza o processo de trabalho de maneira a "aliená-lo" da natureza. Os trabalhadores, que não são donos de seus próprios produtos e não determinam a

atividade que exercem, também não costumam ter consciência da proveniência primeira dos seus objetos e meios do trabalho ou consciência do processo pelo qual transformam a natureza e são transformados por ela. Tampouco se dão conta da sua atividade como única fonte geradora de valor. Essa alienação se espelha em toda a vida cotidiana, incluindo o comportamento de consumo e uso das cidades, especialmente se considerado o consumo decorrente de necessidades ou desejos incutidos no sujeito como condição básica de sua existência e felicidade. Não se pode, portanto, esperar nenhuma transformação substancial em resposta à crise ambiental se essa transformação não incluir, como elemento mais básico, a "transcendência da alienação" no âmbito dos processos de trabalho, de forma a conduzir-nos a uma condição socioambiental "qualitativamente diferente" (Mészáros, 2006 [1970], p.40).

Veremos no Capítulo 4 por que nos processos de produção social das favelas e outros assentamentos autoproduzidos subsistem condições favoráveis a um processo progressivo de desalienação em relação à natureza, à atividade produtiva, aos outros homens e ao próprio sujeito. Não obstante a precariedade e adversidades físicas, econômicas e sociais que permeiam as histórias dessas ocupações, o intercambio material com a natureza para imprimir-lhe forma útil – abrigo, espaço de trocas, lazer, trabalho etc – é frequentemente regulado e impulsionado pelo movimento das forças naturais – "braços, pernas, cabeça e mãos" – do próprio sujeito que produz e ocupa o espaço (Marx, 2008 [1867], p.211). Distingue-se, portanto, dos dois pólos de comparação: na cidade formal e na favela urbanizada, o sujeito que transforma a matéria, a natureza, não é o mesmo que será afetado pela matéria/natureza transformada. No afã de prover essas áreas das tão propaladas "condições dignas de moradia", técnicos muitas vezes bem intencionados *projetam* sobre elas sua própria condição de alienação, transformando por meio de "ordens de serviço" [17] o espaço segundo suas crenças, preconceitos e valores socioculturais. Em suma, projetam sobre o espaço sua própria condição de classe social. Nessa representação não há brechas para a percepção de eventuais atributos ambientais, políticos, econômicos, simbólicos, culturais etc, eventualmente remanescentes de práticas sociais não totalitárias ou de relações menos agressivas e mesmo mais harmoniosas com a natureza, indispensáveis à transcendência da alienação. Sem dúvida, essa postura técnica advém de uma formação social e acadêmica que confortavelmente desconsidera a gênese histórica dos

[17] Para usar a denominação que Sérgio Ferro emprega aos projetos de arquitetura e documentos técnicos em geral que comandam a produção heterônoma na Indústria da Construção Civil ([1976], 1982, p.69).

processos econômicos, mecanismo esse muito eficiente de naturalização e perpetuação de relações sociais injustas. Por outro lado, revela a compartimentação do conhecimento acadêmico e a formação de especialistas incapazes de apreender a complexidade da realidade que transformam e os efeitos sistêmicos dessa transformação. Transformam-na como se essas transformações não os afetassem.

1.2 O mundo administrado

A concepção de Marx provém de um período em que a apropriação da natureza pelo capitalismo industrial era evidente em suas consequências devastadoras, mas ainda permitia algum otimismo em relação às possibilidades das novas tecnologias e à sua apropriação social mais igualitária. A própria noção de natureza, como o "corpo inorgânico" do homem, denota a universalidade da qual formam parte (Marx, 2004 [1844], p.84). Uma visão calcada no aparato conceitual de Marx, mas bem menos otimista, é formulada cerca de um século depois por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento.* Concluído ainda durante a Segunda Guerra Mundial, esse texto propõe descobrir por que o processo do esclarecimento – ou do desenvolvimento da racionalidade moderna –, em vez de "livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores" resultou numa "calamidade triunfal" (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.19).

Estão no centro das considerações de Adorno e Horkheimer justamente a dominação da natureza e aquelas modernas tecnologias que Marx ainda via como benéficas e que levam essa dominação ao extremo. Eles consideram que o primeiro e indispensável passo para que ela se instale é a dominação da natureza *interna*, isto é, o controle de impulsos e desejos, tal como paradigmaticamente demonstrado pelas astúcias de Ulisses. Em episódios como a passagem pela ilha das sereias, a cujo canto até então todos teriam sucumbido, Ulisses demonstra como dominar a si mesmo (ficando amarrado ao mastro) e aos seus homens (tapando-lhes os ouvidos com cera) [18].

[18] Cf. Ulisses ou Mito e Esclarecimento (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.53 *et seq*.)

Esse domínio para o qual Ulisses figura como modelo é também o pressuposto para as modalidades modernas de dominação da natureza, a começar pela sua concepção em Francis Bacon, considerado o "pai da filosofia experimental" (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.19). Bacon, embora ainda não considerasse que as ciências matemáticas pudessem ter qualquer papel relevante no desenvolvimento da técnica, já rechaça os mitos e a imaginação como obstáculos à compreensão humana da natureza. Ao apenas prometido domínio que eles oferecem, Bacon opõe a possibilidade de comandar a natureza na prática. Bastaria para isso que os homens se deixassem "guiar por ela na invenção" (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.19), apreendendo sua essência objetiva e eliminando o desconhecido.

Adorno e Horkheimer vêem em Bacon o primeiro arauto de uma redução de todas as coisas à "mera objetividade", isto é, a objetos manejáveis pela técnica. O processo de "desencantamento do mundo" (termo que os autores tomam emprestado de Max Weber[19]) oblitera as distinções, especificidades e qualidades ocultas, tornando cada particular passível de generalização diante da pretensa imparcialidade da ciência, com seus cálculos, regras e probabilidades. Ou, nas palavras de Adorno e Horkheimer, o ideal do esclarecimento "é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa" e tudo aquilo "que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão" (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.22-24).

A dialética desse processo está no enovelamento com o mito em que o próprio esclarecimento desemboca. A razão torna-se, ela mesma, mítica; não por um acidente de percurso, mas por suas estruturas mais essenciais, por estar fundada no mito embora se acreditando a salvo dele. Também, paradoxalmente, a razão conduz à alienação do sujeito dominante frente ao objeto dominado, impedindo que o ideal de dominação da natureza e a promessa de libertação do homem do medo e do sofrimento se concretizassem porque "toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza" (Adorno e Horkheimer, 1985 [1944], p.27).

Em estudo posterior, Horkheimer discorrerá sobre a enfermidade da razão identificando-a com o próprio impulso de dominação da natureza humana e extra-humana. Não se trata, portanto, de uma doença que a tenha acometido em um dado momento histórico, como um desvio acidental.

---

[19] Weber usa a expressão numa preleção de 1917, intitulada Ciência como vocação (Weber, 1985 [1967], p.51).

A enfermidade está instalada em suas origens, condenando a razão a um estado permanente de frustração “em sua intenção de descobrir a verdade” (2002 [1946], p.176). Se considerarmos, com Marx, que a universalidade do homem é imanente ao seu *corpo inorgânico*, evidencia-se a impropriedade do propósito racionalista:

> O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2004 [1844], p.84)

Segundo Horkheimer, recuperar a razão da enfermidade que a acometeu desde suas origens dependeria "da compreensão interna da natureza da doença original e não de uma cura de sintomas posteriores” (2002 [1946], p.176). No entanto, em se tratando das questões urbanas aqui em foco, percebe-se a prevalência do impulso causador da doença original sobre uma eventual manifestação de desejo de cura, ou mesmo sobre a percepção da enfermidade. No que tange às questões ambientais, poderíamos considerar um relativo aquecimento das discussões. No entanto, como bem observa Rogério Palhares Zschaber de Araújo (2010, p. 152), é flagrante a utilização do discurso ambiental para instrumentar instâncias de poder em garantia de interesses hegemônicos sempre em detrimento das populações excluídas ou politicamente menos articuladas e que, não raro, resultam em processos que, observados sistemicamente, acentuam o desequilíbrio ambiental e social urbano.

Mas por que retomar a dialética do esclarecimento e, com ela, a crítica da racionalidade moderna? *Desencantar* o mundo, trazê-lo para a esfera do conhecimento supostamente acessível a todo e qualquer indivíduo apenas pelo uso de suas próprias faculdades não seria desejável e mesmo indispensável à construção de uma sociedade igualitária? A partir da denominada revolução científica dos séculos XVI e XVII, uma maior autonomia na investigação dos fenômenos naturais, livre dos dogmas religiosos ou de superstições míticas, deu origem a um novo modelo de ciência e, com ela, uma nova visão de mundo destituído da autoridade suprema da *Bíblia* ou do *Órganon*[20]. (Feitosa, 2004, p.68). Não por acaso, Bacon intitulou sua obra contestatória à supremacia da filosofia aristotélica de *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza* (2005 [1620]), contrapondo-lhe a lógica

[20] Conjunto das escrituras sagradas e conjunto dos textos aristotélicos, respectivamente.

científica, como a condição fundamental de libertação do homem dos "ídolos que bloqueiam a mente humana"[21] ao verdadeiro conhecimento (Bacon, 2005 [1620], p.40). De fato, não há mesmo porque negar as contribuições da ciência para a nossa compreensão do mundo e as maravilhosas conquistas práticas decorrentes dessa compreensão, como admite o filósofo austríaco Paul Feyerabend. Mas, essas maravilhas, evidencia o autor, decorrem de competições injustas, pelo caráter hegemônico outorgado à ciência e ao racionalismo ocidental frente a outras tradições (2011 [1978], p.125). Dito de outra maneira: não sabemos do que seriam capazes as demais tradições em uma *sociedade livre*, na qual "todas as tradições têm os mesmos direitos e acesso igual aos centros de poder", distinto da condição instalada, "em que indivíduos têm direitos iguais de acesso às posições definidas por uma tradição especial – a tradição da Ciência e do Racionalismo ocidental". Numa sociedade livre, intelectuais ou especialistas são apenas uma das tradições. Não são eles que solucionam problemas, mas sim as pessoas envolvidas, consultando-os se assim lhes parecer oportuno ou lançando mão de outras tradições (Feyerabend, 2011 [1978], p.14).

Refletir sobre a *Dialética do Esclarecimento* é reconhecermo-nos herdeiros de uma única tradição, cujo caráter totalitário está bem explicitado em Adorno e Horkheimer e cuja lógica de desumanização se perpetua nas democracias liberais do ocidente "como totalitarismo de mercado global e onipresente, que faz dos homens marionetes de seu princípio econômico, executado pelas coações da concorrência global", conforme sintetizado por Kurz (1997, *online*). Para esse autor, o grande mérito de Adorno e Horkheimer está em estender a crítica social, sob o conceito de "dominação da natureza", a ideologias, movimentos ou sistemas sociais que se pretendiam distintos e em oposição, como o fascismo, o stalinismo e a própria democracia ocidental. A visão positiva do esclarecimento, no entanto, costumava ser compartilhada naquele momento por quase todas as ideologias e parecia uma salvação da modernidade.

Engels já explicitara esse caráter ufanista que acometeu a sociedade moderna, para a qual toda a existência deveria se justificar "perante o tribunal da razão" ou desaparecer. A *aurora* radiante anunciara, com o fim de todas as formas anteriores de Estado e de sociedade, também o fim das superstições, injustiças, privilégios e opressão, dando lugar à "verdade eterna, justiça eterna e

[21] Bacon classificou em quatro gêneros os ídolos que se interpunham ao conhecimento da natureza das coisas e das relações existentes entre elas: ídolos da tribo (*Idola Tribus*); ídolos da caverna (*Idola Specus*); ídolos do foro (*Idola Fori*); e os ídolos do teatro (*Idola Theatri*), conforme Aforismo XXXIX (2005 [1620], p.40).

igualdade baseada na natureza e direitos inalienáveis do homem" (1974 [1892], p.48). Aqui Engels nos fornece a chave para a compreensão dos efeitos das *luzes* sobre a sociedade de sua época:

> Sabemos hoje, que este reino da razão não era mais que o reino idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que se proclamou como um dos direitos fundamentais do homem ... a propriedade burguesa; e que o Estado da razão [...] não veio ao mundo, nem poderia vir senão sob a forma da República democrática burguesa. (Engels, 1974 [1892], p.48)

Meio século depois, escrita num momento histórico no qual o combate ao fascismo poderia, justificadamente, angariar todas as atenções da crítica social, a *Dialética* não se subordinou a isso. Centrou seu foco na desumanização, no processo de degradação do homem pelo próprio homem, desencadeado dialeticamente pela redução da natureza a "mera objetividade". (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.22).

A ciência e a tecnologia como a representação da razão libertadora e do progresso social já foram colocadas em questão em outros momentos históricos, como na década de 1970, pelos movimentos de contracultura que "conseguiram mobilizar uma forte desconfiança contra a lógica perversa de um sistema tecnológico opressor" (Oliveira, 2002, p. 14). Entretanto, ainda que a ciência tenha perdido aquela aura de pretensa neutralidade, é sob a argumentação técnico-científica e sob a lógica do pensamento ordenador que continuam se perpetrando nas cidades contemporâneas processos que violentam a natureza e os homens. A despeito de uma proclamada globalização e do mito da aldeia global, Milton Santos (2008 [2000]) observa que a proliferação de condições espaciais ou de grupos de pessoas "ilegais", "irregulares" e "informais" demonstra que "uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica" (Santos, 2008 [2000], p.120), colocando em questão as teses que querem se legitimar com base na afirmação de um pensamento único.

Para Adorno e Horkheimer, os avanços tecnológicos e, em decorrência, o aumento da produtividade econômica produziram as condições para a construção de sociedades mais justas, mas produziram também a supremacia dos grupos sociais controladores do "aparelho teórico" sobre o resto da população e sobre a natureza (1985 [1944], p.14). Mais de seis décadas passadas a partir d' *A dialética do Esclarecimento* ou um século a partir das considerações de Engels, não saímos desse lugar. Também experimentamos uma hipotética universalização do

acesso seja à informação, ao conhecimento ou aos benefícios advindos dos avanços tecnológicos e científicos. O controle sobre os recursos que geram valor econômico, sociocultural ou político, no entanto, permanece com os integrantes das categorias privilegiadas que frequentemente "alocam a maior parte do valor produzido para si", perpetuando as desigualdades sociais (Santos, 2009, p.464). Além disso, ao exercer esse controle com a autoridade da ciência, desqualificam conhecimentos culturalmente construídos sob outras tradições ou sob relações sociais de produção que, de algum modo, preservaram relações de apropriação da natureza, mas não de dominação.

Não poderia encerrar esse item sem uma menção à *sociedade livre* postulada por Paul Feyerabend. A supremacia do saber científico, que, ao fim e ao cabo, é a garantia de manutenção dos privilégios de classe, está tão naturalizada e cristalizada na sociedade contemporânea que faltam-nos elementos para conceber um mundo qualitativamente diferente. Numa *sociedade livre*, cientistas e intelectuais são apenas *uma* das tradições a que livremente o indivíduo recorre: "não têm quaisquer direitos especiais e suas ideias não têm nenhum interesse especial (a não ser, é claro, para eles próprios)". (Feyerabend, 2011 [1978], p. 14). As decisões são tomadas exclusivamente pelas pessoas envolvidas e refletem aquilo que elas são e não o que projetam sobre elas as mentes intelectuais, por melhores que sejam as suas intenções.

> É assim que os esforços de grupos especiais, que combinam flexibilidade e respeito por todas as tradições, irão gradativamente erodir o "racionalismo" estreito e egoísta daqueles que usam nossos impostos para destruir as tradições dos contribuintes, para arruinar sua mente, violentar seu meio ambiente e, de um modo geral, transformar os seres humanos viventes em escravos bem treinados de sua própria e árida visão de vida (Feyerabend, 2011 [1978], p. 15).

Para os próximos itens, duas ressalvas devem ser feitas.

A primeira diz respeito à minha própria condição ao proceder às análises das relações estabelecidas entre as cidades capitalistas brasileiras e seus cursos d'água e, mais especificamente, dessas relações em Belo Horizonte. Naturalmente, o ferramental de que disponho – minha formação técnica e as referências teóricas a que recorro – são desdobramentos da tradição científica, a única reconhecida e praticada nas escolas brasileiras e, mesmo, na sociedade em geral. Embora se pretenda uma visão crítica, é forçoso admitir que ela foi conformada dentro dessa mesma tradição que instaurou o "tribunal da razão" frente ao qual todas as demais tradições sucumbiram e cuja supremacia é aqui questionada, pela compreensão de seus efeitos perniciosos à sociedade e à natureza. O esforço da crítica parte,

portanto, do interior da tradição científica com vistas à transformação de sua condição hegemônica, conferindo ao saber científico condição igualitária de acesso aos centros de poder social, tanto quanto outros saberes forjados em tradições distintas.

A segunda ressalva diz respeito à própria condição das cidades capitalistas brasileiras frente a outras cidades capitalistas do mundo, sobretudo da Europa e Estados Unidos, também produzidas sob a égide da racionalidade técnica e científica, mas que exibem um entrelaçamento aparentemente mais harmônico entre cidade e natureza, sobretudo pela presença marcante de inúmeras e extensas áreas verdes e parques públicos bem cuidados, rios despoluídos etc na vida cotidiana. Esses ícones ambientais e de qualidade de vida urbana podem fazer supor a inexistência de processos predatórios da natureza ou do homem no desenrolar de suas histórias. Sabemos, no entanto, que a condição de vida urbana mais salutar perceptível em várias cidades do chamado primeiro mundo, notadamente nos quais instalou-se o Estado de Bem Estar Social, são resultado da capacidade de organização e protesto da sociedade civil em oposição à continuidade dos processos de degradação social e ambiental e em favor da reconstrução das cidades sob outros pressupostos, incluindo os esforços de despoluição e renaturalização de rios e córregos e recuperação das áreas de cabeceiras e várzeas. Sabemos também que atividades consideradas degradadoras, seja do ponto de vista social ou ambiental, e aí impedidas de instalação por força de mobilizações sociais, são exportadas para a resto do mundo, tal como a transferência das atividades de produção da agricultura industrial moderna dessas áreas para países como a Índia, Sudão, Haiti e outros, impondo a eles a produção extensiva, rompendo com as tradições seculares de relação do homem com a terra e instalando processos impiedosos de degradação social e ambiental. Ou seja, é preciso não perder de vista que a qualidade socioambiental dessas cidades está intimamente relacionada a processos de degradação em outras porções do planeta habitadas por cidadãos menos aparelhados para a defesa de seus direitos individuais e coletivos e mesmo de suas tradições de produção frente aos interesses do modo de produção capitalista. As análises que faremos dos processos de produção social das cidades capitalistas serão, portanto, sempre sob a ótica do poder que a aliança entre o Capital e o Estado é capaz de exercer sobre uma dada sociedade e sobre a natureza, com maior ou menor influência da tradição científica como legitimadora desses processos.

1.3 As cidades e suas águas

> A relação da cidade com os cursos d'água é tão antiga quanto a própria cidade. A dependência do homem com relação à água e a utilização dos rios para a alimentação e transporte fizeram com que quase todas as cidades fossem fundadas junto a um curso d'água. Também é antigo o tratamento pouco respeitoso com os rios e córregos. (Moretti, 2001, *online*)

No contexto urbano brasileiro, observa-se que a racionalidade técnica determinou padrões de urbanização impositivos sobre o sítio natural que alienam seus habitantes das condições naturais e sociais que produzem as cidades. Desconhecer os caminhos dos córregos – e mesmo a sua existência – ou a natureza dos solos sobre os quais circulamos cotidianamente, ignorar as direções dos ventos ou a tipicidade da vegetação local e do clima são sintomas dessa alienação moderna. O sintoma mais evidente dessa alienação é o desconhecimento quase generalizado da origem ou o destino das águas que utilizamos cotidianamente, muito bem explicitado no documentário *Entre Rios*[22], ao sintetizar a relação do cidadão paulistano e as águas circulantes na cidade: "água pelo cano vem, água pelo cano sai! Ninguém sabe de onde veio, muito menos para onde vai" (Ferraz, Abreu, Scarpelini, 2009).

Não é de estranhar, portanto, que o alheamento das populações urbanas brasileiras frente às condições de suporte oferecidas pelo sítio natural seja rompido apenas nas temporadas de chuvas, sempre tratadas como catástrofes naturais. A cada período de chuvas, manchetes bombásticas[23], corriqueiras na imprensa diária brasileira, exploram intensamente "o rastro de destruição" deixado, ano após ano, nas cidades. Pouco questionam e menos ainda buscam esclarecer as origens dessas tragédias urbanas, atribuindo-as, com auxílio de especialistas, a fatalidades que extrapolam a alçada humana, como trombas d'água ou chuvas com recorrência de "x" anos. Curiosamente, essas mesmas explicações foram veiculadas em jornais do início do século passado e já então contestadas pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito: "estudei, em tese, os fenômenos das inundações em Petrópolis, Juiz de

[22] Disponível em http://vimeo.com/14770270, acesso em junho de 2010.

[23] Tais como as manchetes veiculadas em jornais de circulação diária em Belo Horizonte: Estado de Minas e Hoje em Dia, edições de 09 de outubro de 2009:"Um temporal de arrasar"; "Destruição e prejuízo"; "Caos se prolonga sob temor de mais chuva".

Fora, Campos, Rio de Janeiro e outras cidades, desfazendo a cômoda lenda das trombas de água, onde apenas subsiste a imprevidência dos homens" (Brito, 1944 [1908], p.142).

Inversamente, a escassez de água é alardeada como uma fatalidade de proporções planetárias, frente a qual caberia ao indivíduo redimir-se de hábitos perniciosos como escovar os dentes com a torneira aberta! Também aqui, o sujeito alienado da natureza torna-se presa fácil de alertas sobre a escassez irremediável da água, mas que se revelam inconsistentes se atentarmos para a imensidão do mar, para a inexorabilidade do ciclo hidrológico ou se compreendermos excesso e escassez como faces de uma mesma moeda:

> Por que a escassez, se há desastres cada vez maiores por excesso de água? Porque medidas eficazes de combate ao excesso de água são as mesmas para o combate à escassez e elas não são tomadas, tantas e tantas vezes por impedimento da lei. A humanidade bloqueou a entrada da água no arcabouço mineral do sistema geológico e ela precisa ser reaberta; por outro lado, drenamos profundamente a terra e deslocamos os reservatórios superficiais para altitudes cada vez menores. A água vai atrás, porque lhe falta autonomia ambiental. (Carvalho, 2010a, *online*)

A imprevidência dos homens apontada por Saturnino de Brito consiste, justamente, em promover intervenções modificadoras na infraestrutura sem a devida compensação. Sem a percepção de que a água que promove inundações é a mesma que poderia servir ao abastecimento. O alerta é para a devastação descuidada, sem a incorporação dos "corretivos" necessários para que o sistema se estabilize e possa prover as necessidades do homem, tais como a revegetação das margens e cabeceiras, barragens, "endiqueamentos marginais ou com rasgo de canais apropriados à derivação das águas" (Brito, 1944 [1908], p.142).

O falso dilema entre a escassez e o excesso de água fica bem ilustrado na proposição feita por Saturnino de Brito, em 1926, para a cidade de São Paulo que, certamente, poderia experimentar hoje relações menos catastróficas com seus rios, caso a proposta não tivesse sido preterida aos interesses da *Light*, empresa que controlava o abastecimento energético da cidade. Segundo o relato de Paula Beiguelman (2004, *online*), a solução de Saturnino de Brito contemplava de forma conjugada o controle de enchentes no Rio Tietê e o provimento de água para abastecimento:

> Tratava-se, em essência, de construir uma barragem logo acima de Mogi das Cruzes e de pequenas barragens em degraus no curso dos formadores do Tietê, na altura desse mesmo município. Acresce que as cabeceiras do Tietê se situam em regiões sujeitas a uma das mais altas pluviosidades do mundo. Portanto, se

> concretizado o projeto apresentado por Saturnino de Brito, não apenas a vazão do rio seria regularizada e tornada uniforme, evitando a inundação das várzeas, como se conseguiria um armazenamento hídrico substancial, que serviria ao abastecimento de água potável à capital. (Beiguelman, 2004, *online*)

A *Light*, mediante uma contraposta qualificada pela autora de "astuciosa oferta" não apenas frustrou o intento de represamento do Tietê à montante de São Paulo como o represou à jusante da cidade promovendo inundações incomuns que atingiram até seu afluente, o rio Tamanduateí. O enfrentamento da crise seguinte, de suprimento de água, além dos altos custos de adução a partir das cabeceiras do Rio Piracicaba, repercutiu negativamente sobre o rio e cidades abastecidas por ele, sem solucionar o problema. Oito décadas depois e incontáveis prejuízos à coletividade, Paula Beiguelman aponta a tese de Saturnino de Brito como "a única solução correta" dentre as inúmeras tentativas de resolução dos problemas hidrológicos da Grande São Paulo, porque além da resolução das enchentes e do suprimento de água potável, não imporia prejuízos hídricos a outras regiões (Beiguelman, 2004, *online*). Em inúmeros outros episódios, registrados pelo próprio Saturnino de Brito e publicados sob o título de *Memórias diversas* (1944), a tônica se repete: proposições voltadas ao equacionamento de demandas coletivas preteridas a interesses econômicos e políticos privados, em detrimento de interesses públicos.

Destaquei, anteriormente, a instalação da ciência moderna em condições de superioridade relativamente a outras tradições que a ela deveriam se adaptar. A pretensa objetividade da qual se revestiu confere desde então aos especialistas – forjados sob sua chancela – presumida autoridade e neutralidade. O problema, como bem aponta Feyerabend, é que "a Ciência já não é uma instituição particular; ela agora é parte do tecido básico da democracia exatamente como a Igreja foi [...]. O Estado e a Ciência [...] trabalham rigorosamente juntos" (2011 [1978], p. 92). Os relatos acima mencionados ilustram essa assertiva destacando uma nuance por vezes obscura: proposições técnicas envolvendo interesses públicos estão submetidas aos interesses do Estado que, por sua vez, podem estar a serviço de interesses distintos daqueles pelos quais deveria zelar, justificando o controle sobre o poder público em ações que possam determinar prejuízos à coletividade. Em tese, essa é a função dos Ministérios e Defensorias Públicos. Não por acaso, essas instituições têm sido cada vez mais acionadas pelo cidadão comum na tentativa de refrear o Estado em ações julgadas lesivas aos direitos individuais e coletivos, como veremos no capítulo 4. No entanto, e isso não causa surpresa, a capacidade de atendimento dessas instituições está muitíssimo aquém da demanda, constituída basicamente por cidadãos destituídos de recursos para instituir por conta própria a defesa de seus direitos. Em que pese

estarem a serviço do cidadão, a ordem social que as instituiu é a mesma que engendrou condições sociais, políticas e econômicas extremamente desiguais de acesso à justiça.

Retomemos a questão das águas urbanas.

Em seu *Manifesto sobre a fundamentação geológica de sistemas de drenagem urbanos*,[24] Edézio Teixeira de Carvalho (2009) insiste que os problemas das cidades brasileiras residem na não observância da natureza da água, na sua gestão compartimentada em instâncias e agentes distintos e, como resultado, no eterno enfrentamento dos efeitos negativos da urbanização convencional, corporificados no trinômio erosão-assoreamento-inundação, sinteticamente descrito a seguir.

Os processos de urbanização tendem a intensificar os caudais superficiais das águas pluviais basicamente pela retirada da vegetação, seguida do bloqueio à infiltração das águas pela impermeabilização do solo, sem nenhuma medida compensatória, por exemplo, o armazenamento ou a infiltração forçada. O escoamento superficial promove a erosão de áreas de solo exposto deixando à disposição da água e da força gravitacional sedimentos que serão carreados até depositarem-se em áreas de baixa declividade, nas planícies, fundos de vales, leitos dos rios e no fundo do mar, assoreando-os e favorecendo as inundações. O solo perdido não é reposto por processos naturais ou antrópicos e as águas das chuvas da temporada seguinte retroalimentarão o ciclo e, ainda que chova menos, todos os processos tendem a intensificar, porque as águas terão menos espaços porosos para se abrigarem.

Nas cidades brasileiras, independente do porte, o modelo de gestão compartimentada da água se reproduz e os resultados são conhecidos: por um lado, a necessidade de captação de águas para abastecimento, aduzidas a partir de áreas cada vez mais distantes dos locais de utilização, impondo-lhes impactos ambientais frequentemente de longo alcance. Por outro lado, investimentos sempre crescentes em soluções de drenagem e escoamento das águas pluviais que frequentemente se revelam inócuos por não considerarem o ciclo acima descrito. A gestão não compartimentada da água (que poderíamos denominar integrada ou compartilhada) trataria de conciliar excesso e escassez em estrita observância ao regime hidrológico.

[24] Documento depositado no Cartório do 1º Ofício de Títulos e Documentos de Belo Horizonte (rua Guajajaras, 329, Lj, 01), sob o Registro No 1251164, em 26/10/2009.

A título de ilustração, reproduzo a seguir, a sistematização proposta por Carvalho (2009), no supracitado manifesto, relacionando as dimensões de gestão da água e as fontes de suprimento para as necessidades urbanas. A intenção da matriz é demonstrar que a gestão combinada dos doze campos gerados poderia solucionar inúmeros problemas urbanos, especialmente os problemas de excesso nas temporadas de chuva e a pretensa escassez de água para consumo, assim explicado por Carvalho (2010):

> As cidades têm 4 possíveis fontes de água – superficial, subterrânea, pluvial e servida. Se temos 3 dimensões de gestão da água como objetos de planejamento – as dimensões suprimento, agente geodinâmico e veículo de poluentes e contaminantes, temos por consequência 4x3 campos de planejamento, ou seja, 12 campos. O que vemos as cidades fazerem em relação ao planejamento? Planejam o suprimento, mas só da fonte eleita para o fim; planejam a dimensão agente geodinâmico, apenas da fonte pluvial; finalmente planejam a dimensão veículo de poluentes e contaminantes, apenas das águas da fonte eleita para suprimento. O resultado é que, a rigor, de 12 campos de planejamento, as cidades deitam mãos e mentes sobre apenas 3. Conseguir bom resultado em 12 campos, o que todos querem, pondo mão e mente em apenas 3 é pretender uma impossibilidade física! (Carvalho, 2010, p.19)

O aspecto mais evidente é que, não obstante a íntima relação entre os campos, nas cidades brasileiras apenas dois deles (destacados em negrito) – campos 11 e 23 – são comumente tratados e, ainda assim, em instâncias operacionais distintas. Em Belo Horizonte, por exemplo, águas para suprimento são de competência da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e quase integralmente proveniente da captação superficial em rios, córregos, lagos etc; águas pluviais são da competência da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), comumente tratada sob a ótica da drenagem urbana. Também assim funciona o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. Águas para suprimento são captadas de fontes superficiais a distâncias cada vez maiores, já extrapolando as fronteiras do Estado. No entanto, a simples conjugação das fontes de suprimento superficial (campo 11) e pluvial (campo 13), aumentaria a oferta para suprimento além de repercutir positivamente sobre a ação deletéria das águas pluviais (campo 23). Consideradas as precipitações médias, "cada paulistano tem por dia cerca de 750 litros de água [...], que, se fossem parcialmente incluídos na matriz-suprimento em nada prejudicariam qualquer geração futura, e isto ainda contribuiria para a redução das inundações, que tanto infernizam a vida do paulistano atual" (Carvalho, 2009, s.p.). Percorrendo os doze campos da matriz de gestão da água, evidenciam-se outros vícios da gestão pública nas cidades brasileiras, como a associação dos cursos d'água às funções de esgotamento sanitário

e disposição de lixo e entulho, tanto quanto canalizá-los em canais abertos ou fechados e ocupar suas várzeas para implantação de vias de circulação. Também recorrente é o bloqueio à infiltração das águas pluviais tanto nas áreas públicas quanto nas privadas, sem adoção de medidas compensatórias para sua reincorporação ao ciclo hidrológico. As águas impedidas de infiltrar são concentradas e conduzidas até os fundos de vale por escoamento superficial ou em galerias, sempre por redes implantadas segundo a ordem racionalista de reduzir distâncias e aumentar a velocidade de percurso: "pôr as águas a correr" sintetiza bem esse modelo de urbanização. Além disso, a participação das águas pluviais e também das águas subterrâneas na matriz de suprimento urbano é, ainda, desprezível.

Dimensões de Gestão	FONTES DE SUPRIMENTO			
	SUPERFICIAL	SUBTERRÂNEA	PLUVIAL	SERVIDA
Suprimento	**11** Básico ou Complementar, em geral com tratamento, cobrindo todos os usos.	**12** Complementar ou básico, e em geral sem tratamento, cobrindo todos os usos.	**13** Complementar. Uso conforme o coletor (telhado, pátio interno, via pública).	**14** Complementar; uso sequencial ou reuso, com ou sem tratamento.
Agente Geodinâmico	**21** Ação direta. Erosão, inundações, assoreamento ao longo do tempo geológico.	**22** Ação indireta. Aquíferos superficiais não explotados são pouco receptivos à infiltração.	**23** Ação direta. Erosão, inundações, assoreamento com grandes perdas e custos de controle.	**24** A infiltração e o reuso reduzem a ação geodinâmica. O reuso reduz outros custos.
Veículo de poluentes e contaminantes	**31** Presença potencial de contaminação natural ou adquirida. Tratamento de custo variável.	**32** Presença potencial de contaminação natural ou adquirida. Gravidade dada pela natureza do aquífero e qualidade da proteção.	**33** Poluição adquirida do ar; inclusão de resíduos conforme o coletor. Nos telhados decresce com chuva contínua.	**34** Com cargas biodegradáveis ou inertes a infiltração protege na seca a vazão de base e purifica a água.

Figura 01. Esquema das dimensões de gestão da água

Fonte: Adaptado de Carvalho, 2009, s.p.

Se por um lado, a gestão da água é compartimentada em instâncias distintas, por outro, em cada uma das instâncias, o manejo da água tende a reduzir-se a um conjunto hegemônico de soluções. Para ilustrar, voltemos à matriz de gestão da água. A gestão de suprimento está concentrada no Campo 11 – águas superficiais, desconsiderando o provimento que poderia vir dos Campos 12 (subterrânea), 13 (pluvial) e 14 (águas servidas). Mas, além disso, a captação de águas superficiais tende também a concentrar-se em mananciais de elevada capacidade, desconsiderando contribuições de fontes dispersas (mais próximas, por exemplo, aos locais de consumo). Consideremos agora a dimensão de gestão da água como agente dinâmico. Já vimos que as águas pluviais só são consideradas nessa dimensão de gestão, mas aí o manejo se dará segundo um mesmo conjunto de ações: concentrar e conduzir para cotas inferiores, concentrar novos fluxos e conduzir mais abaixo, concentrar novamente etc até que estejam irremediavelmente concentradas nas áreas potencialmente alagáveis.

Também assim são os sistemas de gestão do lixo, do esgoto, das águas servidas e dos resíduos sólidos. Cada um é manejado em instância distinta, frequentemente acarretando conflitos. Inúmeras cidades brasileiras conhecem bem os problemas decorrentes da deposição de lixo às margens de córregos, disposição de esgoto e águas servidas *in natura*, escorregamentos em encostas pela deposição de entulhos etc. Ou, num estágio pretensamente superior da gestão e tecnológico, todo o lixo urbano é concentrado em enormes aterros sanitários, todo entulho direcionado a usinas de reciclagem de entulho ou todo o esgoto conduzido a mega estações de tratamento. Além dos evidentes impactos sociais e ambientais aos territórios no entorno dessas portentosas estruturas, temos que computar os impactos do transporte cotidiano desses subprodutos de nossa atividade, na circulação urbana, na qualidade do ar e sonora etc, desde os pontos onde são gerados até os pontos onde serão supostamente equacionados. Esses são reflexos da dependência urbana de sistemas centralizados e estanques entre si para o tratamento de cada modalidade de problema.

Há ainda os carros. Muitos carros!

São por demais conhecidos os efeitos deletérios sobre a qualidade de vida urbana advindos da eleição do automóvel como solução central de mobilidade, com todas as demais possibilidades – inclusive ou principalmente os deslocamentos a pé – submetidas e adaptadas à lógica dos veículos automotores seja para o transporte de passageiros, seja para o transporte de cargas. Também a cidade, em sua base material, tem que se ajustar ao conforto e exigências do

automóvel. Pavimentações poliédricas, por exemplo, foram – e continuam sendo – recapeadas em inúmeras cidades por pavimentação asfáltica por imposição do automóvel. Avaliadas sob a ótica da drenagem pluvial, as primeiras são muito benéficas à quebra de energia das águas pluviais escoadas em superfície; sob a ótica dos custos e praticidade de manutenção também seriam preferíveis às pavimentações monolíticas, dado à simplicidade e rapidez de reposição de componentes danificados. Contudo, convivemos permanentemente com as incômodas e onerosas operações de reconstituição do pavimento asfáltico deteriorado, ou perfurado para manutenção, substituição ou instalação de novas redes subterrâneas. Da mesma maneira, espaços públicos que poderiam abrigar outras atividades ou cumprir funções vitais à dinâmica ambiental urbana, como as áreas de várzeas em fundos de vales, são ocupados por veículos automotores e, com eles, os conhecidos impactos ambientais e sociais: poluição sonora e atmosférica, poluição difusa do solo e das águas, congestionamentos e acidentes diários.

Não cabe aqui discutir as razões que conduziram as cidades a tal condição de submissão à lógica *rodoviarista*[25] ou as possibilidades de reversão da dependência urbana ao automóvel, mas interessa-nos compreender como essa "cultura nacional" transforma o ambiente tecnogênico das cidades e, mais especialmente, as implicações para o sistema ambiental urbano da transferência desse modelo para encostas de altas declividades, nos programas de urbanização de favelas, que discutiremos no Capítulo 4.

Mais uma vez, o que poderia ser uma opção cultural, tecnológica, ambiental ou econômica de mobilidade urbana, ao lado de outras, se impõe de forma totalitária, seja pela ocupação das várzeas dos rios ou pelo desmonte das encostas em seu alto curso. São Paulo é o exemplo nacional mais contundente quanto à insustentabilidade desse modelo guiado pela circulação de veículos automotores – o urbanismo rodoviarista, termo empregado por Alexandre Delijaicov, em depoimento registrado no documentário *Entre Rios*[26] (Ferraz, Abreu, Scarpelini, 2009) ao narrar o embate que ele qualifica como "ideológico" entre o já citado Saturnino de Brito, que presidia a

[25] O termo "rodoviarismo" tem sido empregado para designar a opção de circulação urbana baseada no uso preponderante de veículos automotores, conforme Nobre (2012, *online*). Disponível em http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/e_nobre/rodoviarismo_sp.pdf. Acesso em julho de 2012.

[26] Disponível em http://vimeo.com/14770270, acesso em junho de 2010.

Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê[27], e outro engenheiro integrante da comissão, Francisco Prestes Maia. Saturnino de Brito defendia a reversão do processo de ocupação das várzeas do Rio Tietê, pelo resgate da "orla fluvial urbana do primordial logradouro público da futura metrópole", prevendo ainda a implantação de lagos na confluência de todos os rios que cruzavam a cidade, resguardando a integridade das várzeas dos rios. Prestes Maia, ao contrário, incluía a várzea do Rio Tietê, após retificação, como o anel mais externo do seu "Plano de Avenidas da Cidade de São Paulo" cujo discurso e as próprias imagens que o ilustravam remetiam à modernidade de cidades européias que adotaram a solução de circulação em sistemas radioconcêntricos, como Moscou, Lion, Viena e Paris. Para Delijaicov, Prestes Maia, ao defender sua proposta, omitia "de modo maroto" o fato de que nessas cidades, os anéis de avenidas formavam parte de um sistema de circulação que já contava com o anel hidroviário que as envolvia e que, por sua vez, era envolvido por um anel ferroviário. A proposta de Saturnino de Brito foi preterida à proposta defendida por Prestes Maia e Ulhôa Cintra que, na opinião de Delijaicov eram os "técnicos que falavam o que os empreendedores queriam ouvir" (Ferraz, Abreu, Scarpelini, 2009). Segundo Helena Maria Menna Barreto Silva (1997), a implantação do “plano de avenidas” iniciou-se em 1929, estendendo-se por quatro décadas. A autora destaca os problemas ambientais constatados em 1991, no diagnóstico do Plano Diretor de Drenagem da cidade de São Paulo, como decorrência da construção de avenidas sobre os leitos canalizados dos córregos afluentes dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí que, por sua vez, tiveram seus leitos aprofundados para a liberação de áreas de várzea para a implantação das avenidas marginais, cujo histórico de enchentes e custos de manutenção são notórios.

Embora as várzeas dos rios da cidade de São Paulo tenham sido ocupadas pelas marginais que conectam pontos extremos da cidade, elas se tornam intransitáveis nos períodos chuvosos pelo extravasamento – cada vez mais frequente – dos rios pela sobrecarga das águas pluviais. O congestionamento nessas áreas rapidamente repercute para todo o sistema radial à jusante, imobilizando-o. Mesmo nos períodos secos, os pontos de transposição dos rios funcionam como gargalos retentores da massa de veículos, que se propaga à montante. Esse caráter impositivo da urbanização sobre o sítio natural está bem explicitado no depoimento de Odette Seabra: “a

[27] Conforme Nobre (2012), o relatório técnico “Melhoramentos do Rio Tietê em São Paulo”, elaborado por Saturnino de Brito, data de 1926.

urbanização de São Paulo foi uma coisa tão violenta que ocupou o lugar do rio. Então, enchente é coisa que nós inventamos. Ela é produto da urbanização" (Ferraz, Abreu, Scarpelini, 2009).

Vimos até aqui efeitos críticos da interação do homem e o sítio nos processos de produção social da cidade dita “formal”. Significa a produção regulamentada por normas, códigos ou regras urbanísticas, jurídicas, ambientais a que supostamente todos os produtores da cidade devem se submeter. Significa também a disponibilidade de recursos públicos – impostos, taxas de manutenção, contribuições de melhorias etc – e tecnológicos para provimento das necessidades coletivas, mediante implantação de sistemas e equipamentos públicos. Nesse modelo, o cidadão comum, embora participe da produção social da cidade por meio das representações dominantes (políticas, culturais, ambientais, sociais etc), está objetivamente alijado de sua produção material, dado à centralização e controle dos sistemas operacionais pelo Estado, concessionárias de serviços públicos ou empresas da construção civil e pesada, sendo a gestão dos sistemas atribuída a instâncias distintas, estanques entre si. Passemos agora, em um rápido paralelo, à cidade dita “informal”, designação usual para os assentamentos urbanos produzidos à margem do Estado e do mercado de produção imobiliária formal. Embora essa designação compreenda diversas configurações e localizações espaciais resultantes de ocupações precárias promovidas por populações de baixa renda, interessam-nos aqui destacar as relações de interação entre o homem e o sítio natural nas ocupações de favelas situadas nas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos. Como pretendemos discutir nos próximos capítulos, o contínuo movimento espacial das favelas nas cidades brasileiras é reflexo das disputas capitalistas por terra urbana. À medida que áreas ocupadas informalmente por favelas adquirem valor para o mercado imobiliário formal, elas tendem a se deslocar total ou parcialmente para áreas até então desvalorizadas, quer sob a ótica econômica, quer sob as óticas ambiental, cultural ou simbólica, ou seja, as favelas sempre se formaram nas áreas menosprezadas pela totalidade social. Ocorre que, frente às evidências da crise ambiental, esses territórios são, justamente, aqueles que exibem hoje qualidades que, crescentemente, são apercebidas pela sociedade como imprescindíveis à melhoria do ambiente urbano. Como não foram radicalmente alterados e desfigurados de seus traços originais, como na cidade formal, preservaram-se aí atributos naturais que marcam a paisagem e a vida cotidiana local, sobretudo os cursos d’água em leito natural, ainda que poluídos. Outro aspecto notável em áreas de declividades médias e altas é a menor incidência dos impactos sociais e ambientais provocados por veículos automotores.

Essas ressalvas visam colocar em foco as recentes tendências urbanísticas de preservação ambiental das reduzidas áreas urbanas não assoladas integralmente por um modo de produção fundamentado na dominação da natureza, devidamente aparelhado tecnologicamente para submetê-la a transformações radicais e inconsequentes, porque não compensadas de forma sistêmica, como a retificação dos cursos d'água, aprofundamento e canalização ou tamponamento de seus leitos, ocupações das várzeas, desmontes de encostas e topos de morros, rebaixamento de lençóis freáticos etc. Como um despertar coletivo tardio, apressamo-nos a legislar sobre os territórios que conservaram parte de seus atributos naturais, submetendo-os a estatutos especiais e subtraindo-os da vida cotidiana pela decretação de "Áreas de Preservação Ambiental" – APAs Urbanas ou outros institutos, em resposta aos processos de degradação em curso.

Cabe aqui registrar o posicionamento de Carvalho (1999), que não apenas compartilho como se constitui no fundamento da minha proposição de manutenção das águas limpas – recuperadas – no cotidiano das cidades e, não, apenas no interior de parques e espaços especializados. O argumento parte de uma analogia entre o "corpo humano" e o "corpo social que integra a civilização atual". Embora reconheçamos que braços e pernas não constituam órgãos vitais ao organismo humano, alteram-lhe o desempenho se permitirmos sua degradação. Analogamente, "partes aparentemente imprestáveis do território urbano têm funções nobres a cumprir, e se tais partes são relegadas, nelas se instalam os processos de degradação que determinam o mau desempenho do aparelho urbano" (Carvalho, 1999, p. 135). Assim que a definição de uma área de proteção ambiental transfere seus encargos para outras áreas que supostamente não precisam de proteção, ou seja, define também no seu entorno áreas de não proteção ambiental:

> Se pretendermos que uma APA seja de fato área de proteção ambiental, sua existência não pode ensejar que certas atividades sejam nelas proibidas a tal título (de preservação ambiental), porque isto implicaria a implantação da referida atividade em outro local, onde supostamente provocaria danos ambientais, o que descaracterizaria a APA, porque ela estaria determinando a falta de proteção ambiental na área envolvente (que seria então uma ANPA). (Carvalho, 1999, p. 136)

Apoiarmo-nos em institutos que preservam algumas áreas em detrimento de outras significa relegar imensos territórios à pressão continuada dos mesmos processos de produção instalados a partir da relação utilitária e pouco respeitosa com a natureza. Acima de tudo, é descartarmos as possibilidades de transformação substancial das relações de intercâmbio com a socionatureza, pela observância cuidadosa das características constitutivas e comportamentais

de cada porção do território, nas quais qualquer processo instalado deve ser ambientalmente justificado. A se considerar os processos generalizados de degradação ambiental nas cidades brasileiras, uma APA deveria abranger "pelo menos a extensão do país, onde impera a nossa soberania. Não há justificação moral para uma APA menor que o país inteiro" (Carvalho, 1999, p. 136).

Do entendimento acima exposto decorrem, essencialmente, as razões pelas quais considero não ser desejável a submissão das áreas de cabeceiras dos córregos urbanos a estatutos especiais como propõem (e têm executado) os programas municipais – *Drenurbs* e *Vila Viva* – em Belo Horizonte, especialmente quando a transferência dos encargos ambientais e sociais ocorre (como tem ocorrido) para as áreas de favelas envolventes, sabidamente degradadas pelas condições precárias de ocupação e pelo adensamento populacional e construtivo, como exploraremos adiante.

1.4 Belo Horizonte e suas águas

> Belo Horizonte nasceu planejada de acordo com a ordem positivista, filha dos desdobramentos do Iluminismo em suas manifestações do final do século passado. A ideologia da ordem e progresso foi expressa na sua configuração urbana, nas linhas e esquinas retas, rigidamente delimitadas, mais adaptadas aos cânones barrocos da tradição ibérica e do modismo francês do que às condições específicas da natureza e do terreno onde se implantava. (Monte-Mór, 1994, p.14)

A intenção desse item é evidenciar os efeitos do *modus operandi* do homem sobre a natureza na configuração das cidades brasileiras a partir do século XX – início da industrialização e intensificação dos processos de urbanização. A concepção e implantação da cidade de Belo Horizonte explicitam bem os propósitos de submissão da natureza à racionalidade técnica, sendo possível pontuar ao longo de sua história e em sua conformação atual as consequências concretas desse modo de produção.

Belo Horizonte conformou-se a partir da ocupação de duas bacias hidrográficas contribuintes no alto curso do Rio das Velhas. Construiu-se a cidade planejada sobre o núcleo já existente do

arraial de *Bello Horizonte*, antigo *Curral D'El-Rey*[28], à margem direita do ribeirão Arrudas, no sopé da Serra do Curral. Apenas pequena porção da cidade – a seção XIV – transpunha o ribeirão Arrudas no entorno da Estação Ferroviária e, fora da Área Central, já na Zona Suburbana e ocupando o topo de uma colina, localizava-se o cemitério[29] (figura 05). Se o arraial havia se instalado ao longo dos córregos que definiam o sítio, a cidade planejada ignorou-os, submetendo-os ao rígido traçado do plano do engenheiro Aarão Reis, responsável pelo projeto e primeiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) do Estado de Minas Gerais (figura 03). Sua expansão – não exatamente como planejada – estendeu-se nas primeiras décadas do século XX para além da Área Central (também denominada Zona Urbana) delimitada por uma avenida de contorno[30], inicialmente ao longo do vale do ribeirão Arrudas e da linha férrea, no sentido leste-oeste e nas duas vertentes e logo ocupando as vertentes à margem esquerda, em direção ao norte e cruzando o divisor de águas com a bacia do ribeirão da Onça.

Arrais (2009) compara o processo de construção da cidade de Belo Horizonte a outras experiências de "reformulação urbanística e de construção de cidades novas de meados do século XIX", especialmente *La Plata*, capital da província de Buenos Aires. Para ele, a aplicação do princípio da tábula rasa[31] implica que "tais centros urbanos deveriam permitir a representação espacial do corpo social" e para tal "a linguagem da geometria analítica cartesiana não era utilizada apenas como método, mas também como modelo de organização social." Transpunha-se, dessa maneira, a ordem social desejada para a realidade física; e o instrumental capaz de concretizá-lo, o desenho, mais do que representação era o portador dos "ideários políticos" transpostos para a malha urbana (Arrais, 2009, p.64). O princípio da tábula rasa bem se adequava ao sentido de "ruptura com o passado e construção do futuro" que permeava o

---

[28] A denominação de *Bello Horizonte* é de 12 de abril de 1890, conforme Abílio Barreto (1928, p.171).

[29] Atual bairro Floresta e Cemitério do Bonfim.

[30] Avenida 17 de Dezembro, atual avenida do Contorno.

[31] O termo "tábula rasa" refere-se a um estado de "indeterminação completa, de vazio total" enquanto que "tábua rasa" designa uma "superfície plana preparada para receber uma inscrição, porém onde nada ainda se gravou". Há ainda a expressão "fazer tábua rasa de" que significa "suprimir inteiramente [o que existe], para substituí-lo por coisas novas; não fazer caso de; não levar em conta, em consideração; desprezar, ignorar". Todos esses sentidos encontrados no Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira, 1975) podem ser aplicados à concepção e implantação da Nova Capital de Minas (como também me parece pertinente aplicá-los – total ou parcialmente – às ações dos Programas Vila Viva e Drenurbs, nas favelas afetadas, como discutido no capítulo 4).

simbolismo da construção da nova capital, determinando a destruição integral do *Curral Del Rei* para a inscrição material dos novos conceitos (Monte-Mór, 1994, p.14).

Em Minas Gerais, como bem demonstra Berenice Martins Guimarães (1991 e 2001), a construção simbólica da nova ordem social foi corporificada pela construção da nova capital. Refletindo os antigos interesses de união das elites mineiras em torno de um centro político administrativo, a transferência da capital de Ouro Preto, cogitada desde 1789, concretizou-se apenas após o advento da República:

> A construção da nova ordem e sua manutenção impunham-se, naquele momento, como o objetivo principal do governo e, dentro dela, três elementos foram vistos como necessários ao desenvolvimento de Minas: a construção de estradas para possibilitar o escoamento da produção; a imigração de mão-de-obra estrangeira, em substituição embora tardia ao escravo; e a construção da nova capital. (Guimarães, 2001, p.38)

Depois de acirradas disputas entre os autodenominados *mudancistas* e os defensores da permanência da capital em Ouro Preto, o Congresso Legislativo mineiro promulga, em 28 de outubro de 1891, a "Lei n. 1, adicional à Constituição" que autoriza a designação da comissão de estudos das localidades indicadas para sediar a Nova Capital: Bello Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora (Barreto, 1928, p.283). Constituída a comissão, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, e apresentados os estudos comparativos entre as localidades dois anos depois, novas acirradas disputas se instalaram no congresso até que promulgou-se, a 17 de dezembro de 1893, a "Lei n. 3, adicional à Constituição", designando Belo Horizonte "para aí se construir a capital do Estado", não obstante a indicação da localidade, segundo parecer da Comissão[32], recair sobre Várzea do Marçal, sendo Belo Horizonte a segunda indicação (Barreto, 1928, pp.401-403). Aarão Reis é designado chefe da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e de sua autoria será o projeto da nova cidade. Ozório

[32] Abílio Barreto (1928) transcreve o resumo do relatório de Aarão Reis, de 16 de junho de 1893, contendo as considerações comparativas da Comissão entre as 5 localidades: condições naturais de salubridade (posição geográfica, altitude, configuração topográfica, formação geral e constituição geológica do solo e do sub-solo, regime das águas superficiais e subterrâneas e condições atmosféricas e nosológicas); abastecimento de água; esgoto geral de imundices, materiais fecais e águas servidas e pluviais; edificação da nova capital e construções em geral; recursos de vida; iluminação pública e particular; viação em geral; e por fim, uma avaliação geral das despesas mínimas para a edificação da nova capital em cada localidade (1928, pp.294-354).

(1981 *apud* Guimarães, 1991) considera que a concepção da nova capital já estaria definida para Aarão Reis, antes mesmo da escolha do lugar: "para a cidade desenhada em sua imaginação seria suficiente um setor geográfico, relativamente grande [além de] recursos e amplos poderes delegados pelo Estado" (Ozório, 1981, p.136 apud Guimarães, 1991, p.45). A suposição de Ozório revelaria a crença irrestrita de Aarão Reis[33] na capacidade técnica e política de moldar em qualquer sítio a cidade-símbolo da república, em parte constatável no projeto proposto para a nova capital, no qual a suposta racionalidade diz respeito apenas ao desenho, sequer transparece a intenção de dominar racionalmente a natureza, apreendendo a ela sua essência, como propugnava Bacon. O contraste entre o arraial existente e a proposição de Aarão Reis estão ilustrados abaixo (figuras 02 e 03).

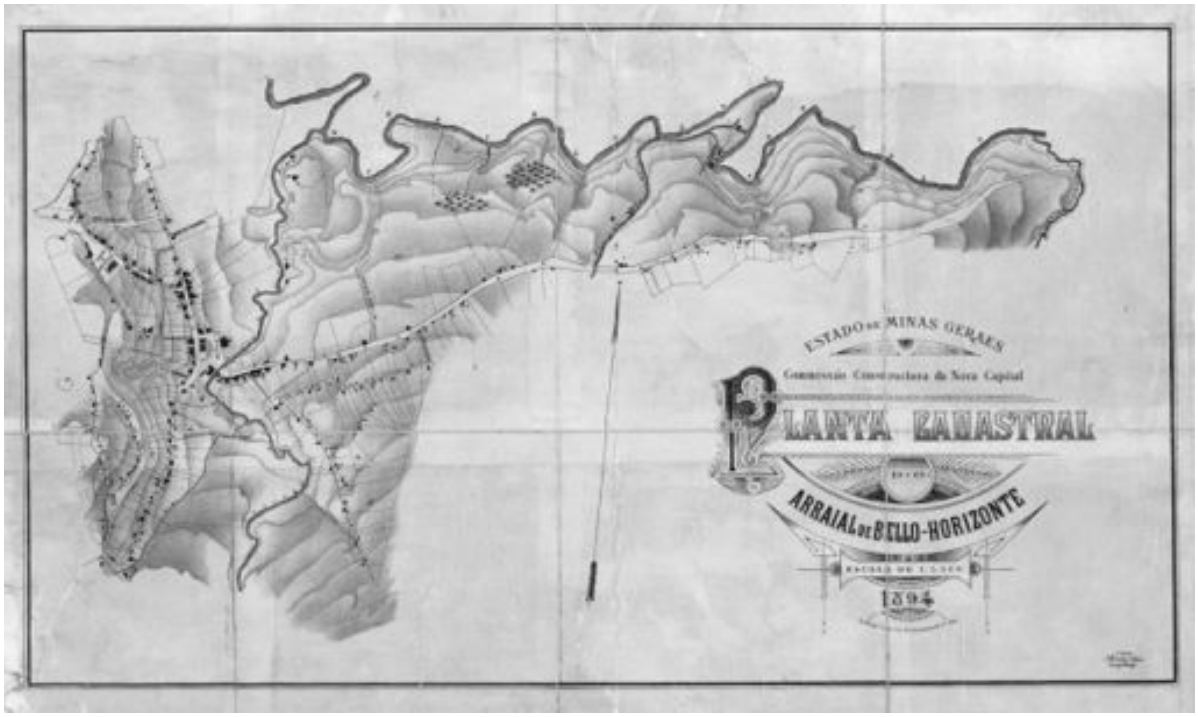


Figura 02. Planta cadastral do arraial de Belo Horizonte

Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, s.d. (Arquivo Público Mineiro).

[33] Guimarães (1996) considera que, embora não seja evidente a filiação de Aarão Reis a qualquer das correntes políticas e filosóficas que dominavam o cenário de sua época, o positivismo o atraía devido à "prioridade dada à ciência como instrumento capaz de transformar a realidade e promover a evolução da humanidade" (1996, p.126).

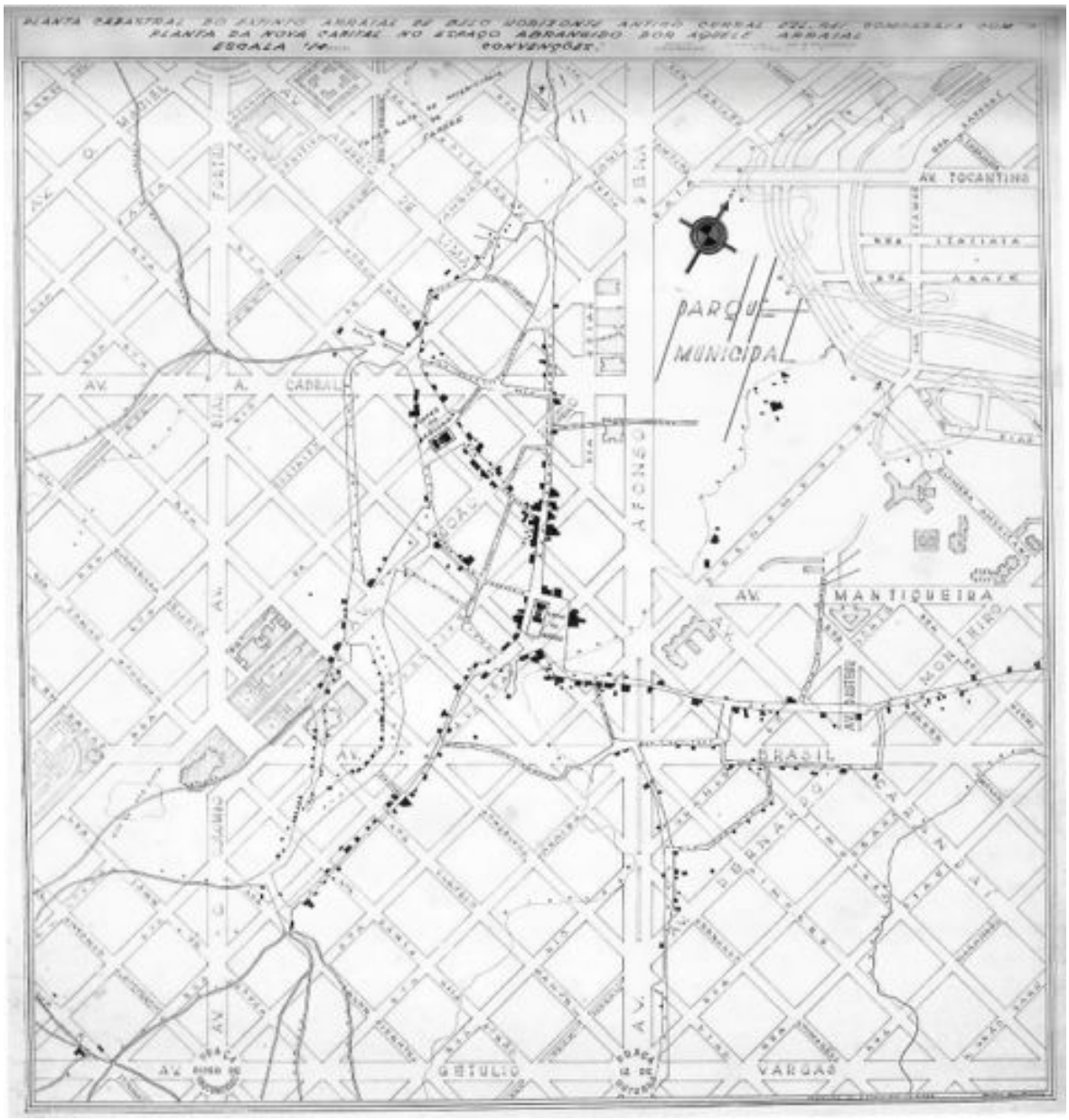


Figura 03. Planta cadastral do extinto arraial de Belo Horizonte antigo Curral del Rei comparada com a planta da nova capital no espaço abrangido por aquele arraial

Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, s.d. (Arquivo Público Mineiro).

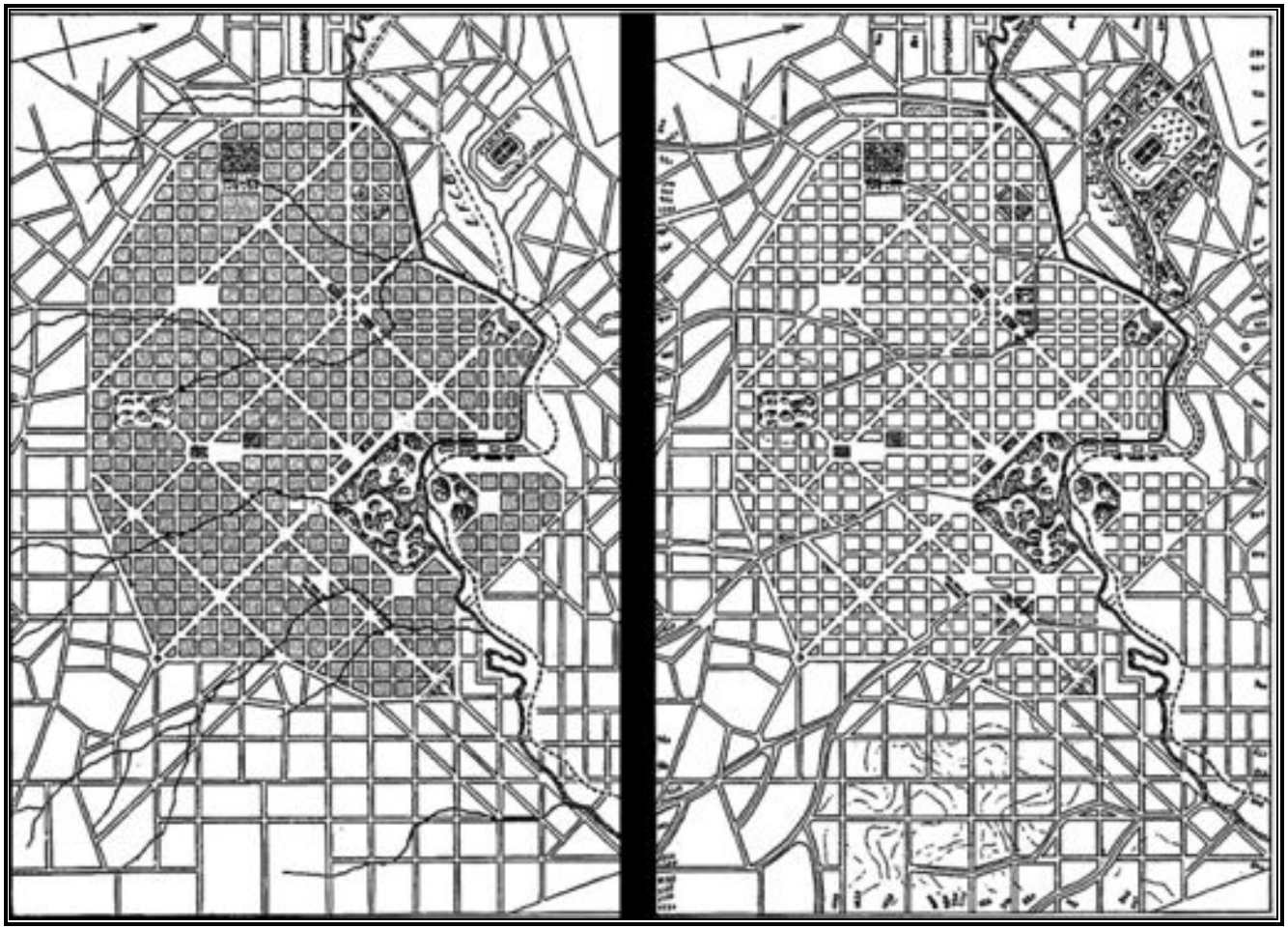


Figura 04. Plantas de Belo Horizonte: Aarão Reis x Saturnino de Brito

Contraposição do traçado geométrico de Aarão Reis e do traçado sanitário proposto por Saturnino de Brito. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1977, p.44.

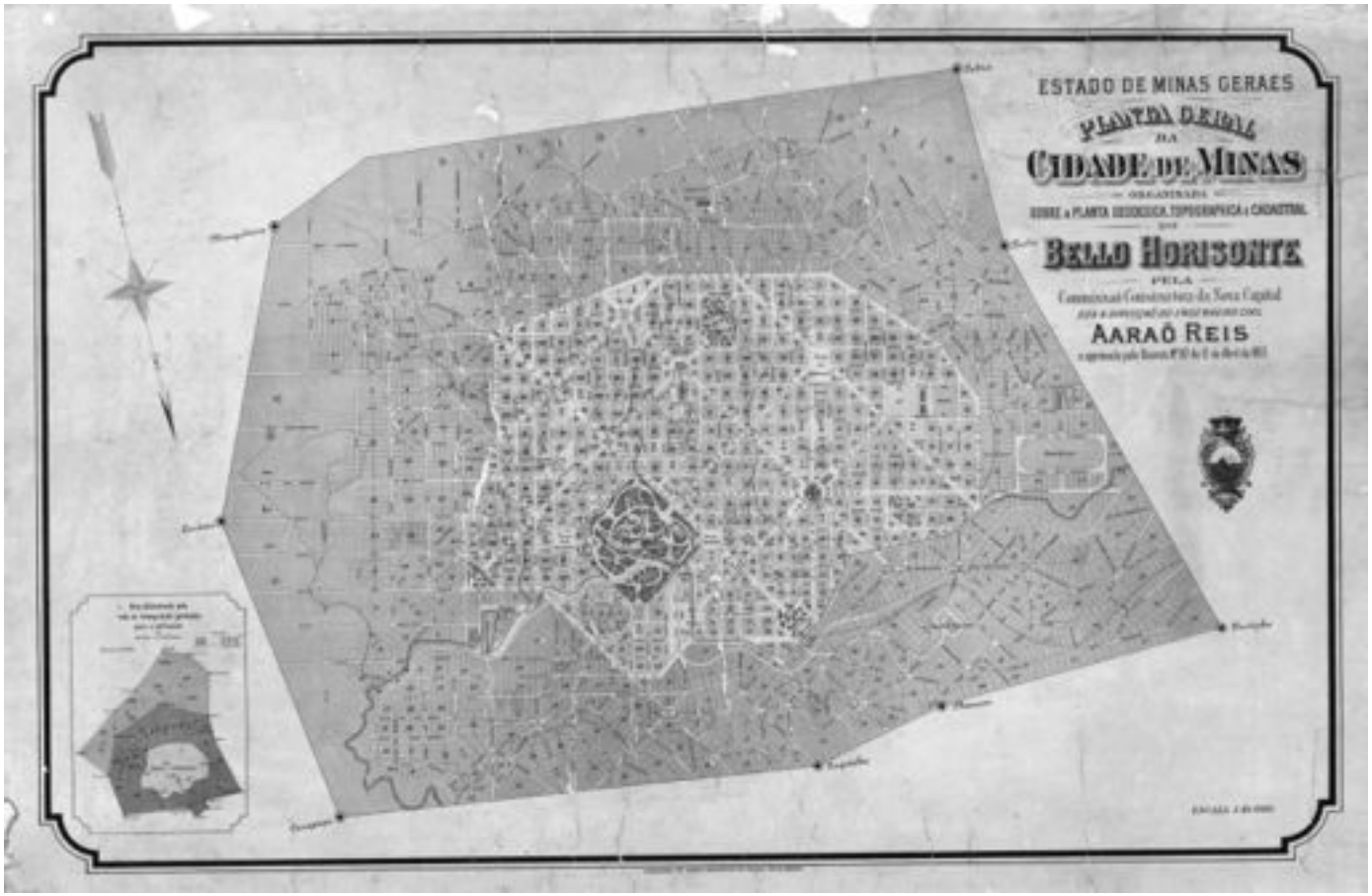


Figura 05. ***Planta Geral da Cidade de Minas organisada sobre Planta Geodesica Topographica e Cadastral do Bello Horisonte***

Aprovada pelo Decreto Nº 80 de 15 de abril de 1895. Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital (Arquivo Público Mineiro).

Observa-se à figura 02 que o Curral Del Rei desenvolveu-se ao longo dos cursos d'água, organicamente ajustado ao sítio. Ao contrário, a malha urbana da nova capital impõe a mesma rigidez retilínea para todo o perímetro definido para a cidade, aplicável indistintamente a qualquer sítio. A figura 03 é ilustrativa do contraste entre o ambiente tecnogênico resultante da interação humana na produção do antigo arraial e a proposição de Aarão Reis. A natureza é sumariamente ignorada, exceto como provedora de insumos para a construção da cidade, para o abastecimento de água ou para o escoamento de dejetos. A hidrografia foi absolutamente desconsiderada mesmo para o atendimento às necessidades sanitárias, a despeito da proposição de Saturnino de Brito que admitia "dimensões e sinuosidades nas vias compatíveis com os percursos naturais dos córregos e ribeirões existentes na área do projeto, sem desmerecer o traçado geométrico inicial", visando a instalação dos sistemas de esgotamento sanitário e pluvial (Champs, Perez e Fróes, 2011, p.1), como evidenciado na figura 04.

A mesma rede hidrográfica que, ao lado do clima ameno, influenciou na escolha do sítio da nova capital, não comparece no desenho de Aarão Reis senão como tênue representação (figura 05). Ela é irrelevante para a malha hipodâmica de 120m x 120m, incrementada por avenidas em 45 graus e simbolicamente enaltecida por uma grande avenida no sentido norte-sul (atual avenida Afonso Pena).

Desde a proposição inicial de Aarão Reis, a submissão dos cursos d'água à rigidez do traçado geométrico gerou inúmeros inconvenientes. Ainda que seus leitos fossem desviados e retificados para coincidirem com o traçado das ruas, os talvegues e depressões remanescentes no interior das quadras – moldados pelo relevo – frequentemente eram retomados pelas águas pluviais. O traçado alternativo de Saturnino de Brito visava, não apenas dispensar vultosas movimentações de terra para evitar inundações nessas áreas, como também facilitar a implantação futura de sistemas coletores de esgoto.

O abastecimento de água foi também objeto de controvérsias, tendo resultado na exoneração de Saturnino de Brito do cargo de chefe da 1ª secção da 5ª Divisão da Comissão Construtora da Nova Capital, por Aarão Reis[34]. Inconformado com as alterações impostas à execução dos serviços de abastecimento, em desacordo com a base de cálculo previamente fixada de 300

[34] Pouco tempo depois, o próprio Aarão Reis pediria sua exoneração da CCNC, dado "o aumento da ingerência do Executivo estadual no processo de ocupação urbana e a tentativa de reduzir o papel da CCNC" (Saneamento Básico..., 1997, p.54)

litros por habitante e população de 200.000 habitantes, Brito trouxe a público, em maio de 1895, minucioso relato dos fatos e afirma:

> O erro é patente e o Estado de Minas, sem colher no Presente economia alguma com a execução do plano projetado, vai sacar, imprevidentemente, para não empregar outro advérbio, contra um Futuro para o qual cumpre, à geração atual, trabalhar com mais critério, com mais amor. (Brito, 1944 [1895] p.36)

São recorrentes seus alertas prognósticos à depauperação de nosso patrimônio comum, inclusive contrariando interesses de propriedade por considerar os proprietários "meros depositários" do que lhes confiaram gerações passadas. Segundo Brito, os proprietários são depositários da terra tanto quanto do capital e, tendo ambos origem social, devem ter aplicações sociais: "as gerações presentes pagam duramente a atroz devastação realizada pelas gerações passadas, as gerações futuras sofrerão mais cruamente do crime que cometem aquelas" (Brito, 1944 [1892], p.118).

Também a definição do sistema de esgotamento sanitário foi polêmica, tendo-se optado, em detrimento do sistema separador absoluto, pelo sistema unitário – *tout à l'egout* – "com a proposta de depuração das águas residuárias através de infiltração no solo" (Saneamento Básico..., 1997, p.44). Esse tratamento, no entanto, não foi implantado, "devido, principalmente, à demanda por áreas agricultáveis e condições topográficas desfavoráveis" (Saneamento Básico..., 1997, p. 67). Os esgotos *in natura*, lançados diretamente no ribeirão Arrudas, comprometeram o uso das águas tanto para irrigação quanto para uso doméstico. Na figura 05, na planta da cidade, observa-se que o local destinado às desinfecções dos esgotos situava-se junto ao ribeirão Arrudas, à nordeste da zona urbana, no bairro de Santa Efigênia. Contíguo a esse local, estavam as áreas destinadas a oficinas e também ao matadouro municipal[35].

Aarão Reis, a seu pedido, é exonerado da CCNC, em maio de 1895, e substituído pelo engenheiro Francisco Bicalho que, efetivamente, conduzirá as obras de implantação da nova capital, com algumas modificações nos projetos anteriores, mas mantendo as proposições

[35] Como se pode observar no mapas incluídos no Apêndice, toda a extensa área a partir desse ponto para além dos limites da zona suburbana esteve ocupada por favelas até início da década de 1980 quando a canalização do Arrudas estendeu-se além dos limites da avenida do Contorno. Segundo Borsagli (2011, *online*), "na execução das obras diversas favelas ribeirinhas foram removidas e seus moradores relocados para diversas áreas da região metropolitana, principalmente após a grande enchente de 02 de janeiro de 1983".

básicas em relação à captação e abastecimento de água, às modificações no regime dos cursos d'água e drenagem pluvial e ao sistema de esgotamento sanitário (Saneamento Básico..., 1997, p.54 *et seq*.). Por ocasião da inauguração da cidade, o canal do ribeirão Arrudas havia sido rebaixado, no trecho entre a Praça do Mercado (atual estação rodoviária) e a esplanada da Estação Central, e apenas iniciado o revestimento dos taludes; também estava inconclusa a mudança de curso e construção do canal do córrego do Acaba Mundo e as obras de urbanização abarcavam, efetivamente, apenas "o bairro dos Funcionários, a avenida Afonso Pena, a avenida do Comércio (atual avenida Santos Dumont) e o entorno da Estação da Central do Brasil" (Saneamento Básico..., 1997, p.66).

Segundo Alessandro Borsagli (2011, *online*), na década de 1920, o córrego da Serra foi retificado, canalizado e coberto no pequeno trecho que cruza a Zona Urbana. Já os outros dois córregos que a atravessam – Leitão e Acaba Mundo – foram também retificados e canalizados, mas mantidos abertos e marcantes na paisagem, registrando-se a conclusão das obras na Zona Urbana, na administração do prefeito Luiz Barbosa Gonçalves Penna, entre 1930 e 1932; também nesse período, fora da Zona Urbana, foi canalizado trecho do córrego do Zoológico[36], cujas cabeceiras localizam-se na elevação ocupada atualmente pelo clube Minas Tênis I. O córrego do Acaba Mundo foi desviado a partir da avenida do Contorno, pelas avenidas Professor Morais e Afonso Pena até a região do Parque Municipal, onde alimentou os lagos aí existentes até os anos 1960[37]. Seu antigo leito foi aterrado com material do Morro do Cruzeiro (atual Praça Milton Campos) possibilitando a urbanização de extensa área e dando origem a treze novos quarteirões. O córrego do Leitão teve seu leito retificado inicialmente para as ruas Tupis e Padre Belchior (não prevista no plano de Aarão Reis) e rua São Paulo até seu cruzamento com rua Alvarenga Peixoto, sendo implantados emissários de esgoto em sua margem direita (Borsagli, 2011, p.9). Em 1928, mais um trecho do ribeirão Arrudas foi retificado e mantido em canal aberto entre a Praça da Estação até a região do Parque Municipal e, mais tarde, em 1963, da Praça Rio

[36] Segundo o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Luiz Barbosa Gonçalves Penna foi nomeado prefeito, em setembro de 1930, pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Maciel: "dentre suas ações frente à PBH, vale destacar a conservação de várias vias, pavimentação da cidade, obras de ampliação das avenidas sanitárias, esgotos pluviais e sanitários, conclusão da canalização na zona urbana dos córregos Acaba Mundo e Leitão e a canalização do córrego do Jardim Zoológico".

[37] Em 1963, o abastecimento dos lagos passou a ser por águas subterrâneas devido ao elevado nível de poluição do córrego do Acaba Mundo por esgoto e lixo (Borsagli, 2011, p12).

Branco (atual rodoviária) à montante até a foz do córrego do Leitão. Após inúmeros eventos de inundações nas décadas seguintes, comentados adiante, a canalização foi estendida à jusante do parque municipal, no início dos anos 1980 (Baptista *et al*, 1998, p. 43).

A partir dos anos 1950, a população passou a crescer em ritmo acelerado, passando de 352.000 para 1.250.000 habitantes em 1970 (Borsagli, 2011, p.10). Esses córregos tornaram-se, então, redes de esgotos, pois os emissários existentes não suportavam o volume de contribuições. Além disso, seus leitos estavam assoreados pela crescente deposição de lixo doméstico e sedimentos. Decidiu-se, então, pelo fechamento dos cursos d'água, como medida de combate simultâneo ao mau cheiro e às inundações frequentes ao longo do percurso dos dois córregos. Também se esperava amenizar o problema do tráfego de veículos na região central, pela cessão do espaço dos córregos às vias veiculares, cuja ampliação era também perseguida com outras medidas, tais como o estreitamento de jardins, canteiros centrais e supressão de árvores (Carone Filho, 1964, p.41).

As administrações municipais do prefeito Jorge Carone Filho (1963-1965) e de seu sucessor, Oswaldo Pieruccetti (1965-1967), foram pródigas na canalização de córregos, inclusive em áreas externas à avenida do Contorno. No relatório do Prefeito Jorge Carone, referente ao exercício de 1963, lê-se:

> Obra de grande vulto está sendo concluída na rua Professor Morais, com o alargamento e aprofundamento do canal e lajeamento do mesmo. Também a canalização do córrego da Avenida Uruguai no Carmo foi feita, conseguindo-se o disciplinamento dos cursos de águas para evitar os constantes transbordamentos que prejudicavam grande parte do Bairro dos Funcionários, mórmente as ruas Paraíba, Bernardo Guimarães e Pernambuco. Estas obras permitiram ainda a urbanização de apreciável área do Bairro Sion e do Bairro do Carmo. (Carone Filho, 1964, p.58)

O mesmo relatório registra a canalização do córrego do Zoológico "que passa nas proximidades do Minas Tênis Clube, com benefícios sanitários e estéticos", a intensificação dos serviços de perfuração de poços artesianos "a fim de atenuar o eterno e grave problema de falta d'água", além de comunicar o "apressamento" das obras de captação de água do Rio das Velhas que deveria responder parcialmente pela demanda de água na capital (Carone Filho, 1964, p.58). Algumas obras de canalização iniciadas em sua gestão foram concluídas na gestão seguinte, do prefeito Oswaldo Pieruccetti, que registra a canalização do córrego dos Pintos (avenida Francisco Sá, desde as nascentes no bairro Gutierrez até a avenida do Contorno); córrego do

Gentios (afluente do Acaba Mundo), para abertura das avenidas Francisco Deslandes e Vitório Marçola; córrego do Acaba Mundo (entre BR-3 – atual avenida Nossa Senhora do Carmo – e avenida do Contorno; córrego da Serra e Mangabeiras (rua Estevão Pinto); córrego Zoológico (rua Antonio de Albuquerque); córrego Piteiras (avenida Silva Lobo, entre avenida Amazonas e rua Platina); – 1966; córrego do Cardoso (avenida Mem de Sá); córrego do Navio (avenida Belém); o trecho final do córrego do Leitão, da rua São Paulo até a foz, passando pela rua Padre Belchior – rua que não existia no plano de Aarão Reis, e pela rua Mato Grosso. Além disso, o relatório registra a substituição de manilhas em vários trechos no interior de quadras, devido à vazão insuficiente (Pieruccetti, 1967, pp. 78-90).

Baptista, Nascimento, Ramos e Champs (1998) investigaram a evolução dos problemas de inundação em Belo Horizonte nos arquivos do Jornal Estado de Minas, no período de 1928 a 1997, além de dados coletados na SUDECAP, constatando "o problema crônico das inundações que causam mortes e deixam desabrigadas as populações ribeirinhas desde sua fundação. A origem dos problemas certamente encontra uma explicação nas opções relativas à hidrografia adotadas na concepção da cidade" (Baptista *et al*, 1998, p. 43). Os autores destacam como notáveis as "enchentes de 1908 e 1916, que forçaram a canalização do Arrudas, em 1928" e os transbordamentos do Arrudas, do Leitão e do Acaba Mundo nas "grandes cheias de janeiro de 1949".

Novos eventos de inundação nas décadas de 1960 e 1970 nesses dois tributários levaram à ampliação e capeamento dos canais na área central e à instalação de barragens de amortecimento das cheias à montante da área urbanizada. (Baptista *et al*, 1998, p. 43-45). As obras de execução de barragens nos córregos do Leitão e do Acaba Mundo arrastaram-se desde os anos 1930 e foram, finalmente, concluídas na administração de Oswaldo Pieruccetti (1971-1975). A barragem do córrego do Acaba Mundo rompeu-se 48 horas após sua inauguração (Saneamento Básico..., 1997, p.232) e teve de ser refeita. Tanto no Acaba Mundo quanto no Leitão, os lagos implantados para amortecimento de cheias foram progressivamente assoreados em decorrência da urbanização crescente à montante e também de sua utilização como bota-fora de entulho, lixo e terra. Em 1995, os lagos foram retirados do sistema, mas na bacia do córrego do Leitão, novo evento de inundação em 1996, "atingindo áreas intensamente ocupadas e valorizadas" forçou a "total reinserção do reservatório no sistema [...] sob pena de uma nova intervenção, pela terceira vez, no curso d'água" (Baptista *et al*, 1998, p. 43-45).

Todos os autores pesquisados referem-se enfaticamente às enchentes de 02 de janeiro de 1983, como uma tragédia de grandes proporções que atingiu as favelas ribeirinhas ao Arrudas, à jusante da avenida do Contorno[38]. A arquiteta Laudelina Garcia (entrevista, 2011), à época assessora do Gabinete do Prefeito, referiu-se a essa enchente como uma "tragédia anunciada", ao rememorar as sérias conseqüências das chuvas de verão nos trechos em que as obras de ampliação do canal do rio estavam em ritmo lento e mesmo paralisadas, à jusante do parque municipal, entre o viaduto da avenida Francisco Sales e avenida do Contorno. Seis meses antes da tragédia, o relatório "Canalização do ribeirão Arrudas. Indicação de obras mínimas necessárias" alertava para os riscos advindos da paralisação, enfatizando que "não há mesmo como não dar prosseguimento às obras, uma vez que sob o aspecto de segurança das propriedades lindeiras e sobretudo das vidas das pessoas que moram ao longo do Arrudas, especialmente no trecho a jusante, o problema nos parece muito grave" (BELO HORIZONTE, SUDECAP, 1982). No entanto, mesmo após a conclusão das obras nesse trecho, novas enchentes assolaram a região, em 1987. Embora vultosos investimentos públicos tenham sido feitos buscando resolver, sem sucesso, as frequentes inundações, há ainda o comprometimento da qualidade das águas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, já apontado como crítico em 1994, por Yara Landre e Monte-Mór:

> A Bacia do Arrudas, cujas nascentes estão no município de Contagem, está totalmente comprometida, assim como a Bacia do Onça/Pampulha. As duas bacias, contribuintes do Rio das Velhas, recebem esgotos domésticos e industriais *in natura*, constituindo alguns dos maiores poluidores do Rio das Velhas e posteriormente, da Bacia do São Francisco. Todo o sistema de vida animal e vegetal da Bacia do Arrudas e do Onça está descaracterizado, e suas águas apresentam elevados índices de turbidez e DBO. (Landre e Monte-Mór, 1994, p. 86)

Os autores explicitam também a condição paradoxal do nosso modelo que, enquanto importa água a distâncias sempre crescentes, exporta os dejetos, impactando municípios vizinhos à montante e à jusante:

---

[38] Pequenas áreas remanescentes das favelas testemunham a história: Vila Ponta Porã (Vila do Caixote, União), Vila Dias (Vila da Praia, Buraco Quente I e II, Curral das Éguas), Vila São Rafael (Gogó da Ema) e Vila Cônego Pinheiro (Beco da Pedreira); os nomes apresentados entre parênteses são antigas denominações das favelas, encontradas na literatura e que foram fundamentais à reconstituição cartográfica, apresentada no Apêndice.

> A captação no Sistema Manso, responsável por parte considerável do abastecimento previsto para o ano de 2005, faz-se a 70 Km da cidade. Além dos altos custos de manutenção e transporte da água, a construção desses lagos artificiais de captação e reserva apresenta o inconveniente da eliminação de terras produtivas e habitats naturais, não obstante o crescente esforço, por parte da companhia estatal de produzir, em troca, uma natureza segunda – espécie de simulacro do *habitat* natural da Mata Amazônica – ao redor das áreas de captação e barragens, como nos sistemas Serra Azul, Manso e outros. Mas se tais trabalhos de preservação ambiental e controle ecológico conseguem proteger a área imediata, até reintroduzindo elementos centrais do ecossistema original da região, não conseguem salvar a área inundada, e nem mesmo garantir proteção ambiental a toda a microbacia, de forma a evitar, ou retardar em muito, o assoreamento das barragens. (Landre e Monte-Mór, 1994, p. 86-87)

Em síntese, os problemas associados à má gestão da água, consideradas suas três dimensões – como suprimento, agente dinâmico ou veículo de poluentes e contaminantes – não são distintos em Belo Horizonte daqueles enfrentados em outras grandes cidades brasileiras. Em que pesem as notórias diferenças infraestruturais entre cidades litorâneas, interioranas, montanhosas ou de planícies, seguimos aplicando indistintamente as mesmas soluções mesoestruturais e padecendo dos mesmos infortúnios.

Retomemos a crise do sistema tradicional de drenagem urbana. Roberto Champs, Silvana Trigueiro e Carla Fróes (2011, *online*) consideram "legítima, porém equivocada" a aspiração à canalização de córregos, comumente expressa pela população da cidade: legítima por refletir a deficiência dos sistemas de esgotamento sanitário e de gestão de resíduos sólidos, e equivocada por que a canalização não resolve os problemas, apenas os esconde. As soluções acenadas pelos autores consideram os sistemas de infraestrutura[39] idealmente integrados e a participação popular segundo um "novo modelo de gestão para a drenagem" no qual "há que se aplicar o conceito de gestão solidária, compartilhando-se as responsabilidades com as comunidades envolvidas", expresso no *Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte* – PDD, concluído em janeiro de 2001, sendo o *Programa Drenurbs* um de seus produtos (Champs, Perez e Fróes, 2011, p.8).

[39] A utilização do termo "infraestrutura" pelos autores refere-se ao seu emprego usual, ou seja, a designação dos sistemas de intermediação das superestruturas urbanas e o sítio (sistemas de drenagem urbana, o esgotamento sanitário, pavimentações etc.).

Na primeira fase do PDD, concluída em 2001, elaborou-se “uma caracterização diagnóstica das bacias hidrográficas da cidade, um cadastro completo do sistema de macro e microdrenagem, uma avaliação com a identificação de patologias estruturais em nossas galerias, e a implantação de um sistema georeferenciado para a drenagem urbana em Belo Horizonte.” (Aroeira, 2010, p. 227)

O programa encampou em sua pauta de ações a revitalização dos cursos d’água ainda em leito natural, no município, tendo por objetivo geral a propalada “melhoria da qualidade de vida da população da cidade e a valorização do meio ambiente urbano”. Nos objetivos específicos transparece a intenção de integração das ações relativas ao esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos, controle de inundações e da produção de sedimentos. (Aroeira, 2010, 228). Figuram, ainda, nas diretrizes gerais, o conceito da não-transferência de prejuízos; garantia da viabilidade do serviço e organização da gestão no âmbito da prefeitura.

Na bacia do ribeirão Arrudas, excetuados os cursos d’água no interior de parques ou de áreas de proteção de mananciais para abastecimento, os raros córregos em leito natural, ainda que poluídos por aportes consideráveis de esgoto e lixo, encontram-se no interior das maiores e mais antigas favelas da cidade. São sobreviventes de programas de urbanização de favelas anteriores ao Programa *Drenurbs*, a partir do qual as costumeiras canalizações de cursos d’água foram interrompidas sob a diretriz de manutenção dos cursos d água ainda não canalizados nas condições mais naturais possíveis, evitando intervenções que imprimam velocidade ao escoamento das águas, ou seja, evitando-se as soluções clássicas da drenagem pluvial urbana. As áreas visadas pelo *Drenurbs* são, justamente, as áreas ocupadas por favelas e outros assentamentos precários que escaparam à urbanização convencional a submeter a natureza aos desígnios da técnica, da ciência e do capital.

Na bacia do ribeirão Arrudas, as maiores e mais antigas favelas e aglomerados ocupam áreas nas cabeceiras de importantes córregos urbanos, estendendo-se ao longo de seus leitos, em áreas hoje valorizadas no mercado de terras. Embora ocupem reduzida área – pouco mais de 5% do município (URBEL, 2004) – estão estrategicamente localizadas, sob a ótica aqui perseguida. Em conjunto, a soma destas pequenas bacias de drenagem constitui uma parcela significativa de nossa área urbana e, como pretendem explicitar os mapas apresentados no encarte, o ambiente tecnogênico aí constituído repercute por todo o território à jusante.

Transformar as favelas à imagem e semelhança da cidade formal compromete essa possibilidade de ainda nos reabilitarmos social e ambientalmente.

A bacia hidrográfica de um rio é constituída por diversos pequenos cursos d'água que, por sua vez, definem microbacias hidrográficas. É nas cabeceiras dessas microbacias que o córrego nasce limpo e vai recebendo esgotos e outros resíduos no trajeto; por aí devem iniciar-se os processos de recuperação (Moretti, 2001). Não é possível recuperar um curso d'água senão de montante para jusante. O Projeto Manuelzão, criado em 1997 por iniciativa de professores da Escola de Medicina da UFMG ligados à Saúde coletiva, considera, acertadamente que:

> É necessário que o modelo de gestão das águas de Belo Horizonte seja revisto: proibindo-se novas canalizações; fazendo "descanalizações" para que os cursos d´água possam correr livres no seu leito natural [...]; aumentar a permeabilidade do solo; rever a lei de uso e ocupação do solo para garantir a preservação das cabeceiras dos cursos do d´água; aumentar as áreas verdes em pontos estratégicos na cidade; "descimentar" fundos de quintais de áreas públicas, dentre outras. Não podemos dominar a natureza, mas podemos aprender como conviver com ela e evitar os danos e tragédias.

Não obstante a condição recorrente dos cursos d'água, nas cidades brasileiras, como meros receptores de esgoto, lixo e águas de chuva, nas favelas eles se encontram frequentemente ainda em leito natural. Precisamos alcançá-los, antes que sejam confinados no interior de parques, pela extinção integral da favela, como ação do *Drenurbs*, ou subtraídos ao cotidiano das populações afetadas pelo programa *Vila Viva*, que remove as famílias, demole suas casas, mantem o entulho e restos das estruturas das edificações. As áreas, agora despovoadas, estão abandonadas e descuidadas, recebendo o aporte diário de lixo, entulho e terra, florescendo o capim colonião e a mamona e habitadas por ratos. Muitos ratos. Enormes ratos.

Em síntese, considero inconsequente e inócuo determinarem-se algumas áreas à preservação – as APAs, enquanto outras são condenadas à não-preservação – as ANPAs, como medida de recuperação ambiental urbana, partilhando o entendimento de Carvalho (1999) supracitado. Decorrem daí, essencialmente, as razões pelas quais considero não ser desejável a submissão das áreas de cabeceiras a estatutos especiais como propõem (e têm executado) o *Drenurbs* e o *Vila Viva*, especialmente quando a transferência dos encargos ambientais e sociais ocorre (como tem ocorrido) para as área de favelas envolventes, sabidamente degradadas pelas condições precárias de ocupação.

2. ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

Em 1998, Alba Zaluar e Marcos Alvito reuniram no livro *Um século de Favela* doze contribuições de pesquisadores oriundos de diferentes campos do conhecimento. Lícia Valladares (2004, p.125) observa o quanto é sintomático de uma certa visão entre os estudiosos, que apenas três dessas contribuições se dediquem a "transformações na política e na estrutura social", enquanto todas as outras abordam o tema da favela com ênfase na cultura popular ou então no crime e na violência. O alerta da autora é contra um dogmatismo simplista e idealizador. Por um lado, atribuem-se às favelas condições peculiares que as contrapõe, em conjunto, à cidade formal e que justificariam políticas públicas especiais. Por outro lado, negam-se suas especificidades físico-ambientais, próprias a qualquer porção do planeta, definindo-as como alvo homogêneo para as políticas públicas, além de associá-las indevidamente ao lugar exclusivo da pobreza urbana, deixando "na sombra os outros setores da cidade tão carentes quanto, ou até mais, e grandemente necessitados de investimentos públicos", como os inúmeros loteamentos irregulares, periferias pobres e áreas centrais decadentes nos grandes centros urbanos brasileiros (Valladares, 2004, p.131).

Tais dogmas obscurecem elementos essenciais à compreensão da gênese e da permanência das favelas, como o fato de sempre terem sido importantes produtores e mercados consumidores de bens e serviços. Em última análise, a visão dogmática obscurece a funcionalidade das favelas na economia política das cidades, impelindo-nos também a naturalizar as contradições sociais que primeiro criam a favela, e depois criam a intervenção na favela, alardeadas como inclusão social e recuperação ambiental. Como já dito, as favelas nunca estiveram fora da cidade capitalista; elas são, antes, o seu "não-idêntico". Francisco de Oliveira evidenciou essa relação já em 1972, tanto no que diz respeito ao crescimento desordenado das cidades, que favorece processos de acumulação urbana, quanto no que concerne à autoconstrução habitacional propriamente dita. O sobretrabalho realizado na autoconstrução "contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho" de modo a "deprimir os salários reais pagos pelas empresas" (Oliveira, [1972] 2003, p.59).

Passamos ao estudo da renda fundiária urbana, não sem antes registrar um dado do IPEA (Economia brasileira: indicadores de performance macroeconômicas e perspectivas, 2009), a um só tempo estarrecedor e esclarecedor, a demonstrar a submissão do trabalho ao capital: 70% do PIB brasileiro referem-se aos ganhos de capital (lucro e juro), "que beneficiam, antes de tudo, meia dúzia de grandes banqueiros e grandes industriais", reservando "pouco mais de 30% para a massa salarial do restante dos outros quase 200 milhões de brasileiros" (Souza, 2010, p.312).

2.1 Renda Fundiária Urbana

As reflexões de Marx e Engels são o ponto de partida para a compreensão da categoria econômica da renda da terra e suas implicações na conformação socioespacial das cidades brasileiras.

Marx dedica todo o volume iv do Livro 3 d'*O Capital*[40] à análise da propriedade fundiária em suas diversas formas históricas. Destacarei preliminarmente duas afirmativas fundamentais à compreensão desta categoria econômica: "a propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular com exclusão de todas as demais vontades" (Marx, 1974 [1894], p.707); e "[a renda fundiária] é uma categoria que à primeira vista se revela irracional, (...), pois a terra não é produto do trabalho, não tendo portanto valor algum" (Marx, 1974 [1894], p. 715).

A primeira consideração remete-nos à chamada acumulação primitiva (Marx, 1971 [1867], p. 828-882) que abordarei mais detalhadamente no próximo item deste capítulo porque, ao descrever os processos de acumulação, Marx desvela os aspectos obscuros da abordagem econômica até então vigente que convenientemente omite os processos de despossessão necessários à acumulação. O trabalho é a única fonte de valor mas, paradoxalmente, a riqueza produzida não está concentrada nas mãos do trabalhador. Ao omitir a gênese dos processos de acumulação econômica, os economistas clássicos naturalizam os violentos processos de usurpação e expropriação que determinarão a riqueza ou a pobreza de um indivíduo e de uma classe, os possuidores e os destituídos. Segundo Lenz (1981, p.82), somente a partir daí

[40] Capítulos XXXVII a LII (Marx, 1974 [1894], pp. 705-1013).

introduziu-se na ciência econômica seu caráter histórico e social, distinto das abordagens clássicas, sobretudo de Smith e Ricardo, que concebiam as formações sociais da sociedade capitalista como imutáveis. Não havendo razões – na visão dos clássicos – para se questionar o monopólio de porções de terras por alguns em detrimento de outros, também não haveria razões para remeter a análise do modo de produção capitalista a um momento anterior, como o fez Marx.

A distinção entre a abordagem clássica e a de Marx é também sublinhada por Engels, no prefácio da edição inglesa d' *O Capital*, de 1886, ao destacar as expressões criadas por Marx para que fizessem jus aos conceitos que, de fato, expressam.

> Uma teoria que considera a moderna produção capitalista mero estágio transitório da história econômica da humanidade tem, naturalmente, de utilizar expressões diferentes daquelas empregadas por autores que encaram esse modo de produção como imperecível e final. (Engels, 2008 [1886], p.40)

O exemplo mais notório da assertiva acima é a expressão *mais-valia*, criada por Marx para designar inequivocamente as "frações da parte não paga, saída do produto que o trabalhador tem de fornecer ao patrão" (Engels, 2008 [1886], p.40-41).

A descrição dos processos de acumulação primitiva por Marx e, sobretudo, a desmistificação desses processos têm, a meu ver, a força de desvanecer um certo estado de inconsciência que parece acometer a sociedade que a faz ignorar – voluntária ou involuntariamente – a gênese história dos processos sociais e econômicos. Marx demonstra quão eficiente e útil essa inconsciência pode ser às classes dominantes para que relações sociais injustas sejam naturalizadas e perpetuadas.

A segunda afirmativa – a terra, por não ser produto do trabalho, não tem valor algum – explicita a real relação de produção oculta pela aparente irracionalidade da categoria econômica da renda da terra que, quando capitalizada, configura-se "no preço ou valor da terra" (Marx, 1974 [1894], p.716) e torna a terra passível de compra e venda como qualquer outra mercadoria. Para Marx, no entanto, o preço de compra não é o do solo e sim da renda fundiária que ele pode proporcionar, calculado pela taxa corrente de juros (Marx, 1974 [1894], p. 715). A renda da terra constitui-se tão somente na parcela da mais-valia produzida pelo capital e destinada ao proprietário da terra que, nessa condição, compõe o cenário onde figuram as três grandes classes constituintes da sociedade baseada no modo capitalista de produção: a dos proprietários de terra, a dos proprietários de capital e a dos proprietários de mera força de trabalho (Marx,

1974 [1894], p. 1012). Essa questão é retomada em inúmeros trechos d' *O Capital*, destacando-se o capítulo XLVIII, intitulado *A fórmula trinitária* – capital, terra e trabalho – "em que se encerram todos os mistérios do processo social de produção" (1974 [1894], p.935), a ser explorada no Capítulo 4, para análise dos processos de produção social nas cidades capitalistas.

Mais do que Marx, foi Engels quem se dedicou à observação dos fenômenos urbanos nas emergentes cidades industriais do século XIX. Suas descrições das condições de vida do proletariado e suas perspectivas sobre as cidades aparecem inicialmente em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, que não apenas é uma de suas primeiras obras, como também "uma das primeiras análises concretas dos problemas urbanos, com o modo de produção capitalista já dominante" (Forti, 1979, p.7). Lefebvre nota que as prospecções de Engels nesse texto se mostraram tão pertinentes que poderiam ser chamadas de "visões" (proféticas), se esse termo não estivesse tão habitualmente em oposição a "teoria" científica (Lefebvre, 2001 [1975], p.18). Engels volta a discutir a cidade numa série de artigos escritos entre junho de 1872 e fevereiro de 1873, publicados no *Der Volksstaat*, a revista do partido social-democrata alemão, e mais tarde reunidos sob o título *A questão da habitação*.

As abordagens de Marx e Engels, sobretudo no que diz respeito às relações entre capital e propriedade privada da terra, serviram como ponto de partida a diversos pesquisadores da realidade urbana na segunda metade do século XX, tais como o próprio Lefebvre, Paul Singer, Jean Lojkine e Christian Topalov. Lojkine explora o duplo caráter concentrador das cidades capitalistas – dos meios de consumo coletivos e dos meios de reprodução – e questiona a própria existência de uma renda fundiária urbana, isto é, a possibilidade de aplicar ao urbano os conceitos de renda diferencial e renda absoluta concebidos por Marx no contexto das terras agrícolas. Paul Singer (1978) responde a essa questão, transpondo a abordagem da renda da terra agrícola para a renda da terra urbana e explicitando os conceitos de renda absoluta, renda diferencial e renda de monopólio com emprego de exemplos qualitativos e quantitativos bastante próximos daqueles utilizados por Marx.

Topalov (1979) analisa o ciclo de reprodução do capital na indústria da construção civil, especialmente em relação à produção habitacional. Também Sérgio Ferro (1979) faz essa análise, sobretudo explorando as relações de dominação reproduzidas nos canteiros de obra, instrumentalizadas pelo desenho técnico dos projetos de arquitetura e engenharia. Essa análise recebeu também a atenção de Adriano Botelho (2007), com foco na indústria da construção civil

da cidade de São Paulo. O autor observa que, embora na década de 1970 e no início da década seguinte, vários autores[41] tenham retomado a questão fundiária para sua aplicação ao contexto urbano, a maioria abandonou-a posteriormente, exceção feita a Odette Seabra (2007, p.68).

Destaco, ainda, os recentes estudos relativos ao que se convencionou denominar "mais-valias fundiárias urbanas"[42], com enfoque para os mecanismos jurídicos, políticos e socioeconômicos para a recuperação e distribuição pelo Estado da valorização monetária do solo induzida por ações do poder público. Essa discussão, urgente e tardia, pode equalizar as notórias desigualdades na apropriação privada de investimentos públicos. No entanto, creio haver outra discussão urgente no que se refere às intervenções públicas nas favelas: a ocorrência de uma apropriação de *mais-valia fundiária urbana ao contrário*, ou seja, o Estado "recupera" para o mercado formal de terras os valores agregados aos territórios favelados, inclusive os ambientais. À melhoria *genérica* da qualidade de vida urbana contrapõe-se o comprometimento *específico* da qualidade de vida do sujeito expropriado. Esse aspecto é destacado por Adriana Nogueira Vieira Lima e Edson Macedo Filho (2009) ao tratarem da aplicação do instituto da desapropriação em áreas de assentamentos informais e a pertinência de "estabelecerem-se tratamentos distintos a situações que envolvem diferentes categorias de proprietários":

> É importante verificar, à luz do princípio da igualdade, na sua dimensão material e não meramente formal, em que medida o bem despojado representará ao desapossado pela intervenção estatal um significativo desfalque em seu patrimônio, a fim de que se lhe possa determinar um valor de recompensa proporcional aos danos efetivamente sofridos. (Lima; Macedo Filho, 2009, p. 226)

Essa questão será retomada no Capítulo 4, com destaque para o tratamento diferenciado dispensado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em ambos os programas em estudo, aos proprietários de terrenos e aos que "não conseguem comprovar a propriedade, mas apenas a posse do terreno" (Aroeira, 2010, p. 236). Nos processos indenizatórios das famílias removidas,

---

[41] Os autores citados por ele são: Lipietz (1974), Lojkine (1971; 1997); Alquier (1971), Fine (1988), Harvey (1980; 1990), Seabra (1978; 1988) e Topalov (1984).

[42] Utilizou-se como referência central a monografia "Formação e recuperação de mais-valias fundiárias urbanas", apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da UFMG por Luiz Felype Gomes de Almeida e orientada pelo Prof. Dr. Roberto Luís de melo Monte-Mór, em 2009, como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

a dimensão material e não meramente formal do bem despojado é desconsiderada, mesmo nas situações em que as condições para o reconhecimento do direito de posse já se cumpriram.

Finalmente, de Luiz César Queiroz Ribeiro (1997), destacaremos sua percepção do papel desempenhado pelo Estado e pelo capital de incorporação imobiliária residencial e demais agentes envolvidos na produção e regulação do espaço urbano e, portanto, na determinação do mercado informal de terras e, de Pedro Abramo (2009), os estudos continuados para a caracterização desse mercado e compreensão de sua dinâmica.

Marx e a Acumulação Primitiva

O propósito de Marx é contrapor a forma específica de propriedade fundiária[43] engendrada pelo modo de produção capitalista às formas de propriedade anteriores ao capitalismo. Em que e como se transformaram a antiga propriedade fundiária feudal ou a pequena economia de subsistência? Para o produtor direto, a posse da terra constituía-se em condição de produção, e a sua propriedade, a condição mais vantajosa. No modo capitalista de produção, o trabalhador é desapropriado das condições de produção o que corresponde, na agricultura, à subtração da propriedade ao trabalhador agrícola, subordinando-o a um capitalista que investe nesse setor buscando lucro.

Ao afirmar que "a propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular com exclusão de todas as demais vontades", Marx (1974 [1894], p.707) está se contrapondo explicitamente a Hegel que via na propriedade privada um "direito absoluto que tem o ser humano de apropriar-se de todas as coisas"[44]. Marx considera cômica esta argumentação e questiona: qual a magnitude desse direito? Um país inteiro? Vários países? Não há como se autoproclamar proprietário apenas pela vontade individual sem se contrapor a vontades alheias que, eventualmente, queiram se apoderar daquela mesma porção do planeta.

---

[43] A propriedade fundiária considerada é aquela destinada à produção de trigo (abrangendo também as águas e demais recursos naturais), embora referências a propriedades de outros tipos, como aquelas destinadas à construção ou à exploração mineral, pesca etc., recebam referências ocasionais e sejam tratadas em capítulo específico, conforme Capítulo XLVI do Livro 3: "Renda dos terrenos para construção. Renda das minas. Preço do solo" (Marx, 1974 [1894], p.887-896).

[44] A citação foi extraída por Marx da *Philosophie des Rechts*, de Hegel, página 79 da edição de 1840.

O instituto da propriedade privada, pela eliminação dos entraves feudais, não passou, na visão de Engels, da liberdade que pequenos burgueses e pequenos camponeses passaram a desfrutar para vender "a sua pequena propriedade, esmagada pela concorrência do grande capital e da grande propriedade latifundiária" aos mesmos (ex) senhores feudais, mas igualmente poderosos. Assim *libertados* de toda a propriedade, pequenos burgueses e pequenos camponeses passam a vender *livremente* o que lhes resta, sua força de trabalho (Engels, 1974 [1892], p.51).

Para compreensão do valor econômico da propriedade fundiária em bases capitalistas, Marx remete-nos ao capítulo XXIV do Livro 1: "A chamada acumulação primitiva" (1971 [1867], pp. 828-882). Não há como escapar ao aparente círculo vicioso da acumulação de capital – o dinheiro se transforma em capital, o capital produz mais-valia e a mais-valia gerada pelo capital se transforma em mais capital que produzirá mais-valia etc – sem que admitamos "uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista [...] que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida" (Marx, 1974 [1894], p.828).

O "segredo" da acumulação primitiva será desvendado pela explicitação do importante papel desempenhado na história pela violência – através da conquista, da escravidão, da rapina e do assassinato – no processo de dissociação do trabalhador dos seus meios de produção e de reprodução dessa dissociação em escala cada vez maior. Em síntese, da decomposição da estrutura econômica da sociedade feudal foram liberados os elementos necessários à formação da estrutura econômica da sociedade capitalista.

Para Marx, a acumulação primitiva está para a economia política assim como o pecado original está para a teologia: "a lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a este mandamento divino" (Marx, 1971 [1867], p. 829).

Segundo a historiografia burguesa, contrapunham-se, de um lado, "uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica" e, de outro, "uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham". De um lado, a elite acumulando riquezas e, de outro, uma população vadia sem ter mais o que vender além da própria pele. Para Marx, omitir o papel da violência na história equivale a considerar como únicos meios de enriquecimento o direito e o trabalho. Significa também ignorar o caráter ufanista da abordagem histórica, onde a tônica é a libertação dos servos da escravidão ou a libertação da coerção e dos regulamentos

impostos pelas corporações de ofício aos seus associados; que a pretensa emancipação desses trabalhadores só tenha ocorrido depois de destituídos de seus meios de produção é aspecto desconsiderado nessa abordagem. O processo de transformação da exploração feudal em exploração capitalista é, na verdade, a metamorfose da sujeição do trabalhador com a expropriação do produtor rural, do camponês, privado de suas terras, provocando o "deslocamento de grandes massas humanas súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado como levas de proletários destituídos de direitos" (Marx, 1971 [1867], p.831). A população rural, após este processo de expropriação e de expulsão de suas terras, viu-se compelida à vagabundagem, já que a manufatura nascente não foi capaz de absorvê-la na mesma rapidez com que era disponibilizada.

Também aqui o papel do Estado na manutenção da tranquilidade e bem estar da elite produtora é marcante. Em resposta à crescente massa de mendigos, ladrões, vagabundos e indigentes, surge em toda a Europa Ocidental, a partir do Século XV, uma "legislação sanguinária contra a vadiagem" que tratava os expropriados como "pessoas que escolheram propositalmente o caminho do crime, como se dependesse deles o prosseguimento trabalhando nas velhas condições que não mais existiam" (Marx, 1971 [1867], p. 851). O trabalhador era compelido a submeter-se ao regime de trabalho imposto, a enquadrar-se na disciplina exigida pelo sistema de trabalho legalizado "por meio de um grotesco terrorismo legalizado", ou ser enquadrado como vadio e sofrer as penas da lei.

A ação do Estado foi, portanto, determinante na chamada acumulação primitiva. A nova burguesia contava com a força do Estado para regular os salários, comprimindo-o em limites convenientes à extração de mais-valia. A produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho, o que assegura o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital. Esta condição, associada à "coação surda das relações econômicas", consolida o domínio do capital sobre o trabalho (Marx, 1971 [1867], p.854).

Das terras agrícolas às terras urbanas

Para Marx, a dificuldade da análise da renda fundiária no contexto da economia política de seu tempo não estava em "explicar como o capital agrícola gera o produto excedente e a corresponde mais-valia" (1974 [1894], p.897), pois essa mais-valia não difere da geração de mais-valia em qualquer outro ramo da atividade capitalista. A dificuldade estava em "demonstrar

donde provém o suplemento de mais-valia pago pelo capital empregado na terra ao proprietário desta sob a forma de renda [...] depois de aparentemente consumada a distribuição de toda a mais-valia a repartir" entre os diferentes capitais, regulada pelo lucro médio (Marx, 1974 [1894], p.898). Como explicar a mais-valia suplementar desse ramo sobre os demais ramos industriais?

Embora tenha construído seu conceito de renda da terra partindo das proposições de Ricardo[45], Marx contrapunha-se a ele afirmando a existência da Renda Absoluta. Esse interesse levou-o a questionar a identidade entre valor e preço de custo e a descobrir suas diferenças conceituais e a existência da Taxa de Lucro Média.

Para Marx, o preço dos produtos agrícolas é determinado, como nas demais mercadorias, pelo tempo de trabalho exigido para produzi-los nas condições sociais médias de produção; a renda fundiária é proveniente do lucro suplementar, gerado em condições excepcionais de grande fertilidade dos solos ou de ótima localização de modo que a produtividade seja superior às condições médias do ramo considerado; e não são as condições naturais que geram a renda diferencial e sim a produtividade excepcionalmente acrescida de trabalho humano sobre essa base natural, comparativamente mais favorável (Lenz, 1981, p.47). É a propriedade fundiária que transforma o lucro suplementar – essa parte da mais-valia – em renda fundiária; o detentor do direito de propriedade concede ou não a sua utilização e, caso não existisse a propriedade privada, a renda fundiária se constituiria em lucro para o capitalista.

A peculiaridade existente na agricultura e que lhe permite reter, dentro de sua esfera de produção, uma parte adicional do valor gerado é, portanto, a existência da propriedade privada da terra: "o lucro suplementar provém da aplicação do capital em condições mais favoráveis monopolizadas, e não do próprio capital" (Lenz, 1981, p. 47-53).

Ribeiro considera indispensável à compreensão do conceito de Renda Absoluta em Marx rever a Lei da Perequação da Taxa de Lucro, cujo significado ele assim sintetiza:

---

[45] Na teoria de David Ricardo, a renda da terra era a remuneração paga ao proprietário, uma dedução do produto total, determinada pela fertilidade da terra; os salários não se constituíam no pagamento do dispêndio de trabalho produtivo mas, sim, eram fixados pelas necessidades fisiológicas de reprodução do trabalhador e sua família; o lucro assumia, assim, um caráter de resíduo do processo. (Silva, 2011, p. 114); para a evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico, incluindo Malthus e Adam Smith, ver os artigos de Lenz "A teoria da renda da terra:Ricardo e Malthus" (1985), e "A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx" (1981)

> As mercadorias são vendidas ao valor social e não ao seu valor individual, determinado pelas condições médias de produção; isto faz com que alguns ramos vendam suas mercadorias a preços inferiores ao valor criado, quando se encontram em situação de produtividade inferior à média, e outros a preços superiores, quando estão em situações mais favoráveis; há, portanto, um movimento de equalização da massa da mais-valia entre os ramos; este movimento de distribuição é determinado pela Composição Orgânica do Capital (COC), na medida em que ela indica maior ou menor produtividade do trabalho. (Ribeiro, 1997, p.62)

A Perequação pressupõe a livre mobilidade do capital entre os diversos ramos da atividade capitalista à busca das melhores condições de rentabilidade. O vaivém do capital, ou seja, sua capacidade de deslocar-se de um ramo a outro da produção, assegura o nivelamento da mais-valia com o lucro médio, exceto na presença de uma "força estranha" (Marx, 1974 [1894], p. 875).

> Se em algum ramo colocam-se barreiras à entrada de Capitais, este ramo terá condições de excluir a mais-valia nele criada do movimento de repartição, segundo a quantidade de trabalho social utilizado: a propriedade privada da terra é um desses obstáculos. (Ribeiro, 1997, p. 63)

Do choque entre o Capital e essa "força estranha" que se opõe às aplicações do Capital na terra surgirá, em virtude do valor da mercadoria ultrapassar o preço de produção, "um lucro suplementar que pode se converter em renda e nessa qualidade possuir autonomia em relação ao lucro" (Marx, 1974 [1894], p.875).

Em síntese, na sociedade capitalista (abstraídas eventuais oscilações), a mais-valia ou produto excedente "se reparte entre os capitalistas como dividendos na proporção da cota de cada um do capital social"; a mais-valia, representada pelo lucro médio, se fraciona em lucro do empresário e juro[46]; quando aparece a "força estranha" – corporificada na propriedade fundiária – o dono da terra tira do capitalista parte dessa mais-valia ou trabalho excedente na forma de renda.

Retomando a Fórmula Trinitária, temos as três partes do valor – capital, terra e trabalho – que, na análise de Marx, são como árvores perenes: o capital é para o capitalista a "perene máquina

[46] O lucro do empresário e o juro podem destinar-se a diferentes espécies de capitalistas ou à mesma: se o capitalista ativo emprega capital emprestado, parte do lucro se transforma em juro a ser pago ao dono do capital, ou seja, o capitalista financeiro; o que não ocorre quando ele emprega capital próprio. (Marx, 1974 [1894], p. 428)

de sugar trabalho excedente"; a terra para o proprietário , o "eterno imã que atrai parte da mais-valia sugada pelo capital" e o trabalho, condição e meio que devem se renovar sempre para o trabalhador adquirir, sob o título de salário, parte do valor criado. (Marx, 1974 [1894], p. 944). Na analogia de Marx, os frutos de cada árvore se renovam ano-a-ano. Para terras urbanas, teremos que considerar esse ciclo mais longo, continuando válida, no entanto, a afirmativa de que o "valor total do produto [...] é apenas trabalho social que se materializou" (Marx, 1974 [1894], p. 944), que será substancial à análise do processo de produção social das cidades e compreensão da mercadoria terra urbana.

Paul Singer, através de analogias aos exemplos ilustrativos de Marx, sobretudo para a renda diferencial, explicita sua aplicação ao contexto das cidades ou, mais propriamente, como se dá a disputa de capitais em torno desta mercadoria *sui generis* que é o acesso à utilização do espaço (1978, p. 23). Para ele, a determinação da renda da terra urbana depende inicialmente da disputa com as rendas auferidas pelas atividades agrícolas, uma vez que a "produção do espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola". Essa relação, no entanto, não se reflete de forma linear no preço que as terras adquirem no mercado imobiliário. Outros fatores interferem na formação do preço, de acordo com a dinâmica característica de ocupação do espaço e que imprime movimentos de oscilação violentos, impondo ao mercado imobiliário um caráter eminentemente especulativo.

A valorização da gleba está intrinsecamente ligada a oportunidades, à consecução de condições propícias à realização das expectativas do investidor, podendo-se aqui ressaltar a dupla forma que assume o consumo capitalista do espaço: enquanto meio de produção e enquanto condição de produção.

Enquanto meio, é consumido "produtivamente". Seu consumo "improdutivo" é reconhecido como condição da produção enquanto responsável pela realização da condição de reprodução da força de trabalho, incluindo-se aí habitação, espaços de lazer etc. Embora não esteja associado diretamente à produção imediata, constitui-se num pressuposto dessa. Já os sistemas de circulação comparecem nas duas categorias: "produtivos", enquanto "fator de realização dos preços e dos lucros", e "improdutivos", sob a forma de "capital social global". Analisando sob essa ótica veremos que, nas atuais intervenções conduzidas pelos programas *Vila Viva* e *Drenurbs*, o consumo "improdutivo" do espaço é preterido ao "consumo produtivo", especialmente representado por largas e extensas vias de circulação que cortam os

aglomerados como vias de ligação entre regiões da cidade sem, contudo, se configurarem em "capital social" para seus moradores. Dado à morfologia dos sítios ocupados – encostas de altas declividades –, enormes barreiras se interpõem ao seu uso cotidiano mais ainda desestimulado pela inexistência de transporte coletivo que utilizem as vias recém implantadas. Como bem afirma Singer, o consumo capitalista do espaço "traz em seu bojo todas as contradições" do modo capitalista de produção, sendo as metrópoles contemporâneas "mais do que qualquer outro espaço urbanizado, palcos privilegiados para as chamadas 'lutas sociais urbanas' que nada mais são do que a expressão (circunscrita espacialmente) da luta de classe" (1978, p. 23).

É na categoria do consumo produtivo – corporificado por empresas capitalistas – que Singer irá explorar exemplos numéricos, analogamente ao que fez Marx, para evidenciar o conceito de renda diferencial, pela qualidade da localização.

Assim como Marx demonstra a existência da renda diferencial pela comparação da produção agrícola nos piores terrenos e nos mais férteis, Singer o faz explorando as vantagens locacionais. Se houver "concorrência entre empresas pelas localizações conforme suas vantagens específicas, o mais provável é que o aluguel ou o preço dos imóveis se fixe em nível bastante próximo do lucro adicional que pode se auferido em cada um deles"[47]. Já na análise da demanda de solo urbano para fins habitacionais, a disputa pelas vantagens locacionais se estabelece pela condição de acesso a serviços urbanos: transporte, água, esgoto, telefonia, comércio etc. (Singer, 1978, p. 25).

Neste sentido, a abordagem de Singer confunde-se com a de outros autores que propõem, além do valor de uso da terra como instrumento de produção ou como suporte de meios de produção, de circulação e de consumo, um terceiro valor de uso determinado pela capacidade aglomerativa. Essa capacidade – derivada do trabalho social humano e não um atributo da natureza – combina socialmente meios de produção e meios de reprodução (Lojkine, 1979).

---

[47] Para David Harvey (apud Moraes e Costa, 1993, p.126), a renda absoluta é explicitada na instituição do aluguel, enquanto que a renda diferencial remete às qualidades específicas do lugar sejam elas naturais ou agregadas pelo trabalho humano, além das vantagens locacionais, fruto da incorporação de trabalho ao espaço, numa escala maior. Localizações diferenciadas geram lugares mais ou menos valorizados cuja expressão pode ser ilustrada pela instituição da cobrança de "luva" para pontos comerciais; há ainda a renda de monopólio relativa à singularidade do local, à sua raridade ou ao domínio privado da totalidade de imóveis numa dada região.

A cidade é, assim, o elemento exacerbador “dos efeitos de massa e de justaposição de agentes e de fatores socioeconômicos produzidos pela aglomeração urbana”; explorar os “efeitos úteis da aglomeração" significa, para Luiz César Ribeiro, beneficiar-se de condições excepcionais de rentabilidade, auferindo os sobrelucros de localização (1997, p.41). Importante ressaltar, novamente, que se trata de condições excepcionais por não serem reprodutíveis por um capitalista isoladamente, uma vez que resultam da articulação entre vários processos de produção e de circulação de mercadorias (qualitativa, quantitativa e espacialmente) e sua configuração espacial (Ribeiro, 1997, p.44).

2.2 O mercado de terras e o provimento da demanda habitacional urbana

Como explicitado anteriormente, a terra é um bem não produzido (muito menos reprodutível) e só adquire preço “porque os vários agentes capitalistas estabelecem uma concorrência para controlar as condições urbanas que permitem o surgimento de lucros extraordinários”, que possam remunerar o proprietário da terra (Ribeiro, 1997, p.49).

Essa compreensão básica é que escaparia, segundo Ribeiro, à análise de inúmeros estudiosos da questão urbana ao colocar a propriedade privada como a causa principal dos males vividos pelas cidades capitalistas. Dito de outro modo, é a utilização capitalista do espaço urbano que confere à propriedade privada da terra um conteúdo econômico, um valor de mercado, que será determinado pela sua localização ou, mais precisamente, pelos efeitos úteis da aglomeração. Ribeiro advoga que “a cidade é um valor de uso complexo”, resultante da combinação de diversos valores de uso simples cuja articulação espacial determinará o preço dessa mercadoria.

A combinação das duas particularidades acima registradas – não ser passível de reprodução e valorizar-se diferentemente pela maior ou menor apropriação dos efeitos úteis da aglomeração – conferem à terra urbana um valor de monopólio que, no entanto, subordina-se como “às leis que regem a produção e distribuição de mais-valia, como é demonstrado na teoria da renda fundiária” (Ribeiro, 1983, p.32). Significa dizer que esse valor de monopólio só se realizará se o uso do solo permitir a geração de lucros extraordinários:

> Os terrenos onde for possível a instalação de uma atividade econômica que gere um lucro superior ao lucro médio propiciarão aos seus proprietários um rendimento, seja na forma de aluguel ou de venda. Outros onde não for possível o surgimento deste

> fenômeno serão terrenos desvalorizados, pois os capitalistas não poderão pagar pelo seu uso, uma vez que neles não é possível obter um lucro adicional. (Ribeiro, 1983, p.34)

Para a produção imobiliária, o acesso à terra é condição de produção. Diferentemente de outros ramos da atividade capitalista que, uma vez instaladas, podem renovar continuamente seu ciclo produtivo, naquela atividade um novo terreno é necessário a cada ciclo de produção. Além disso, os terrenos devem apresentar condições de *construtibilidade* – condições físico-ambientais e de localização – favoráveis às atividades a que se destinam. Para o uso habitacional, a qualidade locacional traduz-se pelo acesso ao "sistema espacial de objetos imobiliários que complementam o valor de uso da moradia" (Ribeiro, 1997, p.86), tais como equipamentos coletivos, serviços públicos, sistemas de circulação e acesso etc, além da dimensão simbólica do espaço urbano, muito determinante quanto mais socialmente segregada estiver a sociedade.

Os fatores apontados acima, apesar de configurarem-se em entraves à livre atuação do Capital, são superáveis no interior mesmo do mercado capitalista, pela caracterização do produto imobiliário como condição de monopólio, na qual cada incorporador se movimenta, buscando auferir a maior margem de lucro. Há, no entanto, dois outros fatores apontados por Ribeiro que cabe-nos destacar porque configuram entraves à atuação desses investidores dificilmente superáveis sem a ação do Estado. O primeiro refere-se aos terrenos que, embora sejam "construtíveis", por desfrutarem dos efeitos úteis da aglomeração, por exemplo, não estão disponíveis para o mercado porque servem de suporte a atividades enquadradas como "não-capitalistas", artesãos, pequenos agricultores, profissionais de ofício etc, cuja propriedade constitui-se em meio de produção independente das regras capitalistas. O segundo é o reflexo da propriedade privada na excessiva fragmentação do espaço em parcelas com usos diferenciados, dificultando o acesso do capital imobiliário a grandes extensões contínuas de terra, que configurariam situações mais produtivas ao Capital, pela possibilidade de produção em maior escala (Ribeiro, 1983, p.34 *et seq*.). Essas duas situações limitam a atuação dos agentes imobiliários que só se viabilizaria pelo assédio e convencimento individual de cada proprietário. Obras urbanas de grande porte, no entanto, tais como obras de recuperação ou renovação urbanas, obras viárias ou de implantação das denominadas infraestruturas urbanas etc, teriam o poder de livrá-las desses entraves, especialmente quando não são estabelecidas garantias de retorno aos seus ex-ocupantes, após conclusão das obras. Deixemos aqui esse registro, a ser retomado no Capítulo 4, confrontando-o com o entendimento de que "a produção realizada pelo

Estado é, em princípio, não-capitalista. [...] o agente que investe na produção o faz para obter um valor de uso e não para obter um suporte de mais-valia" (Kapp *et al*, 2005, p. 38).

Abordamos até aqui questões relativas ao acesso à terra urbana para a produção genérica de objetos imobiliários. Se o objeto é a moradia, outras questões devem ser enfocadas: especialmente a solvabilidade da demanda habitacional, o mercado rentista de moradias, além das particularidades da indústria da construção civil comparativamente a outras indústrias no que se refere ao ciclo de reprodução do capital e a relação do capital financeiro com o setor imobiliário. Essa discussão pretende desvelar as razões do atraso da construção civil em relação a outros setores, mantendo a Composição Orgânica do Capital (COC, na linguagem dos economistas) em níveis muito inferiores aos outros setores industriais, com maior uso da força de trabalho e consequente geração de mais-valia superior ao preço de produção que, pela chamada Lei da Perequação, não permanece no setor; é distribuída para equalização da massa da mais-valia entre os demais ramos da atividade capitalista (Ribeiro, 1997, p.62). Essa abordagem é essencial para desfazer os argumentos que atribuem o déficit habitacional ao atraso tecnológico da indústria da construção civil e, portanto, apontam como solução a introdução de inovações tecnológicas no setor. Sem dúvida, inovações seriam muito bem-vindas e mais que necessárias para redução dos impactos sociais e ambientais da atividade e melhoria efetiva da qualidade do produto, em última análise, a cidade. Ou seja, poderiam ser muito benéficas à coletividade e ao meio ambiente, mas não o são para o Capital porque a construção civil é, justamente, o setor urbano que cumpre o papel de extração ampliada de mais-valia para equalização do lucro médio entre os setores que apresentam elevada composição orgânica do capital, ou seja, mais capital investido em capital constante – máquinas e equipamentos – do que capital variável – mão de obra.

Não me aprofundarei em nenhuma dessas questões, embora reconhecendo-as absolutamente relevantes à compreensão da gênese das favelas e de outros assentamentos precários nas cidades capitalistas brasileiras como decorrência direta da ausência de mecanismos eficientes para o atendimento às demandas habitacionais urbanas. Apoiarei-me na abordagem de autores que se debruçaram sobre essas questões – Cristian Topalov (1979), Nabil Bonduki (1997), Luiz César de Queiroz Ribeiro (1993, 1997) e Adriano Botelho (2007), dentre outros – buscando cobrir as lacunas que possam se interpor ao entendimento da abordagem aqui pretendida no capítulo que se segue, contextualizando a formação, expansão e adensamento das favelas nas cidades brasileiras, e mais especificamente em Belo Horizonte. Cabe, no entanto, algumas

considerações sobre a configuração do mercador produtor de moradias e suas formas predominantes historicamente, como base da compreensão da (in)solvabilidade da demanda habitacional brasileira.

O sistema de produção de moradias denominado por Ribeiro (1983) "não-mercantil" prevaleceu nas cidades brasileiras pré-industriais, tanto para as classes abastadas quanto para médias e baixas, sendo o próprio morador o agente dominante do processo, tanto no acesso à terra quanto na construção da moradia. O sistema rentista passa a dominar, sobretudo para as classes médias e baixas, a partir da intensificação dos processos de urbanização, crescimento populacional nas cidades que rapidamente se industrializaram e crises de escassez de moradias. O agente dominante nesse sistema era o proprietário de terras, associado ou não a outros agentes, como os construtores. No terceiro sistema apontado pelo autor é o incorporador imobiliário quem domina todo o processo, articulando o proprietário original do terreno, os futuros compradores, o construtor e o financiador (Ribeiro, 1983, p.41). Esse sistema marca a entrada incisiva do capital de circulação no mercado de produção de moradias urbanas que sofisticou-se a partir daí, pela associação ao capital financeiro, até à reestruturação do financiamento habitacional brasileiro, nos anos 1990, assumindo novas formas capazes de reduzir o tempo de imobilização do capital investido para a produção, tais como os Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) (Botelho, 2007, p.10).

Evidentemente, essa excessiva simplificação acima não pretende denotar processos estanques sucedendo-se temporalmente. Mas, justamente, dar destaque às formas aqui denominadas "não-capitalistas", subsumidas às formas dominantes nas cidades formais, mas bem evidentes na produção social do espaço urbano – e não apenas das moradias – das favelas, loteamentos periféricos e de outros assentamentos urbanos precários. Em verdade, as construções em desconformidade aos padrões construtivos, urbanísticos e legais extrapolam os limites desses territórios e a autoprodução "continua responsável pela maior parte do provimento de moradias nas áreas urbanas da América Latina, sobretudo nas faixas mais pobres da população" (Kapp *et al*, 2005, p.38). Interessa perceber que "nossas maneiras de morar são parte da formação econômico-social capitalista, seja positivamente (em acordo com ela) ou negativamente (como obstáculo, resistência ou exclusão)" e que a discussão precisa extrapolar os estreitos limites a que se reduziu sob a hegemonia capitalista:

> As maneiras de morar que sobreviveram e se estabeleceram na nossa sociedade não constituem o que ela poderia oferecer de melhor para a totalidade de seus

> membros; as moradias não são dessa ou daquela maneira por se tratar do que há de mais confortável, belo, imaginativo, prático, significante ou fácil para seus habitantes, mas principalmente porque cabem a certo modo de produção e reprodução da sociedade, com seu regime de propriedade, suas relações de trabalho, seu ideário e seus mecanismos de aquiescência e controle. (Kapp *et al*, 2005, p.36).

Para encerrar esse capítulo, retomo brevemente a questão da solvabilidade da demanda habitacional, que abarca o universo de consumidores capazes de pagar pelo produto demandado, no mercado de produção capitalista. Habitar, como vimos, é um consumo improdutivo do espaço urbano (o que significa dispêndio de dinheiro, apenas), mas o valor da terra é determinado pela disputa com outros capitais que também a consomem, mas de forma produtiva, resultando daí custos sempre mais elevados pelo acirramento das disputas, à medida que se esgotam as reservas de terrenos *construtíveis* em áreas urbanas. Acrescidos ao custo da terra os custos da produção e incorporação imobiliárias e eventuais sobrelucros, configura-se o valor pelo qual o consumidor deve pagar pela moradia. É fácil perceber que a demanda solvável por esse bem tende a ser reduzida em uma economia na qual, como registrado na introdução desse capítulo, reserva-se "pouco mais de 30% [do PIB] para a massa salarial [de] quase 200 milhões de brasileiros" (Souza, 2010, p.312). Ora, como bem sabemos, a remuneração por uma determinada jornada de trabalho assalariado considera, em tese, os custos de reprodução da força de trabalho por uma jornada equivalente. São contabilizados os custos para a renovação imediata dos seus meios de subsistência – alimentação, saúde, educação, vestuário etc, incluindo a moradia – até que sua força de trabalho seja novamente vendida ao mercado, no período seguinte, ou seja, "a força de trabalho assalariada, não sendo paga antecipadamente por sua reprodução em algum momento futuro, não pode antecipar o pagamento de seu consumo futuro" (Kapp *et al*, 2005, p.38).

Em síntese, o provimento habitacional urbano para as camadas sociais que não integram a chamada "demanda solvável" se dará mediante um dos seguintes mecanismos: financiamentos de longo prazo; atendimento pelo mercado rentista; atendimento por intermédio de políticas habitacionais do Estado; coabitação ou moradia "de favor"; aquisição ou ocupação de lotes em áreas desvalorizadas da cidade seguida de autoprodução da moradia; ou, para grupos organizados, ocupações coletivas de áreas valorizadas ou de imóveis ociosos cuja permanência dependerá do nível de organização política desses grupos frente ao poder dos proprietários de influenciar decisões jurídicas, políticas e de polícia.

3. O LUGAR DAS FAVELAS NAS CIDADES CAPITALISTAS

Dado à dinâmica de estruturação das cidades capitalistas, a localização e configuração espaciais das favelas, num dado momento histórico, refletem as disputas travadas pelos distintos agentes capitalistas pelo mercado de terras que, como bem demonstra Ribeiro, é o principal mecanismo gerador dos problemas urbanos (1997, p.37). Observe-se nessa afirmativa, que a origem principal dos problemas urbanos é atribuída à "demanda capitalista por solo" e não à propriedade privada do solo o que, como explicitado no capítulo anterior, seria uma simplificação equivocada do "mecanismo econômico responsável pela constituição do espaço urbano e pela segregação social na cidade" (Ribeiro, 1997, p.49).

Ribeiro explora, de forma mais dirigida, o segmento capitalista da produção de moradias (1997, p.123). Ainda assim, fornece elementos importantes à caracterização do segmento por ele denominado não-capitalista, no qual poderíamos enquadrar a produção formal sustentada pelo Estado e a produção informal, uma vez que "o agente que investe na produção o faz para obter um valor de uso e não para obter um suporte de mais-valia." (Kapp *et al*, 2005, p.38). A distinção entre os segmentos capitalista e não-capitalista da produção de moradias (e das cidades) situa-se, portanto, na forma de circulação que distingue "dinheiro que é apenas dinheiro" de "dinheiro que é capital" (Marx, 2008 [1867], p.177):

> O circuito M – D – M [mercadoria – dinheiro – mercadoria] tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades; em uma palavra, valor-de-uso. O circuito D – M – D [dinheiro – mercadoria – dinheiro], ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor-de-troca o motivo que o impulsiona, o objetivo que o determina. (Marx, 2008 [1867], p.180)

Ao discorrer sobre a prática dos incorporadores imobiliários no mercado de produção capitalista de moradias, Ribeiro distingue os dois grandes segmentos sendo, obviamente, o segmento capitalista o de atuação desses agentes. Ao outro segmento, não-capitalista, corresponderiam outras formas de produção "que têm como traço comum o fato de não ser a acumulação de capital que orienta a produção, mas a produção de valores de uso". Se colocadas no mercado,

seus preços serão "fixados por condições totalmente alheias à sua produção", serão "moradias-mercadorias, mas não capital". (Ribeiro, 1997, p.123).

A inserção urbana das favelas e outros assentamentos precários conduz-nos, justamente, à identificação dos mecanismos e causas da exclusão de determinadas parcelas do território do estoque de terras comercializáveis no mercado capitalista. É possível perceber que as mesmas razões que desestimulam o construtor ou o incorporador capitalista a produzir em determinadas áreas as tornam disponíveis para a instalação das favelas. Os agentes capitalistas buscam terrenos "férteis", áreas que apresentem condições físicas favoráveis de construtibilidade, por permitirem o acesso ao uso do sistema urbano espacial dotado de elementos que completam o valor de uso da moradia, tais como equipamentos coletivos, sistemas de abastecimento, esgotamento e energia, sistema de transporte e acessos etc. Se nem o incorporador nem o construtor podem prover individualmente esse conjunto de valores, precisam de terrenos em locais onde preexistam essas condições ou que possam existir num futuro próximo (Ribeiro, 1997, p.88).

Fazendo o raciocínio inverso, é justamente nesses terrenos, desinteressantes em um dado contexto histórico aos agentes da produção capitalista, que se instalarão as favelas abrigando uma parcela daqueles 'incapazes' de acesso à terra pela *lógica de mercado*, mediada predominantemente por trocas monetárias, incluindo o mercado rentista. Para essa parcela, o acesso se dará, segundo a abordagem de Pedro Abramo (2009), principalmente pela lógica da necessidade[48].

> A lógica da necessidade é simultaneamente a motivação e a instrumentalização social que permite a coordenação de ações individuais e/ou coletivas dos processos de ocupação do solo urbano. [...] O acesso ao solo urbano a partir da lógica da necessidade não exige um capital político, institucional ou pecuniário acumulado; em princípio, a necessidade absoluta de dispor de um lugar para instalar-se na cidade seria o elemento suficiente para acionar essa lógica de acesso à terra urbana. (Abramo, 2009, p. 6)

Podemos também reconhecer – pelo menos para os estágios iniciais de formação de uma favela – parte das características dos terrenos propícios à sua instalação: condições naturais adversas ou em áreas desprovidas de equipamentos e serviços urbanos coletivos – saneamento, energia,

[48] Segundo Abramo, a lógica social de acesso à terra inclui: a lógica de Estado, a lógica de mercado – formal ou informal – e a lógica da necessidade, com ou sem o uso de relações de mercado informais (2009).

saúde, educação, transporte etc, além das áreas com restrições legais à ocupação como, por exemplo, áreas de preservação de mananciais e ao longo de rios e córregos[49].

Por outro lado, em estágios posteriores à ocupação, na medida em que a favela vai se consolidando, vai também superando – mediante benfeitorias promovidas por seus próprios ocupantes ou por circunstanciais ações do Estado dentro ou fora dela – alguns dos fatores que desqualificavam a área no mercado de terras, num momento pretérito. Esse processo de "desbravamento" de áreas despovoadas, relativamente isoladas das ocupações formais, é que lhes confere valor, pois implica trabalho social, capaz de alterar as condições de "fertilidade" dos terrenos ocupados por favelas.[50]

Simultaneamente, a expansão do mercado formal do solo – decorrência natural da demanda capitalista por esse bem não reprodutível – não raro tangencia as fronteiras desses territórios, não só reduzindo as distâncias entre eles como também agregando à favela os efeitos úteis da aglomeração e valorizando seus terrenos. Reúnem-se, assim, os atributos necessários à inserção das favelas no mercado formal de terras, configurando-se um momento propício à sua retomada como mercadoria a ser disputada pelos agentes capitalistas, no qual o papel do Estado pode ser determinante no sentido de corrigir ou de acentuar a apropriação desigual do espaço urbano. A mudança aparente no tratamento dispensado pelo Estado às favelas decorre, fundamentalmente, da correlação de forças no cenário político nacional – especialmente o processo de redemocratização brasileira e a Constituinte em 1988, e seus reflexos nas políticas locais. No entanto, ainda que ações deliberadas de remoção das favelas não mais compareçam na pauta das políticas públicas, os processos de urbanização cumprem papel relevante na economia política urbana na constituição de um campo fértil à atuação de agentes capitalistas que não conseguem prover individualmente os valores de uso complexo presentes nas áreas das favelas mais antigas e consolidadas da cidade.

---

[49] As áreas de cabeceiras de córregos, visadas nessa investigação, condensam várias dessas condições: quase todos tributários da margem direita do ribeirão Arrudas têm suas cabeceiras na Serra do Curral, em terrenos com declividades acima de 30%; as favelas ainda existentes receberam os primeiros serviços de abastecimento público – água e energia elétrica – a partir da década de 1970.

[50] Depoimentos dos moradores mais antigos das favelas belorizontinas revelam claramente essa condição de desbravadores. Q.v. documentários: *Terra da exclusão* (Botelho & Equipe EUS, 2006) e *Uma avenida em meu quintal* (Pólos de Cidadania, 2011). Esses relatos ajudam a compor, junto com outros relatos colhidos na literatura, o quadro da produção social do espaço nas favelas espontâneas e nas favelas urbanizadas.

O mapeamento dos sucessivos movimentos das favelas nas cidades capitalistas – surgimento, remoção, deslocamento, permanência ou expansão – é também o mapa das disputas capitalistas no mercado de terras e da segregação socioespacial nas metrópoles brasileiras. É a síntese socialmente produzida "das representações e ações que reservam a uma parcela da população determinados papéis e lhe interdita, por violência econômica, moral ou mesmo física, o acesso a determinados espaços" (Kapp e Silva, 2012, p.33).

3.1 Formação ou expansão das favelas nas cidades capitalistas brasileiras

Enfoquemos, a princípio, o contexto histórico da transição da economia brasileira da base marcadamente agroexportadora até os anos 1930 para a base industrial, dado à intrínseca relação entre os efeitos socioeconômicos dessa transição para a formação, adensamento ou expansão das favelas e de outros tipos de assentamentos precários nas principais cidades capitalistas brasileiras. Valho-me das análises do sociólogo Francisco de Oliveira (2003 [1972]) acerca das transformações estruturantes da moderna sociedade urbano industrial, contrapondo-se às interpretações econômicas e sociais vigentes – de "tradição cepalina"[51] – baseadas na pretensa oposição entre uma sociedade moderna e uma sociedade tradicional ou de um setor moderno da economia e um setor atrasado, após a Revolução de 1930. A partir dessa análise, foram agregadas informações que ilustram os argumentos de Francisco de Oliveira para as cidades de São Paulo (Nabil Bonduki, 1998), Rio de Janeiro (Luiz César de Queiroz Ribeiro, 1997) e Belo Horizonte (Berenice Guimarães, 1991 e Junia Ferrari de Lima, 2009).

A estrutura argumentativa de Francisco de Oliveira é-me particularmente oportuna porque, ao desconstruir dialeticamente a pretensa dualidade entre um setor moderno da economia e um setor arcaico, produz elementos que perpassam ainda hoje, mais de três décadas passadas, discussões importantes para a compreensão dos processos de produção das cidades e das

[51] Referência à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), comissão regional da ONU presente no Brasil desde 1952, mediante acordo de colaboração entre a Cepal e o BNDES (www.onu.org.br/onu-no-brasil/cepal); Francisco de Oliveira (2003 [1972]) faz inúmeras referências às teorias do grupo misto de estudos CEPAL/BNDES nas quais emprega adjetivos derivados do substantivo "cepal", tais como: "estilo cepalino de análise", "avalanche cepalina", "modelo dual-estruturalista cepalino" etc., denotando sua discordância às teses difundidas pelo "modelo Cepal" tanto para o Brasil quanto para a América Latina.

favelas como uma unidade inequívoca. As favelas e outras formas precárias de habitar as cidades cumprem, afinal, o papel que sempre lhes coube na reprodução da força de trabalho necessária à reprodução e acumulação capitalista, ou, nas palavras de Glaucia Gomes, "permanecem como surgiram: como uma necessidade estrutural da urbanização" (2011, p. 213), restando-nos apenas realocar, nessa exposição, os mesmos termos da velha equação.

Sob o modo de produção capitalista, há processos de produção que não refletem exatamente o estágio das forças produtivas que o caracterizam – técnicas, conhecimento e tecnologia – e que persistem numa condição aparentemente marginal, mas efetivamente de suporte. No entanto, a coexistência de setores atrasados e setores modernos numa dada formação histórico-econômica não é, como afirma Francisco de Oliveira (2003 [1972]), uma singularidade, senão uma condição:

> Esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. [...] a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'. (Oliveira, 2003 [1972], p.32)

As favelas traduzem, nas cidades capitalistas, essa "unidade de contrários", o "atrasado" imprescindível ao florescimento e manutenção do "moderno".

No contexto de expansão do capitalismo industrial, a sobrevivência ou o renascimento no urbano moderno de práticas consideradas arcaicas, associadas ao ambiente rural não constituíram uma condição paradoxal, senão indispensável à acumulação industrial. Essa "economia natural" – termo cunhado por Francisco de Oliveira (2003 [1972], p.59) – atuava reduzindo o custo de reprodução urbano da força de trabalho basicamente representado pelos custos de alimentação e dos bens e serviços propriamente urbanos. Nessa estrutura, o baixo custo da alimentação da classe trabalhadora urbana estava assegurado pela manutenção de uma agricultura considerada primitiva – também de padrão "primitivo", dado às altas taxas de exploração da força de trabalho – que abastecia as cidades. Por outro lado, a desconsideração dos custos de bens e serviços urbanos (que envolvem em grande medida o custo de habitação) na fixação do salário mínimo pela legislação trabalhista de 1943 transferia esse significativo custo de reprodução da sua força de trabalho ao próprio trabalhador. Nessas condições, se incapaz de arcar com despesas de aluguel, ele mobilizará uma "estranha forma de economia de subsistência urbana" (2003 [1972], p.46), mediante expedientes extras de trabalho que podem envolver toda a família e outras

formas de cooperação, como os mutirões, para a construção da própria casa. Embora não mencionado explicitamente pelo autor, mediante esses mesmos mecanismos são produzidos e mantidos os espaços de uso comum e equacionadas necessidades coletivas por serviços básicos de abastecimento de água, energia etc., nas favelas e loteamentos irregulares desprovidos da usualmente denominada infraestrutura urbana.

Francisco de Oliveira reconhece essa economia de subsistência como expressão do desequilíbrio entre o salário real e o custo de reprodução da força de trabalho. À medida que avança a urbanização, a reprodução da força de trabalho passa a incorporar custos tipicamente urbanos, como transporte, saúde, educação etc., que não comportariam "soluções primitivas" tanto quanto a provisão da casa pelo próprio trabalhador demonstrava comportar, mediante trabalho não pago ou, como por ele denominado, supertrabalho:

> Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o "mutirão". Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (Oliveira, 2003 [1972], p.59)

Da mesma forma, as novas necessidades de consumo das populações urbanizadas, incluindo os produtos industriais que passaram a compor a "cesta básica" do trabalhador, são também atendidas pela integração dialética de estruturas arcaicas e modernas: junto aos assentamentos informais que proliferam, surge um setor terciário precário que atende à população ao mesmo tempo em que "prestam serviço" à indústria, configurando-se uma espécie de divisão do trabalho que extrapola os muros da fábrica:

> Criou-se [...] uma vasta gama de serviços espalhados pelas cidades, destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e "ateliers" de serviços pessoais. Estes são setores que funcionam como satélites das populações nucleadas nos subúrbios e, portanto, atendem a populações de baixo poder aquisitivo: por esta forma, os baixos salários dessas populações determinam o nível de ganho desses pseudo pequenos

> proprietários [...]; na verdade, o baixo nível desses ganhos representam custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que são postos fora dos custos internos de produção e reforçam a acumulação nas unidades centrais do sistema. (Oliveira, 2003 [1972], p.68).

O que para os seguidores da tradição cepalina era interpretado como um "inchaço" descontrolado do Terciário exprimia, para Francisco de Oliveira, tão somente a opção bem calculada na distribuição dos recursos disponíveis para acumulação entre a indústria e os serviços: de um lado, incentivos estatais para a modernização, tais como as concessões de crédito, isenções para importação etc; do outro, baixíssimas capitalizações para um setor cujas atividades – tal como a provisão habitacional – "não apenas podiam, mas deviam ser implantados apoiando-se na oferta de força de trabalho barata" (Oliveira, 2003 [1972], p.68).

O Estado como definidor das "regras do jogo" não somente vai regulamentar a relação capital-trabalho, estabelecendo como mínimo um salário "rigorosamente" de subsistência, baseado apenas em necessidades alimentares, como também outras relações fundamentais[52] à "para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir" (Oliveira, 2003 [1972], p.37). Vale destacar os investimentos na chamada infraestrutura de transportes, sobretudo a rede rodoviária que, ao mesmo tempo em que favorecia a expansão das fronteiras agrícolas, promovendo o encontro de mão-de-obra rural excedente de processos de modernização agrícola e a nova oferta de terras, também possibilitava a afluência de parte dela às cidades e a formação do chamado "exército de reserva" do mercado capitalista (Oliveira, 2003 [1972], p.38). Em contrapartida, nenhum investimento é feito em sistemas eficientes de transporte coletivo urbano.

Em Belo Horizonte, são ilustrativos os incentivos à instalação de indústrias na cidade, especialmente pelo Decreto no 1.516, de 02 de maio de 1902, na administração do prefeito Bernardo Monteiro, que regulava a concessão de terrenos e outros incentivos (como o fornecimento gratuito de energia elétrica) para as indústrias, enquanto que ao proletariado

---

[52] A atuação do Estado na viabilização da acumulação industrial é explorada por Francisco de Oliveira em diversos aspectos: fixação de preços, distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, subsídio cambial para importações de equipamento para indústria e crédito a taxas de juros negativas etc (2003 [1972], p. 37 *et seq.*).

concedia “títulos precários” para permanecerem nas áreas que ocupavam, tão precárias quanto os títulos.

Nabil Bonduki (1994, 1998) fornece-nos outros importantes elementos à compreensão da questão habitacional no contexto de formação das cidades capitalistas brasileiras, desde os primórdios da urbanização até à “transformação do problema habitacional em questão social”, momento no qual o Estado passa a intervir numa questão até então situada na esfera privada (Bonduki, 1994, p.12). Até então, o mercado rentista respondia pela quase totalidade da demanda de moradias para os trabalhadores nas cidades industriais emergentes, cujo investimento se mostrava altamente rentável, já que o aproveitamento dos terrenos, as densidades e qualidade construtivas das edificações ou das instalações hidráulico-sanitárias não eram regulados ou fiscalizados por nenhuma instância pública (Bonduki, 1998, p.25).

A extensa pesquisa empreendida por Bonduki registrou apenas algumas iniciativas do Estado em empreendimentos habitacionais. No Rio de Janeiro, em 1906, os milhares de despejos promovidos pelo governo de Pereira Passos para a abertura de avenida Central geraram uma onda de protestos que precisavam ser amainados e a construção de um conjunto habitacional com 105 unidades habitacionais (rua Salvador de Sá) pretendia demonstrar o compromisso do Estado com as famílias desalojadas. Mas foi uma iniciativa totalmente desvinculada de qualquer política habitacional, num período em que o Estado tratava a questão social como assuntos a serem tratados pela polícia. Da mesma forma, no Recife, a construção de 40 casas populares pela Fundação “A Casa Operária”, em 1926, foi registrada por Bonduki como uma dessas iniciativas isoladas do poder público para provisão habitacional já que “o estado liberal relutava ao máximo em intervir na esfera privada”, na qual estava inscrita a questão (Bonduki, 1998, p. 71).

Antes da década de 1920, excetuando o Rio de Janeiro que apresentava maior grau de urbanização, inclusive pela presença já marcante de várias favelas, as cidades brasileiras, incluindo São Paulo, “não passavam de acanhados burgos” (Oliveira, 2003 [1972], p.55), comparativamente ao que se transformariam nas décadas seguintes, sob os efeitos da industrialização rápida e intensa. Mesmo em Belo Horizonte, construída sob o signo da modernidade urbano-industrial, o desenvolvimento industrial ocorria em ritmo lento, bastante dependente dos incentivos do Estado. As primeiras indústrias instaladas eram empresas de pequeno porte, empregando entre 20 e 50 operários, excetuando a Companhia Industrial Belo

Horizonte de fiação e tecelagem (também beneficiada pelo já citado Decreto 1.516) que se instalou, entre os anos 1906 e 1908, empregando 220 operários (FIEMG, 2012). O perfil de produção é bastante similar àquele que Francisco de Oliveira descreve como característico da nascente indústria nacional: produção voltada para o mercado local; utilização de matérias primas provenientes do setor primário, e baixo grau de mecanização, "estando portanto mais próximas da manufatura do que propriamente da indústria que conhecemos hoje, [com] uma ampla gama de produtos, que iam da cerâmica às bebidas e cartões postais, do processamento de fumos à fabricação de balas e bombons" (FIEMG, 2012).

Embora existentes nas cidades que se industrializavam, os problemas habitacionais não eram considerados responsabilidade do Estado, mas assunto concernente à esfera privada e, como tal, deviam-se resolver nas relações entre locadores e locatários, no mercado rentista, ou pela autoprodução da moradia, no mercado imobiliário informal pela compra ou ocupação de terras em loteamentos irregulares, periferias ou favelas. Tampouco a historiografia oficial se ocupou de documentar as condições de vida das classes proletárias, sobretudo as condições de moradia. No entanto, segundo Bonduki, pode-se aferir a amplitude do problema no Rio de Janeiro e em São Paulo pelo registro, nos boletins sanitários, da frequência e natureza dos atendimentos às áreas ocupadas pelas populações mais pobres e pela pressão da sociedade sobre as administrações municipais, alarmada pela possibilidade de surtos epidêmicos. Todavia, ainda que privadas de sua pretendida isenção, as administrações municipais restringiram sua atuação basicamente a medidas saneadoras, como a demolição de inúmeros cortiços, campanhas de desinfecção etc, e ações de regulação de cunho claramente higienista (Bonduki, 1998, p. 39 *et seq.*).

O provimento habitacional para as classes trabalhadoras continuou a cargo de investidores privados, agora com incentivos do Estado:

> Adotados por todos os níveis do governo e regiões do país, os estímulos à iniciativa privada foram sempre muito bem aceitos por todos: higienistas, poder público e empreendedores. Para estes, a vantagem era óbvia, pois aumentariam seus lucros; para o poder público, mesmo que os resultados fossem pífios, era uma forma de mostrar uma iniciativa em favor da melhoria da habitação dos pobres; por fim, para os higienistas, era a oportunidade de difundir o padrão de habitação recomendável. (Bonduki, 1998, p.41)

Essa mudança marcou o início da intervenção estatal para o provimento habitacional, mas não o fim da produção *autoempreendida*[53] como solução de atendimento às necessidades de moradia da classe trabalhadora. Com características mais ou menos marcantes, proliferam-se a partir dos anos 1940 as favelas, loteamentos clandestinos, mocambos etc, que se transformarão eles próprios – "mais cedo ou mais tarde" – em objeto de intervenções estatais nos programas de urbanização que passam a integrar as políticas públicas da maioria das cidades brasileiras (Bonduki, 1998, p.13).

Não cabe aqui refazer a trajetória de Bonduki desde a consideração da questão habitacional urbana como problema, passando pela produção do mercado rentista, pelos primórdios da intervenção estatal, aos primeiros conjuntos habitacionais produzidos no país, via Institutos de Aposentadoria e Pensão[54]. Desse rico material, sem dúvida, essencial às formulações aqui pretendidas, vale destacar o papel do Estado na promulgação da Lei do Inquilinato e seus efeitos de médio prazo sobre o mercado de aluguéis, a crise habitacional dos anos 1940 e a expansão do autoempreendimento como forma quase exclusiva de provisão das necessidades das classes trabalhadoras (Bonduki, 1998, pp. 247-279).

A Lei do Inquilinato costumava ser interpretada como mais uma demonstração protecionista do Estado à classe trabalhadora, a que Francisco de Oliveira se contrapunha, afirmando ser mais um instrumento de submissão do trabalho ao capital. Instituída em 1942, por Getúlio Vargas, dentre outras medidas, congelou o valor dos aluguéis. No entanto, o efeito do congelamento dos aluguéis logo se fez sentir, demonstrar a que veio e a quem beneficiaria. Por um lado, o desestímulo ao mercado de aluguéis e a consequente carência de moradias impuseram aos não alojados, sobretudo aos recém-chegados às cidades, a autoprodução em favelas ou loteamentos periféricos como única alternativa habitacional. Mesmo aos trabalhadores alojados por ocasião do congelamento dos aluguéis, a suposta proteção não estava garantida porque a lei restringia, mas não proibia, a retomada do imóvel pelos proprietários. Por outro lado, "os reajustes salariais passaram a se referenciar nos valores locativos deprimidos pelas restrições legais" (Bonduki,

---

[53] Bonduki emprega o termo "autoempreendimento" em lugar do termo "autoconstrução" (mais usualmente empregado para designar a produção da moradia pelo proprietário) por entender que o processo "implica num conjunto de procedimentos que estão muito além da construção" (Bonduki, 2006, p. 239); q.v. a ressalva de ordem terminológica no capítulo 4.

[54] Assuntos abordados nos capítulos 1 a 6 das Origens da habitação social no Brasil (1998).

2006, p.239-240). Eis aí os verdadeiros beneficiários da Lei do Inquilinato. Mais uma vez, a ação do Estado favorece o capital em detrimento do trabalho, de modo eficaz e duradouro:

> Assim se gerou uma situação em que o custo da habitação foi sendo excluído dos salários, forçando a busca de alternativas habitacionais com baixíssimo custo monetário – a solução atrasada – ou que requeresse subsídio e políticas públicas de moradia – a solução moderna, o que somente poderia ocorrer se o direito por habitação estivesse atendido pelo Estado, o que nunca ocorreu no Brasil. (Bonduki, 2006, p. 240)

3.2 Condições de acesso à favela

> O acesso à terra urbana é visto por milhões de latino-americanos como a porta de entrada da sua morada definitiva, como o lugar terminal depois de muitas peregrinações rurais e urbanas. Mas essa porta de entrada – chão de uma futura residência onde imaginam que os seus próximos, os de hoje e os de amanhã, poderão deitar raízes – transformou-se em uma verdadeira barreira social nas grandes cidades latino-americanas. Pertencer ao grupo daqueles que dispõem de um pedaço de terra urbana é uma primeira distinção social, seguida de outras: qual o tipo de acesso à terra urbana? A terra é "terra-terreno" ou é "terra-casa"? Onde se localiza esta "terra-casa" na escala socioespacial da cidade? Ela está longe ou perto do centro. Dispõe dos serviços de água e esgoto? Quais os equipamentos urbanos disponíveis na sua proximidade? E, por fim, a indagação que nos cabe: como essas famílias latino-americanas conseguiram ter acesso a esse pedaço de "terra-terreno" ou "terra-casa"? (Abramo, 2003, p.7)

As condições gerais de formação das favelas nas cidades capitalistas podem ser sintetizadas, segundo as lógicas de acesso à terra, conforme descrito por Abramo (2002, p.103-134): a parcela da população que não dispõe das condições de acesso pela lógica de mercado (capital monetário) ou pela lógica de Estado (capital político-institucional) – é compelida ao acesso segundo a lógica da necessidade, em ações individuais ou coletivas de ocupação de glebas ou lotes, imóveis abandonados, áreas residuais urbanas como baixios de viadutos, áreas lindeiras a rodovias ou ferrovias, córregos etc.

O acesso à terra normalmente se dá sem dispêndio monetário nos processos iniciais de uma ocupação urbana ou com algum dispêndio proporcional ao grau de consolidação das ocupações nas quais o mercado informal de terras já esteja em operação. A ocupação inicial de terras mobiliza outros recursos, sobretudo organizacionais e políticos. As ocupações pioneiras nem

sempre foram pacíficas, mas em geral toleradas pela sociedade e pelo Estado, quando não induzidas ou diretamente promovidas por esse, pois afinal, "a favela é a política habitacional mais barata para o poder público" (Libânio, 2007, p.11), além de apresentar-se extremamente funcional à sociedade, por arregimentar mão-de-obra próximo aos locais de demanda, sobretudo para serviços domésticos e da construção civil.

Em estágios posteriores, as favelas consolidadas em áreas bem atendidas por serviços e equipamentos públicos passam a constituir um atrativo mercado imobiliário informal e a disputar a preferência locacional dos pobres, mesmo que o preço dos imóveis em determinadas favelas sejam "excessivamente elevados em relação aos preços do mercado formal de imóveis", condição aparentemente paradoxal, mas que revela, segundo Abramo, estratégias de investimento familiar dos favelados (2003, p.189-223), discutidas a seguir.

A inserção das favelas na malha urbana determina limites a sua expansão, sejam impostos por ocupações formais, por áreas protegidas pelo Estado ou empresas privadas, ou por adversidades físico-ambientais. As barreiras físicas – cursos d'água, encostas de altíssimas declividades, cavas de mineração, grandes áreas insalubres (lixões, por exemplo) etc. – ainda que representem maiores dificuldades ou riscos à ocupação, frequentemente são transpostas, se a elas não se somarem ações efetivas de fiscalização e prevenção à ocupação. As vias de trânsito rápido, ferrovias, linhas de metrô ou grandes equipamentos também funcionam como eficientes barreiras à expansão, cuja implantação está quase sempre associada à remoção integral ou à partição de núcleos favelados instalados anteriormente.

Até ao esgotamento das "fronteiras de expansão" de uma favela, quando o acesso "passa a ser preponderantemente pela via do mercado imobiliário informal" (Abramo, 2003, p.210), o acesso à terra pode resultar de ações individuais ou de pequenos grupos familiares que passam a atrair novos contingentes; ocupações coletivas por grupos despejados de outras áreas pelo Estado ou por particulares; ou ocupações coletivas decorrentes da ação política de movimentos sociais organizados. Pedro Abramo (2003, p.209) sistematiza o que considera ser a forma clássica de acesso à moradia em uma favela na seguinte sequência: ocupação individual ou coletiva de uma gleba ou lote; rápida construção precária tanto para assegurar abrigo imediato quanto para consolidar a ocupação; longo investimento familiar para consolidação da moradia e; desmembramento do lote ou da edificação para familiares ou para locação.

Sob a ótica mais abrangente aqui priorizada – da produção social do espaço e não apenas da unidade residencial – observam-se outros processos que variam conforme o contexto histórico e social de cada assentamento e o grau de interveniência de órgãos públicos ou concessionárias de serviço público. Alguns aspectos que marcam os processos de consolidação das favelas existentes na bacia do ribeirão Arrudas estão sinteticamente apresentados nos mapas que integram o Apêndice (prancha 11: Cronologia de políticas públicas e favelas em Belo Horizonte) e ilustram o item 3.4, a seguir, tais como denominações ao longo do tempo, data e histórico da ocupação, movimentos de expansão ou redução dos núcleos iniciais, intervenções públicas e provimento de serviços básicos, dentre outros.

A ocorrência desses processos e as transformações resultantes no interior das favelas são, conforme propõe Abramo (2003), fatores de "diferenciação ativa" no mercado imobiliário interfavelas. Quando associados aos fatores de "diferenciação passiva" – decorrentes da absorção de benefícios urbanos externos pela proximidade a áreas bem atendidas – determinarão as preferências locacionais das famílias faveladas. Esses fatores definem também o "capital locacional" de cada família no mercado imobiliário informal, permitindo "que os moradores em favela entrem no jogo especular de ganhos e perdas fundiário-imobiliário promovido pelas transformações da estrutura intra-urbana" (Abramo, 2003, p.202). Ainda que tenham sido construídas, predominantemente, como valores-de-uso, as moradias nas favelas configuram um mercado dinâmico explorado por diversos pesquisadores referenciados na bibliografia como Licia Valladares, Luiz César de Queiroz Ribeiro, Pedro Abramo, Suzana Taschner Pasternak e Laura Bueno.

Também em Belo Horizonte, estudos coordenados por Berenice Guimarães (2000), no período de 1991 a 1998, demonstram o dinamismo desse mercado imobiliário para as favelas, nas quais "54,3% das casas próprias foram adquiridas e não autoconstruídas, o que revela um alto índice de repasse de casas". [55] Apontam também a tendência de expansão das favelas dentro de seus próprios limites, pela verticalização das edificações, com 30% de casas com mais de um pavimento, e a "existência de duas ou mais construções em um mesmo terreno, 33%; [além de]

[55] Estudos envolvendo nove regiões administrativas, desenvolvidos pelo Centro de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Minas Gerais (CEURB/UFMG) e pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (Guimarães, 2000, p.351-352).

domicílios multifamiliares, ou seja, que são habitados por mais de uma família, 11,5%." (Guimarães, 2000, p.360).

3.3 Dinâmica das favelas: mobilidade residencial e mobilidade social

Uma análise superficial pode induzir à suposição de que a busca por uma moradia na favela decorre de oportunidades financeiras mais favoráveis do que as ofertadas no mercado imobiliário formal. No entanto, a teoria econômica da favela formulada por Pedro Abramo fornece diversos outros elementos que contrariam a hipótese de que o preço é o elemento determinante das preferências locacionais dos pobres. (Abramo, 2003, p. 189-217). Outros fatores identificados nos diversos estudos coordenados pelo autor podem explicar o aparente paradoxo de um mercado imobiliário informal praticando preços por vezes mais elevados que o mercado formal, em uma mesma região e, ainda assim, atraindo a preferência de famílias pobres. Dentre os fatores analisados, os que mais fortemente interferem na mobilidade residencial das famílias são as fontes de rendimento do trabalho e as redes de relacionamentos sociais, incluindo, por exemplo, as igrejas evangélicas e o narcotráfico. A proximidade a eventuais fontes de rendimento – que determinou historicamente o surgimento de inúmeras favelas – é ainda identificada como fator de preferência locacional, mas aparece associado aos fatores de vizinhança e de pertencimento a redes sociais. Frequentemente, a inserção do morador da favela no mercado de trabalho é também informal, o que determina local, condições de trabalho e rendimentos "flutuantes", dificultando seu acesso ao mercado formal de imóveis. A proximidade a eventuais fontes de rendimento não é, portanto, relacionada única ou precisamente à proximidade física a um local de trabalho, mas sim a uma "rede de relações sociais" que possa oferecer oportunidades de rendimentos (Abramo, 2003, p.190).

As análises de Abramo são importantes, especialmente por demonstrarem a íntima relação entre a dificuldade de acesso aos mercados formais, tanto o imobiliário quanto o de trabalho, pelas populações faveladas. A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal é, por exemplo, parcialmente compensada por um mercado interno à própria favela, baseado em fatores de confiança e reciprocidade. Segundo constatado pelas pesquisas nas favelas cariocas, parcelas significativas dos rendimentos familiares "são auferidos na proximidade da moradia", refletindo relações de confiança e reciprocidade, como a prestação de serviços, o comércio, cuidados com

crianças, idosos ou doentes, ou o recrutamento pelo narcotráfico. (Abramo, 2003, p.191). No entanto, o que transparece nas entrevistas é a prevalência dos fatores que mantêm o favelado, e mesmo o ex-favelado transferido para conjuntos habitacionais por força de remoções, nas posições de classes destituídas na estrutura de classes brasileiras, aqui adotada. Por exemplo, nas entrevistas envolvendo diferentes gerações de uma família, predominam as situações familiares em que "os descendentes mais qualificados exercem, hoje, profissões bastante similares às dos seus pais no final dos anos sessenta ou se encontram em situação de desemprego". Muito embora esses pais tenham investido na educação dos filhos buscando credenciá-los para o acesso a melhores condições de vida, o resultado desses investimentos – basicamente representado pelo maior tempo de permanência dos filhos no sistema educacional – constitui o que o Abramo qualifica de *pseudo-sobre-educação* ou *sobre-educação-truncada* e tem pouca repercussão na mobilidade socioespacial da pobreza (Abramo, 2003, p. 198-9).

As considerações de Abramo remetem-nos a outra importante discussão que associa diretamente mobilidade social e consumo de bens e serviços, representação segundo a qual estaríamos testemunhando uma mobilidade social significativa das classes pobres rumo à classe média, como bem expressa o título de uma publicação recente da FGV: *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres* – Neri, 2010. A nosso ver (Kapp e Silva, 2012), o eufemismo dessa matriz economicista contribui para acobertar as desigualdades sociais brasileiras que, ao contrário, pretendemos explicitar:

> O nexo direto entre consumo e mobilidade social põe o critério dos recursos econômicos como principal definidor da estrutura de classes, deixando em segundo plano recursos (ou *capitais*, no sentido de Bourdieu) culturais, sociais e políticos. Mas se, na ordem do crescimento econômico brasileiro recente, os pobres são bem vindos como mão de obra (de preferência qualificada nos moldes do capitalismo flexível), como consumidores (inclusive de serviços de educação, como os muitos cursos universitários) e até mesmo como produtores de cultura popular (do Carnaval a programas de TV), não são bem vindos como agentes políticos de peso, como transformadores da cultura dominante ou como partícipes das prestigiosas redes de pertencimento pessoal. (Kapp e Silva, 2012, p.31)

Esse é o aspecto primordial a uma efetiva mobilidade social: acesso aos centros de poder e decisão, acesso e controle aos recursos produtores de valor da sociedade. Ou seja, o simples aumento no nível de renda ou do consumo não move o indivíduo de sua posição de dominado, condição que se evidencia quando o Estado resolve agir sobre os territórios ocupados por favelas, determinando unilateralmente as regras do jogo. Mas, o que distingue a ação do Estado

em áreas de ocupações formais e nas favelas? Por que o morador das favelas seria mais vulnerável a processos de despossessão que o morador da cidade formal? A compreensão dessas distinções implica, necessariamente, compreender os efeitos da estrutura de classes na produção do espaço e, inversamente, os efeitos da produção do espaço na estrutura de classes e o papel das favelas nessas relações. Trata-se, portanto, de compreender desigualdades e privilégios a partir de um raciocínio que não somente registra quem ocupa os territórios das favelas, mas também quem produz esses territórios e quem produz as condições de sua produção (Kapp e Silva, 2012, p.33). Certamente, não são aptidões ou esforços individuais que definem o pertencimento de um sujeito a posições de classes dominantes ou subordinadas, como faz transparecer a ideologia do mundo moderno "que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso", ou seja, a "meritocracia" (Jessé Souza, 2009, p.43). O primeiro passo é descartar uma definição de classes meramente econômica, como propõe Jessé Souza (2009):

> Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensa o senso comum e as concepções "científicas" baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos – ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular – aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, "afetivamente" por herança familiar. (Souza, 2009, p.404)

Afastamo-nos, pois, de uma matriz meramente economicista para uma matriz muito semelhante à de Pierre Bourdieu, na qual um conjunto mais complexo de recursos (capitais) e disposições incorporadas (*habitus*) se reforçam e se mantêm mutuamente, sobretudo por meio de um contexto afetivo e disciplinar favorável. Assim se definem, socialmente, relações de dominação ou subordinação: mediante um conjunto de capitais de diferentes tipos (econômico, cultural e social) que sustentam um ao outro e, de certo modo, intercambiáveis (Kapp e Silva, 2012, p.32). Disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo são disposições arroladas por Jessé Souza como naturalmente assimiladas pelas crianças das classes médias e altas, no processo de socialização, seja no ambiente familiar, na escola ou no âmbito mais abrangente de suas relações de classe. Sua trajetória posterior no mundo do trabalho decorre, em princípio, desses fatores e não especialmente de méritos pessoais. Ao contrário, às crianças das classes destituídas se imporá, para além de aptidões individuais, a capacidade de superar as desvantagens sociais sistemáticas a que toda sua classe está exposta. Capital econômico e capital cultural são diferencialmente apropriados e definem a hierarquia social que caracteriza a

moderna sociedade brasileira, não apenas pela constituição de novas classes sociais, mas pela polarização entre classes positiva ou negativamente privilegiadas:

> O processo de modernização brasileiro constitui [...] também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos [...] de "ralé" estrutural, não para "ofender" essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para [...] o abandono social e político, "consentido por toda a sociedade", de toda uma classe de indivíduos "precarizados" que se reproduz há gerações enquanto tal. (Jesse, 2009, p. 21)

Destaca-se aí um aspecto fundamental à abordagem aqui proposta: a perpetuação da desigualdade brasileira é legitimada pela totalidade social e não apenas pelas elites ou pelo Estado. As ações do Estado nas favelas sejam elas para a remoção truculenta ou para a suposta extensão dos benefícios urbanos a esses territórios precisam se legitimar socialmente. Como vimos no capítulo 2, o espaço é um dos mais importantes "recursos produtores de valor" da moderna sociedade urbana e os constantes movimentos espaciais das favelas na história das cidades capitalistas refletem a disputa desigual pelo seu controle e a interdição do acesso e usufruto dos benefícios produzidos pela totalidade social à parcela da população mais fragilmente aparelhada:

> Favelas e outras áreas ambiental, jurídica ou socialmente frágeis, tais como os loteamentos periféricos ou conjuntos habitacionais, não surgiram porque seus moradores tenham se retirado deliberadamente da cidade formal e bem provida de infraestrutura urbana; eles surgiram e continuam surgindo por processos de "despossessão" (Harvey, 2011), renovados a cada novo ciclo político, sendo o último deles paradoxalmente caracterizado pela participação popular. As pessoas que ocupam essas áreas, sejam elas denominadas favelas ou não, sofrem desvantagens "sistemáticas e relevantes", decorrentes também de sua situação espacial, ainda que tenham conseguido mitigar parte dessas desvantagens ao longo do tempo. (Kapp e Silva, 2012, p.33)

Por fim, cabe destacar a contribuição, por vezes irrefletida, dos técnicos que atuam nos processos de urbanização de favelas, a serviço do Estado, na consumação dos processos de despossessão, na medida em que tendem a projetar sobre tais espaços sua própria perspectiva (ou *pré-conceitos*) de classe (média), "sitiando-os de procedimentos heterônomos e fazendo dos seus antigos (auto)produtores meros *usuários*, *beneficiários* ou *consumidores"*. A urbanização das favelas sob a ótica de sua inclusão na cidade formal pode significar, apenas, uma maior

submissão de seus moradores a novas relações compulsórias de consumo e nenhum acréscimo substancial de poder político. No extremo, pode torná-los ainda mais vulneráveis, porque destituídos das possibilidades que os espaços autoproduzidos ainda oferecem e, mais uma vez, expondo-os a disputas direta por espaço com classes sociais efetivamente muito melhor providas de capitais econômico, cultural e social (Kapp e Silva, 2012, p.35).

3.4 O Lugar das Favelas em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, tanto quanto em qualquer cidade capitalista, às populações impossibilitadas de acesso ao mercado formal de terras resta buscar, para se instalarem, terrenos não encampados pelo mercado imobiliário e que atendam, em alguma medida, suas necessidades cotidianas de abrigo, acesso à água, acesso ao mercado de trabalho, transporte e outros benefícios urbanos. À medida que se consolidam, os assentamentos assim conformados passam, eles próprios, a integrarem o mercado de moradias e disputar a preferência locacional dos pobres, mesmo quando apresentam preços de imóveis comparáveis ou até mais elevados que imóveis comercializados no mercado formal.

Como já visto no capítulo 1, Belo Horizonte conformou-se a partir da ocupação de duas bacias hidrográficas contribuintes no alto curso do Rio das Velhas, sobre o núcleo já existente do arraial de *Bello Horizonte* (antigo *Curral d'EL Rey*), à margem direita do ribeirão Arrudas, no sopé da Serra do Curral.

As primeiras favelas surgiram junto com a nova capital, sobretudo para abrigo da força de trabalho que iria construí-la que, mesmo intrínseca ao seu processo de produção, não tinha espaço previsto para seu assentamento, no plano do engenheiro Aarão Reis. Em verdade, trata-se de uma medida de responsabilidade do Estado jamais cumprida, nem à época da construção da cidade, nem posteriormente. A já citada Lei n.3, adicional à Constituição mineira, que designou Belo Horizonte para a instalação da nova capital do Estado, deliberava também sobre outras providências para a viabilização do empreendimento, tais como a divisão e destinação de terrenos, a desapropriação de todos os terrenos particulares existentes na área de projeto, o estabelecimento de regulamentos, planos e de exigências higiênicas e arquitetônicas para as edificações etc. Dentre as providências, figurava ainda a concessão gratuita de "*um lote para a construcção de casa ou chacara*" para todos os funcionários estaduais e "*egualmente promoverá*

a construcção de casas em condições hygienicas e de aluguel barato para operarios" (Barreto, 1928, p.403).

Decorre também dessa lei, algumas particularidades na espacialização das classes sociais em Belo Horizonte, especialmente devido ao fato de que TODOS os terrenos terem se tornado domínio público pela desapropriação de toda a área destinada à implantação da nova capital:

> Desde o momento de sua fundação, a nova capital contou com o papel fundamental do Estado, que logo se configurou como o indutor básico de sua expansão, não só pela responsabilidade de planejar seu espaço, mas também pelo fato de ser o maior detentor das terras do município e o responsável por sua distribuição. A nova capital foi concebida para o poder que nela se exerceria e assim, os lotes foram distribuídos para os segmentos da população diretamente ligados ao aparato estatal e aos proprietários de terra em Ouro Preto, como forma de estimular a "elite ouropretana", ainda reticente a essa transferência. (Lima, 2009, p.55)

Os lotes distribuídos aos cidadãos ouro-pretanos situavam-se na zona urbana e, dado o desinteresse desses proprietários em ocupá-los e mesmo a descrença de que tivessem valor comercial, permaneceram vazios e foram progressivamente ocupados por populações pobres, procedentes em sua quase totalidade de cidades mineiras, incluindo elevado percentual de trabalhadores, contribuintes da Previdência Social. (Departamento de Habitação Popular, 1966). Desde então, as favelas sempre integraram a cidade e embora ocupem pouco mais de 5% do município, abrigam aproximadamente 22% da população (Caldas *et al*, 2008). Numericamente colocado, o percentual de 5% do território pode parecer irrelevante no contexto da cidade. No entanto, sob a ótica da inserção hidrográfica, as transformações dessas áreas repercutem em toda a bacia porque, como ilustrado nos mapas (apresentados no Apêndice) das ocupações na bacia do ribeirão Arrudas – grande parte se localiza em áreas de cabeceiras, ou seja, à montante das ocupações formais. Não só os efeitos dos eventos aí ocorridos se transferem para jusante, como também – e esse é o aspecto mais relevante dessa tese – poderiam se transferir como efeitos benéficos, contribuindo para o equilíbrio de todo o ecossistema urbano definido pela bacia hidrográfica.

De 1894 a 1897, durante a construção da cidade, "a população do arraial passou de 600 para 12.000 pessoas, numa região onde se contabilizavam não mais do que 430 casas", conforme constatado por Junia Ferrari de Lima, nos levantamentos efetuados nos arquivos públicos, sobretudo nos relatórios de prefeitos e da Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC (Lima, 2009, p.93). Os efeitos desse desequilíbrio foram evidenciados por Berenice Guimarães (1991)

em *Cafuas, barracos e barracões: BH, cidade planejada*, minuciosa reconstituição dos processos de expansão da cidade e das favelas, no período de 1897 a 1945, "véspera da criação da Fundação da Casa Popular, quando se tem, pela primeira vez no Brasil, uma política nacional de habitação popular". (Guimarães, 1991, p. II). O problema da moradia para as classes trabalhadoras surge antes mesmo da cidade: "em 1895, dois anos antes de se inaugurar a cidade, já existiam duas áreas de invasão com aproximadamente 3.000 pessoas", na região do córrego do Leitão (bairro Barro Preto) e a denominada *Favella* ou Alto da Estação (Guimarães, 1991, p.70 e p.286).

Entre o período da implantação da cidade (1894) e 1930, a ação do Estado em Belo Horizonte frente às questões habitacionais limitou-se a controlar as ocupações de áreas pelas classes trabalhadoras de modo a permanecerem, em caráter provisório, próximas aos locais de demanda por mão-de-obra para a consolidação da zona urbana da cidade. Sempre que necessário, promovia-se a remoção dos núcleos favelados e nas áreas liberadas, progressivamente, novos usos se instalavam segundo os estímulos oferecidos pela administração pública, ora como incentivos à instalação de indústrias, ora estimulando o uso residencial de classes mais abastadas.

À classe trabalhadora, ao contrário, eram concedidos títulos precários ou ordens de despejo e remoção. Segundo o prefeito Affonso Vaz de Mello, os terrenos da zona central nos quais se instalara o proletariado "na sua quasi totalidade" não seriam cedidos pela prefeitura "para construcção de casinhas de valor mínimo", aventando como solução a criação de Vilas Proletárias. Segundo o mesmo relatório, a prefeitura ainda deveria preparar-se para "opportunamente remover grande número de operários installados provisoriamente na área operária – Barro Preto" que, por força da Lei n. 138, de 16 de outubro de 1917, poderiam conseguir o domínio dos lotes ocupados, nem por compra, nem por cessão gratuita e nem por aforamento (Mello, 1918, p.14)[56]. Ou seja, a Lei nº 138 havia revogado todas as disposições anteriores que abriam alguma brecha para que o trabalhador se instalasse em condições menos precárias na cidade: o Decreto nº 1.516, de 2 de maio de 1902, que concedera títulos provisórios aos operários instalados no Barro Preto, facultando-lhes o domínio definitivo dos lotes, mediante a compra, a construção da casa segundo padrões determinados e o cumprimento de requisitos

[56] Disponível: http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1919-Affonso-Vaz-de-Mello.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2012.

morais e de boa conduta; e os instrumentos que regulamentavam a cessão gratuita de lotes – a Lei nº 33, de 11 de fevereiro de 1909 e Decreto nº. 2.486, de 30 de março de mesmo ano. Quanto ao instituto jurídico do aforamento (ou enfiteuse) não poderiam ser expedidos "por falta de condições previstas em lei" (Mello, 1918, p.14). Conforme esclarece Lima (2009)[57], o aforamento ou enfiteuse, previsto no Código Civil Brasileiro de 1916, só foi instituído em Belo Horizonte pela Lei Municipal 335 de 04 de abril de 1928 (Lima, 2009, p.56), tendo beneficiado coletivamente, apenas os moradores removidos de outras áreas e transferidos para a Vila Concórdia[58].

A preocupação explicitada pelo prefeito Vaz de Mello bem como a criação de vilas proletárias como solução para a fixação das classes trabalhadoras são recorrentes nos relatórios dos prefeitos. Lê-se no Relatório da Secção de Tombamento[59], integrante do relatório do prefeito Flávio Fernandes dos Santos (1922):

> A prefeitura tem se sentido impotente para impedir que seus terrenos, de vários pontos da cidade, sejam occupados por cafúas e barracões construídos clandestinamente pela pobreza da cidade. Torna-se pois indispensável a creação de Villas Proletarias onde serão definitivamente localisados esses occupantes atuaes de lotes, dos quaes, muitos, os da 8ª, 9ª e da 12ª secções urbanas (Barroca e Barro Preto), nunca deverão ser concedidos definitivamente para taes habitações. (Santos, 1922, p.51)

Nesse mesmo relatório, em contraponto, discute-se a cessão gratuita de lotes a funcionários federais. (Santos, 1922, p.52)

---

[57] Investigando as razões de manutenção das características de ocupação no bairro Concórdia (Belo Horizonte), ao longo de oito décadas, Junia Ferrari de Lima (2011) identifica o instituto jurídico da "enfiteuse ou aforamento" como um importante garantidor do domínio útil aos operários ali instalados como enfiteutas ou aforados, permitindo sua fixação. Entretanto, conclui ela "e talvez justamente por isso, este instituto sofreu manifestações contrárias por diversas vezes – em 1950, em 1965 e em 1969 – até finalmente ser eliminado no Código Civil de 2002" (Lima, 2011, p.46).

[58] Segundo os relatos coletados pela autora, em 1936, Belo Horizonte seria a sede do Congresso Eucarístico Nacional, evento que demandaria uma área de grandes proporções e baixa declividade, sendo a Praça Raul Soares indicada. No entanto, seria necessária a rápida remoção da população proletária ali instalada que teria sido transferida para a Vila Concórdia com a garantia de expedição dos títulos de aforamento (Lima, 2009, p.101)

[59] Relatório emitido por João B. Gomes, em 20-9-922 (Santos, 1922, pp.51-52). Disponível em http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1922-1922-Flavio-Fernandes-dos-Santos.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2012.

Segundo Guimarães (1991), as ocupações de áreas na Zona Urbana – com ou sem títulos precários concedidos pela prefeitura – ocorreram até final dos anos 1930. Na administração do prefeito Luiz Barbosa Gonçalves Penna (1930 – 1932), foram emitidas 1.867 intimações para demolição de cafuas na Barroca, única área ainda ocupada por favela na Zona Urbana, cujo processo de remoção estendeu-se de 1929 a 1945[60]. Percebe-se a urgência da administração pública em desocupar a área pela emissão do Decreto 96, de 15 de janeiro de 1931, liberando crédito especial para "acorrer despesas de demolição de cafuas da Barroca", até então de responsabilidade dos próprios moradores, e o registro de 2002 viagens de caminhões para transferência dos desalojados – com seus pertences e materiais de construção aproveitáveis – para lotes oferecidos na Vila Concórdia e na Vila São Jorge (Morro das Pedras).

Na análise de Guimarães, o período de 1930 a 1945, marcado por grandes transformações na economia nacional decorrentes da crise de 1929, "é o momento de emergência das classes sociais urbanas e da aceleração do processo de urbanização e crescimento do operariado", redesenhando a estrutura socioeconômica: ao lado das oligarquias rurais, as emergentes classes médias e os trabalhadores urbanos (Guimarães, 2001, p.167). A crise de 1929, dentre outros efeitos, afetou diretamente os setores da economia ligados à exportação e impulsionou ao final dos anos 1930, em Minas Gerais, o deslocamento do excedente financeiro do setor pecuário, sobretudo para o mercado imobiliário de Belo Horizonte e mais especialmente, para o atrativo mercado rentista (Guimarães, 2001, p.168),

De um lado, o trabalhador, pressionado entre submeter-se ao mercado de aluguéis que, no entanto, era ainda incipiente ou à ocupação ilegal de áreas na zona urbana ou entorno, mesmo sabendo-se sujeito a despejos, quando conveniente à administração pública para liberação da área para outros usos, como bem ilustra os sucessivos deslocamentos da maior aglomeração favelada que então se formou – a Favela da Barroca[61]; de outro, o Estado liberal que relutava em intervir numa esfera que julgava ser privada, mas pressionado pelo incontrolável crescimento das ocupações faveladas na zona central que precisava ser liberada para fins mais nobres e rentáveis aos cofres públicos. Criou-se, assim, uma política de facilitação aos investidores privados para cobrir as lacunas das tão almejadas vilas proletárias. Seus efeitos, no entanto,

[60] Parte dela estava no interior da avenida do Contorno, próximo à área atualmente ocupada pela Praça da Assembleia.

[61] Ver Prancha 01, no Apêndice..

logo se fizeram sentir. Em 1935, o Prefeito Otacílio Negrão de Lima alerta o Governador de Minas Benedito Valladares quanto à necessidade de "pôr um dique às aprovações" à construção das denominadas "vilas" pela iniciativa privada, na zona suburbana da cidade, destinadas ao provimento habitacional das famílias pobres.

> O número excessivo de "vilas", aprovadas sem onus algum para os proprietários, extendeu de tal forma a área povoada de Belo Horizonte que criou, para a administração pública, os mais graves e sérios problemas. [...] Muitas fortunas particulares, em Belo Horizonte, fizeram-se à custa das vilas; enriqueceram-se os seus proprietários, criando, para os cofres públicos, problemas de saneamento, confôrto, polícia e assistência, que custarão dezenas e dezenas de milhares de contos de réis. (Negrão de Lima, 1935, p.26-27)

Embora o fenômeno de favelamento remonte à construção da cidade, os primeiros estudos técnicos dirigidos especificamente ao fenômeno do favelamento em Belo Horizonte situam-se apenas no final dos anos 50 e década de 60, como atesta o *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte: dados preliminares*, publicado em 1966, pelo Departamento de Habitação Popular – DHP – da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular [62]. Nesse momento, a população favelada constituía-se de 119.799 pessoas e representava 14,75% da população total da nova Capital[63], com uma taxa de incremento de 229% em relação ao *Cadastro de Favelas de 1955*, efetuado apenas uma década antes, pela Comissão de Desfavelamento da Prefeitura de Belo Horizonte, em colaboração com a Inspetoria Regional do IBGE (DHP, 1966, p.7).

Constatou a equipe técnica do DHP que, em Belo Horizonte, o tema encontrava-se "praticamente virgem de análises mais amplas e profundas", dando conta de apenas três publicações anteriores: *Bidonvilles du Brésil – Les Favelles de Belo Horizonte*, do Professor Roger Teulières; *Morro do Querosene – Alguns Aspectos da Formação de uma Favela,* dos professores Welber da Silva Braga e Hiroshi Watanabe; e *Favelas*, dos arquitetos Gui Tarcísio Mazzoni e Marcos de Carvalho Mazzoni. O primeiro relacionado, "um estudo histórico-descritivo",

---

[62] Levantamento de caráter censitário realizado no Governo Magalhães Pinto, tendo como diretor do Departamento de Habitação Popular o arquiteto Ney Pereira Furquim Werneck e o sociólogo Hiroshi Watanabe como responsável pelo relatório publicado e pela orientação dos trabalhos de manipulação, análise e interpretação dos dados coletados nos últimos meses do ano de 1964 e primeiros de 1965.

[63] "Segundo o Censo Escolar de 1964, Belo Horizonte possuía cerca de 812.000 habitantes [...]" (DHP, 1966, p.11).

foi publicado em 1955 em *Les Cahiers d´Outre-Mer* e transcrito no Boletim Mineiro de Geografia, no 1, julho de 1957 e mostrou-se-me fundamental ao propósito de mapeamento do movimento espacial das favelas em Belo Horizonte; o segundo enfocava apenas uma favela e segundo o DHP, mais marcado por uma "abordagem de natureza mais demográfica do que sócio-econômica", foi publicado em 1961 pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da U.M.G; e o terceiro, publicado em 1961 pela Escola de Arquitetura da U.M.G – no 3 da série Documentário Arquitetônico, registra algumas soluções construtivas adotadas pelos favelados que, segundo a apresentadora, a arquiteta Suzy de Melo, "pelo seu pitoresco, engenho e mesmo pureza", justificariam uma publicação como aquela. [idem, p.6-7]. Além desses é citado o trabalho produzido pelo SAGMACS – *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, publicado em 1960, como "um dos poucos [...] realizados de modo metódico e objetivo" (DHP, 1966, p.6).

O estudo do DHP ressalta especialmente a precariedade de informações acerca da realidade socioeconômica dos assentamentos favelados e, em decorrência, o deficiente conhecimento, a urgência e utilidade do levantamento realizado, indispensável ao cumprimento das atribuições técnicas que lhes competia[64]. Interessante destacar a visão da equipe quanto à importância dos levantamentos de campo, uma vez que "elaborar projetos em gabinete, desconhecendo-se a realidade que se pretende modificar, não é planejar – pode constituir valioso trabalho de especulação intelectual – mas jamais de planejamento". (DHP, 1966, p.7).

Comparada à população das cidades mineiras, naquele momento, a população residente nas favelas em Belo Horizonte "constituiria o 4º município do estado em número de habitantes"[65], sendo observado pela equipe técnica que:

> Os barracões das nossas favelas, diferentemente do que ocorre em outras cidades como Rio de Janeiro e Recife, são geralmente de tijolos e cobertos de telhas. Fossem eles construídos em terrenos próprios, com condições satisfatórias de saneamento e providos de serviços públicos, o problema praticamente não existiria. (DHP, 1966, p. 54-55)

---

[64] "a) elaborar planos de urbanismo, com a localização de parques proletários e conjuntos de habitação popular ou contribuir para a elaboração desses planos; b) promover estudos e pesquisas sobre problemas de urbanismo e habitação popular, considerados os seus aspectos urbano e rural, tendo-se em vista, fundamentalmente, as necessidades da classe trabalhadora." (DHP, 1966, p. 5).

[65] "[...] sendo superado apenas pelos de Belo Horizonte, Juiz de Fora, e Governador Valadares". (DHP, 1966, p. 57).

Roger Teuliéres (1957, p. 12) registra outra distinção entre as favelas de Belo Horizonte e as do Rio de Janeiro – pelo local que se instalam. Nessas, "uma favela se ergue, perto de uma usina, de um centro de trabalho, onde os homens se possam empregar". Nessa condição, estariam algumas favelas de Belo Horizonte, como "as de 'Prado Lopes', de Buraco Quente, dos Marmiteiros, que se avizinham da zona industrial da Capital para os lados do Arrudas, da Lagoinha e Carlos Prates", mas, em geral, as favelas aqui "nasceram do aproveitamento de terrenos vagos, dos quais o proprietário, ausente ou negligente, não exigiu evacuação imediata."

Sobre as condições encontradas nas favelas, Teuliéres classifica-as em dois tipos. A riqueza de detalhes descritivos revela, além de acurada observação do autor, parte do cotidiano de seus moradores, valendo sua transcrição literal:

> As primeiras são formadas de casinhas do tipo "barracão", habitadas por gente pobre mas vivendo geralmente de seu salário e, algumas vezes, proprietários de seu lote; elas teriam quase o aspecto de vilas não fosse certa desordem na disposição das casas, mal alinhadas em relação às ruas, embora sejam estas bem largas; os muros de tijolo cru aí são, muitas vezes, acimentados e embranquecidos, os telhados cobertos de telha colonial e as janelas fechadas, com uma "tranca" no interior; não há vidraças, o chão é de terra batida, às vezes pavimento com tijolos vermelhos. Algumas casinhas têm dois cômodos: um quarto, uma cozinha, que serve de copa e que serve também, de dormitório. O fogão é construído com tijolos; às vezes há um fogareiro de carvão vegetal. Não há água corrente e, muito raramente, luz elétrica. Algumas cadeiras, sobretudo tamboretes, em volta de uma mesa rústica. Perto do fogão, armário com latas de conservas transformadas em caçarolas, gamelas, canecas. Não há, evidentemente, talher nem pratos. Nas paredes, um calendário (folhinha), uma gravura de revista e, quase sempre, uma estampa de santo com uma palma ou ex-voto. As paredes nem sempre chegam ao telhado. Ouvem-se as conversas distintamente, os ruídos familiares dos vizinhos, quando suas acomodações estão perto. Frequentemente, os moradores dispõem diante de sua porta, sobre uma janela ou em latas presas com arame, flores que cultivam. Algumas vezes, duas ou três árvores, alguns legumes, flores, crescem em desordem, perto da casa. O chão é mal nivelado, algumas vezes, perigosamente esbarrancado em redor. O caminho é cheio de buracos e, no tempo das chuvas, cheios de poças d'água, escorregadio, lamacento. Na seca, são cobertos por espesso lençol de poeira que penetra nos calçados. [66] (Teuliéres [1955], 1957, p. 12-13)

[66] O autor esclarece, em nota de pé de página, que o termo "vila" refere-se a um "Grupo de casas modestas com um labirinto de ruas, construídas pela municipalidade ou uma organização industrial, para aí alojar trabalhadores, geralmente nos subúrbios afastados." (Teuliéres, 1957 [1955], p. 12)

Essas favelas do primeiro tipo são, na visão do autor, confortáveis se comparadas com as do segundo tipo:

> Formadas por uma aglomeração de miseráveis "cafúas", espécie de cabana de terra e tábuas, e cujos habitantes são, comumente, pobres diabos vivendo de mendicância ou pequenos trabalhos, e provisoriamente ali instalados, sob a ameaça de brusca expulsão. Tais são as favelas do "Pindura Saia" e dos "Urubús". O alojamento é incrivelmente exíguo, muitas vezes sem janela. A porta é um pano que se coloca de noite na abertura de entrada. Cozinha-se na soleira da porta e dorme-se em esteiras estiradas no chão. Não há ruas, mas caminhos tortuosos, ziguezagueantes, subindo e descendo. Seguindo-os, tem-se a impressão de penetrar nas moradias. (Teuliéres, 1957 [1955], p. 13)

Encontramos, ainda, em Roger Teuliéres o registro do movimento espacial das favelas, à medida que os moradores eram obrigados a evacuar as zonas ocupadas: a desagregação ou repartição de uma favela em uma série de pequenas favelas, a transferência forçada para longe do centro urbano, ou a expulsão "pela chegada de possantes *buldozers* (retificadores do terreno), encarregados de traçar as ruas, aplainar as imperfeições do terreno, encher buracos" (Teuliéres, 1957 [1955], p 13-15). Essa dinâmica das favelas foi esquematicamente representada pelo autor, indicando "as principais migrações das favelas ao redor de Belo Horizonte" a partir de marcos temporais associados às datas de formação dos núcleos favelados: 1895, 1925, 1930 e 1942 (Teuliéres, 1957 [1955], p.17).

Esse mapa e o mapa anteriormente citado, com a localização das "Principais favelas de Belo Horizonte" (Teuliéres, 1957 [1955], p.14), ensejaram-me à tentativa de reconstituição dessa dinâmica até a situação atual, buscando representar cartograficamente a dinâmica do mercado de terras em Belo Horizonte. Os dois mapeamentos elaborados por Teuliéres foram adaptados e estão apresentados na prancha 01, do Apêndice. Partindo dos registros de Teuliéres, observamos, por exemplo, que a favela "Pindura Saia", ocupando pequena área, ainda sobrevive em área nobre da cidade, na avenida Afonso Pena, próximo à FUMEC[67]; que parte da favela "Urubus", que em alguns registros figura como "Ilha dos Urubus" e também como "União", foi removida em 1967, com uma drástica retificação do Arrudas, no trecho à jusante da avenida do

[67] "No Cruzeiro, a abertura da avenida Afonso Pena, depois da Praça Milton Campos, no final dos anos 1960, representou um impulso na sua ocupação. Ali, havia surgido, décadas antes, uma favela chamada Pindura Saia. Com a construção da avenida e, depois, com a edificação do Mercado Distrital do Cruzeiro, o Pindura Saia praticamente desapareceu, restando apenas umas poucas casas"(Arreguy, Ribeiro, 2008, p.23).

Contorno no bairro de Santa Efigênia; ou que a parte remanescente da "Urubus" agregou-se à Vila Ponta Porã (ainda existente), ao ocupar emergencialmente, durante a trágica enchente de 1983, parte do Campo do América Futebol Clube, contíguo a ela.

O mapeamento elaborado, apresentado no Apêndice, pretende ilustrar, pelo surgimento, remoção, deslocamento ou permanência e expansão dos núcleos favelados – a dinâmica do mercado capitalista de terras, ora desprezando áreas que não possuem atributos suficientes como mercadoria ora buscando incorporá-las ao seu estoque. A simples consulta à cartografia oficial, no entanto, não foi suficiente ao mapeamento desejado. Segundo registram os executores do Atlas Histórico de Belo Horizonte (Fundação João Pinheiro, 1997, p.47), "as áreas não ocupadas permaneceram por longo tempo sendo desenhadas nas plantas, muitas vezes sem a necessária definição entre a cidade real e a cidade virtual" e, mais especialmente, como no caso das favelas, "a ocupação desordenada e não-oficial de grandes áreas eram simplesmente ignoradas nos mapeamentos oficiais".

Buscou-se cobrir essas lacunas a partir da literatura, sempre que a descrição das favelas existentes produzisse elementos para sua localização espacial. Adotei como extremos temporais o mapeamento de Teuliéres, de 1955 e o mapeamento das vilas e favelas em Belo Horizonte, de 2007, construído sobre a base hidrográfica do município. Entre os extremos, foram trabalhados os mapas cadastrais de 1936, de 1942, 1953 e 1989. Sobre o mapeamento original, foram sobrepostas as manchas correspondentes à localização atual das favelas e a delimitação de microbacias adotada pelo Drenurbs, de 2007, na bacia do ribeirão Arrudas.

Os mapas de 1936, 1942 e 1953, dado à dificuldade de recomposição de toda a área compreendida pela bacia do ribeirão Arrudas ou pela indisponibilidade de mapeamento integral da área, apresentam as microbacias abrangidas pela área delimitada topograficamente para a implantação da Nova Capital, apresentada pela figura 06 pelos marcos topográficos mais externos. Os mapas de 1989 e 2007 estão apresentados em duas escalas: 1:25.000, correspondente à mesma área abrangida pelos mapas supracitados e na escala 1:50.000, abrangendo toda a bacia do ribeirão Arrudas. Pretende-se dessa forma, fundamentar a condição atual de ocupação por favelas de inúmeras cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos.

Acrescentou-se às informações mapeadas, a *Cronologia de políticas públicas e favelas em Belo Horizonte.* Na prancha 11 do Apêndice estão dispostos os marcos temporais destacados a

seguir, além de informações sobre os principais processos de consolidação das favelas na bacia do ribeirão Arrudas.

Figura 06. ***Projecto da rede de triangulação traçada sobre a planta primitiva da Comissão D'Estudo***

Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, s.d. (Arquivo Público Mineiro).

3.5 Cronologia de políticas públicas e favelas em Belo Horizonte

1894 Inicia-se a construção da Nova Capital.

1895 Registram-se os dois primeiros núcleos favelados, Favella ou Alto da Estação (Santa Teresa) e córrego do Leitão (Barro Preto), ambos extintos em 1902.

1897 É inaugurada a Nova Capital.

1902 Registra-se a favela da Barroca (Barro Preto), oriunda da extinção das favelas Alto da Estação e córrego do Leitão.

1910 Registra-se a favela Praça Raul Soares.

1955 São criados o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DBP) e a chamada Comissão de Desfavelamento, que elaboram o primeiro *Cadastro das Favelas* de Belo Horizonte. O DBP nasce com a promessa "do mais alto sentido social" na "tarefa do desfavelamento de Belo Horizonte" (DBP, 1957, p.3), de modo que não se fariam mais remoções sem construção prévia de conjuntos habitacionais para alojar a população. Numa publicação de 1957, o DPB declara ter concluído o planejamento de um primeiro conjunto no Morro das Pedras, área considerada próxima ao centro (5km) e já atendida por bonde elétrico e lotações. Seguindo uma matriz modernista, o conjunto inclui 180 apartamentos padrão de 45m^2, centros médico e social, igreja, mercado, escolas e outros serviços. A intenção é construí-lo mediante concorrência pública e vender os apartamentos aos favelados pelo preço de custo, a juros de 5% ao ano, de modo que, em médio prazo, as prestações financiariam novos empreendimentos do DBP. O empreendimento, depois batizado Conjunto Santa Maria, foi de fato o único construído pelo Departamento e nem sequer integralmente (Guimarães, 1992, p.13). As remoções continuaram.

1958 O *Cadastro das Favelas* de 1955 é atualizado com a relação de todos os núcleos favelados então existentes.

1963 É criado o Departamento de Habitação Popular (DHP), subordinado à Secretaria de Trabalho e Cultura do Estado, que inicia o *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte.* Nesse ano realiza-se também **I Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana**.

1964 O *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte* é concluído, registrando 199.799 pessoas faveladas, equivalentes a 14,75% da população de Belo Horizonte. É assinado um Decreto Estadual de desapropriação de áreas para urbanização de quatro favelas e construção de conjuntos habitacionais. O Decreto é revogado depois do **golpe militar**; as favelas se tornam "casos de polícia", e todas as associações de favelados são declaradas subversivas.

1971 Sob o regime de repressão, a Prefeitura cria a Coordenação de Habitação de Interesse Social (**CHISBEL**)**,** órgão oficialmente encarregado da promover remoções, mediante indenizações em dinheiro, o que apenas desloca as famílias faveladas para novos núcleos ou adensamento dos existentes.

1973 É criada a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) com 14 municípios.

1974 É criada a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), uma autarquia estadual.

1976 É aprovada a *Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte* que inclui uma categoria de zoneamento para as favelas, o chamado Setor Especial 4.

1978 No auge de sua atuação, a CHISBEL remove 2.270 barracões ou 10.564 pessoas (conforme levantado por Guimarães [1992, p.14] nos relatórios anuais do órgão).

1979 Depois de uma das mais graves enchentes da cidade e no contexto de uma rearticulação dos movimentos de favelados, que haviam se juntado à União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), o governo estadual cria o *Programa de Desenvolvimento de Comunidades* (PRODECOM), que fica inicialmente a cargo da Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais (SEPLAN-MG) e depois é transferido para Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS). A Lei Federal 6766 introduz o conceito de "urbanização específica", reconhecendo as peculiaridades das favelas e a impropriedade

1983 A CHISBEL é extinta. Seu balanço desde 1971 é de10 mil barracões (44 mil pessoas) removidos em 423 áreas (Guimarães, 1992, p.14).

1984 O PRODECOM foi desativado.

1970 O IBGE inclui, pela 1ª vez no Censo, informações sobre assentamentos precários;

1983 É criado o PROFAVELA e a URBEL para sua implementação

1985 O PROFAVELA é regulamentado pela Lei nº 3.995, de 16 de janeiro de 1985.

1988 O PRODECOM é reativado atuando em favelas através de convênios com entidades internacionais.

1993 É criado o Programa de Erradicação de Áreas de Risco (PEAR), da URBEL;

É implantado o Orçamento Participativo (OP) com edições anuais, até 1997

Consolida-se a metodologia de urbanização em favelas baseada em Planos Globais Específicos a partir do Programa Alvorada (PBH em convênio com entidade italiana AVSI).

1996 É concluído o Plano Global Específico (PGE) da Vila Senhor dos Passos pelo Programa Alvorada

1997 A Pedreira Prado Lopes "conquista" recursos para elaboração do PGE no OP 97.

1998 Instituiu-se a obrigatoriedade de elaboração do PGE para disputa de recursos do OP para intervenções em vilas e favelas

O OP passa a ser realizado bianualmente.

2000 É concluído o PGE do Aglomerado da Serra.

2004 É concluído o PGE do Aglomerado Morro das Pedras.

2005 Iniciam-se as intervenções do *Vila Viva* no Aglomerado da Serra

2008 Iniciam-se as intervenções do *Vila Viva* no Morro das Pedras

É concluída a primeira etapa de obras do Vila Viva no Aglomerado da Serra.

2013 Iniciam-se as instalações de obras para mais uma intervenção no Aglomerado da Serra, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

4. AUTOPRODUÇÃO E PRODUÇÃO HETERÔNOMA DO ESPAÇO

A intenção deste capítulo é compreender a transformação do espaço da favela sob a ação do poder público. Mais propriamente: compreender as transformações nas relações sociais de produção do espaço tornado mercadoria e organizado segundo as exigências do Estado nos processos de urbanização de favelas no âmbito do *Programa Vila Viva* e, no caso das favelas afetadas pelo *Programa Drenurbs*, a transformação do espaço cotidiano em espaço especializado. Como destacado anteriormente, compreendo a ação do Estado como reflexo das representações sociais dominantes que legitimam ou não o poder que ele exerce. São os consensos sociais vigentes que consolidam ou debilitam posições assumidas pelas administrações públicas, entendimento que reserva à totalidade social, em última análise, eleger os temas – e o tratamento dispensado a eles – relevantes ao debate político.

Nos capítulos anteriores, busquei evidenciar os efeitos da progressiva alienação do homem urbano com relação à natureza nas cidades capitalistas e o lugar reservado às favelas nessa dinâmica, como reflexo da dimensão espacial da correlação de forças sociais e interesses econômicos, políticos e culturais envolvidos nos processos de produção da cidade. Como bem sintetiza Odette Seabra, nas cidades "os processos econômicos e políticos espacializam-se, podendo ser compreendidos nas formas de morar, porque a habitação modula o quadro de vida" (Seabra, 2007, p. 9).

Trata-se agora de evidenciar a ação primordial do Estado no enquadramento das favelas no "mundo administrado" e na ordem capitalista, mediante processos de fragmentação, homogeneização e hierarquização que dominam a produção social do espaço nas cidades capitalistas, conforme já demonstrou Lefebvre (2000 [1974]).

Ao discurso oficial da inclusão social e urbana dos moradores das favelas atingidas buscarei contrapor as evidências dos processos de despossessão efetivamente em curso, apoiando-me na análise da estrutura de classes sociais brasileira proposta por Jessé Souza e José Alcides Figueiredo Santos (Souza, 2009). Essa análise parece-me fundamental à compreensão dos mecanismos de perpetuação das desigualdades sociais brasileiras, das consequências "sistemáticas e relevantes" sobre a vida das famílias destituídas e dos efeitos indesejáveis desses processos sobre a sociedade urbana como um todo. Entendo que não haverá reversão

possível da condição miserável na qual social e ambientalmente nos afundamos, se não entendermos com Diderot que enquanto "o trabalhador cotidiano é miserável, a nação é miserável" (Mészáros, 2006 [1970], p.44).

Pretendo explicitar, mais uma vez, quão relevante à consumação dos processos de despossessão que atingem as classes destituídas é a contribuição dos técnicos, administradores públicos, acadêmicos, legisladores, juízes etc., integrantes da denominada "classe de serviço". Essa categoria é adotada por José Alcides Figueiredo Santos (2004) para designar posições sociais que incorporam certo grau de autonomia e autoridade em instâncias de decisão e de controle urbano. Como já havia alertado Lefebvre (1999 [1970], p.139), os técnicos afeitos a questões urbanas "não percebem [...] que todo espaço é produto, e [...] que esse produto não resulta do pensamento conceitual [mas] das relações de produção a cargo de um grupo atuante". O destaque que o autor faz à postura dos urbanistas, exemplificando a assertiva, pode ser estendido, sem muitas ressalvas, aos integrantes da "classe de serviço" das políticas públicas em análise, que:

> [...] parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens. Executam quando acreditam comandar o espaço. Obedecem a uma *commande* [encomenda] social que não concerne a este ou àquele objeto, nem a este ou àquele produto (mercadoria), mas a um objeto global, esse produto supremo, esse último objeto de troca: o espaço. (Lefebvre, 1999 [1970], p.139-140)

Contudo, para além de evidenciar os processos de despossessão e seus efeitos sobre os cidadãos e sobre os territórios direta e imediatamente afetados – favelados e favelas –, interessa-me demonstrar como e por que a ação do poder público no âmbito dos dois programas enfocados – *Vila Viva* e *Drenurbs* – repercute negativamente sobre a sociedade urbana como um todo, desviando-nos do urbano possível e da superação dos obstáculos que se interpõem à construção de uma sociedade urbana justa e equilibrada: como e por que, em lugar de atenuar, esses programas públicos vêm acirrando os já críticos processos de segregação e de degradação social e ambiental em Belo Horizonte; como e por que o Estado, em lugar de garantidor do direito à moradia e à cidade, tem privado cidadãos dessa condição, frequentemente compelindo-os, por força de indenizações injustas nos processos de remoção, a instalarem-se nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem distantes dos benefícios urbanos e das vantagens locacionais de que antes dispunham.

A abordagem da produção social do espaço incorpora, como propõe Kapp (2009a), o sentido hegeliano de produção: "os seres humanos produzem linguagem, história, conhecimento ou consciência", ou seja, a produção social não se restringe à materialidade no sentido da fabricação dos produtos ou mercadorias que o constituem. Envolve, sem dúvida, materiais, técnicas e transformações da base material (infraestrutura geológica) pela supressão ou incorporação de elementos ou pela utilização, exaustão ou contaminação de recursos naturais etc. No entanto, toda transformação material está condicionada ao modo de produção socialmente constituído, seja ele o capitalismo, o socialismo ou mesmo, como sugere Lefebvre, novos modos de produção não encontrados nas categorias clássicas do pensamento marxista, como "a gestão coletiva do espaço, a gestão social da natureza, a superação da contradição 'natureza-anti-natureza'" (Lefebvre, 2000 [1974])[68].

Como já considerado anteriormente, a coexistência de setores atrasados e setores modernos numa dada formação histórico-econômica é, como afirma Francisco de Oliveira (2003 [1972], p.32), uma condição de equilíbrio socioeconômico, sendo que nas cidades capitalistas, as favelas traduzem a "unidade de contrários": o "atrasado" como condição de instalação e manutenção do "moderno". Práticas sociais consideradas arcaicas ou anacrônicas, pouco perceptíveis na cidade formal, determinam a conformação do espaço (e do tempo) nas favelas: desde o aspecto crucial à minha abordagem – a presença de cursos d'água em leito natural, passíveis de recuperação e reinserção no cotidiano da cidade – até relações inimagináveis na cidade formal como o deslocamento de carros condicionado ao de pedestres, relação corriqueiramente observável nas porções de favelas ainda não enquadradas no "mundo administrado".

Certamente, essa dissonância não representa, necessariamente, uma resistência contra-hegemônica, uma reação coletiva aos padrões dominantes de configuração espacial, social ou ambiental da cidade formal. Ainda que a ocupação de terras e a configuração inicial do espaço de algumas favelas tenham resultado de ações orquestradas coletivamente, pode-se depreender dos relatos de moradores a premência em escapar das condições miseráveis de vida como o

[68] Para as citações de Lefebvre referentes a *La production de l'espace*, foi utilizada a tradução – não publicada – do Grupo de Estudos "*As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea*", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. A referência à página da citação foi extraída da publicação original: Lefebvre, Henri. *La production de l'espace*. *4e édition*. Paris: Anthropos, 2000.

motor da ação. Se alcançaram algum nível de organização social e política foi apenas o suficiente para se instalarem e não serem expulsos das áreas ocupadas, não se configurando, portanto, ações deliberadas no sentido de desafiar ou mesmo de propor alternativas ao *status quo* da cidade formal. Esse caráter deliberado de reação pode ser, em alguma medida, identificado em ocupações urbanas mais recentes, em Belo Horizonte, chegando mesmo a proposições construídas coletivamente para o parcelamento, uso e ocupação do solo.

Em ambos os casos, na favela ou na ocupação organizada, o que se evidencia é que o ambiente tecnogênico gerado sem constrangimentos legais, códigos de conduta ou observância de normas e determinações exógenas em muitos aspectos – e não apenas na precariedade mais evidente – se distingue daquele gerado na cidade formal, isto é, gerado sob regras de alcance mais geral que regulamentam ações individuais de apropriação do espaço que, a princípio, dispensam o compartilhamento de decisões e ações no seu processo de produção.

Nos assentamentos informais, a ausência de sujeições a legislações urbanísticas confere aos indivíduos uma liberdade relativa e um maior potencial de autonomia, de decisão e ação sobre o espaço da moradia e o espaço urbano microlocal. Essa realidade, no entanto, não deve mascarar – como bem alerta Kapp (2008) – as condições que a engendraram:

> Não se trata de romantizar tal produção, como se ela ainda fosse efetivamente livre. Pelo contrário, é evidente que ela se faz menos por opção do que por necessidade; que ela envolve valores de troca e certa lógica de mercado; que muitos de seus materiais, técnicas e padrões não representam alternativas às práticas formais vigentes, mas apenas as imitam; e que o ramo arquitetônico da indústria cultural, com seus automatismos perceptivos e comportamentais, alcança também essas áreas. Mas, por outro lado, há na favela um tipo de autonomia de indivíduos e pequenos grupos com relação ao espaço, que simplesmente inexiste na cidade formal. (Kapp, 2008, p.8)

Interessa-nos refletir sobre a produção social do espaço nas favelas das cidades capitalistas em suas diversas dimensões e em estágios sociais distintos: o espaço autoproduzido anterior e marginalmente à ação do Estado; o espaço em transformação pelos processos de urbanização conduzidos pelo Estado; e o espaço sob a ação dos novos processos de produção posteriores à ação urbanizadora do Estado. Em síntese, busca-se caracterizar os espaços produzidos *pela ralé* em oposição aos espaços produzidos *para a ralé*. O recorte de classe social justifica-se porque, a meu ver, os espaços produzidos pela ralé são reflexo das desigualdades duráveis que lhe interditaram o acesso a outras áreas da cidade e que lhe impõe cotidianamente a condição

de precariedade na qual precisa se mover para assegurar sua condição de sobrevivência e permanência nas cidades. Por outro lado, os espaços produzidos *para a ralé* traduzem a representação social dominante não apenas da favela e dos favelados mas, sobretudo, das relações entre produção, uso e significados da moradia nas cidades, das relações entre espaços cotidianos e espaços especializados e da própria relação entre homem urbano e socionatureza.

Essa análise pretende explicitar em que medida a ação do Estado é capaz de transformar as relações de produção e de controle do espaço nas favelas e eliminar, pela ação urbanizadora, as especificidades de seu processo de produção. Importa, sobretudo, apontar o potencial de autonomia resguardado nas favelas afetadas ou, dito de outra maneira, em que medida a produção heterônoma do espaço se sobrepõe às possibilidades da produção autônoma.

Para as favelas afetadas pelo programa *Drenurbs*, a discussão centrar-se-á na avaliação da pertinência de reinserção e manutenção dos córregos revitalizados na vida cotidiana da cidade, conservando e otimizando suas funções de equilíbrio no sistema hidrológico urbano, e resgatando o inestimável valor de uso e potencial produtivo que sempre representaram para as populações de seus entornos.

Ressalva de ordem terminológica

Para discutir a conjugação dos três componentes da fórmula trinitária de Marx – terra, trabalho e capital – nos processos de produção social do espaço nas favelas em contraposição aos processos heterônomos de produção característicos da cidade formal, faz-se necessária uma ressalva de ordem terminológica, dado às distintas conotações atribuídas aos termos "autoconstrução", "autoempreendimento", "autoprodução" e "autogestão", quando referenciados a formas de produção da moradia ou do espaço urbano.

O termo "autoempreendimento" (pouco usual na literatura consultada) é empregado por Nabil Bonduki (2006) em lugar do termo "autoconstrução" (comumente empregado para a designação de produção da moradia pelo proprietário), por entender que o processo ao qual se refere envolve um "conjunto de procedimentos que estão muito além da construção" (Bonduki, 2006, p. 239). De fato, é pertinente a consideração de Bonduki quanto à restrita abrangência do termo "autoconstrução" e seu emprego generalizado, quase como um sinônimo de produção habitacional conduzida pelo morador, com ou sem contratação (mesmo que informal) de mão de obra. No entanto, mesmo essa distinção se mostra insuficiente para assinalar os aspectos

fundamentais à abordagem aqui proposta da produção social do espaço, quais sejam: a gestão de recursos, as tomadas de decisões, o acesso a informações e suporte técnico e a observância a normas. Nesse sentido, a distinção capaz de abarcar esses aspectos se dá, conforme propõe Kapp *et al* (2009), entre as formas de produção: autoprodução, produção heterônoma e produção autônoma, tanto aplicáveis ao ambiente urbano quanto às edificações:

> **Autoprodução** designa uma produção própria (*auto*) sem normas (*nomos*). Na autoprodução os moradores gerem os recursos e tomam as decisões sobre os espaços, sem intervenção do poder público, mas também sem acesso a informações, suporte técnico e financiamento. Ela prevalece em favelas, loteamentos irregulares, mas também é comum em outras partes das cidades e no meio rural. Estima-se que seja responsável por cerca de 70% de todas as habitações no Brasil. [...]
>
> **Produção heterônoma** é uma produção de "outros" (*heteros*) com normas (*nomos*). Na produção heterônoma, a gestão dos recursos e a tomada de decisões sobre os espaços são feitas por terceiros, que não os moradores. Há acesso a informações, suporte técnico e financiamento, seguindo diretrizes e normas gerais, bem como normas decorrentes de necessidades e interesses do respectivo agente. Esse agente da produção heterônoma pode ser uma empresa privada (**produção heterônoma privada**) ou o poder público (**produção heterônoma pública**). É muito frequente a combinação de ambos, já que o poder público contrata as empresas para executar os empreendimentos por ele geridos.
>
> **Produção autônoma** é uma produção própria (*auto*) com normas (*nomos*). O conceito designa a situação em que os moradores tomam as decisões e gerem os recursos e, ao mesmo tempo, têm acesso a informações, suporte técnico e financiamento, obedecendo a normas urbanísticas e ambientais, bem como a normas definidas coletivamente para um empreendimento específico ou para uma vizinhança. Não existe nenhuma relação direta ou necessária entre a produção autônoma e a autoconstrução. (Kapp *et al*, 2009, p. 241-242)

Observe-se que nessa proposição terminológica, estruturada a partir das atribuições de cada agente nos processos, a "autoconstrução" e a "autogestão" não se configuram como formas de produção. Nessa acepção, o conceito de autoconstrução "indica, apenas e precisamente, que quem mora também constrói", podendo estar presente tanto em processos de autoprodução quanto de produção heterônoma. Também a autogestão não se constitui em uma forma distinta, figurando ao lado da gestão pública e da co-gestão como mais uma "modalidade instituída de gestão" da forma de produção heterônoma:

> Na autogestão, os recursos financeiros são destinados às famílias organizadas em associações. Intervenção pública e assistência técnica estão presentes e, **ao menos na maioria das experiências concretas**, acabam dominando o processo, tornando-o heterônomo. (Kapp *et al*, 2009, p.242-243, grifo meu)

Subjaz a essa interpretação, como explicitado no destaque, a constatação – bastante pertinente a meu ver – de que os processos autogestionários para a produção habitacional instituídos no Brasil (a partir dos anos 1980-1990), tiveram suas estruturas operacionais progressivamente enrijecidas a ponto de anular a participação efetiva das famílias beneficiárias na gestão dos recursos e tomadas de decisão do empreendimento que deveriam autogerir. A especialização burocrática alcançada tem sua melhor expressão no extinto *Programa de Crédito Solidário*[69], no qual se multiplicaram as instâncias de poder do Estado que reservaram a si, e não aos supostos autogestores, as decisões de quanto poder a ser transferido, quando e como transferi-lo. Contudo, deixo aqui registrado um aspecto a ser retomado quando discutirmos a tríade participação popular, autogestão e autonomia. Marcelo Lopes de Souza considera que o fato de enquadrar-se a autogestão nas formas de gestão heterônoma "não elimina a possibilidade de experiências autogestionárias marginais terem lugar, menos ou mais efemeramente e com menor ou maior impacto político-pedagógico, por assim dizer, nas bordas do sistema heterônomo". Na escala de participação proposta por ele, a autogestão ocupa o "nível mais elevado que se pode alcançar nos marcos do binômio capitalismo + democracia representativa", constituindo-se num divisor de águas entre a condição atual e "um macrocontexto social diferente [que] pressupõe uma sociedade basicamente autônoma" (Souza, 2001, p. 205).

[69] Programa regido pela Lei nº 8.677/93, Resolução Nº 93/04, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS) e Instrução Normativa nº 11/04. A regulamentação, gestão, acompanhamento e avaliação do Programa de Crédito Solidário estiveram a cargo do Ministério das Cidades, cujos procedimentos de habilitação, classificação e seleção de propostas encontram-se suspensos. O Fundo de Desenvolvimento Social destina-se ao "atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizada por cooperativas ou por associações com fins habitacionais, [...] mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física. [...] São beneficiárias finais do programa famílias, organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até três salários mínimos, residente em áreas urbanas ou rurais".

4.1 Cidade formal, favelas espontâneas e favelas urbanizadas [três categorias]

As alterações físico-ambientais nos territórios configuram um novo ambiente tecnogênico no qual as relações cotidianas são também reconfiguradas. Mais ainda, "o modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais –, seu espaço (e seu tempo)" (Lefebvre, 2000 [1974], p.XXV). Refletindo esse entendimento, a pretensão deste capítulo é comparar as relações entre terra, trabalho e capital nas favelas e na cidade formal. Essa última serve aí de contraponto a três configurações distintas nas favelas: as favelas "espontâneas", as favelas em processo de urbanização pelo Estado e as favelas depois de concluído esse processo. Em suma, trata-se das favelas antes, durante e depois da urbanização formal. A questão central é compreender em que medida os processos de urbanização enquadram as favelas no mundo administrado ou, inversamente, em que medida as relações pré-existentes à ação do Estado se reinstalam e voltam a prevalecer depois de concluída a intervenção urbanizadora.[70]

Buscou-se compreender o espaço social produzido na cidade formal, nas favelas espontâneas e nas favelas urbanizadas pela caracterização do ambiente tecnogênico resultante da interação do homem com o ambiente geológico original, conformando a partir daí um novo ambiente – uma segunda natureza – suporte para as novas interações definidoras do espaço pelas relações de poder estabelecidas e a partir delas. A interação do homem com um ambiente geológico estritamente "original" de fato inexiste na nossa análise, uma vez que "ao construirmos a Cidade ou na Cidade, devemos considerar que outras ações humanas já se empreenderam no local, de modo que não temos mais um ambiente geológico em sua configuração natural" (Carvalho,

[70] Cabe aqui uma ressalva referente à própria adjetivação das favelas como "espontâneas" a designar a prevalência dos processos autoproduzidos sobre a produção heterônoma, mesmo quando o Estado ou concessionárias de serviço público tenham atuado em intervenções setorizadas. A adjetivação "espontânea" apresenta o inconveniente de induzir à abstração dos complexos processos sociais envolvidos na produção de uma favela, que justamente nos interessa ressaltar. As favelas "espontâneas" não se "fizeram por si próprias", "sem constrangimentos", "irrefletidamente" ou "sem intervenção da vontade", para ilustrar com alguns dos sentidos usualmente atribuídos ao termo. Inversamente, podemos admitir que as favelas "espontâneas" se fazem a si próprias, sem o Estado, sem os técnicos, sem observância de regulamentações urbanístico-legal ou jurídicas, em oposição à cidade legal. O emprego da adjetivação "autoproduzidas" foi cogitado, mas descartado: "favelas autoproduzidas" constitui um pleonasmo.

1999, p.24). Consideraremos, como se verá adiante, as favelas espontâneas como o Ambiente Tecnogênico 1 para a análise das interações mais primárias do homem com o sítio natural.

Os ambientes assim caracterizados serão confrontados com o ambiente tecnogênico característico da cidade formal produzido segundo processos sociais heterônomos e hegemônicos nas cidades capitalistas. Considerou-se nesse primeiro estágio também os efeitos de intervenções promovidas por outros programas públicos anteriores ou intervenções setoriais efetuadas por concessionárias de serviços públicos para implantação de redes de abastecimento e esgotamento, bem como abertura de vias de circulação, estabilização de encostas e medidas de prevenção ao risco geológico ou programas de regularização fundiária, com reflexos diretos na produção, no uso e nas relações socionaturais nas áreas afetadas. Essas ações pontuais perpassam toda a história das favelas aqui enfocadas. Compõem-se, desse modo, um quadro bastante ilustrativo da trajetória do poder público nas favelas de Belo Horizonte. A intenção não é inventariar de modo sistemático essas políticas, trabalho esse já levado a cabo por outros pesquisadores, tampouco é descrever condições específicas de uma dada favela, mas caracterizar o espaço social, como propõe Lefebvre, quanto ao grau de homogeneização, fragmentação e hierarquização que apresenta (Lefebvre, 2000 [1974], p. 36).

Adotaremos a terminologia de Carvalho (1999), distinguindo entre infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura. O termo *infraestrutura* designa o sistema geológico, aquilo que, ao menos teoricamente, existe antes de qualquer ação humana. Já o conjunto de sistemas que proporcionam as condições de funcionamento da cidade será denominado *mesoestrutura*. Este termo refere-se, portanto, àquilo que usualmente chamado de *infraestrutura* urbana, abrangendo os sistemas de suprimento e de esgotamento, o sistema de circulação e acessos, escoamento pluvial e contenções, ou seja, os sistemas que proporcionam a interface do edifício e o ambiente. *Superestrutura*, por sua vez, são as edificações em geral. As condições de absorção e atenuação de impactos ambientais serão, portanto, determinadas pela conjunção entre infraestrutura e mesoestrutura. Para o cumprimento de suas funções, a mesoestrutura deve adaptar-se às necessidades e ao porte da superestrutura e também às condições de suporte da infraestrutura. Do resultado dessa interação – harmônica ou não – depende o desempenho dos assentamentos humanos.

Podemos considerar que, em tese, a primeira ocupação humana de uma porção de terra "virgem" equivale à interação entre *ambiente geológico* e *ação humana* que resultará num

ambiente tecnogênico de primeiro nível ou *ambiente tecnogênico 1.* Qualquer ação subsequente se faz já sobre esse ambiente tecnogênico 1 (e não sobre o ambiente geológico "virgem"), tendo por resultado um *ambiente tecnogênico 2*, e assim sucessivamente. Para cada ambiente tecnogênico resultante teremos, além da superestrutura (casas, indústrias, escolas etc.), os efeitos positivos e negativos desencadeados por todo o conjunto de interações antrópicas anteriores. Construir deve resultar, portanto, de decisões referenciadas não apenas no produto visível (a superestrutura), nem apenas na infraestrutura geológica "original", mas na infraestrutura geológica já transformada e na mesoestrutura já instalada. Idealmente, uma nova intervenção deveria redimir ações degeneradoras anteriores, em vez de ignorá-las.

Tendo em vista esse caráter cumulativo das ações sobre o ambiente, surgem quatro situações de soluções mesoestruturais (cf. Carvalho, 1999). Uma primeira situação seria a da intervenção ideal, refletindo o conceito de assentamentos geossuportados: conhecimento pleno dos elementos e comportamentos do ambiente tecnogênico existente; domínio pleno das tecnologias empregadas; e, principalmente, mobilização coerente e adequada desses conhecimentos, de modo a manter ou reestabelecer um equilíbrio sistêmico.

A segunda situação é a das intervenções pontuais na cidade formal: conhecimento parcial, não sistêmico, dos elementos e comportamentos do ambiente tecnogênico existente (faz-se, por exemplo, a sondagem de um terreno, mas ignora-se sua inserção na bacia hidrográfica); domínio das tecnologias empregadas; e, consequentemente, inadequação entre soluções técnicas e ambiente existente, com resultados imprevisíveis.

A terceira situação caracteriza as intervenções mais comuns da autoprodução nas favelas e em outros assentamentos informais: conhecimento parcial dos elementos e comportamentos do ambiente tecnogênico existente (nesse caso, derivado da experiência empírica do cotidiano microlocal); domínio parcial das tecnologias empregadas (também aprendidas apenas empiricamente, por imitação); e, de novo, inadequação entre soluções técnicas e ambiente existente, com resultados imprevisíveis. Muitas vezes, as superestruturas até se antecipam à mesoestrutura, que é resolvida por improvisações como os "gatos" para energia elétrica e água, a disposição de resíduos em corpos d'água ou no solo, precárias contenções emergenciais etc.

A quarta situação, a mais paradoxal de todas, caracteriza as ações de urbanização formal, tanto dentro quanto fora das favelas: há um conhecimento bastante consistente do ambiente tecnogênico, por vezes com levantamentos detalhados de sua condição existente; há domínio

das tecnologias disponíveis; porém, as duas coisas não são coerentemente relacionadas entre si, porque isso "poderia comprometer interesses concretos, como é o caso de ações especulativas em negócios imobiliários e o de 'venda' de soluções convencionais, dispendiosas, mas do interesse de grupos econômicos" (Carvalho, 1999, *online*)[71]. O resultado, mais uma vez, é imprevisível.

Os detalhamentos que se seguem tratarão dessas duas últimas situações.

4.2 O espaço produzido pela ralé

É evidente que favelas se distinguem da cidade formal por estarem à margem de seus sistemas jurídicos, urbanísticos e técnicos. No entanto, reconhecer isso não é suficiente para compreender a conformação socioespacial de uma favela ou de um assentamento precário. Quais são, afinal, os fatores determinantes dessa conformação? Tentarei, em seguida, elucidar essa questão, baseando-me em relatos colhidos a partir de contatos e visitas ao longo vários anos em distintas favelas de Belo Horizonte.[72]

Dado à inexistência de planejamento ou projeto prévios, com definição rígida de lotes individuais e limites claramente definidos entre áreas públicas e privadas, o espaço das favelas configura-se a partir da produção individual das unidades, enquanto que o espaço de uso comum é o que resulta dos acessos a elas. Em alguns casos, há a figura de um "loteador" ou responsável pela destinação de lotes, definição de limites etc. Mas, mais comuns são os registros e relatos que atestam a ocupação paulatina à margem de algum caminho ou percurso: trilhas de animais acomodadas à meia encosta, acessos a equipamentos isolados do núcleo urbano (fazendas,

[71] Disponível em www.revistatechne.com.br/engenharia-civil/43/artigo32227-1.asp. Acesso em 10 de setembro de 2010.

[72] Esses relatos estão formalmente registrados em arquivos de vídeos (sem transcrições) ou em relatórios de trabalhos de campo no Morro das Pedras, Vila Acaba Mundo e Aglomerado da Serra decorrentes de projetos de pesquisa e extensão ou de disciplinas curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da PUCMinas e da UFMG. Embora se constituam em fontes de acesso e circulação restrita (porque não publicadas), optei por utilizá-las sempre que o conteúdo citado envolver relatos corriqueiros, de domínio coletivo; para citações literais ou conteúdos controversos, as fontes serão devidamente indicadas.

hospitais, cemitérios, mineradoras, clubes de veraneio etc.), caminhos de ligação entre núcleos favelados mais antigos ou entre esses e a cidade formal.[73]

Soma-se a essa determinação por percursos e caminhos, a condição primordial do acesso à água. A instalação e a permanência de um assentamento são, invariavelmente, condicionadas pela existência de um curso d'água não poluído, de um terreno propício à abertura de cisternas, pela possibilidade de adução de água a curtas distâncias, a coleta em vazamentos ou ligações clandestinas em redes públicas ou particulares, fornecimento por caminhões pipa, chafarizes coletivos, do tipo *concessões precárias*[74] para coleta, transporte manual e armazenagem doméstica de água, ou pelo abastecimento coletivo ou individual pela concessionária de serviços públicos. Atendida a essa condição básica de instalação de um núcleo populacional, os demais sistemas de mesoestrutura são equacionados individual ou coletivamente. Para o esgotamento sanitário e das águas servidas as soluções envolvem desde a construção de fossas, redes precárias de esgoto para lançamentos *in natura* nos cursos d'água ou ligações clandestinas à rede pública até, em estágios mais consolidados de uma ocupação, os sistemas condominiais de esgoto ou individuais conectados à rede pública; as fontes de energia para iluminação e atividades domésticas abrangem a lenha natural ou madeira descartada de obras da construção civil, o álcool ou óleo para lamparinas e fogareiros, gás, as ligações elétricas clandestinas, conhecidos como "gatos" ou "bicos" ou as ligações oficiais na rede pública; e também redes improvisadas ou oficiais para a iluminação pública.

A moradia é a função preponderante que, associada ao sistema de acessos a unidades dispersas, definirá a configuração espacial do assentamento. À medida que o assentamento se expande e adensa, os acessos de maior afluência vão se alargando pelo uso, somado a ações deliberadas de ampliação pelos moradores em conjunto, envolvendo pequenas movimentações de terra, implantação de elementos pontuais de contenção, dispersores ou condutores de águas

---

[73] O histórico das ocupações e fatos marcantes na consolidação das favelas na bacia do ribeirão Arrudas está sinteticamente apresentado no mapa: O lugar das favelas em Belo Horizonte: bacia do ribeirão Arrudas.

[74] Segundo informações sistematizadas por Flávia Caldeira Mello (2005) para a cidade de Belo Horizonte, em 1929, "menos da metade das moradias tinham acesso ao abastecimento de água (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 102). Esta falta é acentuada nas áreas de favelas, onde não havia rede. A municipalidade não cogitava, sequer, a implantação delas, avaliando que os ocupantes só poderiam ser atendidos por meio de concessão precária, que era a instalação de chafarizes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 138)" (Mello, 2005, p.82).

pluviais e escadas esculpidas no terreno, de modo a conferir condições mais confortáveis e seguras para a circulação de pedestres, carroças, carrinhos de mão ou bicicletas. A hierarquia que se estabelece a partir dos acessos principais, em continuidade às vias existentes na cidade formal, normalmente se desvanece em inúmeras ramificações, que tanto podem dar acesso a estreitos becos quanto podem se abrir em pequenos largos que novamente se ramificam ou ali terminam, sem conexão com outros becos e caminhos. As vias principais, consolidadas sobre os caminhos e trilhas de pedestres, tendem a acompanhar a meia encosta. Nas porções de terrenos de declividades médias a altas, os becos e escadarias que conectam vias em níveis distintos descrevem percursos irregulares (zigue-zagues), com evidente intenção de suavizar os deslocamentos.

Os processos de produção das favelas espontâneas determinam sua expansão paulatina, tanto nos espaços de uso comum quanto nos espaços privados. As casas raramente são construídas integralmente, assim como os acessos, as redes de abastecimento e as movimentações nos terrenos. As características dos sítios ocupados em encostas íngremes impõem limitações à sua transformação radical que exijam uso de equipamentos pesados; frequentemente são os elementos naturais que determinam o desenho urbano. Outro fator que limita ações deliberadas (e onerosas) de alterações da base material – infraestrutura – é a insegurança da posse. Nos primeiros anos de uma ocupação, paira sempre a possibilidade de uma ordem de desocupação ou mesmo de atos truculentos, envolvendo policiais a serviço de interesses privados. Não há constrangimentos legais que exijam a observância de parâmetros urbanísticos, como na cidade formal, mas há constrangimentos de outra ordem.

O contínuo parcelamento dos lotes para a implantação de mais moradias ou cômodos de comércio ou serviços nem sempre preserva acessos individualizados às novas unidades. O adensamento construtivo e populacional é permanente e a pressão conjunta sobre o território – em ações muitas vezes individuais e desconexas – pode acentuar a precariedade e insalubridade de uma determinada área e mesmo desencadear processos geológicos que a comprometam e ameacem seus ocupantes. Entretanto, pode-se observar, especialmente nas porções de ocupação mais antigas das favelas aqui enfocadas, ou seja, situadas em encostas de altas declividades na bacia do ribeirão Arrudas, o satisfatório equacionamento da interface da

edificação com o sítio, quanto à estabilidade da edificação e entorno, a denotar o senso de observação e respeito do construtor às condições de suporte oferecidas pela infraestrutura.[75]

Frequentemente, trabalho e produção ocorrem juntos com a moradia: pequenos pontos de comércio, bares, oficinas de serviços e reparos, agricultura de subsistência ou para venda, criação de animais para a alimentação (galinhas, porcos, peixes, cabritos) ou para o trabalho (cavalos, burros de carga). Ao uso habitacional, a princípio improdutivo, agregam-se usos produtivos que tendem a se tornar independentes da moradia à medida que se consolidam, pela ampliação vertical ou horizontal da edificação ou mesmo com a transferência de um dos usos para outra área.

Nos processos de *autoprodução* das moradias *com autoconstrução* não há a divisão social entre trabalho intelectual e trabalho manual, característica do modo de produção capitalista. Frequentemente há atribuições de funções que envolvem toda a família, caracterizando uma divisão por habilidades. Na ausência de ligação à rede viária e à rede de água, por exemplo, o transporte de materiais leves e água para a construção é assumido pelas mulheres e crianças maiores. Nos relatos sobre construções mais antigas, é comum a referência a mutirões, envolvendo familiares e amigos para serviços como a concretagem de lajes ou muros de arrimo. Nos relatos referentes a construções mais recentes, essa prática já não é mencionada espontaneamente e, quando questionados a respeito, os moradores dizem que ela deixou de ser comum, pelo menos como ação solidária gratuita: "ninguém mais trabalha *graciosamente*, por mais amigo que seja; também não dispensa a comida e a bebida porque faz parte da celebração!"[76]

Como já mencionado, a construção e a aquisição de materiais estocáveis se dá por etapas, na medida da disponibilidade financeira e de tempo dos moradores, estendendo normalmente a

---

[75] Essa condição pode ser atestada visualmente, mas também pelos diagnósticos efetuados pelo Programa de Erradicação de Áreas de Risco (PEAR) para essas áreas que atestam um relativamente baixo percentual de situações classificadas como risco médio, alto e muito alto (menos de 5% para os maiores aglomerados das regionais Centro-Sul, Leste e Oeste), que exploraremos no item 4.3. Informações sobre o PEAR em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8172&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&. Acesso em 31 de março de 2012.

[76] R., morador do Aglomerado da Serra, em depoimento à autora em junho de 2011; R. relatava um mutirão para a concretagem de uma laje, ocorrido na semana anterior, no qual os colaboradores, incluindo ele, eram remunerados pelo dia de trabalho.

construção por muitos anos, protelando-se os acabamentos externos (reboco e pintura) e prevendo-se as possibilidades de ampliação, claramente identificáveis pelas “esperas” – pontas de aço deixadas nas lajes, para continuidade da estrutura. Para os autoconstrutores assalariados, além do emprego de todo o tempo de folga e da remuneração extra, é comum a utilização do “acerto” de demissões para acelerar o ritmo da construção, condição considerada excepcional, pela disponibilidade simultânea de tempo e dinheiro, especialmente quando o “acerto” inclui o seguro-desemprego. Mesmo quando predomina a mão de obra do próprio autoconstrutor, alguns serviços considerados especializados ou perigosos costumam ser contratados informalmente na própria favela, especialmente aberturas de fossas ou cisternas e a instalação das entradas hidráulicas e elétricas (“padrões”). Os trabalhadores que prestam esses serviços essencias, amplamente demandados e de domínio técnico restrito, se tornam verdadeiras referências dentro das favelas, sendo conhecidos por todo o mundo e conhecendo detalhadamente cada porção do assentamento. Por vezes, seus serviços adquirem um caráter pseudo-formal, como é o caso de funcionários de concessionárias que reproduzem ali, “oficiosamente”, procedimentos técnicos e administrativos, com tabela de preços, garantias, contas mensais e serviços de manutenção.

A autoprodução da moradia com autoconstrução, tal como descrita acima, hoje é encontrada sobretudo para implantação do núcleo básico de abrigo emergencial e em reformas e ampliações. Nos demais casos, tem predominado a situação de autoprodução com contratação de mão de obra (formal ou informal), ficando a cargo do morador apenas a gestão de recursos e as tomadas de decisão. Essa mudança se observa em todos os espaços da ralé, tanto favelas, quanto loteamentos periféricos e ocupações organizadas.

As moradias autoproduzidas, com ou sem autoconstrução, comparecem na literatura especializada sobretudo por seus aspectos técnicos mais problemáticos: estrutura portante, interface entre edificação e terreno, instalações hidráulicas e elétricas, coberturas e acabamentos. Quanto à estrutura, em geral de concreto armado, constata-se superdimensionamento, baixa qualidade construtiva, características geométricas irregulares (falta de prumo, nível, esquadro e alinhamento) ou pouco eficientes (vigas de seção quadrada), traços inadequados (com cimento e água em excesso) etc. Nas interfaces com o terreno, há os cortes e taludes instáveis, os arrimos mal construídos, a falta de isolamento da umidade. Instalações hidráulicas são caracterizadas por vazamentos que comprometem a estabilidade dos terrenos, e instalações elétricas, por riscos de choques e curtos-circuitos. Coberturas de laje

plana sem impermeabilização se deterioram com o tempo e precisam se recobertas com telhas, lonas e outros improvisos. Acabamentos internos bem cuidados duram pouco quando as faces externas das paredes não revestidas ficam expostas às intempéries, e assim por diante.

Tudo isso são deficiências reais e que podem ser constatadas numa rápida visita a qualquer espaço da ralé. No entanto, essa constatação – sobretudo quando posta em termos estritamente técnicos – está muito longe de uma compreensão do processo de autoprodução. Em primeiro lugar, ela oblitera o fato de que muitas moradias autoproduzidas existem há décadas e tiveram suas precariedades paulatinamente sanadas até se constituírem em ambientes bastante confortáveis, seguros e adequados às necessidades de seus habitantes[77]. Em segundo lugar, ela ignora que, como observa Bonduki, a viabilização dos autoempreendimentos envolve diversas atividades e habilidades, muito além da construção propriamente dita. Em terceiro lugar, a generalização, pelo senso comum técnico, das características das moradias autoproduzidas denota uma falsa homogeneidade dos produtos, ignorando suas singularidades. Ainda que, em várias situações, sejam claramente a expressão da precariedade e urgência que dominaram o processo de produção, as moradias expressam também preferências, crenças, preconceitos, habilidades, carências e práticas cotidianas dos moradores. E além disso tudo, a descrição meramente técnica passa ao largo de pontos essenciais à nossa abordagem: o sobretrabalho realizado na autoprodução e na autoconstrução; e a eventual transformação do valor de uso da moradia autoproduzida em valor, ou seja, em mercadoria.

Evidentemente, as circunstâncias que compelem um indivíduo a empreender por conta própria sua moradia podem ser contingenciais, expressão de um desejo ou até de uma excentricidade, e essa moradia pode estar em qualquer lugar do planeta, na favela ou na cidade formal. Mas, como explorado no capítulo 3, não são contingenciais as circunstâncias que reservam a uma classe inteira de indivíduos apenas a autoprodução como solução de moradia; especialmente a

[77] Isso pode ser verificado pelo diagnóstico do Programa de Erradicação de Áreas de Risco (PEAR) para o ano de 2011. As situações de risco classificadas como "médio", "alto" e "muito alto" somam, para as regionais Centro Sul (638), Leste (354) e Oeste (312), 1.304 situações de risco. Se considerarmos apenas o número de domicílios nos maiores aglomerados pertencentes a essas regionais – Serra (13.485), Santa Lucia (3.848), Taquaril (8160), Alto Vera Cruz (8.362) e Morro das Pedras (5.117) – teremos um total de 38.985 domicílios, o que significa menos de 5% do universo em situações consideradas de risco. Disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8172&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&. Acesso em 31 de março de 2012.

autoconstrução empreendida por um indivíduo não afeito ao ofício, mas coagido a fazê-lo por incapacidade de arcar com custos de mão de obra. Também não são contingenciais as circunstâncias que os compelem a autoproduzirem, além da sua própria moradia, os sistemas de conexão das edificações com o meio ambiente para o provimento de água e energia ou disposição de efluentes e resíduos. São também promovidas sem a intervenção do Estado as conexões internas ao assentamento e desse à cidade, dotando-os de condições mínimas de conforto e segurança, pela abertura de ruas, becos e escadarias e a instalação de postes e redes precárias para iluminação pública, bem como as contenções ou pavimentações pontuais e os sistemas de disciplinamento de águas pluviais. Tem-se assim, além do trabalho incorporado à moradia, o trabalho coletivo incorporado aos espaços de uso comum.

Tomemos a água como ilustração. Nos primórdios de uma ocupação em área não provida de serviços públicos, as soluções para o provimento cotidiano de água são, em grande medida, resultantes de ações individuais como a abertura de uma cisterna ou sua coleta e transporte a partir de determinados pontos, como registrado por Floriscena Silva (2011, p.26): "até a década de 1980, a maioria das casas da Comunidade da Serra não possuía água encanada e a população servia-se da água das minas, nascentes e córregos para lavar roupa, tomar banho e para uso doméstico". Essa resolução individual, no entanto, revestia-se de um caráter coletivo: "as pessoas não iam sujar as águas das quais dependiam [e] a disposição final de água era proporcional ao consumo, comedido"[78], geralmente em fossas negras. Os caminhos de acesso, a adequação desses pontos aos usos (instalação de bicas ou o represamento das águas, por exemplo) e sua manutenção eram atividades coletivas, assim como outras atividades usualmente domésticas transferidas para o espaço comum, especialmente lavar roupas e utensílios no córrego, à jusante da ocupação para não comprometer a qualidade das águas para o consumo. Os relatos desses processos cotidianos fornecem-nos tanto a medida das relações cooperativas e de reciprocidade quanto dos conflitos de interesses privados e coletivos e dos acordos e regras que precisavam se instituir para assegurar o convívio social e a progressiva consolidação desses assentamentos autoproduzidos.

O espaço que aqui chamo de *produzido pela ralé* não exclui intervenções esporádicas do poder público, que respondem à mobilização comunitária mediante programas mais ou menos

[78] Depoimento de Floriscena Estevam Carneiro Silva, em entrevista gravada, concedia à autora em 29 de junho de 2012.

intermitentes, muito diferentes das políticas recentes de produção (formal) do espaço *para a ralé*, que serão tratadas nos itens 4.3 e 4.4. Essas intervenções esporádicas, em Belo Horizonte, referem-se sobretudo à implantação de vias com capacidade para o trânsito de veículos automotores, que, por sua vez, são condições necessárias ao fornecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica pelas concessionárias[79], demandas que figuram sempre como mote das primeiras reivindicações coletivas. Somam-se a essas as ações preventivas aos riscos geológicos ou ações emergenciais em eventos geodinâmicos associados à ocupação de encostas ou de fundos de vale, especialmente pela atuação do Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR), em atividade desde 1993, realizando vistorias, remoções preventivas, obras de manutenção e campanhas de esclarecimento e treinamento dos moradores de vilas e favelas[80].

Em Belo Horizonte, como visto no capítulo 3, a presença do Estado para atendimento a reivindicações de melhorias urbanas (e não para remoção) nas favelas se deu primeiro através do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), a partir de 1979[81]. Figuram entre as ações conduzidas em regime de mutirões pelas associações de moradores: a construção de chafarizes e caixas d'água, redes de água, esgoto e luz; melhorias para acesso viário, com a abertura e calçamento de vias, construção de muros de arrimo, serviços de drenagem pluvial e iluminação pública; canalização de riachos e transposições de cursos d'água; a construção de equipamentos coletivos, tais como praças, posto policial, creche, escola, biblioteca, lavanderias coletivas ou áreas de serviços comunitários; e a implantação de hortas e pomares coletivos (Governo do Estado de Minas Gerais, 1981, pp. 48-90). Os processos de

[79] A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA – sucedeu a COMAG – Companhia Municipal de Águas e Esgoto – que, por sua vez sucedeu o DEMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos, implantado em 1965. A COPASA assumiu a gestão dos serviços de água e esgoto, em 1973, em convênio firmado por 27 anos, com término previsto para o ano 2000; após inúmeras prorrogações e concessões temporárias dos serviços, estabeleceu-se um "convênio de Gestão Compartilhada dos Serviços de Água e Esgoto da cidade, em novembro de 2002, por um prazo de trinta anos" (Mello, 2005, p.125).

[80] http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8172&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&. Acesso em 19 de outubro de 2012.

[81] Como explorado no item 3.4, o início de uma política de urbanização de favelas, em contraposição às usuais remoções, foi precocemente abortado em Belo Horizonte. Em 1963, a intenção do governo do Estado de Minas era de urbanização de 4 favelas e construção de conjuntos habitacionais para a população favelada, calculada à época em 120 mil pessoas (Guimarães, 1992, p.14). No entanto, com o golpe militar em 1964 e as mudanças políticas e administrativas, além da revogação do decreto de desapropriação das áreas necessárias aos empreendimentos, favelas e favelados passaram a assunto da repressão e da polícia.

produção refletiam as práticas construtivas locais tanto quanto as práticas colaborativas entre os autoprodutores, mas em escala e ritmos pouco usuais devido ao suporte financeiro oferecido pelo programa. Ou seja, é de se supor que o nível de organização exigido para viabilizar os produtos contratados entre as associações e o Estado fosse a novidade e o desafio do processo. Não se tratava de autogestão: as associações não geriam recursos financeiros, mas dispunham dos insumos necessários mediante expedientes pouco burocratizados, normalmente uma autorização para retirada dos itens aprovados no projeto em depósitos de materiais instalados na favela ou próximos a elas.

Em pouco mais de três anos de atividade, o PRODECOM atendeu a onze áreas de favelas em Belo Horizonte, ressaltando-se aqui não apenas seu caráter pioneiro como política de urbanização de favelas e o significativo volume de obras em áreas distintas, mas também o pressuposto que fundamentou o programa de que os assentamentos autoproduzidos produzem também tradições. Subjaz a esse entendimento uma visão não absoluta do papel dos técnicos e do Estado, ainda que se reservassem o papel de interpretes daquilo que estaria "latente" nas experiências comunitárias e mantivessem certo nível de controle sobre os processos, sobretudo pelas atribuições de aprovação e liberação de despesas financeiras. No entanto, distintamente dos atuais processos de urbanização, o programa propunha-se a detectar, inventariar e avaliar "o acervo de experiências das populações locais, de seus recursos naturais pouco explorados, e de seus modos de fazer, tanto no tocante aos aspectos de tecnologia quanto nos de vida associativa" (Governo do Estado de Minas Gerais, 1981, p. 12). Além disso, como catalisador do "grande potencial de realização das próprias comunidades", o Estado se colocava a exigência de desburocratizar procedimentos, sobretudo mediante uma "estrutura financeira dinâmica, que lhe permitisse liberar recursos financeiros em curto prazo, para evitar que comunidades motivadas se desmobilizassem" (Governo do Estado de Minas Gerais, 1981, p. 6). Nesse sentido, pode-se considerar que a atuação do PRODECOM nas favelas alterou substancialmente os processos de produção quanto à ampliação da escala e do ritmo das intervenções, o que exigiu das associações um planejamento mínimo e ações gerenciais, como a organização das frentes de trabalho ou a aquisição de insumos, ferramentas e equipamentos para viabilização da execução. Os técnicos do programa davam apoio às associações sobretudo quanto aos trâmites burocráticos, adequando as propostas, as solicitações diversas ou prestações de conta das entidades ao formato institucional; faziam também a intermediação com as concessionárias para extensão de redes até os locais de implantação de equipamentos e forneciam projetos

arquitetônicos básicos ou complementares, quando solicitados. Contudo, a condução das obras e as decisões – o quê e como – cabiam aos autoprodutores. Pelo volume de empreendimentos executados simultaneamente em distintas localidades, durante sua existência, e a relativamente enxuta equipe técnica de que o programa dispunha, evidencia-se o envolvimento dos autoprodutores como condição indispensável no processo.[82] Além das já mencionadas críticas de cunho político dirigidas ao programa (de paternalismo e clientelismo), somam-se outras, de cunho técnico executivo, quanto à baixa qualidade ou durabilidade dos serviços assim executados, nesse caso devido à falta de manutenção[83]. No entanto, a curta existência do programa não permitiu que eventuais aperfeiçoamentos fossem incorporados a partir das experiências pioneiras. A se julgar pelo entendimento de que o enfrentamento da pobreza e da escassez de recursos em países subdesenvolvidos exigia "descartar os modelos tradicionais pelos quais se tem pensado o problema" (Governo do Estado, 1981, p. 11), o programa se propunha à construção de alternativas de desenvolvimento, sem desconsiderar possibilidades de insucesso ou necessidades de ajustes, mas mantendo como fundamento "incorporar as aspirações da população, em lugar de impor-lhes modelo pronto e acabado" (Governo do Estado, 1981, p.11).

Conforme registrado nos mapas (Prancha 11, do Apêndice), o atendimento às favelas da bacia do ribeirão Arrudas pela concessionária dos serviços de água se dá a partir de fins da década de 1970. Segundo Flávia Caldeira Mello (2005), as reivindicações comunitárias para dotação de redes de esgotamento sanitário costumam se dar com a interveniência da prefeitura, dado à resistência da COPASA de implantação desses serviços nas favelas: "as justificativas são de que há impedimentos técnicos, o que, em diversas circunstâncias, é real" (Mello, 2005, p.7). O

[82] No período entre setembro de 1979 e outubro de 1980, a equipe técnica contava com 26 profissionais e 06 estagiários de diferentes formações, atuando nas 4 linhas de projetos do programa (melhoria nutricional, projetos de serviços, urbanização de áreas periféricas e financiamentos para habitação popular). Nesse período, registram-se 57 projetos (concluídos ou em execução), em 31 municípios (Governo do Estado, 1981, p.22).

[83] Mello aponta a falta de previsão de manutenção dos serviços de esgotamento sanitário: "muitas redes foram implantadas e rapidamente inviabilizadas pela falta de manutenção". Após o Convênio de Gestão Compartilhada entre PBH e COPASA, em 2002, a manutenção das redes executadas pela PBH é de responsabilidade da concessionária, mas o problema persiste. Segundo o Gerente do Núcleo de Empreendimentos da Urbel, Aluísio Rocha Moreira, entrevistado por ela, "há várias reclamações da comunidade [...]. Os vazamentos perduram, não havendo o mesmo tratamento dado à cidade formal" (Mello, 2005, p.134).

esgotamento sanitário e a drenagem pluvial mantêm grande relação de interdependência, especialmente no momento da implantação, devido à necessidade de "dividir apropriadamente o espaço disponível para a coexistência dos diversos elementos constituintes do sistema (redes de tubulações, dispositivos de manobra, poços de visita, dissipadores, entre outros)" (Mello, 2005, p.129). No entanto, o provimento de água encanada diretamente ao consumidor final envolve procedimentos mais simples e de menor relação de dependência com outros sistemas urbanos, mesmo em áreas onde o acesso de máquinas e equipamentos é dificultado pela configuração resultante da ocupação espontânea conjugada a adversidades naturais do relevo. Assim que a maior parte dos relatos dão conta do atendimento à demanda de água pela COPASA, sem a correspondente implantação de redes de esgoto:

> Quando a água foi instalada nas casas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), não veio junto a infraestrutura da rede de esgoto. A população instalou em suas casas chuveiros, pias, tanques, descargas, parou de usar as fossas e fez redes comunitárias de esgoto. Essas redes foram canalizadas para as regiões de córregos, que possuíam uma caída natural de vale, principalmente na região conhecida como *Primeira Água*, onde existe o córrego Cardoso, que fica ao lado da avenida de mesmo nome. Essa canalização dos esgotos para os córregos foi iniciada pela COPASA que canalizou para eles os esgotos das ruas e escolas da região, poluindo as águas, até então potáveis. (Silva, 2011, p.26)

Esse aspecto é marcante quanto às alterações nas relações entre os moradores de áreas de cabeceiras e os cursos d'água que supriram as necessidades cotidianas de várias gerações. Há uma notável distinção entre as gerações que dependiam dessas águas e, portanto, cuidava delas, e as gerações mais novas que sequer se dão conta da existência dos córregos, frequentemente associando-os aos demais dispositivos de escoamento de esgoto existentes nas favelas ou a áreas de descarte de lixo, entulho e outros resíduos julgados imprestáveis. Retomaremos esse tema ao discutir as recentes transformações dessas áreas em parques nas favelas já afetadas pelo *Vila Viva*, pela decretação dessas áreas como proteção, com a remoção das famílias ocupantes e o cercamento, ou seja, a transformação das áreas em espaços especializados, subtraídos ao cotidiano da cidade.

A partir de meados dos anos 1990, o Orçamento Participativo (OP) tem sido o caminho para reivindicações de melhorias urbanas nas favelas, como vimos no capítulo 3. A partir de 1998, tendo-se instituído a obrigatoriedade de elaboração dos Planos Globais Específicos (PGEs) para

aprovação de qualquer obra (exceto as emergenciais) nas favelas, a mobilização comunitária tem que se dar, primeiro, para a "conquista" do PGE[84], após o que a comunidade precisa se mobilizar novamente para conquistar os recursos para elaboração dos projetos executivos e, por fim, mais mobilização para a execução das obras. As obras aprovadas são licitadas e executadas por empresas privadas e, atualmente, quando há interferências com sistemas de água ou esgoto, os serviços necessários são executados e, posteriormente, ressarcidos pela COPASA. Esse procedimento foi acordado no já referido convênio de Gestão Compartilhada entre o município e a concessionária, reduzindo a dependência das obras em relação à COPASA, o que frequentemente resultava em atrasos, mas outros graves problemas permanecem: "existe muita descontinuidade , ou seja, a rede (de esgoto, no caso) é executada apenas no trecho em urbanização, faltando ponto de lançamento em rede oficial, o que resulta, ao final, em lançamento em talvegues naturais, cursos d'água ou redes de drenagem" (Mello, 2005, p.133).

O abastecimento de água cobre praticamente todo o universo das favelas em Belo Horizonte, desde os anos 1990[85]. Também estariam equacionadas, na maioria delas, situações características, tais como "a existência de hidrômetros coletivos nas entradas dos becos com ramais de alimentação extensos, percorrendo becos e áreas internas de moradias, sujeitas a vazamentos, rompimentos e contaminação por esgoto" (Mello, 2005, p.136). Em relação ao universo atendido pelos serviços de esgotamento sanitário, no entanto, a situação é mais crítica, conforme afirma Ricardo Aroeira, em entrevista a Mello (2005):

> São cerca de 200 mil pessoas sem atendimento por coleta de esgotos, sendo estes os números oficiais da COPASA, que dão conta de um índice de atendimento de 91%. Há, ainda, o problema da não adesão às redes existentes, problema que é muito comum nas vilas, devido às condições de carência socioeconômica. As famílias convivem com o esgoto nas favelas, se sujeitando a um alto grau de insalubridade. Porém, a carência de esgoto no território do município não se

[84] Segundo Mello (2005), o termo "conquista" designa "toda ação realizada através do Orçamento Participativo, por significar que se trata de uma intervenção definida por mobilização e organização das comunidades e não por identificação e deliberação meramente técnica ou política do governo [e é defendido] pelas próprias comunidades que rejeitam referências às obras como benefícios concedidos pelo poder público ou, mais veementemente, doados por políticos" (2005, p.73).

[85] Segundo avaliação de Ricardo Aroeira, então coordenador do Grupo Gerencial de Saneamento – GGSAN, em entrevista a Mello (2005, p.128); os dados levantados pela pesquisadora para o período de 1991 a 2000 endossam essa avaliação (idem, p.214).

> restringe apenas às favelas. Outro componente do mesmo problema é a grande carência de interceptores, especialmente nas regiões Norte e Venda Nova, e Barreiro. (Mello, 2005, p.136)

Embora, como afirma o entrevistado, a carência não se restrinja às favelas, é aí mais acentuada e agravada, como já destacado, pelo tratamento ainda diferenciado às solicitações de manutenção quando provenientes das favelas ou da cidade formal. Dois outros aspectos destacados por Mello (2005) merecem registro, pois ajudam a compor nosso quadro comparativo entre a produção do espaço nas favelas e nas cidades formais. O primeiro é que, frente a situações atípicas, "a COPASA não executa nenhuma estrutura especial, não realiza remanejamento, pois o caminho mais fácil, segundo a *cultura* da Companhia, é lançar o esgoto na rede de drenagem" (2005, p. 133), situação facilmente identificável em simples visita às favelas, mesmo aquelas historicamente mais atendidas em suas demandas, como as favelas mais consolidadas da bacia do ribeirão Arrudas. O segundo, de caráter mais geral, é a constatação de que, mesmo que a disputa de verbas para execução de obras nos OPs Regionais obedeça, em tese, critérios iguais para todas as demandas, a consecução dos empreendimentos aprovados em favelas e fora delas "revela que o ritmo de conclusão dos primeiros vem decaindo, chegando a apenas 34% da conclusão no OP 1999/2000, em contraponto aos 89% de conclusão de outros tipos de empreendimento". Embora existam razões de ordem operacional que possam justificar, em parte, esse descompasso, Mello (2005) considera-o uma evidente ruptura com os propósitos conceituais dos orçamentos participativos como instrumentos de controle da sociedade civil sobre a atuação da administração pública, "lançando dúvidas sobre o comprometimento dos recursos e evidenciando uma possível descaracterização da peça orçamentária elaborada de forma participativa" (2005, p. 342). Ou seja, mesmo em um cenário de disputas pretensamente democráticas, favelas e favelados têm suas "conquistas" preteridas por ação (ou inação) das classes de serviço que integram as instâncias de decisão e de controle urbano nas esferas governamentais, seguramente favorecendo demandas de grupos sociais de maior poder de representação e pressão políticas.

O Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA –, criado em janeiro de 1983 marca a progressiva substituição do papel assumido pelo Estado, até então, pelo Município, na condução da política habitacional. Trataremos de analisar seus efeitos sobre a produção social das favelas no item 4.3, dado sua intrínseca relação com a regularização fundiária desses assentamentos.

Somando-se, pois, os processos de autoprodução de moradias e espaços públicos com as intervenções esporádicas do Estado nos programas acima delineados temos a situação da "clássica" favela consolidada, isto é, o estágio mais avançado do *espaço produzido pela ralé*. Caracteriza o espaço produzido pelos destituídos o uso indistinto para as diversas funções de trabalho, moradia, lazer, transporte, produção e consumo, sendo a moradia – valor de uso – preponderante na conformação espacial do assentamento, na medida em que se antecipa – pela urgência – aos demais usos.

Há nas favelas uma mistura funcional que produz uma paisagem homogênea, mas conformada na escala micro por espaços heterogêneos. Ou seja, a favela observada à distância deixa transparecer uma homogeneidade decorrente, especialmente, de um padrão construtivo (matérias e técnicas empregados) indistintamente aplicado às moradias, comércio ou serviços que, como vimos, podem coexistir em uma mesma edificação. Também contribui decisivamente para a formação dessa paisagem, a implantação das edificações em conformidade com o relevo, mais pelo ajuste dessas às características do sítio do que pela domesticação do sítio às exigências das superestruturas, como é frequente na cidade formal. A diversidade espontânea das favelas é, portanto, determinada pelo atendimento a necessidades individuais e coletivas da vida cotidiana e pela multiplicidade de agentes produtores do espaço, sem imposição de padrões. Distintamente, a cidade formal tende à repetição monótona de elementos, cuja pretensa individualidade circunscreve-se na oferta mercadológica das empresas construtoras.

Também não há, nas favelas assim produzidas, uma hierarquização rígida do espaço urbano, nem uma distinção absoluta entre espaços e usos públicos e privados, com limites tênues, nem sempre fisicamente marcados por muros, grades ou outras barreiras. Mesmo as vias de circulação, que poderiam sugerir uma posição hierárquica de destaque pelas características espaciais e, sobretudo pelo porte da via – ruas, vielas, becos – perdem esse caráter quando analisadas sob a ótica dos usos. Veículos e pedestres partilham a rua sem distinção hierárquica: tanto os pedestres podem abrir passagem para veículos, quanto esses podem se deslocar vagarosamente no ritmo de pedestres, condição inimaginável na cidade formal. As vias com capacidade para trânsito de veículos automotores, independente da largura, comportam o trânsito nas duas direções, geralmente dispondo de pequenas baias ao longo do percurso para permitir o cruzamento de veículos em direções contrárias, em observância a acordos tácitos

locais.[86] Nas vias veiculares de altas declividades, é comum a incidência de pontos de concordância brusca entre duas ou mais vias, quase sempre resultantes de obras públicas. Não obstante as altas declividades, a exigir maior rugosidade das superfícies de escoamento das águas de chuva, a pavimentação dessas vias é asfáltica.

Enfim, espaços nobres ou vulgares, pontos de atração ou centralidades, espaços de produção ou de consumo, de lazer ou religiosidade, tendem a se conformar espontaneamente pelos usos, sem as determinações funcionais da cidade formal, ditadas pela legislação de uso e ocupação do solo e por códigos de postura.

4.3 A transição da favela para o mundo administrado

Tratarei aqui de discutir a incorporação – ou a tentativa de incorporação – das favelas ao *mundo administrado*, que se traduz pela reprodução dos modelos hegemônicos de vida urbana, pela redução ao uno mediante a destruição das distinções, tornando "o heterogêneo comparável [e] reduzindo-o a grandezas abstratas" (Adorno, Horkheimer, 1985 [1944], p.23).

Serão aqui abordadas as condições para a transformação do espaço produzido *pela ralé* em espaço produzido *para a ralé*. O foco são as relações entre poder público e comunidades, no âmbito do *Programa Vila Viva*, pautados pelos discursos da participação, da inclusão produtiva, do risco geológico, da preservação ambiental e da regularização fundiária. Os processos analisados incluem: a elaboração dos Planos Globais Específicos (PGEs) que definem as intervenções em cada vila; os procedimentos para contratação dos projetos executivos e da execução das obras; as etapas iniciais de instalação dos canteiros, o início das obras e as transformações cotidianas nisso implicadas; os processos de remoção das famílias e de demolição das edificações desocupadas; as indenizações das famílias removidas; e a promessa da regularização fundiária para as famílias que permaneceram na favela ou foram

[86] No Aglomerado da Serra, por exemplo, em trechos de baixa a média declividade da via, o veículo mais próximo aos recuos é o que se desloca para dar passagem; em altas declividades, evita-se o deslocamento de ré etc; as baias costumam ser usadas também como estacionamento noturno ou depósito temporário de materiais de construção.

reassentamentas nas edificações multifamilares verticais construídas para tal, popularmente conhecidas como *predinhos*.

Cabe registrar que o *Programa Vila Viva* faz parte da história recente da cidade e das favelas, estando ainda em execução em várias vilas, inclusive com a retomada de obras na primeira área de intervenção, no Aglomerado da Serra. São poucas as pesquisas sistematizadas sobre os processos, mas, além de três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, dois trabalhos fornecem-nos vários elementos para reflexão e análise dos processos sob a ótica dos moradores atingidos.

O primeiro é composto de Ação Cautelar (Defensoria Pública, 2009a); do relatório de encerramento do Procedimento Administrativo de Instrução – PADI no 01/09 PBH – *Programa Vila Viva* Morro das Pedras, originados da solicitação dos moradores do Morro das Pedras à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais de interveniência do órgão nos processos desencadeados pelo Viva Vila, julgados lesivos aos seus direitos individuais e coletivos (2009b); e das Notas Taquigráficas da audiência pública solicitada pela defensoria para discussão do *Programa Vila Viva* (2009)[87].

O segundo é o Relatório Final de Pesquisa intitulado *Os efeitos do Vila Viva Serra na condição socioeconômica dos moradores afetados*, elaborado pelo Programa Pólos de Cidadania (2011) como resultado do Projeto de Pesquisa nº 480.154, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – no escopo do edital de nº.14/2008, de 2008/2[88]. A equipe executora assim explicita as motivações para a pesquisa:

> Trata-se de um programa de amplitudes física e financeira notáveis. [...] tornando de suma importância analisar os efeitos e consequências decorrentes de sua implementação, especialmente sobre a vida daqueles moradores de vilas e favelas que foram diretamente contemplados e/ou afetados pelo *Vila Viva*. A perceptível falta de críticas e questionamentos sobre o *Vila Viva*, tanto pela sociedade civil quanto pela comunidade acadêmica, reforçam a necessidade e importância de tal análise, tornando este um relevante problema a ser pesquisado. Considera-se que um programa abrangente como este, que afeta incisivamente a vida de uma

[87] Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.de audiências, realizada em 19/05/2009.

[88] Foram entrevistas 60 pessoas, compondo quatro grupos: os *reassentados* em apartamentos Vila Viva; os *indenizados Serra*, que permaneceram no aglomerado, e os *indenizados não Serra*, que se deslocaram para outras áreas, e os *outros moradores*, não removidos.

> quantidade significativa de indivíduos – a Prefeitura de Belo Horizonte estima que até o fim do programa devam ser afetadas 11.829 famílias em 11 comunidades –, deve ser analisado profundamente, sob vários ângulos concernentes às suas três dimensões [...] urbanística, jurídica e socioeconômica. (Pólos de Cidadania, 2011, p.9)

Também foram consultados os seguintes trabalhos acadêmicos: a tese de doutorado de Gláucia Gomes (2012), intitulada *A inscrição do espaço na valorização do valor*, apresentada ao Departamento de Geografia da UFMG; a dissertação de mestrado, na mesma instituição, intitulada *O espaço da política e as políticas do espaço: Tensões entre o programa de urbanização de favelas "Vila Viva" e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte*, de Izabel Dias de Oliveira Melo (2009); a dissertação *Participação institucionalizada e resistência popular na intervenção em favelas: o caso Vila Antena*, de Tamiris Joana do Nascimento (2011), apresentada ao Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG; e a dissertação de mestrado apresentada por Floriscena Estevam Carneiro da Silva (2011) ao Programa de Pós-graduação em Educação da UEMG, intitulada *Construindo muros e derrubando barreiras, a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*. Esse guarda a condição singular de uma trabalho acadêmico que também explicita a visão dos moradores afetados pelas intervenções, corporificados na autora que reside no Aglomerado da Serra há 35 anos.

Alem disso, tive oportunidade de acompanhamento continuado nessas duas áreas, mediante trabalhos de campo e entrevistas à população, e acesso a parte da documentação técnica que orientou as obras[89]. A convite da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, também participei de vistorias técnicas em ambas as áreas[90]. Eis porque, após uma visão geral dos processos de definição e execução de obras em Belo Horizonte instaurados com os Orçamentos Participativos (OPs), centrarei as análises basicamente nos processos de intervenção do *Vila*

[89] Atividades de ensino e extensão nos cursos de arquitetura e urbanismo da PUC Minas e da UFMG.

[90] No Morro das Pedras, foram efetuadas vistorias com moradores e o defensor público Marcelo Ribeiro Nicoliello, em contribuição à formulação do *Procedimento Administrativo de Instrução – PADI no 01/09 PBH – Programa Vila Viva Morro das Pedras* (Relatório de Encerramento datado de 04 de maio de 2009); No Aglomerado da Serra, por solicitação da defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, fiz vistorias pontuais para verificação das condições de estabilidade de moradias consideradas em situação de risco associado ao escorregamento de encostas, em 2012, além do acompanhamento do "Caso do Sr. José Lima", explorado adiante.

Viva no Aglomerado da Serra, entre 2005 e 2009, e no Aglomerado Morro das Pedras, a partir de 2008. Sempre que oportuno, remeterei a discussão aos processos de urbanização *Vila Viva* já desencadeados ou previstos para outras favelas, em Belo Horizonte.

Planos e projetos

No programa *Vila Viva*, as intervenções formais em favelas conduzidas pelo poder público são derivadas de Planos Globais Específicos (PGEs), assim descritos pelo órgão municipal responsável por sua contratação, fiscalização e implementação, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel)[91]:

> O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que norteia as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade destas áreas, considerando os aspectos urbanístico, sócio-econômico e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nestes locais e integrá-los ao conjunto da cidade. (Prefeitura de Belo Horizonte, *online*)

Como visto no capítulo 3, as intervenções urbanísticas em favelas passaram a objeto de disputa de recursos financeiros nos Orçamentos Participativos (OPs) desde 1993, quando esses foram instituídos como instrumento de política pública em Belo Horizonte. Desde essa primeira edição, foram progressivamente estabelecidos critérios de planejamento, dentre os quais, a "obrigatoriedade de inclusão de recursos para elaboração de um plano global para cada vila que demandar recursos para intervenções de urbanização, a partir do OP 1998"[92], além da restrição de aprovação de mais de uma obra por bairro ou vila (Mello, 2005, p.88). Também como já

[91] http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=15985&chPlc=15985&termos=PGE, acesso em 14 de junho de 2011.

[92] O Plano Diretor de Belo Horizonte, Lei 7.165/1996, já previa como diretriz da política habitacional em seu Art.31, Inciso IV, "elaborar planos urbanísticos globais, de integração à malha urbana, das áreas sujeitas a programas habitacionais destinados à população de baixa renda"; a Lei 8.137/2000 revoga o Art. 31 e institui, no Art.139, "a figura dos Planos Globais Específicos a serem elaborados para cada ZEIS-1 e ZEIS-3, sob a coordenação do Executivo, com aprovação do Conselho Municipal de Habitação e ouvido o Conselho Municipal de Política Urbana".

discutido, os PGEs definem um "programa de intervenção estrutural"[93] que, como previsto pela *Resolução n.º II do Conselho Municipal de Habitação*:

> [...] promove transformações profundas num determinado núcleo habitacional, consistindo na implantação do sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de eletrificação, melhorias habitacionais, reparcelamento do solo e consolidações geotécnicas, além da regularização fundiária até o nível da titulação (Belo Horizonte, 1994, p. 1).

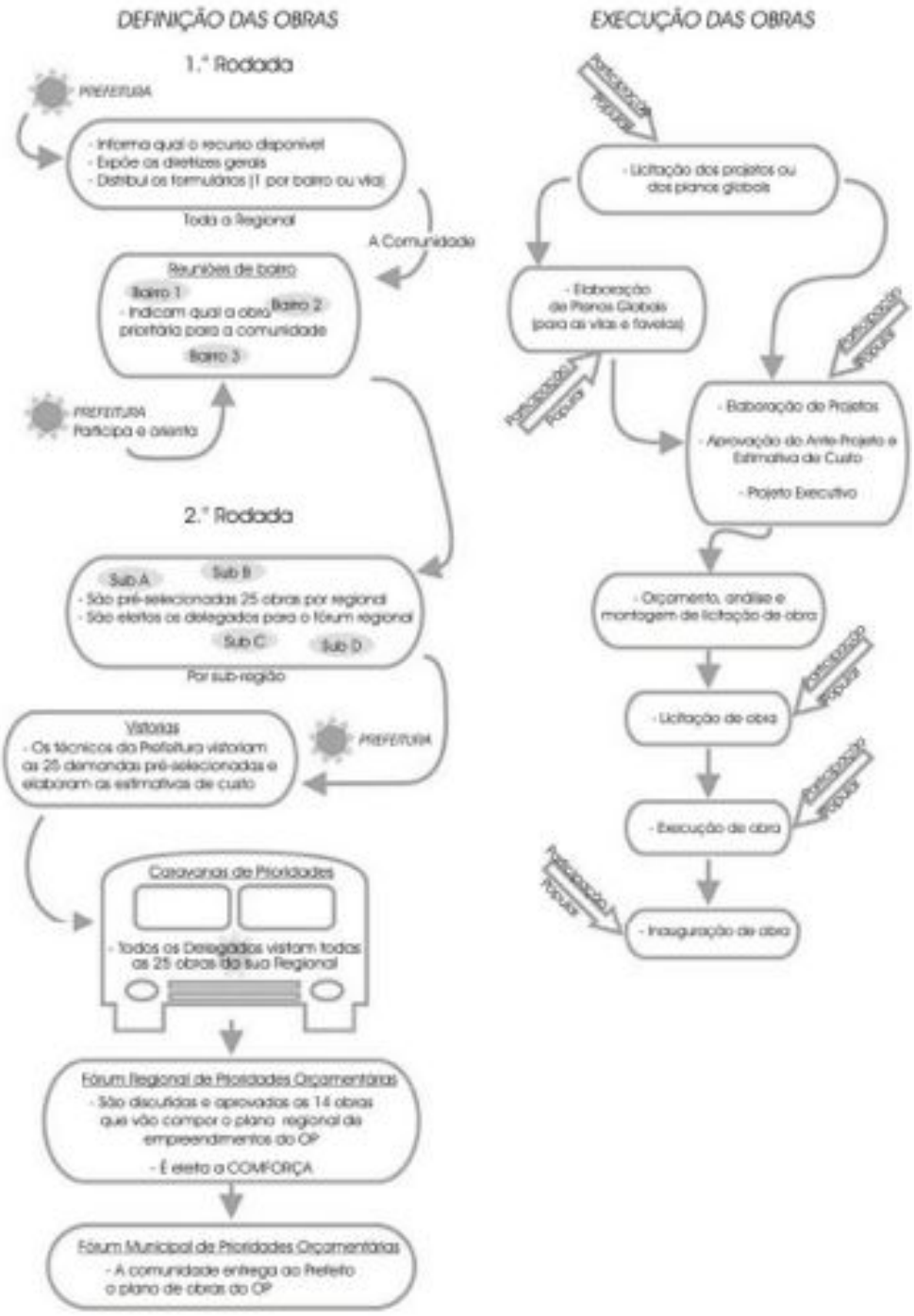
Recapitulando: as comunidades organizam-se para disputar recursos no OP para elaboração do PGE de sua vila ou favela; os PGEs são contratados via licitação pública pela Urbel e desenvolvidos segundo as etapas de levantamento, diagnóstico setorial, diagnóstico integrado e propostas de intervenção; concluído o PGE, as comunidades recorrem novamente aos OPs para disputar recursos para elaboração de projetos executivos que são licitados, contratados e recebidos pela Urbel; nova investida das comunidades no OP para obtenção de recursos para a implantação das obras. Nessa fase, dado o significativo volume de recursos para execução global das intervenções previstas nos PGEs, elas são aprovadas por etapas, em observância ao critério de aprovação de no máximo uma obra por comunidade demandante. A cada edição do OP, a comunidade deve se mobilizar novamente para novas conquistas[94]. Todo esse processo, obviamente, é longo e exige grande esforço de mobilização e persistência por parte das comunidades. A Figura 01, a seguir, ilustra as etapas e as atribuições da prefeitura e das comunidades, no macro processo do Orçamento Participativo por regionais administrativas.

---

[93] Segundo a *Resolução n.º II*, na linha de atuação em assentamentos existentes, há também o "Programa de Intervenção Parcial, Pontual ou em Áreas Remanescentes" (Belo Horizonte, 1994).

[94] Os OPs em Belo horizonte foram anuais desde 1993 até 1997 e, a partir daí, bianuais.

Figura 07: Como funciona o OP


DEFINIÇÃO DAS OBRAS
EXECUÇÃO DAS OBRAS
1.ª Rodada
PREFEITURA
- Informa qual o recurso disponível
- Expõe as diretrizes gerais
- Distribui os formulários (1 por bairro ou vila)
Toda a Regional
A Comunidade
Reuniões de bairro
Bairro 1
Bairro 2
- Indicam qual a obra prioritária para a comunidade
Bairro 3
PREFEITURA
Participa e assiste
2.ª Rodada
Sub A
Sub B
- São pré-selecionadas 25 obras por regional
- São eleitos os delegados para o fórum regional
Sub C
Sub D
Por sub-região
Vistorias
- Os técnicos da Prefeitura vistoriam as 25 demandas pré-selecionadas e elaboram as estimativas de custo
PREFEITURA
Caravanas de Prioridades
- Todos os Delegados vistam todas as 25 obras da sua Regional
Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias
- São discutidas e aprovadas as 14 obras que vão compor o plano regional de empreendimentos do OP
- É eleito o COMFORÇA
Fórum Municipal de Prioridades Orçamentárias
- A comunidade entrega ao Prefeito o plano de obras do OP
- Licitação dos projetos ou dos planos globais
- Elaboração de Planos Globais (para as vilas e favelas)
- Elaboração do Projetos
- Aprovação do Ante-Projeto e Estimativa de Custo
- Projeto Executivo
- Orçamento, análise e montagem de licitação de obra
- Licitação de obra
- Execução de obra
- Inauguração de obra

Fonte: Mello (2005, p.91)

O fluxograma indica duas etapas a serem cumpridas. A primeira, nomeada "definição das obras", mede a capacidade de mobilização interna da comunidade para se fazer representar na 1ª Rodada (que define proporcionalmente o número de delegados de cada vila ou bairro para a 2ª Rodada) e também a capacidade de articulação com outros grupos para acordos recíprocos de apoio e aprovação das propostas. A segunda etapa – "execução de obras" – é desencadeada após aprovação da demanda e indica vários momentos de "participação popular" que, de fato, inexistem. As fases que envolvem licitações públicas, ou seja, "licitação dos projetos ou dos planos globais" e "licitação de obras", ficam inteiramente a cargo da Urbel, desde a preparação do edital ao julgamento das propostas. Depois de conquistados os recursos para elaboração do PGE em uma vila ou favela, a comunidade não tem nenhum poder de interferência no processo de seleção da empresa que o desenvolverá, "não pode contratar ou demitir a equipe de planejamento, mas é apenas apresentada a ela por funcionários da Urbel em uma primeira assembleia pública, que também serve para explicar o papel do grupo de referência e definir seus membros"[95] (Kapp e Baltazar, 2012, p.166). Da mesma forma, nas etapas sequenciais à conclusão do PGE, ou seja, na contratação e elaboração dos projetos executivos e nas obras, a comunidade será convidada a participar em eventos pontuais, imprescindíveis à legitimação do processo participativo[96].

Durante as etapas de elaboração do PGE, a comunidade se fará representar pelo Grupo de Referência (GR), cuja participação nos trabalhos é voluntária, sendo vedada a remuneração de seus membros pelo Art. 175 da Lei 8.137/2000[97]. Dessa forma, o envolvimento e domínio conceitual do processo pelos integrantes do GE ficam comprometidos dado às notórias

[95] Tradução minha: "*The community cannot hire or fire the planning team, but is just presented to it by Urbel officials at a first public assembly, which also serves to explain the role of the reference group and to define its members*" (Kapp e Baltazar, 2012, p.166).

[96] Na Vila Novo Ouro Preto, o PGE foi desenvolvido pelo Instituto Cidade. Concluído o PGE e instaurado o processo de licitação dos projetos executivos, essa empresa foi desclassificada por apresentar preços julgados pela Urbel incompatíveis com o objeto licitado, inferiores aos demais concorrentes. Conforme depoimento da líder comunitária Édina Barbosa, em março de 2008, o amplo conhecimento da área e das demandas da comunidade, incluindo a autoria dos projetos básicos pela empresa, asseguravam a exequibilidade da proposta, justificativa não acatada pela Urbel.

[97] Na elaboração do PGE da Vila Novo Ouro Preto (OP 2000), o Instituto Cidade, empresa vencedora da licitação, contratou moradores da Vila para execução dos trabalhos de levantamento de campo, contornando os entraves legais que impedem a remuneração desses serviços, de modo a favorecer o envolvimento efetivo da comunidade no desenvolvimento do plano.

dificuldades de engajamento contínuo e não remunerado em um processo que, como estimado pela gerência responsável, dura em média 3 anos (Mello, 2005, p. 74). A equipe técnica é, normalmente, composta por arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, sociólogos, advogados, geólogos e biólogos que procederão aos levantamentos, seguidos de diagnósticos setoriais – urbanístico ambiental, sócio organizativo e jurídico legal, que deverão fornecer elementos para um diagnóstico integrado e, por fim, propostas ou diretrizes de intervenção. Esse produto final deve apresentar, ainda, estimativas de custos das intervenções, hierarquizadas segundo prioridades de execução, para orientar as próximas disputas de verbas nos Orçamentos Participativos.

Esclareço que a exaustiva exposição acima envolve apenas e esquematicamente uma das etapas do processo que desembocará em obras de intervenção em uma favela. A intenção é evidenciar o nível de engajamento exigido do cidadão determinado a participar desse processo e quão distante o esforço individual de lideranças comunitárias que persistam nessa batalha está de uma efetiva participação daqueles que serão afetados no momento da intervenção. No entanto, esse ainda não é o aspecto crucial, pois mesmo aqueles que acompanharam todas as etapas desse processo, frequentemente afirmam desconhecer as transformações substanciais que viriam a ocorrer e admitem sua impotência frente a efeitos indesejáveis ou inesperados das intervenções em suas favelas, especialmente sobre as remoções e reassentamentos involuntários ou indenizações julgadas injustas, que discutiremos adiante.

A burocratização dos processos de definição e execução de obras em vilas e favelas[98] e a aprovação contínua de PGEs nos OPs resultaram no represamento da demanda e atrasos no fluxograma. No período de 1997 a 2004, apenas 48,3% dos PGEs terceirizados a empresas de consultoria foram concluídos, evidenciando, segundo registrou Mello (2005), alguns problemas:

> Uma avaliação da Gerência responsável por esse programa aponta que a opção por licitar os planos não previa que o setor de consultoria não estava devidamente estruturado para corresponder às exigências dos contratos, em qualidade e quantidade de produtos exigidos, o que levou a alguns embates com as empresas, resultando em desistência ou quebra de alguns contratos. Algumas licitações não tiveram concorrentes, o que demonstrou o desinteresse ou falta de capacidade do mercado em absorver a demanda gerada pelo programa. [...] o atraso gerado pelos

[98] Os Planos Globais Específicos só são obrigatórios para essas áreas; o fluxo de obras solicitadas em bairros inseridos na cidade formal conduz diretamente à licitação dos projetos executivos.

> Planos Globais criou problemas para a execução das obras do Orçamento Participativo em favelas, pois havia a premissa de que o Plano indicasse qual a etapa seria iniciada e esta indicação é uma das últimas etapas da elaboração. Por esse motivo, houve um represamento da execução de obras, gerando muito desgaste para o programa. Por decisão da administração, **motivada pela pressão das comunidades**, em 2000, determinou-se que **não mais seriam aguardadas as conclusões dos Planos Globais para licitação de obras**. Além disso, em 2002, tomou-se a **decisão de licitar as obras apenas com os projetos básicos, inserindo no escopo das licitações a elaboração dos projetos executivos**. (Mello, 2005, p.74. Destaques meus)

Os destaques acima pretendem evidenciar duas questões. A primeira é que as decisões tomadas pela administração, se motivadas pela pressão das comunidades, parecem indicar a reduzida importância atribuída aos PGEs, a ponto de suas conclusões tornarem-se irrelevantes para definição das etapas seguintes. Creio que, se a elaboração dos PGEs fosse reconhecida como um processo efetivo de participação nas decisões cruciais às transformações *profundas* das favelas e não apenas uma etapa burocrática, a protelar as urgentes necessidades de intervenção, as lideranças atuariam no sentido inverso, exigindo que nenhuma obra pudesse ser licitada sem a observância estrita às conclusões democraticamente acordadas. A segunda questão diz respeito à incorporação dos projetos executivos no escopo das licitações para a execução de obras. Eis aí uma decisão extremamente benéfica às empresas construtoras e, inversamente e em igual medida, temerária aos contribuintes em geral e, em particular, aos moradores das áreas afetadas. Após essa decisão, o desenvolvimento dos projetos executivos é concomitante às obras. Licitadas as obras, instalam-se os canteiros de obras, iniciam-se as remoções, demolições e movimentações de terra orientadas apenas pelos projetos básicos porque, afinal, as empresas construtoras estão orientadas pela lógica da produção capitalista, precisam de serviços executados para gerar medições. Os projetos executivos, quando prontos, podem estar cumprindo apenas a formalidade necessária à medição e ao pagamento desse serviço executado.[99] Ilustra essa possibilidade, a recente demanda apresentada pelos moradores da Vila Cafezal e Nossa Senhora de Fátima (Aglomerado da Serra) ao Ministério

[99] Em 2009, fui convidada ao desenvolvimento dos projetos executivos de alvenaria para edificações destinadas ao reassentamento de famílias no Morro das Pedras (PAC-Vila Viva). Para minha surpresa, ao visitar o local destinado às implantações, os edifícios já estavam em construção em área já terraplenada e com portentosas estruturas de contenção já implantadas. Tratava-se, na verdade, de um *as built*, a ser apresentado em cumprimento à etapa de execução dos projetos executivos licitados no pacote de obras.

Público Federal. A primeira etapa das obras foi implantada entre 2005 e 2008 e, atualmente, já são perceptíveis as providências para a segunda etapa de obras incluídas no denominado PAC-2, com a instalação de barracões de obra em áreas remanescentes do *Vila Viva*[100]. Os moradores e comerciantes pensam tratar-se do alargamento da rua Nossa Senhora de Fátima, mas desconhecem os efeitos práticos: área afetada, moradias a serem removidas, indenizações etc. O Ministério Público solicitou à Urbel informações precisas: projetos executivos, edificações a serem removidas, previsão de reassentamento, valores de indenizações, cronograma físico financeiro das obras etc. Em resposta, a Urbel enviou o PGE do Aglomerado – concluído em 2001, projetos básicos da intervenção na via (em verdade, estudos preliminares), cadastro de remoções e planilhas orçamentárias utilizadas no processo de licitação das obras[101]. De posse desse material, a comunidade e o Ministério Público se veem impossibilitados de proceder à análise prévia da adequação das soluções técnicas às premissas do PGE e aos anseios da comunidade, para eventuais proposições alternativas de menor impacto social e ambiental; por seu lado, a empresa construtora não tem razões para não aplicar nessas áreas as mesmas soluções e expedientes gerenciais que compõe seu repertório hegemônico, uma vez que também os projetos estão a seu encargo, lançando mão, obviamente, das soluções que lhe possibilitem a maior produtividade. Além disso, fazer, desfazer e refazer serviços por ausência de definições mais precisas ou mesmo remoções de famílias e demolições injustificadas, não constitui problema para a construtora, que é remunerada para fazer ou desfazer serviços; para as famílias, para o território e para os cofres públicos, ou seja, para a totalidade social, os efeitos podem ser relevantes e duradouros[102].

Os PGEs são planos que abarcam a realidade idealmente e fornecem diretrizes de intervenção que, em tese, resguardariam características específicas dos assentamentos estudados, em atendimento às proposições construídas de forma participativa. Embora tenham a pretensão de

[100] Referência ao 2º contrato de financiamento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, junto ao governo federal, para intervenções em favelas de Belo Horizonte. Mais informações em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=15985&chPlc=15985&termos=PGE, acesso em 14 de junho de 2011

[101] As solicitações de informações do Ministério Público Federal à Urbel, bem como os documentos enviados em resposta, foram-se fornecidos pelo Núcleo de Mediação e Cidadania, do Programa Pólos de Cidadania, em novembro de 2012.

[102] Cf. relatos de moradores atingidos no Morro das Pedras, apresentados por Defensoria Pública do Estado (2009) e no Aglomerado da Serra, pelo Programa Pólos de Cidadania (2011), discutidos adiante.

integrar conhecimentos dos distintos campos e "propor soluções que parecem se encaixar perfeitamente, integradoras, totalizantes e racionais, [...] a realidade concreta e cotidiana que tentam definir não é um objeto" (Nascimento, 2011, p.63). A transposição dessas intenções para a escala real e em respeito às especificidades socioambientais dos sítios – cabeceiras de drenagem e encostas de altas declividades densamente ocupadas por processos contínuos de autoprodução – demandaria dos projetistas amplo domínio das características exaustivamente documentadas para integrá-las satisfatoriamente, inclusive investigando soluções técnicas ajustadas às especificidades explicitadas pelos PGEs.

Remetendo às quatro situações de interação antrópica apresentadas anteriormente, as intervenções norteadas pelos PGEs teriam, a partir dos diagnósticos setoriais e do diagnóstico Integrado, as condições ideais de implementação: conhecimento pleno dos elementos e comportamentos do ambiente tecnogênico existente e disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos para a mobilização coerente e adequada desses conhecimentos, de modo a restabelecer um equilíbrio sistêmico. No entanto, as soluções implementadas sugerem seu enquadramento na quarta situação: há um conhecimento bastante consistente do ambiente tecnogênico, há domínio das tecnologias disponíveis, mas as duas coisas não são coerentemente relacionadas entre si. Simplesmente, são aí reproduzidas soluções convencionalmente aplicadas na cidade formal, ainda que inadequadas. Como defende Paulo Eduardo Fonseca de Campos (1999)[103], vultosos investimentos públicos[104] seguem sendo aplicados em benefício de interesses privados, que frequentemente governam as ações do poder público, enquanto que soluções ajustadas às necessidades sociais e ambientais não são desenvolvidas:

---

[103] Disponível em www.revistatechne.com.br/engenharia-civil/43/artigo32227-1.asp . Acesso em 10 de setembro de 2010.

[104] Para a consecução do programa Vila Viva, além dos recursos aprovados pelas comunidades demandantes, mediante as disputas nos OPs, foram obtidos R$1,15 bilhões junto ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal, destinados aos "aglomerados da Serra, Morro das Pedras e Santa Lúcia; das vilas Califórnia, São José, Pedreira Prado Lopes, Taquaril, São Tomás, Aeroporto, Cemig, Alto das Antenas; além dos moradores do entorno da avenida Belém e do córrego Santa Terezinha, e do Complexo Várzea da Palma, o que representa 38% do total da população de vilas e favelas". Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&. Acesso em 14 de junho de 2011.

> A integração da cidade ilegal ao tecido urbanizado da cidade formal pressupõe um novo modelo de desenvolvimento urbano, o qual também corresponde a um modelo tecnológico inovador para as obras de intervenção, mais próximo das necessidades da população (...) tão inovador e flexível quanto o dos produtos que vão regulamentar. Ou seja, a rigidez das normas, caso isso signifique seguir modelos convencionais e conservadores, em nada contribui para a invenção, seja na arquitetura ou no urbanismo, nem dá a certeza de soluções adequadas aos programas propostos. (Campos, 1999, *online*)

Embora os PGEs ofereçam condições de explorar as especificidades do ambiente tecnogênico dos distintos assentamentos, as soluções projetuais e construtivas refletem apenas o caráter hegemônico das intervenções e o pressuposto de que o bem estar possui formas espacializadas, tecnologias construtivas e de gestão inquestionáveis tais como "predinhos", grandes avenidas asfaltadas, contenções em concreto armado, cortinas atirantadas, córregos canalizados ou confinados em parques, e áreas de "lazer ativo" – pistas de *skate*, *parkour* etc. Esses projetos são a representação da ordem heterônoma e da divisão social do trabalho. Elaborados em instâncias externas às favelas, instauram uma lógica de transformação do espaço autoproduzido oposta àquela que o engendrou: quem concebe os espaços não os executa, tampouco os utiliza; quem executa desconhece a concepção ou a conhece apenas de forma fragmentária e também não utiliza os espaços, exceto ocasionalmente[105]; quem utiliza os espaços desconhece os processos de concepção e de execução.

Mas, qual é o problema? Esse é o *modus operandi* da gestão urbana. Por que deveria ser diferente nas favelas? Nenhum conflito transparece aos olhos e aos sentidos do cidadão comum, habitante da cidade formal, habituado que está aos processos heterônomos conduzidos pelo Estado e empresas da construção civil por toda a cidade. Sob essa ótica, tudo está no seu lugar. Habitantes da cidade formal, também não fomos chamados a opinar sobre os processos de transformação urbana decorrentes da implantação da Linha Verde ou do *Boulevard* Arrudas, da revitalização da Praça Sete ou da Praça da Savassi[106]. Também aí os espaços são transformados com emprego de recursos públicos, afetam o cotidiano da cidade, com efeitos mais ou menos duradouros no ambiente tecnogênico, mais ou menos benéficos à coletividade. Opiniões favoráveis ou contrárias podem ser veiculadas pela mídia, especialistas em mobilidade

[105] Moradores contratados pelas empreiteiras.

[106] Intervenções recentes resultantes de obras públicas em Belo Horizonte.

urbana, juristas, ambientalistas, economistas ou urbanistas podem ser convidados a debates e pareceres, moradores e comerciantes das áreas diretamente afetadas podem se manifestar. Contudo, os interesses combinados da tecnocracia do Estado e de setores privados da produção de obras públicas têm prevalecido. Sempre que necessário à legitimação dessas ações, fóruns públicos são instalados para a livre manifestação dos interessados, nos quais as vozes dissonantes são neutralizadas pelos consensos construídos nessas instâncias supostamente democráticas do exercício cidadão.

O habitante das grandes cidades brasileiras já está devidamente admoestado à impassibilidade e neutralidade. O processo de alienação está consolidado e o ciclo se alimenta dialeticamente. Nenhuma perspectiva de transformação ou de ações autônomas se "tudo está no seu lugar". A seu ver, não há nada de errado aí; a realidade é para ser compreendida e não para ser transformada. Ele não só desconhece sua atividade como produtor social do espaço, como é incapaz de conceber que nos assentamentos autoproduzidos seja essa a prática prevalecente até que o poder público os alcance e os submeta à mesma ordem heterônoma que produz a cidade formal ou os extinga[107]. Ademais, na cidade formal, direitos individuais, especialmente patrimoniais, costumam ser respeitados pelo poder público e, se não o são, o cidadão lesado tem acesso aos recursos sociais que geram valor – educação, saúde, justiça e, sobretudo informação. Pode reagir e acionar, se preciso, uma rede mais ampla de contatos, desfrutando de algum nível de proteção de sua rede de pertencimento.

Ocorre que, frequentemente, serão esses mesmos cidadãos que, imbuídos da autoridade técnica, determinarão as transformações nos espaços da ralé. Arquitetos, urbanistas e engenheiros, diretamente vinculados aos órgãos públicos ou prestando serviços sob o comando desses, costumam se colocar à margem dos processos políticos e econômicos que justificam seus contratos profissionais, ignorando a funcionalidade do seu desenho que, como já alertou Sérgio Ferro (2006 [1970]), "de mansinho, lá do seu silêncio, do seu canto, de sua situação dita modesta, de sua inodora banalidade, dispõe dos que se agitam. Não entra no jogo, fica de fora"

[107] Esse é o caso da Vila São José, na bacia do ribeirão do Onça, zona norte da cidade. "Segundo informações da Urbel, todas as 2.200 famílias serão retiradas do local, sendo que, destas, aproximadamente 1.400 serão reassentadas nas unidades habitacionais verticalizadas erguidas pelas construtoras privadas no bairro Manacás, nas imediações da antiga favela. Já as outras famílias, indenizadas com recursos médios em torno de R$ 17.000,00, foram deslocadas para outras favelas existentes na capital ou para outros municípios da RMBH [...], como ocorrido em outras favelas do programa Vila Viva" (Gomes, 2012, p.263).

(Ferro, 2006 [1970], p.162). Toda a pretensa integração objetivada pela metodologia de elaboração dos PGEs se esfacela na fase de execução dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Contratados diretamente pela Urbel ou, mais recentemente, pelas empresas construtoras a inúmeras empresas de arquitetura ou engenharia, os projetos abarcam apenas a área imediata à implantação e são, frequentemente distribuídos segundo categorias funcionais: edifícios residenciais, edifícios institucionais, áreas de lazer ativo, praças etc. Há, ainda, uma distinção pelo *status* simbólico das obras para as contratações: projetos para objetos arquitetônicos considerados nobres são contratados a arquitetos ou escritórios de renome, enquanto que os objetos vulgares, notadamente os edifícios destinados à moradia, são contratados aos pequenos escritórios e, frequentemente, trata-se apenas do arranjo espacial de tipologias já convencionadas. Entre esses, há um discurso recorrente quanto a exiguidade dos prazos e inadequação da remuneração para execução dos projetos como impeditivos ao conhecimento suficiente do ambiente socionatural no qual se darão as intervenções. Também recorrente é a alegação de que a contratação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos vem acompanhada por rígidos programas arquitetônicos e urbanísticos, nos quais propostas inovadoras são rechaçadas, sob o argumento de inadequação econômica, cultural ou, mesmo, referências vagas, genéricas, a relações de poder local como, por exemplo, o inconveniente da configuração de pátios que seriam indevidamente apropriados por grupos traficantes de drogas.

Execução das obras

O início das obras marca, de fato, o envolvimento da população no processo. Tudo de concreto é definido a partir daí e veremos como, a cada momento, são mobilizados os diferentes discursos técnicos, na medida da conveniência, para romper as resistências da população e enaltecer as qualidades e benefícios da intervenção para a favela e para os favelados. A suposta participação da comunidade nas etapas que antecederam as obras, sobretudo a participação do Grupo de Referência nas propostas do PGE, é sempre destacada para legitimar as intervenções como uma resposta aos anseios manifestos pela população naquele momento pretérito. Ou seja, na fase de execução das obras não cabem mais reivindicações, o processo participativo já estaria

consolidado e os moradores que não o acompanharam "perderam o bonde"[108]. No entanto, esse é o momento em que afloram os conflitos porque só aí as propostas contidas nos planos e desenhos técnicos ganham materialidade e os moradores são capazes de aferir seus efeitos práticos. É também nessa etapa, que o discurso da participação assume claramente sua função: comunicar à população, e não abrir ao debate, as resoluções acordadas nas instâncias de decisão do poder público. Uma via de mão única: o processo supõe que os interlocutores precisam ser moldados ao entendimento mediante palestras, cartazes ou panfletos informativos, cartilhas ou mesmo audiências públicas, quando inevitáveis, com pouca ou nenhuma margem para negociação. É elucidativo o depoimento de Mary, registrado por Nascimento (2011)[109]. A Defensoria Pública, ao ser acionada pelos moradores do Morro das Pedras, buscou canais de comunicação entre esses e a prefeitura. Mary, que integrou a comissão constituída para representação dos moradores, resume o primeiro encontro com o presidente da Urbel, Claudius Vinicius, e o defensor público, Marcelo Nicollielo:

> Nesse primeiro encontro, [...] foi garantido que se abriria pra que houvesse de fato uma participação da população com acompanhamento do projeto e participação nele. E que todas as obras poderiam ser discutidas, com exceção da via de Ligação, que abriria mão de tudo, com exceção da Via de Ligação. Aí nós perguntávamos: qual que é esse tudo, se nós não sabemos quais vão ser as intervenções? Por favor, nomine. Prá mim, parece de novo uma falácia de quem diz: deixa a gente fazer o que nós queremos, porque nós não queremos mais do que isso. Porque aí, a gente perguntava sobre essas outras intervenções, e eles falavam que iam apresentar esse projeto. Esse projeto, quando apareceu, depois de muito tempo, apareceu de novo só falando de novo da Via de Ligação. (Nascimento, 2011, p.89)

Floriscena Silva (2011), que acompanhou toda a intervenção *Vila Viva* no Aglomerado da Serra, em sua dupla condição de moradora e pesquisadora, registra:

---

[108] Nascimento (2011) relata uma audiência ocorrida em dezembro de 2008, convocada pela Defensoria Pública e envolvendo os moradores e técnicos da prefeitura, já na fase de execução das obras no Morro das Pedras, cuja pauta "passa por temas recorrentes: formas de indenização, reconhecimento de titularidade do terreno, extensão do título de propriedade a todas as famílias antes das remoções, informações e acesso ao projeto (antes da execução) e participação ativa na tomada de decisões. Redundante, o contra-argumento dos técnicos para a questão da participação é que os moradores "perderam o bonde", se eles não estavam presentes no momento da elaboração e definição do projeto, não podem exigir agora interrupções ou modificações, pois isso prejudica o processo participativo já instaurado anos antes" (2011, p.89).

[109] Entrevista concedida por Mary Francisca Guimaraes a Tamiris Nascimento, em 05/12/2009; a íntegra da entrevista constitui o Anexo B à dissertação de Nascimento (2011).

> Com o início das obras do *Programa Vila Viva* criou-se, entre a população da Comunidade da Serra, um clima misto de euforia e incerteza. Euforia por acreditar que a vida local melhoraria e incerteza devido ao desconhecimento do que seria feito já que, em momento algum, a população foi consultada ou informada do que realmente se tratava o Programa. Com o passar do tempo, ficou a incerteza e somaram-se a ela inúmeras dúvidas, tais como: por que a Comunidade da Serra foi escolhida para realização do *Programa Vila Viva*? Por que, quais e como seriam as obras realizadas? O que aconteceria com a população remanescente, se é que ficaria algum morador ao final da obra? (Silva, 2011, p. 25)

Na vertente oposta está a explicação da assessora da Urbel, Jordana Flávia, quanto ao zelo do programa para, justamente, minimizar impactos sociais decorrentes das transformações substanciais a que a população estaria exposta, na fase de execução das obras:[110]

> É neste contexto que a Urbel promove o trabalho social em todas as vilas onde o programa está sendo executado. Isso envolve desde o acompanhamento das famílias que passam pelo processo de remoção e reassentamento – seja em função de risco geológico ou por estar em trecho de obra – até as ações de educação ambiental e geração de renda, ajudando os moradores a se adaptar à nova realidade. (Urbel, *online*)

Registra-se, mais uma vez, que embora seja notório o caráter hermético das informações contidas nos projetos de urbanização ou arquitetônicos para leigos, todo o processo é governado por desenhos técnicos como se fosse irrelevante a uma participação qualificada o conhecimento preciso de suas determinações ditadas pelos projetos sobre o lugar e sobre a vida das pessoas que o habitam. Na verdade, a distância instalada entre o conhecimento técnico sistematizado e o conhecimento vivencial dos moradores se revela extremamente funcional às relações de dominação, como já apontado por Lefebvre (2008 [1972]):

> O desenho [...] não é somente uma habilidade, uma técnica. É um modo de representação, um *saber fazer* estipulado, codificado. Portanto, um *filtro*, seletivo em relação a conteúdos, eliminando esta ou aquela parte do "real", preenchendo as lacunas do texto à sua maneira. Circunstância agravante: essa filtragem vai mais longe que uma especialização ideológica ou que a ideologia de uma especialidade. Ela corre o risco de ocultar a demanda social. (Lefebvre, 2008 [1972], p.26)

[110] http://www.solucoesparacidades.com.br/habitacao/vila-viva-e-exemplo-de-inclusao-social-e-urbanizacao-em-bh

Inversamente, permitir que as demandas sociais aflorem exigiria do agente público colocar-se a serviço da coletividade e, antes de mais nada, como bem aponta Nascimento (2011), decodificar o conhecimento técnico, eliminar essa barreira à instalação de relações equânimes de domínio, que favoreçam a relação dialógica[111]:

> No entanto, a problematização, ponto central para uma discussão efetivamente dialógica, tende a ser constantemente tratada pelos processos participativos como algo secundário, se não irrelevante e perverso. Certamente, aqueles que presenciaram processos participativos já ouviram a frase: "não é o momento para isso" ou "isso não está em pauta". Nesse ponto, aqueles que nadam contra a corrente e propõem um contraponto são taxados como atores mal intencionados que desejam "atrapalhar" a dinâmica consensual e minar a democracia. (Nascimento, 2011, p.177 e 178)

Inclusão produtiva e formação profissional ou crise de reprodução capitalista?

A indústria da construção civil vem apresentando crescentemente dificuldades para contratação de mão-de-obra, interpretadas de várias maneiras, mas que sob a ótica dos trabalhadores, resume-se basicamente em: atividade braçal bruta mal remunerada. A construção civil é, por excelência, o setor urbano de extração de mais-valia para acumulação e reprodução capitalista. É, como já consideramos, um setor econômico de baixíssima Composição Orgânica do Capital – COC, ou seja, pouco investimento em tecnologia e uso intensivo de mão de obra. Em última análise, reflete-se aí a crise capitalista que, como entende Monte-Mór (2006), não é de acumulação e sim de reprodução:

> Não há crise de acumulação, a gente faz mil coisas, invade países, destrói, avança com tecnologia e consegue manter o grau de acumulação, mas a reprodução das relações de produção está em crise. A proposta inclusiva, que no início alimentou a burguesia e depois o próprio capitalismo, deixou de existir, não é mais inclusiva. As relações sociais de produção não estão sendo mais reproduzidas de forma abrangente, de forma a incluir todo mundo, de forma a se viabilizar. (Monte-Mór, 2006, *online*)[112]

---

[111] O conceito utilizado pela autora pressupõe, como propõe Paulo Freire (1977) o domínio e expressão dos sujeitos em um mesmo sistema de signos lingüísticos, ou seja, uma compreensão recíproca da comunicação (Nascimento, 2011, p.63).

[112] http://www.mom.arq.ufmg.br/02_eventos/coloquio2006/palestras/monte-mor.htm>. Acesso em mar. 2010.

O discurso da inclusão produtiva, da formação profissional e da geração de renda, que na fase de obras é incorporado aos demais discursos *Vila Viva*, constitui-se, sob essa ótica, em estratégia para o enfrentamento da crise de reprodução capitalista.

A investigação de Floriscena Silva (2011) sobre o recrutamento de mulheres como operárias das obras de construção pesada no Aglomerado da Serra é bastante elucidativa dessa atribuição da construção civil. As mulheres entrevistadas eram moradoras da vila e "oriundas do mercado informal [...] trabalhavam como diaristas ou como empregadas domésticas, entre outros, sem maiores garantias trabalhistas"; contratadas na construção pesada, viam aí "uma oportunidade de trabalho que parecia muito mais vantajosa e promissora" (Silva, 2011, p.74). O avanço tecnológico poderia ser considerado um fator de melhoria das condições de trabalho na construção civil e, daí, abrir possibilidades de incorporação de mulheres em funções do *ethos* masculino, especialmente pela demanda de força física. No entanto, não foi isso o constatado:

> Contrariamente ao discurso veiculado pelos donos do capital, o que verificamos em nossa pesquisa empírica foi a inserção de mulheres em um mercado de trabalho masculinizado, em funções com pouca ou nenhuma melhoria pelo uso das novas tecnologias e no qual há demanda por utilização de muita força física. (Silva, 2011, p.50)

Em lugar da incorporação tecnológica para aliviar o trabalho braçal pesado, inclusive dos homens, exigia-se das mulheres demonstrações de capacidade de equipararem-se a eles, "submetendo-as a testes físicos, notadamente seus encarregados" (Silva, 2011, p.88), como ilustram esses dois depoimentos:

> Punha nós [ela e a outra carpinteira recém contratada] pra carregar aquelas placonas, [...] pra baixo e pra cima com aquelas placonas. Nossa minha filha, eles pegaram pesado com nós mesmo nessa obra! [...]É umas placa, como é que eu explico... umas placa pra por concreto, entendeu? Umas placa que tinha vermelha aqui. Tinha as placa de fôrma, que eu mais a Eliana tinha que carregar pra baixo e pra cima. [...] As placas pesavam cada uma setenta, oitenta quilos. [...] Era função do servente, mas eles colocavam nós. Como eu mais [a outra carpinteira] era novata, [...] aí eles colocavam nós pra carregar placa. (Maria Luíza, servente de pedreiro: informação verbal colhida por Floriscena Silva, 2011, p.87)

> Me colocou pra trabalhar atrás de um prédio assim com quase no teto de terra, disse que eu tinha o prazo de quinze dias pra limpar lá, esse era o tempo de experiência que eu tinha com ele, que pra trabalhar com ele tinha que trabalhar mesmo. Colocou eu e mais uma, eu e uma outra moça, pra limpar atrás do prédio, serviço que dois homens tinha pegado e pediu pra sair porque não aguentou, com dez dias eu e ela

> deixou limpinho, entregou pra ele limpo e ele falou: – Bom, não vou mandar pra outra turma [...] o prazo era quinze dias, já que limpou com dez então vai ficar! (Maria Laura, carpinteira: informação verbal colhida por Floriscena Silva, 2011, p.87)

O aspecto primordial a alimentar a hipótese de crise de reprodução capitalista transparece quando questionadas sobre as possíveis razões da empresa construtora para contratá-las. A escassez de mão de obra masculina e a diferenciação de salários na construção pesada e na construção civil (de edificações), foram os fatores apontados pelas entrevistadas:

> Eles [os operários homens] já pensa: – Ah, vou ficar no sol rachando, pra poder ganhar mixaria, aguentar desaforo dos outros, eu vou é embora! A maioria dos homens tudo reclamava, ficava tudo reclamando, sempre falava do salário. [...] Comparando com outras obras. Tipo, igual agora, nós tão fichado nessa obra, o salário é R$694,00 e n'outras obras o salário tá R$830,00, R$900,00, um salário mais acima. [...] Acho que vai da obra… Da empresa… Tem o negócio da construção civil e da construção pesada. Construção civil é prédio, casa, e construção pesada é viaduto... (Maria Eduarda, carpinteira: informação verbal colhida por Floriscena Silva, 2011, p.74)
>
> [...]
>
> Eu acho que porque não tinha mão de obra masculina. Porque eles tavam entrando no serviço num dia e pedindo pra sair no outro. Lá quando eu fui fazer inscrição, eu cheguei a ouvir isso lá, que eles tavam contratando mulher pra ver se parava alguém no serviço, porque não tava tendo jeito. [...] Ficou sem mão de obra. Na época tava contratando só servente, não tinha servente na obra porque os meninos não queria trabalhar, então colocaram mulher pra ver se o serviço ia pra frente. (Maria Luíza, servente de pedreiro: informação verbal colhida por Floriscena Silva, 2011, p.73-74)

Como constatado por Floriscena Silva (2011), os dois sindicatos – da Construção Civil e da Construção Pesada – praticam salários distintos e, à época do *Vila Viva* na Serra, o mercado da construção civil estava aquecido pela elevação dos valores e ampliação das linhas de financiamento pela Caixa Econômica, seguida por outros bancos. Assim, aos homens, estava aberta a opção pelo mercado mais favorável, possibilidade inexistente para as mulheres "que, pela inexperiência e desconhecimento do ramo da construção e até mesmo do trabalho para empresas, se sujeitavam ao que lhes era proposto e não se sentiam seguras para procurar melhores condições de trabalho e salários, nesse mercado específico" (Silva, 2011, p.74).

Segundo extensamente divulgado pela Urbel, o programa incentiva e favorece a inclusão produtiva, mediante um *Programa de Qualificação e Capacitação Profissional* oferecendo para

os trabalhadores da construção civil a *Educação Profissional no Canteiro de Obras*, com cursos de pedreiro em alvenaria estrutural, carpinteiro e armador[113]. No entanto, as entrevistadas por Floriscena Silva não tiveram acesso à uma formação nos moldes divulgados. Quando questionadas sobre a capacitação para o trabalho, o treinamento – segundo as entrevistadas, restringiu-se a instruções básicas a qualquer trabalhador contratado, no momento da admissão, quanto à segurança do trabalho e, adicionalmente às mulheres, posturas recomendáveis, como "evitar certos decotes, trabalhar com a camisa fechada, evitar conversinha fiada entre pião" (Maria Luíza, servente de pedreiro: informação verbal colhida por Floriscena Silva, 2011, p.92). Por fim, conclui, Floriscena: "se a entrada da mulher no mercado da construção foi um imperativo frente às necessidades do mercado, para o capitalista constituiu a ampliação de opções por mão de obra. Para isso, não precisou diminuir sua margem de lucro, bem ao contrário, pode aumentá-la" (Silva, 2011, p.78).

O supracitado programa de qualificação promoveu outras atividades, segundo exposto aos visitantes: jardinagem e formação de viveiro de mudas (90 alunos), auxiliar de cozinha e garçom e eletricista de instalações prediais, junto com a CEMIG (ambos sem divulgação de número de alunos), corte e costura (60 pessoas) e o Programa de Educação Sanitária e Ambiental, com 1.083 participantes. Esse último visava "garantir a sustentabilidade das intervenções realizadas no Aglomerado da Serra, [baseando-se] numa proposta de intersetorialidade [...] a partir de um processo de formação sócio-educativa em rede", envolvendo diversos órgãos: COPASA, SLU (Serviço de Limpeza Urbana), Meio Ambiente, Saúde, Educação, Fundação de Parques Municipais e Fundação Zoobotânica. Cabe aqui um breve registro a ser retomado quando analisarmos o ambiente tecnogênico resultante das intervenções *Vila Viva*: o programa de educação sanitária e ambiental visava prioritariamente as novas áreas instituídas como preservação ambiental e, a considerar-se sua atual condição de abandono e descuido, fica patente que medidas pretensamente educadoras e conscientizadoras não são suficientes para a manutenção e preservação objetivas dessas áreas, nem nas favelas, nem na cidade formal.

[113] Nas obras do Aglomerado da Serra, o curso resultou de uma parceria entre o consórcio construtor da obra (Santa Bárbara Engenharia e Camargo Corrêa) e o CEFET/MG, com "cerca de 60 formandos". Conforme apresentação PowerPoint aos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUCMinas, em visita às obras; o arquivo digital foi franqueado aos alunos, a pedido desses.

O processo de remoção das famílias

Como mencionado anteriormente, as remoções no *Vila Viva* são justificadas por necessidade das obras, pela decretação de áreas de proteção ambiental ou para erradicação de situações de risco geológico ou de ocupações nas faixas de servidão das concessionárias CEMIG e Copasa. As obras podem ser de abertura ou alargamento de vias, instalação de redes de esgoto e interceptores, implantação de conjuntos habitacionais ou de equipamentos públicos como praças, Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI, Centros de Referência (BH Cidadania), dentre outros; a família removida poderá, em tese, optar por indenização ou reassentamento. O valor das indenizações não considera a valor da terra, se as famílias não apresentarem título de propriedade, e as benfeitorias são avaliadas segundo a qualidade construtiva e dimensões das edificações. Essas são informações veiculadas em todos os contatos com a população, mas de forma genérica. As implicações objetivas dessas proposições, especialmente em que medida as famílias serão afetadas – quem será removido, quando, qual o valor das indenizações – são postergadas e, quando ocorrerem, serão negociações individuais, caso a caso.

Outra motivação para as remoções é a destinação de áreas à preservação ambiental. Nas favelas afetadas, essas áreas são coincidentes com aquelas mapeadas pelo programa DRENURBS para toda a rede hidrográfica da cidade nas quais os cursos d'água devem ser mantidos em leito natural: áreas no entorno de cabeceiras e cursos d'água não canalizados. Os aspectos concernentes à remoção de famílias aí instaladas serão tratados nesse item e seu novo estatuto como "espaço especializado" (em oposição a "espaço cotidiano") será abordado no item 4.4.

Há, ainda, as remoções justificadas pela exposição das famílias a situações de risco geológico ou pela ocupação de áreas de proteção de linhas de transmissão da CEMIG ou adutoras de água da COPASA, nas quais transparece, a meu ver, a mais flagrante utilização do discurso supostamente científico como forma de coerção: o convencimento mediante uma argumentação inquestionável, ou seja, de dominação: além de vir revestido da autoridade da especialidade técnica, o argumento joga com fatores emotivos ou afetivos. Afinal, quem colocaria em risco a vida de familiares e a sua própria?

As remoções conduzidas para a erradicação das condições de risco estão de tal modo vulgarizadas nos processos de urbanização que é comum obter-se, dos próprios moradores

removidos, a justificativa para tal ação: “eu era risco.” Obviamente que, mesmo habitações que demonstraram condições de estabilidade por longos períodos (“morei lá a vida inteira e nunca tive problemas”), podem perder essa condição por fatores externos, alterações no seu entorno, por exemplo, não raro promovidas pelas próprias ações ordenadoras. No entanto, da análise de inúmeras situações em campo, posso assegurar o uso abusivo do argumento.

Para não nos mantermos nos limites de – mais uma – avaliação técnica, reporto-me ao relato do advogado e professor Fábio Alves dos Santos[114] (2011) sobre o resultado da Audiência Pública ocorrida na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 29 de março de 2011, especificamente quanto à recomendação aos órgãos públicos municipais e federais, relativamente ao *Vila Viva* no Aglomerado Barragem Santa Lúcia[115] emitida pela procuradora da república Silmara Goulart: “dentre as recomendações estão as que impõem ao Poder Público provar se realmente as famílias estão em área de risco, se é imprescindível a remoção de tão expressivo número de famílias”. (Alves dos Santos, 2011). Essas recomendações estão registradas na Ata de Audiência Pública de 26 de maio de 2011:

> As remoções forçadas somente poderão ocorrer caso fique comprovada, mediante prévio estudo, sua inevitabilidade. Além disso, foram reiteradas as requisições encaminhadas à Prefeitura, no sentido de apresentar os estudos/pareceres técnicos que comprovem a inevitabilidade das remoções. (Ministério Público Federal, 2011b)

As requisições anteriores estão contidas na Recomendação Nº 05 de 29 de março de 2011, encaminhada pelo Ministério às instituições diretamente envolvidas no processo: prefeitura, empresa responsável pelos projetos executivos, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Caixa Econômica Federal (Ministério Público Federal, 2011a).

No Aglomerado Santa Lúcia, dos cerca de 3.150 domicílios, 1.038 seriam removidos, por força das diversas motivações, já comentadas. A procuradora considerou, dentre outras questões, que o PGE não apontava clara e detalhadamente as razões para o deslocamento compulsório de aproximadamente um terço da população, tampouco comprovava sua necessidade e que o COMAM, “inexplicavelmente [...] omitiu-se no seu dever de fixar o detalhamento das remoções e reassentamento das famílias de baixa renda impactadas com as obras”. Solicitou, portanto, à prefeitura e à empresa contratada, estudos ou projetos alternativos para a redução forçada de

[114] Integrante do Serviço de Assistência Jurídica – SAJ, da PUCMinas.

[115] Ainda não iniciado

tão expressivo número de famílias, responsabilizando-as, por assim dizer, pelo ônus da prova, ou seja, a comprovação da "inevitabilidade da remoção, inclusive no que se refere ao risco geológico"; à CAIXA, recomendou a "criação de requisitos e salvaguardas sociais" como condição a contratação do empréstimo lastreado com recursos do FGTS, da ordem de 120 milhões de reais; e ao COMAM, recomendou a não concessão da licença de implantação do empreendimento, enquanto não sejam atendidas as recomendações (Ministério Público Federal, 2011a).

Cabe também ressaltar o posicionamento da moradora Patrícia Fonseca de Alencar, na referida audiência, em nome da Vila Barragem: "a comunidade deve melhorar com a gente aqui dentro e não fora dela". Essa manifestação reflete a percepção dos moradores de favelas ainda não afetadas do que lhes reserva o futuro. Tanto quanto nas favelas já afetadas, o somatório de motivos que conduzem à remoção de famílias desvela também o paradoxal discurso da inclusão social: aqueles que reclamam, legitimamente, melhorias urbanas nas áreas que habitam não poderão deles usufruir, serão novamente excluídos para que os benefícios possam alcançar as áreas.

Nas áreas já afetadas, as obras iniciam-se pelas demolições, liberando espaços para movimentações de terra necessárias à implantação das vias e geração de áreas planas para edificações, pátios para estocagem de materiais e instalação dos canteiros de obras. Iniciam-se também os transtornos e conflitos em torno das remoções: os processos de negociação para a indenização das famílias não ocorrem previamente às obras.

É contraditório que as obras iniciem-se concomitantemente às negociações. É de se supor que uma família, especialmente numa situação de mudança compulsória, precise de tempo de preparo – objetivo e subjetivo – para abandonar sua casa e suas relações cotidianas, construídas ao longo de muitos anos. Sem discutir ainda o valor das indenizações oferecidas, fator sem dúvida relevante, destaco os aspectos sistematizados pelos pesquisadores do Programa Pólos de Cidadania (2011) que caracterizam bem o processo, sob a ótica das famílias indenizadas no Aglomerado da Serra, ou seja, aqueles que tiveram que procurar nova moradia por conta própria:

1) Prazo considerado "muito curto" para encontrar nova casa:

> Magali afirma que recebeu da URBEL três meses para procurar uma nova casa com o valor da indenização e não achou o tempo suficiente para fazer a mudança. Valmir

também reclamou do pequeno prazo que recebeu para procurar uma nova moradia. Sua família teve apenas 60 dias. O prazo demasiadamente curto, associado, principalmente, ao aumento da especulação imobiliária, dificultou a procura de muitos indenizados por uma nova residência com, pelo menos, os mesmos padrões da residência de origem. (2011, p.93)

2) Pressão exercida pela URBEL para desocupar as residências:

Segundo Tatiana, "ficam pressionando todo dia pra você sair, mandam pessoas, caminhão, até que você perde a paciência". De acordo com Madalena, certo dia foi comprar pão e quando voltou encontrou funcionários da URBEL fazendo um buraco em sua casa. Otávia colocou que a URBEL ficou perturbando as famílias para saírem de casa o mais rápido possível. (2011, p.93)

3) Deficiência na forma de pagamento da indenização:

Valmir mencionou que a URBEL "demora a liberar o pagamento da indenização e só entrega o dinheiro quando a família sai da casa, no dia que o caminhão de mudança vem [...] perdemos duas casas fora daqui porque não tínhamos o cheque para dar, perdemos a compra". [...] Pilar relata que: "primeiro falaram que nós seríamos indenizados (isso foi em maio de 2010), daí eu juntei caixas [...] e o prazo para sairmos era de 45 dias. Só mudei em dezembro de 2010 porque eu briguei, fui na Prefeitura perguntei, fui na Câmara Municipal e eles disseram que o dinheiro da gente já estava aqui na URBEL. Minhas coisas mofaram, eu perdi cerca de quatro barracos esperando a indenização para mudar. Quando eu comecei a pressioná-los pela indenização eles queriam me empurrar para o predinho. No dia 14 de dezembro, após ser destratada pela Bárbara, eu anunciei que se ela não mudasse até o dia 16 de dezembro não sairia mais de minha casa". (2011, p.94)

4) Demora no pagamento da indenização:

A maior parte dos indenizados relatou experiências semelhantes à de Valmir, denunciando a dificuldade de encontrar um proprietário que aceitasse vender o imóvel recebendo o pagamento somente no momento da mudança. Por outro lado, uma quantidade considerável de indenizados denunciou a incapacidade da URBEL de efetuar o pagamento da indenização no prazo estabelecido pela própria, ocasionando, de um lado, prejuízo material, como, por exemplo, no caso de Pilar; e, de outro lado, dano moral, como, por exemplo, para Magali. (2011, p.94)

Magali nos informou que encontrou uma casa, negociou com o dono e mudou-se para ela sem ter recebido o cheque da indenização no ato da mudança. No entanto, no momento da URBEL entregar o cheque referente à indenização foi demorado e repleto de desculpas. A entrevistada afirmou ter sido ameaçada pela funcionária da URBEL, pois necessitava do cheque da URBEL para pagar a casa e eles a enrolavam. Ela também disse que foi acusada pelo dono da casa de querer roubá-la e ele ainda ameaçou sua família dizendo que iria colocá-los na rua, pois a

> entrevistada já estava morando na casa e ainda não havia efetuado o pagamento. Ela acrescentou que passou por diversas humilhações por causa da indenização. (2011, p.94)

5) "Tratamento intolerante dos agentes da URBEL [...] como fator determinante da falta de diálogo entre os envolvidos":

> Pilar afirmou que se sentiu imensamente incomodada com os funcionários da URBEL, pois eles são extremamente autoritários no trato com os moradores. Segundo a entrevistada, "o mais humilhante foi o jeito com o qual ela (Bárbara) me tratou lá dentro da URBEL, como se a gente fosse um qualquer, saindo do jeito que eles queriam". A entrevistada também relatou que a funcionária da Companhia afirmou: "Vocês estão pegando o boi; vocês moram em cima da bosta e quando ganham alguma coisa ainda reclamam". Mariane relatou que: "todos prontos para te 'detonar' e desafiavam todos a ir para a justiça afirmando que os moradores iam perder". (2011, p.92)

No caso da Serra, a supressão de unidades não repostas foi da ordem de 63% o que resultou na transferência de várias famílias indenizadas para fora do aglomerado (incluídas nos relatos anteriores), que transferiram-se para outras favelas e para municípios vizinhos, na RMBH. Marcante nesse grupo – *indenizados não Serra* –, são as considerações quanto ao acesso reduzido a benefícios urbanos a partir da mudança, desde atendimentos de emergência, saúde, educação, transporte, lazer etc até oportunidades de trabalho. Em síntese, a maioria se transferiu para localidades em piores situações do que a Serra, antes das intervenções.

Os relatos selecionados dão conta da desigual relação de poder estabelecida entre a "classe de serviços" atuante no Estado e os moradores das favelas. O pressuposto do Estado para subjugar esses moradores às suas determinações, em lugar de construí-las sob bases mais equilibradas, parece bem explicitado na voz do procurador geral do município, Marco Antônio de Rezende, que entende que "por definição do Código Civil Brasileiro, o possuidor de áreas públicas é um *possuidor de má-fé*, ou seja, ele não tem direito a indenização. Mas como isso envolve uma questão social, não podemos colocar a pessoa na rua" (Bragon, 2009, *online*)[116]. Esse

[116] Declaração do procurador do município à imprensa a respeito das denúncias da Defensoria Pública de violação de direitos e discriminação nos processos de remoção no Morro das Pedras. Disponível em http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2009/11/25/defensoria-acusa-prefeitura-de-bh-de-discriminar-favelas-alvo-de-obras-do-pac.jhtm. Acesso em 31 de março de 2010. Declaração de igual teor está registrada no já citado Relatório de Encerramento PADI, à página 14 (Defensoria, 2009).

entendimento explica, em parte, a postura impositiva dos agentes públicos frente a sujeitos que não teriam direito a indenização e, ainda assim, o Estado vai indenizá-los. Não se trataria, portanto, de uma situação de reconhecimento e respeito a direitos constitucionais, mas sim de uma ação benevolente do Estado. Esse entendimento e as práticas dele decorrentes demonstram a distância e a urgência de se estabelecer politicamente, como defende Jacques Távora Alfonsín (2009), um patamar no qual a correlação de forças sociais esteja equilibrada a ponto de anular "a capacidade que o exercício de um certo tipo de poder [ideologicamente impregnado] tem para criar, conservar e reproduzir injustiça social" (2009, p.318).

Há ainda o grupo dos *reassentados*, ou seja, aquelas famílias removidas e reassentadas nos apartamentos construídos no próprio Aglomerado da Serra, cuja tônica das entrevistas está mais dirigida à adaptação à nova moradia, que trataremos em outro item. E, por fim, discutiremos os efeitos das remoções e das demolições sobre o cotidiano das pessoas que permaneceram nas áreas.

Remoções e demolições

Removida uma família, inicia-se o processo de demolição da moradia imediatamente após a desocupação para evitar sua eventual reocupação. Embora seja previsível o volume de entulho gerado pelas demolições, não se observa em campo planejamento eficiente da sua destinação, tampouco há considerações particulares a esse respeito nos textos de diretrizes e propostas dos PGEs do Aglomerado da Serra e do Morro das Pedras. No primeiro, há a recomendação para “remoção do lixo e entulho”, no item referente a “limpeza do talvegue” (PGE Aglomerado da Serra, 2000, p.26) e no segundo, consultando-se as planilhas de custos das intervenções propostas, observa-se que o custo unitário para demolição de edificação, inclui a carga e transporte do entulho (PGE Morro das Pedras, 2004, Anexo IX). Nas áreas destinadas a edificações e sistema viário, o entulho foi removido para viabilização das obras. No entanto, nas áreas destinadas à preservação ambiental, em ambas as áreas, todas as famílias foram removidas e suas casas demolidas, sem a retirada do entulho e, com frequência, a demolição foi parcial, apenas o julgado suficiente para impedir sua reocupação. Em algumas áreas do Aglomerado da Serra, observam-se indícios de algum nível de planejamento com a destinação do entulho, nessas áreas: foram construídas algumas estruturas esparsas com emprego de componentes premoldados de concreto. Porém, a se considerar a capacidade de acomodação

de entulho de cada estrutura assim conformada, seria necessário produzir-se tantas estruturas quanto casas demolidas. Recentemente, frente às reclamações dos moradores que permaneceram no entorno dessas áreas, técnicos da prefeitura tem utilizado o argumento (procedente, sem dúvida) de que o entulho é benéfico à recuperação dessas áreas dado a sua porosidade e capacidade de armazenagem de água e que, por essa razão, teria sido deixado propositalmente[117]. Esse argumento parece tratar-se de uma apropriação oportunística da proposição reiteradas vezes feita pelo geólogo Edézio de Carvalho (e também reiteradas vezes descartada pela prefeitura de Belo Horizonte), de recuperação de áreas ambientalmente degradadas com a utilização de entulho – RCC – Resíduos da Construção Civil[118]. Como dito, a única referência ao entulho de demolições encontrada no PGE da Serra, prevê sua retirada. Ademais, a demolição apenas parcial de inúmeras casas desconstrói o argumento em uso pelos técnicos: paredes e estruturas parcialmente em pé não cumprem essa função e expõem os transeuntes ao risco. O entulho deixado de forma desordenada e negligente dificilmente será interpretado pelos moradores como uma medida de proteção. Ao contrário, eles veem ali, a desconsideração e desrespeito da prefeitura com a área e com os moradores, ilustrado pelo caso do Sr. José Lima. Afetado pela decretação da área de proteção ambiental e constituição do denominado Parque da 1ª Água do córrego do Cardoso, várias investidas foram feitas buscando solucionar a situação de desconforto, insegurança e insalubridade que restou configurada para os moradores que permaneceram no entorno do parque. Sua casa não foi removida por estar no limite da área tecnicamente delimitada. No entanto, com a remoção de todos os seus vizinhos e demolição das moradias existentes na área destinada ao parque, o Sr. José Lima e sua família ficaram ilhados em meio a montanhas de entulhos que crescem a cada dia com as contribuições cotidianas de lixo e o bota-fora de entulho e terra de escavações dos processos de autoprodução que não cessaram com as intervenções. Diz o Sr. José Lima:

> Nunca imaginei que eu voltaria a percorrer no escuro, através de trilhas no meio do mato o caminho de volta a minha casa. Moro aqui há 28 anos, construí com meus

[117] Segundo depoimento do Sr. José Lima, por ocasião de visita de campo, em novembro de 2012.

[118] Fora do município de Belo Horizonte, a proposição foi testada, demonstrando sua pertinência quanto à recomposição do relevo, em áreas voçorocadas e, especialmente, quanto à recomposição do reservatório natural de águas pluviais. Q.v. relato de experiência em Contagem-MG, em: http://geolurb.blogspot.com.

> vizinhos os caminhos que iam até cada casa. Eu me sinto como se tivesse voltado no tempo. (Entrevista à autora, em maio de 2012)

Em outro contexto, convivendo com as demolições deixadas em igual situação, em área destinada a implantação da Via de Ligação, no Morro das Pedras, Mônica Francisca Guimarães qualifica seu entorno como "terra devastada":

> É degradante a nossa situação. Antes, quando eu abria o portão da minha casa, eu via casas e famílias. Agora parece que caiu uma bomba nesse local. A gente só vê um grande buraco e muita sujeira e perigo. Isso causa uma depressão profunda na gente. (Bragon, 2009, *online*)[119]

São também frequentes os relatos sobre os transtornos e desgastes sofridos pelos moradores, especialmente aqueles que apresentaram resistência à remoção ou aos valores das indenizações. Floriscena relata que foram comuns as situações em que o morador, ao retornar para a casa, ficava impossibilitado de entrar devido ao depósito de entulhos na sua porta ou, situações corriqueiras que afetaram indiscriminadamente os moradores, como a impossibilidade de deixar roupas no varal ou as janelas abertas, por conta da poeira. O já citado Manifesto Vila Morta (2008) afirma que, do modo como se deram, os processos de demolição demoviam eventuais resistências dos moradores:

> As casas são demolidas gradualmente, poucas por beco/rua, nunca todas de uma vez. Os entulhos permanecem nos lotes, agora vagos e sombrios. O(A) vizinho(a) de décadas de convivência e amizade cedeu lugar a um amontoado de entulhos, proliferando lixo, escorpiões e afetando a paisagem local. (...) No processo de remoção, também é muito comum as primeiras casas atingidas serem parcialmente destruídas, (...), aquele espaço se torna ponto para a prática de crimes e delitos (...)aprofunda o medo dos vizinhos que já não questionam o valor da indenização e nem colocam obstáculos a sua futura remoção. (BH – *Programa Vila Viva* ou *Vila Morta*, 2008, *online*)[120]

O descaso com os moradores ainda residentes nos locais em obra e a "pressão psicológica" para a desocupação dos imóveis também mereceram o registro do defensor público Marcelo Nicoliello: "neste ponto, a Sra. Wanderléia, após recusar o acordo, ouviu da funcionária da PBH a seguinte frase: 'então fica aí tomando poeira'" (Defensoria Pública, 2009b, p.21).

---

[119] Disponível em http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2009/11/25/defensoria-acusa-prefeitura-de-bh-de-discriminar-favelas-alvo-de-obras-do-pac.jhtm. Acesso em 31 de março de 2010.

[120] http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/10/429697.shtml. Acesso em 20 de janeiro de 2009.

Por fim, a Defensoria Pública também registra o risco a que os moradores, sobretudo as crianças, estavam expostos durante as obras frente aos "obstáculos perigosos, como pontas de ferro e escombros" indevidamente deixados nos espaços de uso comum, considerando ainda que os restos de demolição não retirados servem de "abrigo para animais e vetores de doenças, além de gerar poluição visual, na medida em que cria um aspecto desolador" (Defensoria Pública, 2009a, p.23). A defensoria apontou à imprensa outras irregularidades: "o termo de desapropriação apresentado ao morador de favelas é dúbio e enseja condição favorável apenas para o poder público"; a marcação com tinta spray nas fachadas de casas que serão demolidas constitui violação sistemática de direitos humanos; e o código de posturas do município tem sido infringido pela própria prefeitura, com a manutenção de entulho em via pública, a falta de sinalização da obra e a ausência de barreiras físicas separando as obras das áreas de trânsito das pessoas (Bragon, 2009, *online)*. Em nota à reportagem, a Urbel comunicou que "foram retiradas todas as inscrições em tinta spray nas fachadas das moradias a serem demolidas"[121] e que "a Urbel desenvolve campanhas sistemáticas de segurança para evitar acidentes nos canteiros de obras, principalmente para as crianças", apontando ainda "o vandalismo como responsável pela retirada de material de proteção do local, que, às vezes, não é reposto imediatamente". Além disso 3.000 cartilhas educativas teriam sido distribuídas a pessoas no aglomerado Morro das Pedras (Bragon, 2009, *online)*. Campanhas como essas também ocorreram no Aglomerado da Serra, onde faixas afixadas pelo consórcio responsável pela obra orientavam a população, com os seguintes dizeres: "Srs. Pais: não deixem seus filhos brincarem na obra. Eles podem se machucar".

As indenizações dos removidos e a promessa da regularização fundiária.

Em Diretrizes para urbanização dos aglomerados e sub-habitações[122], de 1982, a primeira ação apontada pelos autores para reversão da condição de "marginalizados dentro da estrutura

[121] O que, de fato, não ocorreu, conforme registrado no Relatório de Encerramento, "após notificação da DPE para reparar as pichações, a PBH enviou ofício, em 24 de março de 2009, com fotos de homens retirando as marcas numeradas das paredes, contudo, em visita à Vila das Antenas realizada no dia 02 de maio de 2009 foram constatadas dezenas de casas com muros numerados com tinta vermelha" (Defensoria, 2009b, p.18).

[122] Fruto de convênio de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), através do Instituto de Tecnologias Apropriadas ao Homem (ITAH). "CNPq-IPPUC" processo no 170/0202/81.

urbana" desses aglomerados é "a regularização da posse da terra" As outras ações referem-se à implantação da infraestrutura e serviços urbanos e dos acessos e esquema viário.

Importa destacar esse aspecto porque, embora integre frequentemente a pauta das intervenções em favelas, a regularização fundiária é sempre uma ação posterior à regularização urbanística. Os argumentos apóiam-se basicamente em três pilares: assegurar a erradicação das situações de risco; assegurar a integridade de áreas de preservação ambiental; e assegurar a implantação das obras de interesse coletivo, removendo as edificações que as impeçam para, só então, promover a regularização fundiária do que passou pelo crivo técnico da adequação.

A intervenção do Estado para a urbanização de favelas e outros assentamentos considerados juridicamente ilegais bem poderia representar uma etapa importante na promoção da justiça social, pelo simples reconhecimento dos direitos civis dos moradores, "direitos que, de acordo com o Código Civil, eles têm como possuidores de boa-fé com o curso do tempo" (Azuela, 1989, p. 105 apud Fernandes, 1998, p. 159). Ainda que não sejam possuidores de título de propriedade, "a posse, em todos os seus atributos – uso, gozo, disposição e valoração social e econômica – precede o direito à regularização fundiária, é oponível a terceiros, não podendo ser simplesmente confiscada" (Silva *et al*, 2010), em conformidade às prescrições do Código Civil Brasileiro de 1916 – Lei nº 3.071/1916 e do Novo Código Civil – Lei nº 10.406 de 2002.

O direito de posse é tratado nos artigos 485 a 492 do Livro II – Do Direito Das Coisas no Código Civil Brasileiro de 1916, com correspondência nos artigos 1.192 a 1.203 do Novo Código Civil Brasileiro de 2002. Lê-se no Art. 1.196/2002: "Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade"; no Art. 1.201: "É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa"; e, finalmente, no Art. 1.202. "A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente." (Senado Federal, 2003).

Esse direito civil tem sido convenientemente ignorado nas ações públicas que relegam o processo de regularização fundiária a um momento posterior à intervenção física. Os métodos de indenização baseiam-se no cálculo do valor das benfeitorias, desconsiderando o valor de localização das favelas e, sobretudo, o trabalho social que lhe atribui valor. Ignoram, inclusive, o valor de atividades comerciais e de prestação de serviços não incluindo nas indenizações o pagamento por "lucros cessantes", notoriamente reconhecido no Direito Civil. Além disso, os

moradores removidos não têm usufruído a garantia constitucional de indenização prévia, só recebendo o valor da indenização depois que desocupam o imóvel. Esse flagrante desrespeito aos direitos civis foi assim expresso pelo defensor público Marcelo Nicoliello:

> Chega a ser absurda a hipótese do cidadão ser compelido a sair de sua casa com sua família e seus pertences, para, somente então, ter direito a receber um cheque, que lhe permitirá procurar um imóvel. Vale ressaltar que, em se tratando de cidadão que carrega o estigma de favelado, dificilmente haverá algum vendedor disposto a entregar-lhe um imóvel sem qualquer garantia, ou quantia de entrada, dando-lhe crédito, ou seja, acreditando numa promessa de pagamento futuro. (Defensoria, 2009b, p.16)

O argumento subjacente ao não pagamento de justas indenizações refere-se à inviabilidade econômica do empreendimento caso as desapropriações ocorram após a regularização fundiária. Subjaz também, perversamente, a convicção de que os expropriados – por desconhecerem seus direitos – não vão interpor maiores resistências. Quando ocorre, e de forma isolada, a resistência freqüentemente se prende ao valor da indenização e não, propriamente, à expropriação indevida da posse.

É justamente aí que o "conhecimento técnico" torna-se imprescindível à consumação da expropriação. Apoiados nos três pilares técnicos já mencionados – erradicação das condições de risco, preservação ambiental e destinação das áreas para implantação das melhorias – os processos de remoção andam "a passos largos", como observou Marcelo Nicoliello (2009):

> O processo de desapropriação dos imóveis anda a passos largos, o que atende ao propósito do PAC, que pretende exatamente a ACELERAÇÃO do crescimento [que] tem significado acordos injustos ou indenizações depositadas em juízo sem direito de levantamento, em razão de ainda haver pendências cartorárias no processo de regularização fundiária e dos trâmites burocráticos do processo. (Defensoria, 2009, p.28, destaque do autor)

Quanto aos mencionados abusos dos argumentos utilizados pelos técnicos envolvidos nos processos de urbanização das favelas em Belo Horizonte, cabe observar, junto com Martins (1999), que essa postura não deveria surpreender-nos:

> O que deles se cobra e espera senão que sejam agentes de um processo comumente denominado de "racionalização" ou "cientifização" da sociedade comandado sob a égide da ação institucionalizadora cuja centralidade se encontra no Estado? (Martins, 1999, 5)

O que está claro, em síntese, é a não observância dos preceitos básicos inscritos na política de urbanização de "justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização" (Estatuto da Cidade, artigo IX, inciso IX).

Importa compreender que, se a observância dos direitos adquiridos pela posse pacífica e de boa-fé impede a implementação econômica de projetos de urbanização, esse deveria ser o preceito básico na definição de tais projetos, conciliando-se as necessidades – reais – de melhorias urbanísticas e habitacionais aos recursos efetivamente disponíveis e, não, usurpá-los ao sujeito expropriado. Creio que o efeito altamente benéfico dessa medida, além, obviamente, da observância dos direitos constitucionais, seria a condução dos projetos à escala real da necessidade, com a cuidadosa manutenção e recuperação do patrimônio social e ambiental instalados, à custa da riqueza acumulada mediante os processos sociais que a produziram. Descumprem, portanto, o preceito de que "a indenização deve ser exata no sentido de que ao expropriado há de se dar precisamente o equivalente ao que lhe foi tomado pelo expropriante" (Salles, 2006, p.511 apud Adriana Lima, Edson Filho, 2009 p.230).

Ainda que, em hipótese, os valores indenizatórios para as edificações removidas cumprissem a condição de "justa e prévia indenização", não estariam remunerando o trabalho social incorporado aos espaços coletivos autoproduzidos ou produzidos em intervenções anteriores do poder público e de concessionárias de serviços públicos, frequentemente obtidos mediante organização política e social dos interessados. Poder-se-ia argumentar que essa produção confere aos espaços valor de uso apenas para os moradores, não adquirindo valor de troca no mercado imobiliário. No entanto, foi essa produção que permitiu a preservação de atributos naturais hoje reclamados pela totalidade social como valor de uso coletivo. Fundamentando-me em Haddad (2001)[123], a determinação dos valores indenizatórios deveria considerar, também, a influência de outros fatores de ordem ambiental, social e ecológica, segundo o princípio constitucional da justa indenização, ou seja, "a incorporação destes fatores ao procedimento de determinação do preço , e não o da busca de expedientes para disfarçá-los". (Lima e Filho, 2009 p.230)

[123] www.-usp.-br/-fau/-depprojeto/-labhab/-biblioteca/-produtos/-relatorio_preco_-desaprop.-pdf

Como bem sintetiza Jacques Alfonsín (2009), do ponto de vista jurídico, reafirma-se a prevalência de direitos patrimoniais, a *pré-ponderância* e o *pré-domínio* do direito de propriedade privada, sobre direitos humanos fundamentais (2009, p.329).

Essa discussão é ilustrativa da má-fé institucional, a princípio, por omissão de informações fundamentais cujo desconhecimento por parte dos desapossados os coloca em condição francamente desfavorável: o direito à posse é anterior ao direito à regularização fundiária. E mais, o agente promotor da regularização fundiária não é necessariamente a administração municipal. Podem ser agentes promotores da regularização fundiária: a população moradora e suas entidades associativas; as defensorias públicas e as entidades civis sem fins lucrativos; a União, os Estados e Municípios. Frequentemente, no entanto, serão as administrações públicas municipais o agente promotor, dado ao seu natural interesse no ordenamento de seu município e benefícios decorrentes da regularização fundiária, e, sobretudo, pela autonomia municipal, garantida na Constituição Federal, reforçada pela edição da LEI FEDERAL 11977/09 no que se refere ao modelo de regularização, à determinação da natureza social dos assentamentos e à utilização do princípio da urbanização específica.

O Estado tem, mais uma vez, se omitido em sua importante função de promoção da justiça social, pelo simples reconhecimento dos direitos civis dos moradores. Entretanto, como vimos, não é esse, o entendimento do Procurador Geral do Município, Marco Antônio de Resende, para quem, nas remoções de famílias decorrentes do *Programa Vila Viva*, a prefeitura, sequer, teria obrigação de indenizar pessoas que ocupam áreas públicas[124]:

Como afirma Ermínia Maricato (2000), as "invasões" de terras (termo empregado juridicamente) ou a "ocupações" (termo empregado pelos movimentos sociais), apesar de periodicamente ameaçadas, são de fato toleradas desde o início do processo de industrialização por abrigarem parte significativa da força de trabalho a um custo de reprodução muito baixo. Não fossem toleradas, não teriam chegado a constituírem-se em assentamentos que abrigam 21% dos cidadãos em Belo Horizonte (Caldas *et al*, 2008, p.281). Também, não contassem com a anuência tácita do Estado, não teriam recebido benefícios públicos em programas anteriores de abertura ou pavimentação de vias, saneamento, eletrificação e, mesmo, de titulação dos

[124] Disponível em: http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2009/11/25/defensoria-acusa-prefeitura-de-bh-de-discriminar-favelas-alvo-de-obras-do-pac.jhtm. Acesso em 17 de setembro de 2010.

posseiros como ocorreu na Vila das Antenas ou no bairro Vista Alegre, em 1985. Não decorre de outro entendimento, senão do reconhecimento do legítimo exercício do direito à moradia e à posse, os atualmente tão propalados programas de regularização fundiária.

Ainda que não sejam possuidores de título de propriedade, a posse deve ser entendida como um direito anterior à regularização fundiária. O que impede os moradores atingidos pelas remoções de se contraporem aos procedimentos adotados nos programas *Vila Viva* e *Drenurbs* é desconhecerem esses preceitos ou, conhecendo, não disporem de acesso às instâncias jurídicas que poderiam assegurar-lhes seus direitos civis. Basta verificar as incontáveis requisições de intermediação à Defensoria Pública e ao Ministério Público, órgãos hoje reconhecidos pela população afetada como os únicos canais de reclamação de direitos não observados. Entretanto, em que pese a dedicação de profissionais atuantes nessas instituições, a demanda tem superado em muito sua capacidade de ação. Além disso, as solicitações oficiais de informações imprescindíveis à instauração e condução de processos jurídicos têm sido recorrentemente ignoradas, como bem ilustra o já mencionado caso do Sr. José Lima, no Aglomerado da Serra. Dois anos após o término das obras de intervenção do *Vila Viva* no Aglomerado da Serra e após inúmeras tentativas infrutíferas de solução dos problemas cotidianos junto à Urbel, o Sr. José Lima recorreu ao Núcleo de Mediação e Cidadania, do Programa Pólos de Cidadania[125], que encaminhou-o à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, mais especificamente à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH. O primeiro ofício encaminhado à Urbel pela defensora pública solicitando informações e esclarecimentos sobre a situação da área data de 14 de junho de 2011; não obtendo resposta, o segundo ofício foi enviado em janeiro de 2012, também não respondido; e o terceiro, reiterando as solicitações anteriores "sob pena de interposição de Mandado de Segurança", é de maio de 2012[126].

Percebe-se, assim, o grau de vulnerabilidade e fragilidade a que estão expostas as populações supostamente beneficiadas pelo programa.

---

[125] Programa de Extensão da Faculdade de Direito da UFMG.

[126] Cópia dos referidos documentos foram-me fornecidas pela Defensora Pública, Dra Cleide Aparecida Nepomuceno, sendo Ofício nº 230/2011, de 14 de junho de 2011; Ofício nº 04/2012, de 10 de janeiro de 2012; e Ofício nº 255/2012, de 10 de janeiro de 2012.

O direito de posse e o direito à regularização fundiária têm sido convenientemente ignorados nas ações públicas que relegam o processo de titulação a um momento posterior à intervenção física. Os métodos de indenização baseiam-se no cálculo do valor das benfeitorias, desconsiderando o inestimável valor de localização das favelas centrais. Desconsideram ainda aquilo que Milton Santos (2006, p.140) denomina de "formas herdadas", uma certa herança espacial, uma acumulação promovida por apropriações anteriores, impregnada de trabalho humano[127]. Estamos diante da disputa pelo valor estratégico ou de valorização política do território, não apenas uma disputa econômica do espaço propriamente, mas de seu domínio e do controle de posições privilegiadas no contexto da cidade.

Nesse sentido, as discussões em torno das denominadas "mais-valias fundiárias urbanas" apontam para a criação ou aplicação de instrumentos jurídicos que possam equalizar as evidentes desigualdades na apropriação dos benefícios advindos da ação do Estado, com aplicação de recursos públicos, e evitar que ocorram – como me parece estar ocorrendo – mais uma vez em prejuízo dos pobres, retirando das favelas para o mercado capitalista, o valor gerado pelo trabalho humano incorporado aos espaços submetidos aos processos de urbanização.

No entanto, ao se considerar o questionamento lançado por profissionais do direito urbanístico expresso em Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte?[128], percebe-se não ser a ausência desses instrumentos o impeditivo:

> A partir das recentes inovações na ordem jurídico-urbanística nacional e da significativa ampliação dos recursos públicos disponíveis por meio do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, foi criada uma gama de novas oportunidades para a gestão da política municipal de urbanização e legalização fundiária de assentamentos informais. No entanto, a julgar pelos atuais embates sóciopolíticos e jurídicos, a ordem jurídica municipal de Belo Horizonte parece ter se perdido do

[127] Ilustrativo desta herança espacial é um dos maiores aglomerados centrais de Belo Horizonte, o Morro das Pedras. Instalado originalmente em área de mineração, que fornecia matéria prima para a construção da capital, nos anos de 1920. As cavas exauridas e abandonadas foram apropriadas para deposição de lixo pela Superintendência de Limpeza Urbana por vários anos até acidente de deslizamento da massa depositada, com inúmeras mortes, na década de 1970/80. O Morro das Pedras expandiu-se pelas encostas e fundos de vale no entorno da mineração, ocupando atualmente território significativo entre as importantes avenidas Raja Gabaglia, Barão Homem de Melo e Silva Lobo, sendo uma das Vilas afetadas pelo Programa Vila Viva da PBH, com recursos financeiros do PAC.

[128] Texto não publicado de Edésio Fernandes e Helena Dolabela Pereira.

> processo mais amplo de construção de uma nova ordem jurídico-urbanística nacional, que tem sido calcada na noção das funções sociais da propriedade (privada e pública) e da cidade, do direito social de moradia adequada, e do direito à regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. (Fernandes e Dolabela, s.d, s.p.)

Por fim, as discussões acerca regularização fundiária envolvem também a chamada "expulsão branca", que consiste na substituição integral ou parcial dos moradores originais de uma área valorizada por outros de maior poder aquisitivo, "pela via de ofertas irrecusáveis", ou seja, a expulsão pelo mercado (Smolka, 2003, p.132). Esse seria, em tese, um dos efeitos da regularização fundiária – nos moldes em que vem sendo praticada nos programas de urbanização de favelas – após finalizadas as obras.

Analisando "o day after da regularização", Smolka (2003, 132) considera a hipótese da expulsão branca para programas de regularização bem sucedidos combinada à permanência de outros ocupantes *darwinianamente* selecionados. Ora, inúmeros estudos já aqui considerados demonstram a existência de um mercado imobiliário dinâmico nas favelas brasileiras praticando, por vezes, preços considerados elevados em relação a imóveis regularizados, de mesmo porte na mesma região ou mais amplos em áreas periféricas (Abramo, 2003). As preferências locacionais dos pobres incluem como fatores a acessibilidade, vizinhança e o "estilo de vida". Entre a segurança da propriedade e o maior grau de liberdade de construção, vários fatores podem determinar a escolha de uma família:

> Um certo *trade off* entre a garantia do título de propriedade do conjunto habitacional, uma relativa visibilidade e perenidade de sua característica física, porém rígida, e a relativa liberdade de "direito de construção" dos imóveis na favela que não estão subordinados às leis de controle urbanístico da cidade formal. Assim, teríamos uma relação de troca compensatória entre a garantia de título legal no conjunto habitacional e a liberdade de construção na favela. [Esse] "direito de construção" [...] nos permite sugerir que os preços do mercado imobiliário nas favelas incorporam essa variável de "liberdade urbanística". Assim o paradoxo dos preços elevados nas favelas teria uma das suas explicações possíveis na monetização da liberdade do direito de construção via formação dos preços imobiliários. (Abramo, 2003, p. 216)

A decisão de transferência de uma família sempre figurou como uma possibilidade mediada pelo "capital locacional" acumulado e que lhe permite participar do "jogo especular de ganhos e perdas fundiário-imobiliário promovido pelas transformações da estrutura intra-urbana". Esse mecanismo só deixa de funcionar se, à família, é-lhe interditada a decisão pela transferência ou não do imóvel que ocupa. A meu ver, essa interdição tem ocorrido em dois momentos: primeiro,

quando as famílias indenizadas não participam das decisões que determinam o valor de seu imóvel e a indenização que lhe corresponde; segundo, para as famílias reassentadas em apartamentos cuja titulação (quando vier) será restritiva: o morador só pode vender com intermediação da URBEL para, pretensamente, preservar o caráter "social" da moradia e do promitente comprador. Ora, aqueles que foram reassentados em apartamentos o foram em ressarcimento ao bem despojado. Ao reassentamento involuntário deveria ser aplicada a modalidade jurídica denominada "Dação em Pagamento"[129]. O contra-argumento poderia se dar pela alegação de que as famílias reassentadas nos apartamentos seriam preferencialmente aquelas cujo cálculo da indenização era muito baixo e que, portanto, teriam sido aconselhadas a optarem pelo apartamento como garantia de condição "digna" de moradia. Esse entendimento está expresso no parecer emitido pela Urbel que embasou o veto do prefeito ao Projeto de Lei Nº 177/05, incluindo a possibilidade de utilização das outras modalidades de alienação previstas no Código Civil Brasil: a doação de imóveis e a dação em pagamento[130]. O projeto foi vetado pelo prefeito, com base no parecer emitido pela Urbel, por contrariar os princípios da Política Municipal de Habitação que prevê a retro-alimentação do Fundo Municipal de Habitação Popular, pela apropriação de recursos para novos atendimentos. Quanto à aplicação dação em pagamento, diz o parecer:

> Por tal modalidade, nos casos de remoção por necessidade de obra ou risco com reassentamento em unidades construídas pelo Município, ficaria o mesmo impedido de aplicar financiamento à diferença entre o valor do imóvel de origem da família e o valor daquela unidade construída para seu reassentamento. Apesar de tal prática ainda não se encontrar em vigor, a discussão desta possibilidade se faz cada vez mais necessária, considerando o volume de remoções a serem realizadas em função de empreendimentos já aprovados no Orçamento Participativo, bem como em intervenções estruturantes em andamento ou em fase de captação de recursos. (Prefeitura de Belo Horizonte, 2007)

---

[129] A Dação em Pagamento é regulada pelo Artigo 356 e seguintes do Código Civil de 2002.

[130] A vereadora Silvia Helena (BH) apresentou em 2005 o Projeto de Lei Nº 177/05 (reapresentado em 2007 como Proposição de Lei Nº 367/07) dando nova redação ao art. 170 da Lei Nº 8.137/00: "nas áreas classificadas como ZEIS-1 e ZEIS-3, o documento de regularização ou transferência de domínio será conferido, preferencialmente, por instrumento particular em uma das modalidades previstas no Direito Civil brasileiro [...]", ou seja, além da escritura particular de compra e venda, forma utilizada até então, estariam incluídas a doação de imóveis e a dação em pagamento.

Disponível em http://cmbhweb.cmbh.mg.gov.br/images/stories/secpro/marco07/pl177vt.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2011.

Explicitam-se aí as tendências em intervenções futuras: ao sujeito expropriado seria concedido um financiamento em unidades residenciais produzidas pelo município. Bem se vê quão urgente o estabelecimento do equilíbrio de forças sociais para fazer frente aos processos de despossessão, cada vez mais naturalizados.

Vimos que, dado ao caráter unilateral dos critérios utilizados para cálculo do valor das indenizações, pode-se considerar que todos os indenizados perceberam valores insuficientes à recomposição dos danos patrimoniais sofridos, excetuando aqueles que resistiram às ofertas consideradas aquém e, nesse caso, podem nos dar uma medida do que seria uma "justa indenização". Uma moradora antiga, após intensa e lúcida resistência à oferta de um apartamento em substituição à sua moradia, recebeu quatro apartamentos no local que escolheu, no Aglomerado da Serra (Pólos, 2011). No Morro das Pedras, imóveis cujos moradores recorreram à justiça, tiveram acréscimos de 30% a 126% na avaliação (Defensoria, 2009b, p.15).

Por fim, vale registrar o entendimento da Defensoria Pública de que o caso da Vila das Antenas, onde parte dos moradores possuía titulação do imóvel em processo de regularização fundiária por meio do PROFAVELA, em 1985, é a prova cabal do reconhecimento do direito dos moradores das favelas à permanência ou à indenização justa (2009b, p.28).

4.4 O espaço produzido para a ralé

> Devemos estar cientes do fato óbvio, porém frequentemente esquecido, de que os moradores de uma favela têm as mesmas capacidades intelectuais e criativas de qualquer outro ser humano, e que eles conhecem seus problemas e situações muito melhor do que qualquer grupo externo. O conhecimento desse princípio básico leva à conclusão de que a tradução deve ser feita pelo caminho inverso: em vez de traduzir a situação dos moradores em categorias técnicas, e supor que (nós) profissionais vão "resolver os problemas", seria muito mais consistente traduzir o conhecimento técnico para uma linguagem comum ou para ferramentas viáveis, disponibilizando esse conhecimento para as comunidades, para que elas possam mais facilmente gerar respostas para suas demandas. (Kapp e Baltazar, 2009, p.21; tradução Tamiris Nascimento)

A inobservância do princípio básico acima expresso, qual seja, "os moradores de uma favela têm as mesmas capacidades intelectuais e criativas de qualquer outro ser humano", tem conduzido,

a meu ver, a intervenções equivocadas, na medida que desconsideram o ambiente tecnogênico resultante das interações antrópicas – valores humanos, sociais, técnicos, econômicos – anteriores.

Arquitetos e urbanistas – condição legitimada pela formação universitária – parecem desconhecer que o desenho é pressuposto para que todo o processo ocorra, cumprindo a função central de mediador entre intervenções físicas e as intenções político-administrativas definidas em esferas superiores de decisão. Além disso, julgam saber o que é melhor para todos, projetando sobre a população sua própria perspectiva de classe social. Como bem expressou Floriscena Silva (entrevista, 2012), "*o discurso não muda: o que é bom para mim, o que vai me fazer feliz, o que vai me dar dignidade, por que eu não sou digna; o que vai me tornar cidadã, por que eu não sou cidadã*".

Como explicitado na introdução a este capítulo, considero que o recorte de classe social justifica-se, na medida em que os espaços produzidos para a ralé traduzem a representação social dominante da favela e dos favelados, dos significados de morar e circular, produzir e consumir, de espaços cotidianos e espaços especializados e da própria relação entre homem urbano e socionatureza.

A favela urbanizada no *Programa Vila Viva* não passa da extensão de um modelo, cuja inadequação é já patente na cidade formal, a áreas até então resguardadas de seu domínio exclusivo. A insustentabilidade do modelo se evidencia, por exemplo, com o caos que se instala nas cidades a cada temporada de chuvas, o caos cotidiano na circulação viária ou pelo crescente temor do cidadão frente à tão propalada violência urbana. A transposição acrítica dessas soluções para os territórios das favelas tem por agravante a fragilidade socioambiental que os caracteriza, cujos efeitos sistêmicos dessa imposição não ficam circunscritos às áreas afetadas. Repercutem, de forma inexorável, para toda a sociedade urbana.

Os espaços produzidos para a ralé pelas intervenções aqui em análise evidenciam, a um só tempo, o contraste entre formas heterônomas e formas autônomas na produção física e social do espaço urbano; o caráter autoritário e impositivo das intervenções formais sobre o ambiente tecnogênico e a inadequação tecnológica dos métodos construtivos e de gestão empregados; em síntese, evidencia quão distantes estamos da tarefa de "produzir um espaço protegendo-o do poder e tornando-o propício a relações livres de constrangimentos", conforme sugere Lefebvre, citado por Kapp e Baltazar (2006, p.94).

A análise das transformações produzidas nas favelas submetidas ao *Vila Viva* evidencia pelo menos três características: o urbanismo rodoviarista, a homogeneização e padronização do espaço urbano e a oposição entre espaços cotidianos e espaços especializados.

Quanto ao urbanismo rodoviarista, transparece imediatamente a inadequação entre a escala das intervenções e as características do sítio. Em áreas de altas declividades, a implantação de vias largas ou de equipamentos e conjuntos habitacionais que exijam grandes platôs geram necessariamente contenções de proporções excepcionais, desfigurando a paisagem, segmentando espacialmente a área e interferindo na própria dinâmica da vida na comunidade.

A segregação socioespacial das vilas pela implantação de avenidas é patente, especialmente no Aglomerado da Serra e no Morro das Pedras. A priorização da circulação de veículos sobre a de pedestres reproduz o padrão que, de resto, é prevalente em toda a cidade. Há, no entanto, o agravante das altas declividades, que somam às barreiras horizontais, conformadas pelas pistas de rolamento e calçadas, barreiras verticais, conformadas pelas contenções. É notório que a solução de abrir ruas em encostas de altas declividades (acima de 30%) implica, além de vultuosos investimentos para movimentações de terra, a instalação de contenções de porte proporcional. Basta uma visita às áreas para se constatar o efeito segregador dessas estruturas. E quem as tenha conhecido antes das intervenções constatará também, sem nenhuma dificuldade, a alteração drástica das relações cotidianas que tudo isso acarretou: meninos que deixaram de ir à escola sozinhos, idosos que não visitam amigos do outro lado "do muro" e coisas semelhantes. Também assim ocorrerá no Aglomerado Santa Lúcia, se o movimento de resistência não auferir poder suficiente para interpor ao modelo propostas alternativas.

Claro está que as vias não são para atender necessidades das favelas e sim da cidade. No Morro das Pedras, como vimos, a prefeitura se dispôs a negociar alguns elementos do projeto com os moradores, exceto pela Via de Ligação, que nunca esteve sujeita a qualquer negociação. Mas justamente essa Via de Ligação é a grande responsável pelo infortúnio dos moradores. Sua implantação responde pela maior parte das remoções[131] e, especificamente na Vila das Antenas, a previsão de remoções para dar lugar à via era de 20% do total de moradias existentes, daí a incredulidade manifesta pela Comissão de moradores frente ao posicionamento da Urbel. O diagnóstico feito pelo PGE atesta a boa condição de estabilidade e o grau de consolidação das

[131] O índice de remoção no Morro das Pedras foi de 28% da população, segundo Nascimento (2011, p.69).

moradias da Vila das Antenas, sem ocorrência de situações críticas de risco geológico; também não constitui área destinada à proteção ambiental, eliminando assim outros dois fatores que têm justificado as remoções nas intervenções *Vila Viva*. As remoções aí se explicam apenas pela implantação da Via de Ligação, pelo alargamento de vias existentes e pela ocupação da faixa de domínio sob a linha de transmissão da CEMIG, outro aspecto contestado pelos moradores[132].

A Vila das Antenas, uma das mais antigas ocupações do Morro das Pedras, instalou-se na porção superior da encosta e na superfície de topo que configura o divisor de águas entre as sub-bacias dos córregos Piteiras e Leitão.[133] A cidade formal se expandiu até o limite do Morro das Pedras nos anos 1950, com a urbanização dos bairros Gutierrez e Cidade Jardim. Na década de 1970, implantaram-se a avenida Raja Gabaglia, na linha de cumeada entre as duas bacias, e a avenida Barão Homem de Mello, sobre o talvegue principal do córrego do Piteiras. Ambas as avenidas configuram acessos importantes das regiões central (praça da Assembléia) e noroeste da cidade ao BH Shopping e à BR 262, em direção ao Rio de Janeiro. A Via de Ligação prevista no PGE conecta diretamente o topo ao fundo de vale, seccionando a encosta ocupada pela favela. A avenida Raja Gabaglia abriga atualmente, além de inúmeras instituições (Tribunal de Justiça, Polícia Federal, rádio-difusoras etc.), o *high-tech* da produção arquitetônico-imobiliária dirigida a grandes empresas. Não sem motivos, o Manifesto *Vila Morta* enfatiza que, quando se iniciaram as remoções no Morro das Pedras, o custo por metro quadrado de área construída para efeito de indenização era de R$ 107,00 (cento e sete reais), enquanto que o custo médio de terrenos na avenida Raja Gabaglia era de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por metro quadrado (BH – *Programa Vila Viva* ou *Vila Morta*, 2008, *online*)[134].

---

[132] Como admitido pelo PGE (2004, p.82), a CEMIG tem sido permissiva com a ocupação dessa faixa por pelo menos três décadas, levando os moradores a questionarem por que as alegadas condições de segurança não motivaram ações de remoção anteriormente. Além disso, os moradores questionam se o tratamento dispensado a eles foi (ou será) estendido a outras edificações em situação similar fora da favela, especialmente no bairro Buritis (Nascimento, 2011, p. 105 *et seq*).

[133] Supõe-se que a ocupação da área iniciou-se por volta dos anos 1920, especialmente associada à extração de pedras graníticas para a construção civil. “Os primeiros moradores vieram da favela da Barroca, de onde foram expulsos para dar lugar aos bairros Santo Agostinho e Barro Preto". Q.v. no portal da PBH: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=26341&chPlc=26341&&pIdPlc=&app=salanoticias. Acesso em 23 de abril de 2012.

[134] http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/10/429697.shtml . Acesso em 20 de janeiro de 2009.

Essa é a característica marcante em todas as favelas submetidas ao *Vila Viva*: o elemento definidor das intervenções e da nova configuração espacial do assentamento é uma grande avenida, que intercepta a vila para integrar porções da cidade formal até então desarticuladas e que responde pela maioria das remoções e por pelo menos 50% do custo das obras. No Aglomerado da Serra, a Via do Cardoso, que conecta a região centro-sul da cidade à região leste, foi construída com quatro pistas de rolamento, onerosas estruturas de contenção e um viaduto.

> Para o caso do Aglomerado da Serra, 60% dos recursos investidos através do *Vila Viva* (cerca de 140 milhões) foram utilizados diretamente na construção da Avenida do Cardoso ou Via 276, nos termos do Plano Diretor de 1996 ou, nos termos dos empreendedores imobiliários (de 2001), uma etapa do supostamente esquecido Anel da Serra. Ou seja, o equipamento para o qual foram direcionados cerca de 60% dos recursos, embora esteja no Aglomerado e, em alguma medida, possa ser apropriado por ele, está nele, mas não é para ele. (Gomes, 2011, p.205)

Esse assunto é recorrente nas entrevistas efetuadas pelo Programa Pólos de Cidadania (2011). Um das entrevistadas, embora não faça referência à Via 276 que talvez desconhecesse, afirma:

> [...] o maior percentual gasto no *Vila Viva* foi para a construção da avenida do Cardoso. A Avenida não foi feita para a comunidade. Tiraram uma migalha desse percentual para a reforma dos becos. Uma reforma, na maioria das vezes, incompleta, uma reforma que não facilitou o acesso das pessoas e que não foi o prometido, nem o esperado. A comunidade queria o alargamento das vias de acesso da comunidade, das ruas que a comunidade usa. A Bandoneon continua estreita, a rua da Volta continua o caos, o inferno ou pior; a Flor de Maio não fizeram nada; na Nossa Senhora de Fátima somente um pedacinho perto da Cardoso, o restante é o caos também. Então o *Vila Viva* não é uma obra para a comunidade, não a comunidade da Serra, pode ser para a comunidade de Belo Horizonte no geral, pode ser para o bairro Serra. Essa obra facilitou o acesso dos moradores da região leste para a região sul [...]. (Pólos de Cidadania, 2011, p.69-70)

No PGE, a Via do Cardoso aparece sempre associada à Via 276 prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte, mas com reiteradas recomendações em consideração às características do sítio, especialmente às elevadas declividades, e à necessária inclusão da população no debate:

> Nessa altura do trabalho é fundamental que se aproveite a oportunidade da elaboração do Plano Global para incluir a população do Aglomerado no debate sobre a implementação da Via 276, prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte, ligando a Avenida Bandeirantes à Avenida Mem de Sá. Dessa forma estas comunidades têm a chance de passar de coadjuvantes a agentes proativos e

> possíveis beneficiários de um projeto que tem o interesse de toda a cidade. (PGE, 2000, p.7)

O percurso proposto no PGE foi substancialmente alterado na implantação, deixando de contemplar a tão solicitada intervenção dos moradores na chamada rua da Volta, um dos pontos de circulação mais intensa no interior do aglomerado. Outro aspecto notável é que, caso respeitadas as orientações do PGE, a Via do Cardoso seria uma via habitada, inserida no cotidiano da população mediante a implantação de conjuntos lineares associados às estruturas de contenção, destinando-se o primeiro pavimento para garagens ou lojas (PGE, 2000, p.24). Ao contrário, a Via do Cardoso implantada, especialmente ao longo trecho não previsto nos estudos, mais se assemelha a um túnel a céu aberto, desconsiderando solenemente outras funções que as vias públicas deveriam cumprir. Não há nada além de pistas de rolamento, *guard-rails,* contenções, cercas e exíguas calçadas confinadas entre esses elementos (prancha 13). A via destina-se exclusivamente ao uso de veículos para transporte individual e trânsito de passagem entre a região leste e a região centro sul da cidade. Embora a via pudesse ser um importante elemento de mobilidade para os moradores, porque desemboca diretamente no vale do Arrudas entre duas estações do metrô, cinco anos depois da inauguração ainda não existe nenhuma linha de transporte coletivo ali. Também não há ciclovias. Ciclistas têm que competir com carros ou pedestres, e, obviamente, preferem a competição com esses últimos. Além disso, as calçadas são temidas por favorecem emboscadas. Quem é abordado ali, não tem para onde correr.

A equipe de pesquisadores do Pólos de Cidadania considera a hipótese "de desvio de finalidade" dos recursos captados junto às agências de financiamento que "deveriam ser destinados à implementação de obras e intervenções para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade e não para uma obra prioritariamente de mobilidade urbana" (Pólos, 2011, p.70).

Outro aspecto não evidente numa visita ao Aglomerado da Serra, hoje, depois de concluídas as intervenções, é a funcionalidade das vias para a execução das obras. Além de elemento central da concepção urbanística, as vias foram imprescindíveis para o acesso de veículos de carga, caminhões betoneira etc. Os projetistas estamos de tal modo alienados das condições materiais de produção que assumimos como pressuposto de projeto e planejamento a existência prévia de vias com tais características, fechando o círculo vicioso dos padrões hegemônicos de produção das cidades. Ou seja, onde elas inexistem têm que adquirir existência para viabilização das propostas de projeto.

Um último aspecto registrado por Floriscena (entrevista, 2012) é o fato de que os trabalhadores que construíram a Via do Cardoso não percebiam a totalidade da qual o seu próprio trabalho fazia parte: ora estavam demolindo uma casa, ora removendo entulhos de outra área, ora deslocavam fôrmas de um ponto a outro, construindo aqui e desconstruindo acolá. Não havia ali trabalho concreto, no sentido que Marx atribui a esse termo. Os trabalhadores, em sua grande maioria moradores, perderam sua condição de conhecedores do sítio e passaram a uma condição de trabalhadores alienados.

Uma segunda característica marcante das transformações produzidas nas favelas pelo *Vila Viva* é, como já mencionado, a homogeneização e padronização do espaço urbano. Para compreendê-la importa compreender, antes, a lógica do reassentamento de famílias em conjuntos habitacionais. Como já dito, as famílias removidas tanto pelo *Vila Viva* quanto pelas intervenções do *Drenurbs* podem escolher entre a indenização e o reassentamento. No Aglomerado da Serra, foram removidas 2.269 famílias e construídos 846 apartamentos, o que representa 37% de reassentamentos (Pólos de Cidadania, 2011, p.30). Na Vila São José, onde registra-se o maior índice relativo entre demolições e remoções, previa-se a remoção integral das 2.200 moradias existentes e a construção de 1.400 apartamentos, que atenderiam a 63% das famílias (Gomes, 2012, p. 263).

Especialmente nos primeiros anos das remoções do *Vila Viva* e do *Drenurbs*, a opção pelo reassentamento era apresentada como uma grande vantagem social e econômica. Técnicos e administradores, partindo de seus próprios critérios pessoais e pressupondo-os idênticos para a população em geral (coisa que, aliás, é típica das classes médias), se esforçavam em mitigar a resistência das famílias aos apartamentos. O trecho abaixo, extraído da palestra do coordenador do *Drenurbs* no *II Seminário Internacional de Renaturalização de Rios,* exemplifica bem essa visão.

> Busca-se sensibilizar a população [...], informando às famílias que elas serão indenizadas pela opção melhor, ou seja, pela aquisição do apartamento. É uma mudança de estilo de vida, sem dúvida, mas as condições de moradia serão muito melhores. Melhor solução do que, por exemplo, receber uma indenização de R$ 17mil, é virar dono de um apartamento cujo valor de mercado gira em torno de 70 mil reais, em condições dignas, adequadas (se bem que o objetivo não é que isso se transforme em dinheiro, não é a venda desse bem). (Aroeira, 2010, p. 235)

Às famílias que de fato optam pelo reassentamento (em vez da indenização) são oferecidos apartamentos em edifícios padrão, de quatro pavimentos sem elevador e pilotis, com quatro

unidades por andar. Tanto no Morro das Pedras quanto na Serra, esses edifícios não estão pulverizados no tecido urbano da favela, mas formam porções apartadas, sempre contíguas às novas vias e sempre monofuncionais. Não há previsão de espaço para comércio ou serviços, nem tampouco a disposição dos edifícios configura pátios ou outros espaços que pudessem ser apropriados livremente pela população. Pelo contrário, todas as áreas vazias entre as edificações, incluindo taludes e baias de estacionamento, são sistematicamente cercadas.

As edificações seguem um projeto concebido para terrenos de baixa declividade, não característicos dessas áreas, como já vimos. A consequência (óbvia) são volumosas movimentações de terra e portentosas estruturas de contenção à montante e à jusante dos platôs conformados para implantação dos edifícios. Como a planta desses edifícios é retangular, eles são implantados com sua dimensão menor paralela à direção de maior declividade e sua dimensão maior paralela às curvas de nível e, portanto, às estruturas de contenção. Contudo, as aberturas também estão nas duas fachadas maiores. De um dos lados, o resultado é bom: tem-se frequentemente uma bela vista da cidade. Do outro lado, no entanto, tem-se apenas a vista de um talude quase sempre sombreado ou, o que é pior, de um muro de arrimo. Os apartamentos dos dois primeiros pavimentos que estão nessa situação são os mais prejudicados. A rigidez na concepção é tanta que se negligencia a possibilidade de aberturas nas fachadas laterais (as de menor dimensão), mesmo quando haveria ali excelente orientação solar e vista bem mais ampla. Ademais, o espaço entre edifício e muro de arrimo conforma extensos corredores, por vezes com apenas 1,5m de largura. Tais corredores somente são um pouco mais generosos quando servem de acesso a pequenas áreas de estacionamento.

No Aglomerado da Serra, foi inteiramente desprezada a recomendação do PGE de "utilização da estrutura dos edifícios para contenção de encostas", já que "obras de maior porte (residenciais e viárias) 'estabilizam' a encosta sem ônus significativos nas fundações e estruturas" (PGE, 2000, p.26). Em observância às elevadas declividades que caracterizam a área, dever-se-ia utilizar "sempre que possível, acesso em níveis diferenciados, com aproveitamento das vias de pedestres paralelas ao sistema viário principal, no fundo dos edifícios, possibilitando menor esforço de acesso dos pavimentos superiores" (PGE, 2000, p.26). Também não foi observada a recomendação, para a minimização desses impactos, de acoplamento das edificações a serem instaladas ao longo da Via do Cardoso às estruturas de contenção que poderiam gerar, no primeiro nível, espaços para garagens ou comércio e serviços. Uma única edificação foi projetada em observância a parte desses preceitos: uma Unidade Municipal de Educação Infantil

(UMEI), implantada no trecho em que a Via do Cardoso dá continuidade à rua Capivari, no bairro Serra.

A concentração dos edifícios residenciais determina uma segregação funcional do espaço inexistente nas porções de favela não afetadas pelas intervenções, constituindo também uma paisagem homogênea mas totalmente distinta da favela em seu entorno e que dela se destaca pela notável inadequação ao relevo, em contraste com o usual escalonamento das construções nas encostas.

A oposição entre espaços cotidianos e espaços especializados constitui uma terceira característica marcante das favelas que foram objetos de intervenções. Entre tais espaços especializados estão, além de vias e (raros) equipamentos de lazer, as chamadas áreas de proteção ambiental ou parques ecológicos, cuja concepção deriva diretamente do *Drenurbs*. No Aglomerado da Serra, são cinco parques, que correspondem aos afluentes do córrego do Cardoso. A Urbel os descreve como grandes benefícios, mas o próprio discurso proselitista revela a interdição de uso dessas áreas e sua consequente segregação da vida cotidiana.

> Parque do Cardoso, Parque da Terceira Água, Parque da Segunda Água, Parque da Primeira Água e Parque do Pocinho. Em todos os parques, os córregos estão sendo saneados e mantidos em seu leito natural, já que o esgoto será retirado. Os parques estão sendo cercados, iluminados e a população está ganhando equipamentos de lazer, com pista de skate e parkour [fora das áreas dos parques]. (PBH-URBEL, 2011)

Seguindo a mesma lógica, prevêm-se sete parques ecológicos no Morro das Pedras e três no Aglomerado Santa Lúcia.

Não é por acaso, como já recorrentemente afirmado aqui, que parte significativa dos recursos naturais conservados com alguma integridade e possibilidade de revitalização encontram-se nos territórios ocupados por favelas, e não apenas em Belo Horizonte. A mesma lógica capitalista que aqui determinou os processos socioespaciais atua no mesmo sentido nas demais cidades brasileiras. Laura Bueno (2000) reconhece essas características comuns às favelas de São Paulo:

> Desde logo se percebe que se trata de interferir em espaços de muito valor para o processo ambiental urbano – encostas, fundos de vale, baixadas, áreas de nascente. Nesse sentido, a melhor unidade de planejamento e projeto, e que melhor responde a esse propósito de complementar a urbanização de bairros e comunidades contíguas, é a sub-bacia hidrográfica. (Bueno, 2000, p. 323)

O caráter singular dessas áreas abre a possibilidade de investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus atributos naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano. A subtração dessas áreas da vida cotidiana não assegura a preservação de sua integridade pois estarão pressionadas pelas atividades do entorno, ainda que a vigilância consiga impedir sua reocupação formal.

Ademais, se já temos dificuldade de manutenção de espaços especializados na cidade formal, como serão mantidos os quinze novos parques previstos pelo *Vila Viva* em apenas três das inúmeras favelas da cidade situadas em cabeceiras de drenagem de córregos urbanos? Se minhas observações estão corretas, a cada nova intervenção, pelo menos uma área mudará do *status* de espaço cotidiano para especializado, a ser mantido pelo poder público, sem previsão de apropriação de seu inegável valor econômico, comprovado pela utilização histórica como moradia, espaço de produção, comércio e demais atividades produtivas que sempre acompanharam as funções de habitar das famílias mais pobres.

Esse inegável valor econômico não passa desapercebido ao mercado imobiliário e certamente será alvo de disputas futuras. Nas recentes discussões para votação do Novo Código Florestal Brasileiro, está em questão, dentre outras, a definição das atribuições legislativas sobre as APPs urbanas, se de âmbito federal ou municipal. Se podemos arrolar como benéfica a atribuição municipal de legislar sobre seus territórios, ajustando a regulamentação às peculiaridades locais, podemos também vislumbrar as disputas desiguais dessas áreas tendo por um lado, os interesses, recursos econômicos e poder de influência local do mercado imobiliário e, por outro, as classes destituídas eventualmente associadas a ambientalistas.

No entanto, as áreas visadas pelo *Drenurbs* viram parques ou áreas destinadas a funções especiais – amortecimento de cheias – no sistema de drenagem da bacia hidrográfica a que pertence. No programa *Drenurbs*, entretanto, a favela deixa de existir *naquele* local. De qualquer modo, constituem-se em ambos os casos em Áreas de Proteção Ambiental, espaços especializados em oposição a espaços cotidianos ou, segundo a pertinente classificação de Carvalho (1999), já explicitada anteriormente, serão Áreas de Preservação Ambiental – APAs – confinadas em meio a Áreas de Não Preservação Ambiental – ANPAs.

Do mesmo modo que as grandes avenidas cruzando as favelas atendem prioritariamente necessidades mais amplas da cidade formal, também a implantação de parques têm cumprido unicamente a função de equilíbrio no sistema de drenagem urbano, minimizando ou anulando

(como ocorreu na avenida Mem de Sá) efeitos indesejáveis à jusante: o assoreamento da calha do córrego canalizado, seguido de inundações. A considerar-se, no entanto, a ausência de manutenção (teriam sido planejadas?) nas áreas à montante dos aterros-diques implantados, arrisco-me a assegurar que esses eventos podem se manifestar novamente. Os processos de autoprodução no Aglomerado da Serra continuam ocorrendo e essas áreas têm se prestado ao bota-fora de terra e entulho das construções, além do lixo doméstico. O princípio de funcionamento dos aterros-dique é o assoreamento induzido de sedimentos em locais determinados para facilitação das operações de desassoreamento e destinação do material retirado, que não tem ocorrido.

Outro aspecto marcante é que as áreas destinadas a parques, tanto no Morro das Pedras quanto no Aglomerado da Serra, estão abandonadas. A Fundação Municipal de Parques – FMP – a quem coube a responsabilização pela operação e manutenção, alega que os mantem fechados porque não recebeu qualquer aporte financeiro ou operacional para cuidar dessas áreas. A previsão de cercamento total das áreas, no Aglomerado da Serra, não ocorreu e mesmo onde o cercamento foi executado, há inúmeros pontos onde a cerca foi deliberadamente rompida pelos moradores, para travessia, resgatando antigos caminhos de uso cotidiano, ou para descarte de entulho, terra ou lixo. Também as crianças fazem uso de pequenas áreas, especialmente, onde é possível o contato com as águas agora limpas.

Ainda que a FMP conseguisse exercer certo controle e cuidados sobre os parques situados nas áreas, como o faz nos parques implantados pelo DRENURBS, não foram tomadas medidas que protegesse os cursos d água da poluição difusa, assim denominada, justamente porque sua origem não pode ser atribuída pontualmente, pois provem de diversas fontes, mas muito especialmente no meio urbano, da circulação de veículos automotores: resíduos de pastilha de freios e pneus, óleos e graxas carreados para os cursos d água[135]. Evidentemente que, pela sua natureza, não é possível também soluções pontuais. Os estudiosos do assunto asseveram que o combate à poluição difusa, em meio urbano, só seria eficiente por meio de uma mudança radical

[135] Porto (1995) e Tomaz (2006; 2007) argumentam que a poluição difusa é complexa e provém de diversas fontes, tais como "freios de automóveis, resíduos de pneus, resíduos de pinturas em geral, fezes de animais, resíduos de ferro, zinco, cobre e alumínio de materiais de construção, deposição seca e úmida de particulados de hidrocarbonetos, restos de vegetação, derramamentos, erosão fuligem, poeira, enxofre, metais, pesticidas, nitritos e nitratos, cloretos, fluoretos silicatos, cinzas, compostos químicos e resíduos sólidos, entre outros." Disponível em http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=724&class=02. Acesso em 12 de jun. de 12.

nos conceitos de mobilidade urbana, centrada na percepção dos reais efeitos da opção rodoviarista para mobilidade urbana, como o principal fator de poluição do ar, das águas e do solo nas cidades brasileiras[136]. Mas, se a questão integrasse a pauta de condicionantes para a preservação ambiental de qualquer área, incluindo os parques DRENURBS, poder-se-ia optar por soluções que buscassem amortecer esses efeitos, em lugar de intensificá-los. Porto (1995) explica que a poluição difusa é intensificada com a velocidade do escoamento das águas pluviais, gerando uma capacidade de arraste maior e consequentemente uma maior carga de poluentes arrastada para os corpos hídricos[137]. Essa evidência poderia condicionar as soluções de pavimentação, optando-se por exemplo por superfícies mais rugosas, e o sistema de drenagem, dotando-o de sistemas de filtros granulares, reduzindo a velocidade de arraste, retendo sedimentos e filtrando a água em seu percurso até os fundos de vales. Ilustrando com a condição dos parques implantados, tanto pelo *Vila Viva* quanto pelo *Drenurbs*: as chuvas lavam as ruas à montante do parque, carreando para o curso d'água, teoricamente saneado e preservado, todos os resíduos dessa lavagem. Os sistemas de drenagem e pavimentação no seu entorno não evidenciam nenhum ajuste para a condição particular de circundarem uma área de preservação. Não foram instalados filtros ou sistemas de gradeamento para retenção de resíduos sólidos carreados, exceto junto aos aterros-diques implantados no Aglomerado da Serra. Fato é que os cursos d'água são receptáculos da poluição difusa – sedimentos finos, óleos e graxas provenientes dos veículos; o cheiro, a turbidez e a oleosidade das água são notáveis.

Do mesmo modo, no entorno dos parques, ao longo de suas divisas, extensas áreas desertas ao longo dos muros do *Drenurbs* ou das cercas e caminhos de pedestres do *Vila Viva* ilustram a condição de áreas subtraídas à vida cotidiana. São áreas despovoadas, sem atividades urbanas, geram insegurança, especialmente à noite. Terra de ninguém. Caminhos interrompidos que obrigam a percursos maiores, nas vias de entorno, disputando espaço com carros e motos ou incitam a ações deliberadas de romper as barreiras e resgatar os atalhos. De espaço produtivo, gerador de subsistência passam a espaços geradores de ônus públicos para sua manutenção e

[136] Q.v. www.ruaviva.org.br. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

[137] Porto, Mônica F. Aspectos qualitativos do escoamento superficial em áreas urbanas. Tucci, C. E. M; Porto, Rubem La Laina; Barros, Mário T. de Barros (Org.). Drenagem Urbana. In:. Porto Alegre: ABRH e Editora da UFRGS, 1995, p. 387-414. (coleção ABRH de recursos hídricos; V.5).

conservação. Espaços simbólicos e marcos da ocupação urbana – as *Três Águas do Cardoso*, *rua da Água, Pocinho, Biquinha, Mina* – essas águas corporificam hoje a indignação e impotência da população frente às ações negligentes e autoritárias do Estado, cujo caráter utilitário não passa desapercebido aos moradores: "essas áreas não são parques ecológicos, são, na verdade, áreas que foram criadas para captação de chuvas [...] que causavam estragos nos bairros circunvizinhos" (Silva, 2011, p.23).

O título do artigo de Rose Compans (2007) – "A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental" – é explícito ao denunciar os modernos mecanismos engendrados para justificar a remoção de favelas no Rio de Janeiro, dos quais participam a grande mídia e o Ministério Público Estadual, que moveu ação à Prefeitura solicitando a remoção de quatorze áreas favelizadas. Diz a autora:

> Depois da favela como foco de epidemias e antro de marginais, a mais nova representação social que vem sendo construída apresenta-a como fator de degradação ambiental. Auxiliada por um saber técnico-científico que demonstra empiricamente a perda progressiva da cobertura vegetal, a fragilidade geológica das encostas e a poluição dos corpos hídricos, observa-se a constituição de um movimento conservador que busca pressionar os poderes públicos a reprimir ocupações irregulares, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade.

Depois de um longo período ignorando e subjugando seus córregos, as cidades incorporaram o discurso tardio da preservação ambiental, agora ignorando e subjugando justamente as populações e os territórios que os resguardaram.

Eis aí a nova funcionalidade das favelas. Além de manter sua antiga função de abrigar a força de trabalho necessária ao funcionamento das cidades capitalistas, são agora uma importante fonte de captação de recursos e cessão do território para resolução de problemas viários e de drenagem pluvial urbanos. Poderiam, no entanto, cumprir essas funções fundamentais ao equilíbrio do sistema urbano sem impor às populações das cabeceiras – criminosamente – a condição que restou estabelecida.

Podemos, pois, considerar o espaço produzido para os destituídos como a síntese das representações dominantes sobre favelas e favelados e uma garantia das desigualdades duráveis. Isso inclui os tanto espaços submetidos a intervenções "urbanizadoras" em favelas e outros assentamentos precários, quanto os loteamentos e conjuntos habitacionais "populares" produzidos pelo Estado ou pela iniciativa privada.

Visto sob essa ótica, os efeitos dos processos de intervenção do Estado nas favelas não são fortuitos: são estruturais na produção das "desigualdades duráveis entre categorias" – conceito que incorpora o sentido de produção e reprodução das desigualdades sociais. As intervenções nas favelas têm sido uma das formas pelas quais, "os membros de categorias privilegiadas asseguram o controle de recursos produtores de valor e alocam a maior parte do valor produzido para si" (Santos, 2009, p.464).

Vimos como resultado dessa dinâmica que, na bacia do ribeirão Arrudas – adotada para ilustrar nosso argumento, as porções de favelas centrais que resistiram às pressões do mercado imobiliário formal estão concentradas nas áreas de cabeceiras ou, por vezes, se estendendo pelo médio e baixo cursos dos córregos urbanos, quando ainda em leito natural.

Embora frágeis do ponto de vista ambiental, as favelas ocupam áreas de localização privilegiada se considerado o contexto hidrográfico no qual a cidade está inserida. Embora precárias, são ricas ambientalmente pela presença de cabeceiras, vegetação e alterações de pequena monta como, por exemplo, alterações no relevo – cortes e aterros – normalmente limitadas à capacidade do trabalho braçal. Paradoxalmente, as alterações mais drásticas observáveis nessas áreas são decorrentes das ações da administração pública, com intervenções impositivas sobre o ambiente tecnogênico configurado pelos processos sociais anteriores. Na interpretação do arquiteto Paulo Eduardo Fonseca de Campos (1999)[138], a adoção de técnicas convencionais responde, prioritariamente, aos mecanismos convencionais de mercado:

> No processo de decisão do "o que" e "para quem", raramente são tomadas em conta as reais necessidades da população a ser atendida, optando-se pelo convencional (ainda que inadequado), muitas vezes por conveniência das construtoras que atuam em obras públicas. Assim, a natureza do produto tecnológico e sua qualidade tendem a perpetuar-se em decorrência do hábito. (Campos, 1999, *online*).

[138] Ex-secretário Municipal e coordenador do Programa de Habitação da cidade de Santos (1994/96); coordenador Internacional do Projeto "Mejorhab: Tecnologias para mejoramiento y reordenamiento de asentamientos urbanos precarios" do Programa Iberoamericano Cyted – Ciência y Tecnologia para el Desarrollo. Revista Téchne, 43 (nov-dez/99). Disponível em www.revistatechne.com.br/engenharia-civil/43/artigo32227-1.asp . Acesso em 10 de setembro de 2010.

Além de evidentes prejuízos econômicos, a prática inibe o desenvolvimento e aplicação de soluções físicas inovadoras, mais ajustadas às especificidades locais. Como vimos, essas intervenções tem por fundamento estudos detalhados (e onerosos) que envolvem diagnósticos urbanístico-ambientais, socioeconômicos, organizativos e jurídico-legais, denominados Planos Globais Específicos (PGEs). No entanto, o caráter das intervenções em nada reflete as inúmeras especificidades identificadas para cada assentamento. O repertório de soluções técnicas empregadas não passa de reprodução monótona, burocrática e padronizada daquelas adotadas na cidade formal. Isso é compreensível sob a lógica da reprodução e acumulação capitalista: utiliza-se de soluções hegemônicas

Nessas áreas, no entanto, sua viabilidade exigirá ao projetista "fazer tábua rasa": eliminar o incomensurável, ignorar relações estabelecidas entre os habitantes e o lugar, suprimir toda ocupação inadequada aos novos padrões de morar, circular, divertir-se e trabalhar. Em síntese: dissolver a identidade daquilo que não é igual.

Cerzir o tecido urbano esgarçado, recompondo-o e fortalecendo-o mediante a compreensão de sua natureza – essa segunda natureza criada e recriada social e cotidianamente – é o aprendizado que esses territórios nos oferecem e que temos desprezado. Abarcá-los sob a ótica de micro unidades hidrográficas permitiria reconhecer as particularidades imprimidas no território ao longo de décadas em vez de sacrificá-las à rigidez do desenho técnico e às limitações do repertório de soluções e programas arquitetônicos e urbanísticos hegemônicos. Forçaria o projetista a serpentear caprichosamente por entre edificações e árvores, a perceber as nuances dos cursos d'água, a compreender a complexidade orgânica das concavidades e convexidades do relevo e, por fim, admitir que os gestores legítimos desses territórios são seus ocupantes e colocar-se a seu serviço, despojando-se – despojando-nos – dos instrumentos de dominação que lhes – nos – foram confiados para garantia de manutenção das desigualdades duráveis em nossa sociedade.

Técnicos eventualmente bem intencionados, mas reproduzindo irrefletidamente a ordem social heterônoma, ao se defrontarem com realidades desconhecidas e até mesmo chocantes aos seus padrões e conceitos de dignidade humana ou cidadã, concluem apressada e erroneamente que, frente tal precariedade, qualquer coisa é melhor, como ilustra a opinião emitida por um técnico do *Drenurbs*: "as pessoas são tão carentes de tudo que vamos dizer assim, qualquer

melhoria..."[139] (Teixeira, 2011, p.709). Subjaz às reticências do técnico entrevistado, a um só tempo, a incapacidade de percepção da qualidade (valores) fora dos padrões que o programa oferece, escapa-lhe o aprendizado que poderia advir dessa percepção e, sobretudo, transparece a crença de que proposições acadêmico-científicas são dotadas de qualidade de per si. Além disso, os técnicos envolvidos parecem desconhecer o volume de recursos financeiros públicos investidos, tanto na produção material da "coisa em si", quanto na "logística" necessária à sua legitimação e neutralização de reações contrárias capazes de impedi-la – reuniões periódicas, reuniões técnicas, audiência públicas etc. Também parecem ignorar o dispêndio de tempo e de energia das famílias envolvidas, quase sempre compulsoriamente, nesses processos e o valor das estruturas sociais que sucumbem junto com as estruturas físicas suprimidas. Certamente ignoram a possibilidade de transformação das cidades se os mesmos recursos consumidos fossem investidos em arranjos produtivos guiados pela obtenção de valores-de-uso coletivos e não pelas necessidades de reprodução ampliada do capital, como flagrantemente observável pela hegemonia dos arranjos produtivos de larga escala nas obras publicas.

Essa postura resulta da alienação do "outro" e de sua atividade produtiva. Não é, no entanto, destituída de consequências sociais e ambientais indesejáveis. Contribui para perpetrar as "desigualdades duráveis" entre as categorias sociais, impingindo às classes destituídas e à sociedade em sua totalidade danos muitas frequentemente irrecuperáveis, pois acirra o desequilíbrio socioambiental que caracteriza a sociedade capitalista. Esse é o principal aspecto a destacar: ainda que de forma inconsciente ou ingênua, os técnicos desempenhamos papel crucial ao produzirmos

Laura Bueno (2000, p.148), de sua intensa vivência profissional em favelas e assentamentos precários de São Paulo, aponta como entrave aos projetos de urbanização o despreparo profissional, perceptível em todas as instâncias envolvidas, para compreensão das favelas como realidade constituída e não provisória:

> A postura pré-concebida era de que a favela, apesar de tudo, era uma ocupação transitória que deveria se transformar pelo desenho convencional da cidade "legal", e não um lugar já urbano produzido por padrões diferentes dos convencionais, onde

[139] Técnico Drenurbs, em trecho de entrevista a Silmara Machado Teixeira, em novembro de 2003: O artigo consultado – "Participação Popular na Gestão de Políticas Públicas Ambientais – o caso do COMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte" (Teixeira, 2007, p.692).

> a estrutura urbana tinha sido vagarosamente autoarranjada, e que tinha qualidade. (Bueno, 2000, p.148)

Sérgio Martins (1999) é também contundente na crítica às abordagens que consideram os processos de urbanização e metropolização como expressão "da desordem, do caos, da irracionalidade", a exigirem, portanto, uma ação "científica", lastreada "na noção de plano enquanto expressão de um modelo ideal":

> É flagrante a presença de um entendimento no qual subjaz a suposição de que a expansão do tecido urbano, por se fazer precariamente, se faz de um modo errático, irracional e, no fundo, ameaçador, a requerer, por conseguinte, uma ação ordenadora, racionalizadora, numa palavra, científica, que, de fora e do alto, controle e conduza essa atividade essencial e nada simples, que é a (re)produção social de espaços. (Martins, 1999, p.4)

Observemos que essa ação "científica" se dará pelo somatório de conhecimentos parciais, desconexos e conflituosos entre si e, sobretudo, com a realidade a ser ordenada, apressadamente apreendida e mais rapidamente ainda descartada por inadequação aos modelos ideais.

Além disso, essa precariedade é frequentemente apresentada nos programas governamentais em escala tal – territorial e populacional – que induz precisamente à errônea percepção de que a escala de intervenção compatível é também macro. Essa escala, entretanto, é intangível ao cidadão e mesmo ao técnico – arquitetos, engenheiros, sociólogos, etc. – se isolado no seu campo de conhecimento e de ação. Todos os nossos "grandes" problemas são tratados assim, em escala "mega" – aterros sanitários, estações de tratamento de esgotos, estações de captação e tratamento de água, piscinões para amortecimento de cheias, megacomplexos penitenciários para dar conta da amplitude dos problemas socialmente produzidos.

Elimina-se, assim, a possibilidade de intervenções de pequeno porte, com soluções cuidadosamente ajustadas às peculiaridades dos ambientes produzidos pelo acúmulo de ações individuais mais ou menos conexas, em sítios de reconhecida fragilidade ambiental. Tais intervenções, embora não se mostrem atraentes às empresas construtoras de obras públicas, poderiam melhor se adequar "a uma forma social e econômica que possibilite uma grande quantidade de ações autônomas conexas, do que a uma forma para a qual a produtividade é

diretamente proporcional à quantidade de casos particulares subsumidos num mesmo processo padrão." [Grupo de Pesquisa MOM, 2009:6-7][140]

Caber lembrar as considerações de Adorno e Horkheimer (1985 [1944], p. 11) quanto à funcionalidade de "dóceis especialistas da humanidade [que] ingenuamente levam a cabo" projetos pretensamente revestidos de neutralidade técnico-científica. Certamente, não retornam aos locais transformados por força de seus projetos, a confrontar suas intenções e os resultados e avaliarem criticamente seu trabalho. Como já observado, prevalecem verdades construídas a partir de pré-conceitos que precisam ser desconstruídos tais como a suposta dominação de grupos locais justificando o inconveniente da configuração de pátios nas áreas residenciais que seriam fatalmente apropriados por grupos traficantes de drogas. Sob esse argumento, sacrificam-se áreas que poderiam abrigar, saudável e generosamente, o convívio social e lúdico da população, sobretudo crianças, idosos e adolescentes confinados em apartamentos ou disputando com carros e motos o espaço das ruas.

Para assinalar a urgência de um debate amplo e consequente acerca das representações sociais e mecanismos técnicos de imposição de "verdades" construídas mediante representações perversas do que sejam os excluídos e suas táticas de sobrevivência ou resistência social, recorro a Marcelo Lopes de Souza (2006) que tem se dedicado persistentemente à compreensão da desigualdade brasileira e construção da "cidade-prisão" que, de resto, aprisiona uns e outros, quer nos seus "custosamente protegidos (con)domínios" ou no interior de carros blindados, quer nos domínios das favelas:

> Ridículo e ingênuo querer pintar esses bandidos que operam no varejo – a ponta menos rica e mais exposta à violência de um negócio que, na outra ponta, faz milionários e bilionários anônimos e que quase nunca vão presos ou arriscam a pele – como se fossem grandes criminosos. No interior do sistema capitalista, que vem mesclando, com grande complexidade o legal e o ilegal, em escalas que vão da local à planetária, tais tiranetes são, no fundo, oprimidos que oprimem outros oprimidos (no caso, os moradores das favelas que eles dominam). Nem Robin Hoods, nem simples vítimas, nem facínoras fadados ao crime por sua carga genética, nem "grandes traficantes": buchas de canhão, peças descartáveis e de

[140] Grupo de Pesquisa MOM – Morar de Outras Maneiras. *Produção autônoma: uma via de recuperação socioambiental do espaço cotidiano*. Belo Horizonte, 2009. (Manuscrito. Projeto de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para submissão ao Edital FAPEMIG 07/2009 Programa de Apoio a Grupos Emergentes de Pesquisa).

> custo de reposição baixo para um negócio riquíssimo. [...] E, diferentemente dos verdadeiros grandes traficantes (operando no atacado, na exportação e na importação), não viajam pelo mundo como empresários de alto coturno, não usam ternos bem cortados, não se divertem em cassinos luxuosos. (Souza, 2006, p. 18-19)

Ou, como destacado pelo professor de criminologia Virgílio de Mattos (2011): “somos quase 500 mil presos hoje no país, esmagadora maioria de pobres e miseráveis. A política ‘social’ de habitação, saúde e educação é o encarceramento, notadamente em Minas Gerais, responsável por quase 50 mil presos” (Mattos, 2011, p. 99).

5. URBANIZAÇÃO REVERSA

Urbanização reversa é o termo que escolhi para designar medidas que me parecem plausíveis à reconciliação do homem com a natureza, em áreas urbanas, pelo desencadeamento de processos de recuperação socioambiental em microunidades autônomas, mesmo ainda no interior de uma ordem heterônoma determinada pelos interesses dos grupos sociais dominantes. O termo é uma referência ao instrumento conhecido como "logística reversa" instituído na Política Nacional de Resíduos Sólidos que atribui a responsabilidade compartilhada entre os geradores de resíduos – fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos – pela sua destinação. Segundo a definição apresentada no Capítulo II, Art 3º – XII, logística reversa é:

> Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (Presidência da República, 2010)

Esse entendimento decorre da incorporação, no ciclo de vida de um produto, dos impactos nocivos ao meio ambiente e à coletividade, após o consumo. Do ponto de vista financeiro, além dos custos ordinários de produção – matéria prima, mão-de-obra, armazenagem, estocagem etc – devem ser acrescidos os custos de gerenciamento do fluxo reverso dos resíduos gerados, desde o consumidor ao comerciante, importador e fabricante. Para alguns produtos, a logística reversa constitui-se já procedimento obrigatório, cuja estruturação e implementação de sistemas devem ser independentes do setor público, exceto quando são efetuados acordos com o setor empresarial responsável pelo fluxo reverso de determinado produto para o compartilhamento de atribuições e remuneração dos serviços de destinação final de resíduos assumidos pelo poder público[141].

[141] A LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 se aplica aos seguintes produtos: agrotóxicos e óleos lubrificantes (resíduos e embalagens), pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes; para as embalagens plásticas, metálicas e de vidro de outros produtos prevê-se a celebração de acordos e termos de responsabilidade "considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados" (Presidência da República, 2010); a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Paraná, acrescenta a esses produtos o óleo

De modo análogo, a urbanização reversa consistiria em admitirmos a cidade como um produto, cujos impactos indesejáveis de seu processo social de produção deveriam ser equacionados por seus produtores – ou seja, o conjunto da sociedade – visando minimizar ou anular, a curto, médio e longo prazos, os danos ao meio ambiente e à coletividade decorrentes do uso e manutenção desse produto-cidade. Essa analogia aos processos de logística reversa apresenta como inconveniente o fato desses processos estarem impregnados pela lógica de produção capitalista o que, em última análise, significa que os custos adicionais para implementação do fluxo reverso de determinado processo serão repassados ao consumidor final do produto ou que a destinação final de resíduos indesejáveis seja em localidades cujas populações apresentam baixa capacidade de mobilização ou de representação política. No entanto, o incômodo que o termo pode causar tem a vantagem de lembrar o caráter parcial e paliativo das proposições que apresentarei à discussão, após breve exposição das linhas teóricas que as fundamentaram.

Comecemos por uma abordagem de Swyngedouw (2001) particularmente adequada aos meus propósitos de harmonização entre o humano e a natureza, no interior mesmo das cidades. Invocando a imagem da água esguichando de hidrantes e crianças do Bronx se refrescando nos verões quentes de Nova York, o autor propõe-nos "seguir o fio de Ariadne através da água" para apreensão do caráter híbrido das cidades. A citação que se segue é propositalmente longa, pela força da exaustiva enumeração dos elementos que compõem a "metáfora do copo d'água", em analogia aos processos socioecológicos corporificados na vida urbana:

> A celebração lúdica da vida das ruas pela qual as crianças contestam, provocam e excitam os poderes urbanos a toda hora que fazem esguichar a água dos hidrantes sobre as calçadas e dançam ao som do rap a sua exortação alegre da vida cotidiana da grande cidade é um testemunho da produção socionatural da cidade e da vida urbana. Se eu fosse captar um pouco daquela água em um copo, expor as redes que a trouxeram até ali [...] esses fluxos poderiam narrar muitas estórias inter-relacionadas da cidade: a estória do seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o urbano e seus espaços de privilégio e exclusão, de participação e marginalidade, de ratos e banqueiros, de doença de veiculação hídrica e especulação acerca do futuro e das opções da indústria da água, de reações e transformações químicas, físicas e biológicas, do ciclo hidrológico e do aquecimento global, do capital, das maquinações e estratégias das construtoras de barragens, de incorporadores do solo urbano, dos conhecimentos dos engenheiros, da passagem do rio para os reservatórios urbanos. (Swyngedouw, 2001, p. 84-85)

---

comestível, os resíduos da indústria automobilística, cigarros, os resíduos da construção civil e de demolições (SEMA, 2012).

Seguindo o "fio de Ariadne", observo que os moradores mais antigos das favelas sempre têm histórias particulares em relação à água: como dádiva ou castigo, como problema ou solução, como elemento de união ou de discórdia, elemento de disputa, de conquistas, símbolo do atraso e do progresso, de pobreza ou de riqueza, exemplos da generosidade ou da avareza dos seus detentores, boas e divertidas lembranças ao lado de amargas e sofridas. Essas histórias, ainda que corriqueiras, revelam sempre a singularidade do lugar e do sujeito, mas o fazem também revelando os processos sociológicos tanto ao nível da ordem próxima – a da vizinhança, quanto da ordem distante – a do Estado, consideradas por Lefebvre (2000 [1974], p. 266). Tanto a perversidade da desigualdade no acesso à riqueza social quanto a sua possibilidade de superação, pela transformação cotidiana, ao nível "do imediato, do dia-a-dia, da coisa pequena", como sintetizado por Monte-Mór (2006, *online*), contestando a censura muitas vezes dirigida à *Crítica da vida cotidiana*[142], de Lefebvre, "como uma fragilização da grande luta transformadora socialista, da emancipação socialista":

> Mas o termo *crítica da vida cotidiana* poderia ser entendido também de uma maneira inversa: a crítica da vida cotidiana se exerce, basicamente, sobre tudo o que é exterior a ela. Então na verdade passa a ser a crítica do mundo no qual ela está inserida. E essa é a grande questão que remete novamente à da alienação. Por que a crítica da vida cotidiana? Porque a gente vai se alienando de si, vai se alienando da vida em função das demandas do mundo especializado. E isso articula com a questão do capitalismo, na medida em que o capital é um modo de relações sociais impessoalizado, com uma lógica que não está presa na dimensão humana, nas necessidades, nos acontecimentos ou no acaso. (Monte-Mór, 2006, *online*)

O que transparece nas histórias corriqueiras e que poderia ser resgatado a partir delas é a dimensão humana do sujeito, substancial à transcendência da alienação e ao projeto de autonomia.

Vimos em Marx que a alienação do homem de si, de sua atividade, da natureza e da espécie humana é uma relação dialética: "o trabalho estranhado estranha do homem a natureza, de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ele estranha do homem o gênero" (Marx, 2004 [1844], p.84). Analogamente, desalienar-se é também uma relação dialética. Exige portanto que todas as relações transformem a si e às outras dialeticamente. E por onde começar? Retomemos a percepção, também dialética, de socionatureza em Swyngedouw (2001):

> As relações sociais operam metabolizando o meio ambiente "natural" através do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformados e novas formas socionaturais são

[142] Cf. Barreira (2009, p.70), a Critica da vida cotidiana foi redigida no final de 1945, sendo publicada dois anos depois.

> produzidas. Enquanto a natureza fornece o fundamento, as relações sociais produzem a história da natureza e da sociedade. (Swyngedouw, 2001, p. 86)

Essa abordagem encontra-se no liminar das denominadas "Ecologia Urbana" e "Ecologia Política Urbana" que vêm se configurando como uma área do conhecimento que aproxima o pensamento ecológico, a economia política, os estudos urbanos e teoria crítica social e cultural, principalmente a partir do final da década de 1990. A delimitação de uma nova área do conhecimento seria, para Swyngedouw, uma resposta ou mesmo uma denúncia à parcialidade do discurso deste período que reflete a atuação e pensamento de movimentos sociais urbanos, mas não dos movimentos ecológicos, decorrendo daí a necessidade de uma "nova linguagem", capaz de transcender as formações binárias de sociedade e natureza (Swyngedouw, 2001, p.72).

A meu ver, as formações binárias estão representadas, no cenário urbano brasileiro, por um certo antagonismo – pouco explícito ou até mesmo imperceptível aos protagonistas – entre ambientalistas e os movimentos por moradia. Trata-se de uma disputa latente pelos territórios que escaparam à lógica do mercado capitalista e à urbanização convencional. Essa disputa obscurece a percepção de que juntos poderiam se fortalecer e, em caráter de urgência, resguardar esses territórios das disputas capitalistas, para a construção de novas relações de interação do homem urbano e natureza. Araújo (2009), buscando compreender o papel da regulação ambiental como instrumento de gestão dos conflitos sócio-ambientais no espaço urbano, entrevistou vários agentes públicos e privados representantes dos diversos grupos de interesse no Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, dos quais destaco o seguinte depoimento:

> Nem todos os segmentos dos movimentos sociais se interessam pelas questões ambientais. O movimento de luta pela moradia nem disputa assento no COMAM, nem entende que tem relação entre o Conselho de Habitação e o Conselho de Meio Ambiente, entendeu? Não tem isso claro na cabeça das lideranças. Então o COMAM não é importante no movimento de sem casas e muito menos no movimento de favelas que deixou de ser organizado em Belo Horizonte. (Sociedade civil: liderança comunitária). (Araújo, 2009, p.169)

Embora os integrantes dos movimentos de sem casas e de favelas não considerem a necessidade de participação no COMAM, as recentes ocupações urbanas em Belo Horizonte[143] se deram em áreas decretadas de preservação ou no seu entorno e as primeiras manifestações em contrário à

[143] Enquadram-se nessa condição, a ocupação Dandara, no bairro Céu Azul, e as ocupações Irmã Doroty e Eliana Silva, no Barreiro.

permanência dos ocupantes nessas áreas partiram dos órgãos públicos de proteção ao meio ambiente e de entidades civis que não se posicionavam exatamente “em oposição a” (aos sem casas), mas “em defesa de” (do meio ambiente).

Encontramos também em Monte-Mór (1994), a percepção dessa dicotomia a impedir, ou protelar, a conjugação de esforços para reflexão sobre os processos urbanos. Lançando um olhar ambiental sobre os processos de urbanização extensiva nas periferias capitalistas, o autor destaca a dificuldade de se pensar a ecologia e a biodiversidade quando se trata do ambiente construído como se os espaços urbanos fossem “espaços mortos, ao nível das ciências ambientais e ecológicas” (Monte-Mór, 1994, p.175). O autor sugere que a incompreensão da íntima relação entre ecologia urbana e a questão ambiental prevalecente na década de 1990 seria o fator limitador à identificação de uma novidade ainda não apreendida pelo discurso, mas evidente ao cotidiano das cidades contemporâneas e manifesta especialmente pela formação de um certo consenso em torno da consciência ambiental como indutora de “transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade contemporânea” (Monte-Mór, 1994, p.174). Não obstante, prevalece a dicotomia do período moderno explicitada pela postura de profissionais afinados com cada lado da questão. Para os cientistas sociais, “a lógica da reprodução repousa na dinâmica social, ou [...] na dinâmica natural a partir da intervenção de processos sociais”. Já os ecólogos “pensam apenas os espaços naturais, aqueles cuja reprodução e regeneração se centram nos processos biológicos”. A dissolução dessa dicotomia é antevista através da indagação: “poder-se-ia pensar em uma outra ecologia metropolitana e urbana, um novo ambiente urbano a ser pensado, inventado, produzido a partir da fragmentação, da involução, da segmentação e da extensão?” (Monte-Mór, 1994, p. 175). Tal ecologia urbana deveria ser capaz de integrar linhas de pensamento oriundas de campos específicos do conhecimento para a compreensão de novas formas de ocupação do espaço e novas lógicas de povoamento, derivadas da superposição espacial de lógicas diversas de produção e consumo para abrigar “novos arranjos territoriais – ambientais e sociais – que resgatem outras articulações e mediações possíveis [...] e novas combinações espaço construído-espaço natural” (Monte-Mór, 1994, p.178).

Vários dos autores estudados situam os movimentos sociais como potenciais agentes da transformação e propositores de um novo paradigma socioambiental. A perspectiva de uma Ecologia da Libertação é frequentemente fortalecida com exemplos de alternativas de desenvolvimento vindas do terceiro mundo e veiculadas por intelectuais e ativistas como Vandana Shiva, Arturo Escobar e Victor Toledo. (Peet & Watts 1996). Também Harvey (1996), que define a problemática ambiental como

um impasse entre a luta contra a opressão social e a luta pela emancipação do ser humano de uma relação puramente experimental com a natureza, apresenta o ecossocialismo como uma perspectiva de transformação, mesmo admitindo sua origem e desenvolvimento no interior do sistema capitalista. Em todas essas abordagens, os alertas quanto à insustentabilidade social e ambiental da exploração inconsequente dos recursos naturais seguida de disposição sob a forma de resíduos poluentes são recorrentes. No entanto, os processos de degradação ambiental e social continuam em curso. Do ponto de vista das populações mais pobres dos países mais pobres do mundo certamente os princípios da equidade – a justiça ambiental como uma perspectiva de desenvolvimento sustentável – ou da ética não passam de retórica: se como consumidoras no sistema capitalista são marginais, serão preferenciais quanto a receber os prejuízos ambientais decorrentes deste sistema e, neste sentido, o mapeamento da segregação socioambiental urbana é contundente. As perspectivas de mudanças apontadas pelos autores quase sempre remetem a modelos em construção, que colocam no centro das ações as populações excluídas, para construírem, na escala local, um futuro em bases sustentáveis. Percebe-se aí o discurso da auto-suficiência como princípio (Acselrad, 2001). Mas, como alcançar este modelo que contraria os princípios hegemônicos do capital? Seria o discurso da Ecologia Urbana suficientemente poderoso para sobrepor aos interesses econômicos os princípios da ética? Seria possível superar, a partir dele, as dicotomias e antagonismos entre movimentos sociais urbanos mais mobilizados em torno de necessidades pragmáticas, como os movimentos de moradia, e movimentos ambientalistas para construção de novos processos de produção social?

Leff (2004, p.320) sugere que as transformações necessárias para alcançarmos a sustentabilidade não podem ser conseguidas a partir de "uma consciência genérica da espécie humana". A consciência ecológica não é um conceito que possa ser partilhado com a humanidade em seu conjunto sem que sejam explicitadas as diferenças dos diversos grupos sociais que antes de solidarizarem-se por um objetivo comum, muitas vezes se confrontam, se diferenciam e se dispersam tanto pelo fracionamento de suas reivindicações como pela compreensão e uso de conceitos que definem suas estratégias políticas. Vista por esta ótica, a compreensão do mundo atual ressente de um pensamento que possa reintegrar as partes fragmentadas e constituir um saber holístico que contemple a complexidade. Esse novo saber não renunciaria aos princípios de objetividade prescritos pela ciência, mas também não seria dominado por eles já que a crise ambiental aponta, justamente, o limite da racionalidade fundada em uma crença insustentável: a da construção e compreensão do mundo pela "idéia da totalidade, universalidade e objetividade do conhecimento". Trata-se, portanto, da desconstrução desse saber totalizante e promoção do "diálogo de saberes" fundado no encontro do ser com o outro para a

construção do "saber ambiental" (Leff, 2004, p.320). A posição defendida por Leff reconduz-nos às proposições de Feyerabend (2011 [1978]): a ciência deve ser uma tradição dentre outras, a que se recorre se e quando conveniente e não como a única alternativa, não como uma tradição que só existe pela eliminação e desqualificação de todas as outras.

Além disso, nas diversas abordagens, a natureza vista como um bem a ser explorado e a serviço da sociedade é polarizada pela visão da natureza como um bem a ser apropriado sem necessariamente ser dilapidado. À primeira visão estão frequentemente associados seus efeitos práticos, especialmente relacionados à conformação do atual cenário de crise ambiental, facilmente identificável nas sociedades contemporâneas, notadamente ocidentais. A segunda visão comparece sempre como uma possibilidade a ser construída já que o repertório de alternativas de desenvolvimento que possa espelhá-la é escasso e, não raro, circunscrito a experiências de cunho local, claramente ameaçadas pela globalização e seu modelo econômico hegemônico de produção (Swyngedouw, 2001, Neil Smith, 1994, Costa, 2006, Acselrad, 1999, Peet & Watts, 1996, e Harvey, 1996).

Relatos de experiências contra-hegemônicas ao modo de produção capitalista foram sistematizados em *Produzir para viver* que apresentam, como princípios comuns, a igualdade, a solidariedade e a proteção ao meio ambiente e, como contraponto, a polarização em duas linhas de pensamento e ação: "desenvolvimento alternativo" *versus* "alternativas ao desenvolvimento". (Sousa Santos, 2002, p.29-31). As distinções entre elas evidenciam-se no confronto de suas teses ecológicas, com a rejeição radical dos movimentos associados à segunda linha ao conceito e práticas do desenvolvimento sustentável. Para esses, o desenvolvimento sem crescimento é a única alternativa de manutenção das condições de vida no planeta, ou seja, os esforços devem ser concentrar na "melhoria qualitativa da base física econômica que se mantém num estado estável (...) dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema" (Daly, 1996 apud Santos e Rodríguez, 2002, p. 54).

Vamos nos deter nesse último conceito: operar dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema. Se aplicado às cidades, implicaria, no primeiro momento, aliviar o ecossistema urbano em seus pontos de saturação, facilmente identificáveis nos problemas que comumente não conseguimos absorver e exportamos parcial ou integralmente, de forma deliberada ou pretensamente involuntária: águas de chuvas, lixo, entulho, esgoto, solo, poluição do ar, dos solos e das águas etc. Considerando a socionatureza desse ecossistema conformado sob a lógica de acumulação capitalista, teremos ainda como pontos claramente saturados do sistema a generalização da pobreza, da violência e da criminalidade urbanas.

Há ainda os carros.

Em síntese, a se considerar, por um lado, a magnitude dos problemas urbanos que superam, em muito, a capacidade de assimilação do sistema e, por outro, a inocuidade das medidas aplicadas, não há saída. As medidas individuais – dependentes de disponibilidade financeira – se reduzem a tentativas, mais ou menos eficazes, de se colocar a uma distância segura dos problemas, instalando-se em áreas pretensamente mais saudáveis ou seguras no interior de condomínios fechados, dos *shoppings* ou de carros blindados ao mundo exterior. As medidas governamentais tem sido a ampliação (ou as promessas de) dos sistemas urbanos que estão sempre desafiando a vida útil projetada pelos métodos científicos e demandando novas construções, novas ampliações, tecnologias mais modernas etc. Amplia-se a escala mas conservam-se as mesmas matrizes cuja evidência de exaustão e falência é a tão propalada crise socioambiental urbana: piscinões para amortecimento de cheias, (mega) aterros sanitários ou unidades de tratamento de lixo e entulho, (mega) estações de tratamento de esgoto ou de captação e tratamento de águas, transformações "profundas" em favelas ou enormes conjuntos habitacionais nas periferias distantes, (mega) complexos penitenciários ou complexos viários. Entretanto, os significativos investimentos públicos já feitos não equacionaram os problemas urbanos, frequentemente os acentuam, geram novos ou, ainda, são simplesmente transferidos para longe de nossos olhos. Em síntese, a riqueza produzida socialmente tem sido aplicada sempre e cada vez mais em escala inacessível, inoperável e, menos ainda, fiscalizável pelo cidadão comum. Contudo, enquanto a centralização e o controle das ações sobre a cidade imobilizam o cidadão, mostram-se extremamente funcionais à reprodução ampliada do capital.

Casa tomada é a metáfora utilizada por Adriano Botelho (2007) para sintetizar a condição de impotência dos habitantes nas metrópoles brasileiras frente aos crescentes problemas e ameaças que se apresentam, em analogia à condição dos moradores de uma casa que aos poucos vai sendo tomada por uma ameaça tão inapreensível quanto inevitável em um conto de Júlio Cortazar, de 1945. A cada porção tomada, os moradores se recolhem a espaços cada vez mais restritos, sobressaltados com a próxima investida que certamente virá.

> A cidade [...] não mais pertence aos seus moradores, nem aos mais abonados – que tentam fugir dos crescentes perigos que a cidade passa a representar para eles –; nem aos mais pobres, que por sua vez não possuem acesso [às] "positividades" [do urbano], sendo "depositados" nas periferias distantes do consumo, do trabalho e do lazer, ou separados dos ricos por muros e outras barreiras cada vez mais visíveis na paisagem urbana. Cabe a seus habitantes a escolha entre retomar a casa, ou seja, apropriarem-se da cidade em que

> vivem, ou se conformarem com o fato de que esta foi tomada pelo capital e seus agentes. (Botelho, 2007, p.14. Destaques do autor.)

E o que fazemos? Ao invés de nos concentrarmos em "retomar a casa", estendemos a condição de "casa tomada" às favelas, dando-lhes e aos seus moradores as boas vindas ao mundo administrado pela racionalidade científica e pelo capital, não sem antes nos ocuparmos em admoestá-los para sua nova condição de cidadão, mediante acompanhamento técnico pós-ocupação, programas de inclusão produtiva, de geração de renda, regras de convívio social etc.

Não posso me furtar ao registro de mais uma analogia. Paul Feyerabend, quando professor de Filosofia na Universidade da Califórnia, era também o responsável por colocar em prática as políticas educacionais da universidade, função que desempenhava bem até se dar conta de seu papel de "capataz de escravos, muito requintado, muito sofisticado". Ele conta que lecionava ali desde 1958 e que, a partir de 1964, passou a receber entre seus alunos "brancos", estudantes mexicanos, negros e índios, em decorrência das políticas educacionais de inclusão:

> Que oportunidade, meus amigos racionalistas me diziam, de contribuir para a divulgação da Razão e a melhora da humanidade! Que oportunidade maravilhosa para uma nova onda de Iluminismo! O que eu sentia era muito diferente. [...] Quem era eu para dizer a essas pessoas o quê e como pensar? [...] Seriam as sofisticações áridas que os filósofos tinham conseguido acumular através dos tempos, e que os liberais tinham rodeado de frases sentimentalizadas para fazê-las palpáveis, a coisa certa para oferecer a pessoas cujas terras, cultura e dignidade tinham sido roubadas e agora supostamente deveriam absorver com paciência e, depois repetir as ideias anêmicas dos porta-vozes de seus captores – ah, tão – humanos? [...] A igualdade significava que os membros de raças e culturas diferentes agora tinham a chance de participar de sua Ciência, Tecnologia, Medicina, Política. (Feyerabend, 2011 [1978], p.147-8)

Também assim tem funcionado a inclusão social dos favelados: a condição para o usufruto de seus direitos constitucionais é a cessão de seus territórios aos esquemas tradicionais de produção e gestão da cidade formal e a supressão de suas estruturas sociais e espaciais que não passem pelo crivo regulador das normas instituídas para a produção heterônoma do espaço. Parafraseando Paul Feyerabend, a inclusão significa que os moradores das favelas agora têm a chance maravilhosa de participar das manias, vícios, desconfiança, insegurança, aridez, ruído e poluição da cidade formal, e também da impessoalidade nas relações sociais, do alijamento e da impotência cidadãs à espera de uma ação redentora do Estado que nos coloque a salvo dos crescentes perigos e problemas funcionais da cidade. Ademais, transformar as favelas à imagem da cidade formal – que mais e mais impõe constrangimentos de toda ordem a seus habitantes – aniquila as chances de "retomarmos a casa", de

não mais nos submetermos (ou, pelo menos, não ingênua ou inconscientemente) à concepção de cidade na qual valores de uso estão terminantemente subordinados à lógica de reprodução ampliada do capital.

Voltemos ao começo: reconhecer as evidências de que o ecossistema urbano está operando acima de suas capacidades de regeneração e assimilação e não mais sobrecarregar o sistema. Permitir que o sistema se regenere e se ajuste à sua capacidade de assimilação significa, a princípio, aliviar seus pontos de saturação, identificar e desconstruir gargalos, desconcentrar fluxos de modo que as conexões fundamentais sejam restabelecidas e o sistema possa se estabilizar, especialmente pela reconfiguração dos processos naturais básicos entre terra e água, ou seja, desbloquear o caminho das águas até seu reservatório natural – a terra. Como propõe Carvalho (2010, *online*), permitir "o fluxo vertical da água, sua preservação e controle de suas funções geoambientais", retardando seu retorno ao mar[144], porque as cidades precisam dela e não haverá crise de escassez ou excesso se não nos arrogarmos a determinar alterações no ciclo hidrológico. Em síntese, contribuir para o equilíbrio do sistema depende do reconhecimento da capacidade de suporte oferecida pela plataforma geológica – a verdadeira infraestrutura de qualquer assentamento humano –, bem como da sua capacidade de absorção e atenuação de impactos da atividade humana. É importante compreender a água como um componente do sistema geológico, com características distintas da dos componentes sólidos. Ela é "um componente itinerante do sistema geológico", porque entra e sai do sistema. Irrefletida ou arrogantemente, "a humanidade não tem feito outra coisa senão fechar a porta [à água]" (Cardoso, 2004). Por fim, precisamos reconhecer que os reais fatores de sustentabilidade de um assentamento humano são oferecidos pela infraestrutura, tanto no que ela dispõe para o intercâmbio material com o homem quanto no que ela é capaz de absorver dessa atividade. Portanto, "sempre que a Cidade deixa de lançar mão de fatores de sustentabilidade incidentes em seu território, ela gera a necessidade de fazê-lo alhures" (Carvalho, 1999, p. 33).

É a esse conjunto de ações que estou denominando urbanização reversa. Implica admitir, como considerado na introdução a esse capítulo, a cidade como um produto, para o qual deveríamos estabelecer os princípios de um programa de responsabilização compartilhada entre seus produtores – ou seja, o conjunto da sociedade – visando minimizar ou anular, a curto, médio e longo prazos, os impactos indesejáveis ao meio ambiente e à coletividade decorrentes dos processos de produção

[144] http://geolurb.blogspot.com/2010_10_01_archive.html

social, uso e manutenção do produto-cidade. Tal proposição implicaria uma gestão descentralizada da coisa pública e, como seguramente alertaria Marcelo Lopes de Souza, só seria possível num "macrocontexto social diferente [o que] pressupõe uma sociedade basicamente autônoma" (Souza, 2001, p. 205). Poderíamos pensar, no entanto, numa constelação de forças sociais e políticas que possibilitasse o desencadeamento de microprocessos de urbanização reversa, autônomos ou autogestionários no interior mesmo de uma ordem heterônoma, explorando brechas em estruturas sociais e de Estado que, como defende Marcelo Lopes de Souza (2003), não são monolíticas:

> Embora a lógica da ação do Estado, em uma sociedade capitalista, *tenda* a ser a da reprodução da ordem vigente, isso não precisa ser sempre uma verdade; aquilo que é verdade "no atacado", ou estruturalmente, não é, necessariamente, sempre verdade "no varejo" ou conjunturalmente. Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço da dominação, perpetuamente renovado, por parte do Estado. (SOUZA, 2003, p.29. Destaques do autor)

Penso que as ocupações de favelas nas pequenas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos poderiam se adequar bem a esses propósitos, sob vários aspectos, a começar pela conformação evidente das microunidades hidrográficas como unidades autônomas de atuação e porque, de fato, a hipótese de reversão dos processos de urbanização impositivos sobre os sítios pressupõe a consolidação do território de montante para jusante. Outro aspecto extremamente favorável é subsistir no imaginário coletivo referências históricas ou simbólicas que remetem ao convívio cotidiano dos moradores com os córregos e suas águas ainda não poluídas[145], quando "a água era clarinha [...] era boa mesmo a água".[146] Há também o acúmulo de experiências de autoprodução tanto coletivas quanto individuais que, apesar da precariedade que as reveste, estimulam, em alguma medida, a liberdade de criação, experimentação e compartilhamento de decisões tanto para resolução dos conflitos entre

[145] Por exemplo, no Aglomerado da Serra, várias ruas foram rebatizadas oficialmente mas continuam conhecidas pelos nomes anteriores, como a rua Nossa Senhora de Fátima que "é até hoje conhecida e dividida pelos moradores como Primeira Água, Segunda Água e Terceira Água. Assim como outras regiões da Comunidade, são denominadas por rua da Água, Pocinho, Biquinha e Mina, fazendo referência à água ali existente" (Silva, Floriscena, 2011, p.24-5).

[146] Depoimento de Dona Carmem P. de Oliveira, moradora há cerca de 40 anos da Vila Pantanal, na microbacia do córrego do Pastinho, Morro das Pedras/BH, no vídeo-documentário Terra da Exclusão: [o córrego do Pastinho] "representou muita coisa boa prá mim, porque nós panhava água lá, lavava muita roupa. Lá tinha uma bica muito bonita d'água. É, água, tinha árvore lá, tinha muita árvore, tinha uma grama bonita ali embaixo. Lá era bom. [...] Do córrego? Ah, eu gostava. Eu gostava de lá muito. A água era clarinha também, era boa mesmo a água. [...] É, não tinha, não tinha mesmo não, tinha lixo não. Era clarinha, corria aquela água bonita. E eles fizeram uma [...] uma bica enorme, uma calha. [A água] caía aqui na rua e nós usava dela. Não tinha nada de porcaria não" (Botelho & Equipe EUS, 2006).

interesses individuais e os coletivos, quanto em ações de cooperação ou reivindicatórias para promoção de melhorias urbanas, praticamente extintas na cidade formal. Assim que microprocessos instalados para a recuperação e potencialização das qualidades específicas das áreas de cabeceiras poderiam fortalecer as estruturas sociais e políticas que autoproduziram e consolidaram as favelas nos seus entornos, protegendo-as mutuamente – cabeceiras e favelas – de serem subsumidas pelos esquemas tradicionais de gestão urbana. Por fim, se a alienação do homem na moderna sociedade capitalista reflete um processo econômico no qual a natureza transformada pelo homem também o transforma, a natureza restaurada pelo trabalho humano pode também restaurar o humano. A reversão dos processos de degradação da natureza, ou melhor, da socionatureza, só me parece possível pela instauração de processos coletivos de trabalho que se proponham a uma apropriação social da natureza qualitativamente diferente para reconciliação primeira do homem urbano com a natureza externa e a necessária reconciliação consigo mesmo e com sua espécie para a construção de novas categorias produtivas, fundadas na ética.

Não se trata aqui de apresentar ou defender uma teoria sobre processos de urbanização reversa em contraposição aos processos convencionais de urbanização predominantes nas cidades brasileiras. No entanto, cabe registrar alguns preceitos apreendidos das experiências profissionais nas quais me envolvi e que, associadas a proposições e reflexões de outros profissionais, conduziram tal formulação.

Sem tentar oferecer respostas, penso que a unidade em torno das questões levantadas no bojo da Ecologia Urbana e, especialmente a construção dos "saberes ambientais" como propõe Leff (1994) necessários à transformação urbana precisam se dar em torno de situações reais, pessoas reais, problemas e possibilidades reais, ou seja, ao nível da vida cotidiana. O aspecto primordial é que os processos estejam circunscritos a unidades de gestão autônomas – microbacias hidrográficas – visando a recuperação do território de montante para jusante, de modo que as intervenções físicas e ambientais não sejam afetadas por eventos não controlados à montante e também não repercutam negativamente à jusante, propósito que deve estar explícito e bem assimilado por todos os integrantes da ação. A escala territorial da intervenção deve ser compatível com a capacidade operacional e de experimentação instaladas, considerando-se os recursos financeiros, materiais e humanos envolvidos, bem como o conhecimento do ambiente tecnogênico que se quer recuperar. Os moradores, comerciantes ou prestadores de serviço, além de instituições públicas ou privadas instalados na microunidade são os agentes preferenciais na composição do grupo, cuja adesão deve ser voluntária, dado o propósito de construção de processos de trabalho fundados na ética ou, como diria Leff, no "encontro do Ser com a Alteridade" (2004, p.320). Possivelmente, o grupo estará submetido a

determinações ou limitações externas, especialmente numa condição de operação com recursos públicos, mas excetuadas essas condições, as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelas pessoas que trabalham.

A manutenção dos cursos d'água em leito natural é o princípio norteador da ação como forma de reversão do afastamento físico e cultural da sociedade dos rios e córregos e exigirá a estabilização e revegetação das margens, vertentes e cabeceiras, além da consolidação de acessos que favoreçam o contato cotidiano das pessoas com a água limpa, partilhando o entendimento de Moretti de que:

> Será difícil uma efetiva recuperação da qualidade das águas se não se conseguir retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d'água. A valorização paisagística destes espaços urbanos passa a ser, assim, parte de um processo de retomada do respeito que se perdeu ao longo do tempo. Constitui verdadeiro desafio para os próximos anos que se consiga retomar a alegria de conviver com os nossos cursos d'água. À meta de resgatar-lhes a vida soma-se a de integrá-los novamente às cidades [...] como patrimônio paisagístico e ambiental – um lugar bom para se ver, bom para estar. (Moretti, 2001, s.p.)

Ao entendimento do autor, acrescento a necessidade de resgatar para essas áreas de cabeceiras ocupadas por favelas o inestimável valor de uso sempre explorado pelos seus ocupantes: água para suprimento e terra para plantio e criação de animais para consumo doméstico ou comercialização de pequena escala.

As ações de recuperação do curso d'água definidor da microunidade e de seus contribuintes podem ser definidas a partir da limpeza inicial da área para mapeamento e quantificação das fontes poluidoras (inclusive poluição difusa) e de situações de risco, em substituição aos procedimentos formais de levantamento e elaboração de diagnósticos que, por sua natureza tecnicista, imporá uma desnecessária e indesejável divisão social do trabalho. Todas as ações devem ser atribuídas coletivamente ainda que, por afinidade, alguns integrantes dediquem-se preferencialmente a determinado tipo de atividade, desde a retirada do lixo e resolução de eventuais efeitos colaterais (migração de ratos e outras pragas urbanas para moradias) até às decisões quanto a promover ou não a descanalização integral ou parcial dos cursos d'água. Os processos de desconstrução de quaisquer componentes devem levar em conta a parcimônia termodinâmica no sistema, quanto ao uso ou descarte de matéria e energia, inclusive humana, considerando que o objetivo não é o retorno a uma natureza intocada ou desabitada, mas o restabelecimento do equilíbrio do ambiente tecnogênico conforme encontrado e com o menor consumo de energia alcançável.

As ações devem visar prioritariamente a resolução dos problemas ambientais ligados à torrencialidade, anulando ou minimizando os efeitos combinados do já citado trinômio erosão-assoreamento-inundação (Carvalho, 2009), mediante ações conjuntas de: desbloqueio à infiltração, infiltração forçada, coleta e armazenagem, dispersão ou retenção temporária das águas pluviais; proteção de solos expostos, retenção de sedimentos por processos de assoreamento induzido, tais como muretas de pé de talude, caixas de retenção de sedimentos, aterros diques e *sabodams,* dentre outros; estabilização de encostas e recomposição do reservatório natural de águas pluviais pelo preenchimento de áreas erodidas ou voçorocadas com material poroso, sendo especialmente indicados os resíduos sólidos da construção civil (RSCC)[147], dado a sua disponibilidade (excessiva) por toda a cidade e em todas as cidades brasileiras, constituindo, eles próprios, outro problema urbano de grande impacto e difícil equacionamento. Além disso, as ações devem favorecer a redução de dependência de sistemas centralizados, especialmente externos à unidade de gestão, priorizando o emprego de recursos materiais, humanos e energéticos disponíveis localmente, bem como a acomodação dos impactos negativos da atividade humana na própria microbacia, neutralizando ou minimizando impactos de atividades poluidoras, inclusive ruído. Esse propósito poderia ser condensado no lema de "não exportar problemas" – lixo orgânico, papel, entulho ou efluentes domésticos *in natura* – para áreas externas a microbacia. Reverter a lógica de um sistema que despende muito e absorve quase nada, exportando todo o subproduto de sua atividade. No entanto, o conhecimento de sistemas alternativos de pequena escala em substituição aos grandes complexos de processamento de resíduos, sobretudo do esgotamento sanitário, pode se revelar insuficiente num primeiro momento, já que a característica marcante do nosso modelo hegemônico de gestão urbana é inibir a investigação, experimentação e aperfeiçoamento de soluções baseadas em pressupostos contra-hegemônicos, por exemplo, de acomodação de impactos negativos na própria unidade geradora. Propõe-se, assim, que a meta de não exportação de problemas seja sempre aplicada em escala experimental de modo a dissipar incertezas quanto à eficácia e condições de aplicabilidade de sistemas alternativos. Ilustrando: é notória a impropriedade na destinação comum de águas cinzas e águas negras de uso doméstico que, pela sua

[147] A esse respeito, ver proposições em Carvalho (2001) de aplicação do "Princípio das soluções compartilhadas" aplicável a áreas urbanas, pela associação de dois problemas, no caso – áreas voçorocadas e geração excessiva de resíduos sólidos da construção civil (RSCC) de difícil e onerosa destinação; relato de experiência bem sucedida de recuperação de área voçorocada em Contagem, na RMBH, pelo preenchimento da feição com entulhos disponível em http://geolurb.blogspot.com.

natureza constitutiva, exigem tratamentos distintos para neutralização dos elementos nocivos ao ambiente ou à saúde pública. Destiná-las e tratá-las em um único sistema, em tese, amplia o problema e sua complexidade antes de buscar respostas que possam resolver satisfatoriamente um ou outro problema. Nesse caso, a individualização dos sistemas domésticos e o tratamento independente dos efluentes poderiam ser testados para um pequeno agrupamento de unidades, avaliando-se as implicações e comparando-as aos sistemas tradicionais.

Outra medida importante é a viabilização do fluxo reverso de produtos e embalagens nocivos ao meio ambiente ou à saúde pública. Embora a Lei Federal Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamente a responsabilidade dos fabricantes, importadores e comerciantes pela destinação ambientalmente segura de vários produtos após o uso, essa obrigação é praticamente desconhecida pelos consumidores brasileiros que continuam destinando os resíduos aos serviços de coleta e limpeza pública ou ao ambiente. Ou seja, os custos envolvidos na logística reversa estão sendo socialmente absorvidos. Ao contrário do empenho midiático do setor empresarial para induzir ao consumo, pouco ou nenhum empenho se observa quanto à divulgação dessas responsabilidades ambientais e, menos ainda, dos procedimentos e meios operacionais para viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos desde os consumidores aos responsáveis pelo fluxo reverso. A medida, portanto, assumiria um caráter de fiscalização e de pressão popular ao cumprimento legal pelo setor empresarial das responsabilidades instituídas.

Em síntese, trata-se de favorecer a não exclusão dos cursos d'água despoluídos e do seu entorno da vida cotidiana e produtiva da cidade, mediante a instalação de microssistemas de gestão local para o manejo e manutenção dos recursos ambientais geradores de valor de uso coletivos. Se o convívio de populações urbanas com cursos d'água degradados é uma realidade facilmente identificável nas metrópoles brasileiras, a condição para que esse convívio seja harmonioso está para ser construída.

5.1 Prestadores de Serviços Ambientais

Durante os anos de 2006 e 2007, intentamos uma experiência de recuperação ambiental da microbacia do córrego do Pastinho, envolvendo a Vila Pantanal e parte da Vila Leonina, no Aglomerado Morro das Pedras/BH. Pequeno tributário do córrego Piteiras (afluente do ribeirão Arrudas), a microbacia do

Pastinho abrigava cerca de 300 famílias, quase integralmente removidas em 2008, por força do *Programa Vila Viva Morro das Pedras*.[148]

A equipe foi constituída por 07 moradores do Morro das Pedras, arquitetos e estagiários de arquitetura da PUCMinas, alternando-se o desenvolvimento dos trabalhos entre o Escritório de Integração e o Morro das Pedras com o claro objetivo de equilibrar-se o conhecimento técnico acadêmico, o conhecimento empírico e vivência dos moradores integrantes da equipe. Fez-se o levantamento, mapeamento e análise de 32 áreas públicas, chegando-se, por fim, à indicação da microbacia do córrego do Pastinho como área para a intervenção piloto. Essa área, além de representativa da precariedade e deficiências urbanas identificadas nas demais áreas levantadas, destacava-se pela presença do córrego em leito natural que, não obstante o aporte cotidiano de lixo e esgoto, possibilitaria a investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus cursos d'água naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano. Essa singularidade ficou evidenciada em depoimentos colhidos para a produção de um documentário, especialmente entre os moradores mais antigos da região, quando a presença da água limpa foi uma imagem recorrente[149].

As intervenções para a recuperação seguiriam diretrizes de intervenção mínima, valorização histórica da ocupação e dos atributos naturais. Por se tratar de área de alta declividade, seriam necessárias intervenções estruturantes de pequeno porte, tais como retirada do lixo e esgotamento sanitário, além da capacitação da equipe e moradores para dotação de condições de segurança às edificações, contenções e transposições do córrego. Objetivava-se a melhoria da qualidade de vida urbana sem a transferência de prejuízos à jusante, buscando acomodar os impactos negativos da urbanização no interior da microunidade hidrográfica. Após seleção da porção superior da microbacia do Córrego do Pastinho – trecho do córrego em leito natural, iniciaram-se os procedimentos para transferência dos recursos financeiros às duas associações de moradores existentes na microbacia – ASMOVIP e ASCOBA que conduziriam o processo em sistema de autogestão. Realizou-se o 1º Mutirão para

---

[148] Contrato assumido pelo Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas junto à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, para execução do projeto "ESPAÇOS URBANOS SEGUROS" – adequação e aplicação da metodologia CPTED (*Crime Prevention Through the Environmental Design*) / Banco Mundial.

[149] O documentário intitulado *Terra da exclusão* (Botelho Almeida & Equipe EUS, 2006) foi produzido visando a etapa de divulgação do projeto para captação de recursos e parceiros.

limpeza do Córrego do Pastinho que objetivou, simultaneamente, o contato e divulgação da proposta de atuação aos moradores, o mapeamento das fontes poluidoras e situações de risco geológico, da disponibilidade de mão de obra local e de soluções físicas já implementadas pelos próprios moradores.

Os contatos efetuados nesse período, tanto com moradores quanto com entidades externas para captação de recursos e apoio, indicavam já algumas dificuldades que enfrentaríamos, com manifestações de resistência de dois grupos, pelo menos. De um, os moradores das proximidades dos córregos que, embora reconhecessem qualidades anteriores e, nostalgicamente, os prazeres e benesses experimentados quando "a água era clarinha [...] era boa mesmo a água."[150], desejavam – legitimamente – se livrarem do desconforto e riscos associados ao córrego agora poluído por esgotos domésticos e lixo, atraindo ratos, baratas, cobras e outras pragas urbanas. E para isso, a solução conhecida – e desejada – por eles, obviamente, era aquela dominante na cidade: canalizar o córrego e fazer uma rua por cima. Por outro lado, os ambientalistas consideravam incompatível a proposta de manutenção das famílias e a preservação dos atributos naturais da área. Manifestavam, na verdade, uma concepção corriqueira da preservação ambiental como natureza imaculada, e não uma socionatureza, interditando possibilidades de trocas materiais e, sobretudo, a possibilidade de uma relação harmoniosa, distinta da condição atual.

O resgate das referências históricas e simbólicas do lugar foi fundamental ao início da construção desse novo paradigma de urbanização e reabilitação de áreas urbanas degradadas. Por outro, o padrão de urbanização hegemônico na cidade mostrou-se de tal modo arraigado enquanto padrão de qualidade de vida urbana que, mesmo havendo críticas a ele, instalou-se no grupo a desconfiança quanto à possibilidade de concepção de algo distinto, mais apropriado às condições socioambientais evidenciadas. (Silva e Botelho Almeida, 2008). Percebe-se não ser, portanto, tarefa simples a experimentação de tal proposição.

---

[150] Depoimento de Dona Carmem P. de Oliveira, moradora há cerca de 40 anos da Vila Pantanal, na microbacia do Córrego do Pastinho, Morro das Pedras/BH, no documentário *Terra da Exclusão*: [o Córrego do Pastinho] "representou muita coisa boa prá mim, porque nós *panhava* água lá, lavava muita roupa. Lá tinha uma bica muito bonita d'água. É, água, tinha árvore lá, tinha muita árvore, tinha uma grama bonita ali embaixo. Lá era bom. [...] Do Córrego? Ah, eu gostava. Eu gostava de lá muito. A água era clarinha também, era boa mesmo a água. [Não tinha lixo]. É, não tinha, não tinha mesmo não, tinha lixo não. Era clarinha, corria aquela água bonita. E eles fizeram uma... , até ele ajudava a mexer lá, ó, fizeram..., seu pai mesmo que pôs, uma bica enorme, uma calha. [A água] caía aqui na rua e nós usava dela. Não tinha nada de porcaria não." (Botelho & Equipe EUS, 2006)

Pretendia-se explorar o potencial produtivo da área, conciliando gente e água limpa no meio urbano, mediante a recuperação e consolidação das áreas de montante para jusante, obedecendo aos princípios reguladores dos processos naturais, cerzindo o tecido urbano esgarçado, recompondo-o e fortalecendo-o pela compreensão de sua natureza, propriedades e capacidade de suporte a atividades humanas. Esta compreensão respeitosa da natureza e dos benefícios que poderiam advir das relações nela fundadas parecia-nos imprescindível à produção de novas categorias e estratégias conceituais e de novas práticas que precisam ser construídas coletivamente. O princípio era a autogestão e a adesão espontânea dos "moradores-poluidores" às frentes de trabalho remuneradas, buscando a acomodação na própria área dos impactos ali gerados pela ocupação: lixo, esgoto, águas de chuva, movimentos de terra, entulhos, etc. A motivação era pensar a recuperação socioambiental urbana a partir de escalas apreensíveis ao cidadão – microunidades – pequenos cursos d'água e cabeceiras que possibilitem ações autônomas e de curto prazo capazes de transformar a relação do homem urbano e as águas que cruzam a cidade (Silva e Botelho Almeida, 2008), partilhando a convicção expressa por Moretti (2001) de que a recuperação dos cursos d'água.

A implementação do projeto tal como concebido foi interditada, inicialmente, pela assessoria jurídica da PUC Minas que alegou inexistência de mecanismos de repasse dos recursos destinados à autogestão pelas associações de moradores e foi, por fim, totalmente inviabilizada pelo início das obras do *Programa Vila Viva Morro das Pedras*, em 2008. No projeto de urbanização, a microbacia do Córrego do Pastinho figurava como área de preservação com a previsão de implantação de um parque e de remoção de toda a população residente na área assim delimitada. O Projeto do Parque 1 – Córrego do Pastinho – PAC Morro das Pedras foi terceirizado pela empresa responsável pelas obras a uma empresa de arquitetura e demonstra a hegemonia das práticas usuais de intervenção em áreas de preservação com a retirada dos moradores e criação de parques urbanos. O projeto foi assim descrito:

> Como nos demais parques, sugerimos <u>três cilindros multiuso</u> com terraço que acolherão a estrutura de apoio do parque, e, além disso, sugerimos também, uma <u>lojinha</u> de paisagismo para vender as plantas produzidas no local, uma <u>escolinha</u> de jardinagem, depósito de materiais e ferramentas. Descendo pela encosta, ao longo das curvas de nível, caminhos levariam aos canteiros de cultivo e viveiros de plantas. Toda a produção local poderia atender aos parques do aglomerado e o excedente seria vendido na <u>lojinha</u>. A <u>escolinha</u> formaria profissionais para a demanda local e para o mercado de trabalho.[...] A nascente e talvegue <u>poderão</u> receber tratamento especial, como recuperação do leito e da mata ciliar. Os becos existentes serão aproveitados como caminhos naturais e nas interseções destes com o talvegue, pequenas pontes e lagos completam o paisagismo. (Hap Engenharia/A&M Arquitetura, 2008, grifos meus)

As remoções foram efetuadas, o entulho das demolições não foi retirado, os cilindros multiusos, a lojinha, escolinha e pequenas pontes não foram implantadas, tampouco nascente e talvegue receberam tratamento especial. A área, como as demais no Aglomerado da Serra, está abandonada, cheia de entulho, lixo e ratos. Muitos ratos.

Em que pese a não consecução dos propósitos do projeto, muito se discutiu quanto às alternativas à manutenção da área, após as intervenções. Os moradores não consideravam essa questão problemática, pois, como afirmavam, já haviam cuidado do Pastinho antes, quando também eram cuidados por ele. No entanto, creio serem necessários mecanismos que atribuam remuneração formal aos zeladores de áreas que possuam valores de uso coletivo, como garantia de sua conservação. Discutirei, brevemente, uma experiência que vem sendo implementada no município de Extrema, Minas Gerais, que estimula a pensar na sua aplicabilidade para recuperação de córregos urbanos, cujas cabeceiras estejam em processo de degradação pela pressão da ocupação urbana.

O projeto denominado Conservador das Águas foi implantado através da Lei Municipal 2.100, de 21 de dezembro de 2005, primeira lei municipal no Brasil a regulamentar o Pagamento por Serviços Ambientais relacionados com a água (Paulo Henrique Pereira; Benedito Arlindo Cortez; Thais Trindade; Maria Natalina Mazochi, 2010). Segundo os autores, o projeto tem-se mostrado capaz de reverter o quadro de degradação ambiental das bacias hidrográficas envolvidas, sendo implementado em propriedades rurais localizadas em suas cabeceiras. Sua concepção baseia-se na adesão voluntária dos participantes, no livre compromisso de cada um, no cumprimento de metas, e na flexibilidade das práticas admitidas, além da justa remuneração dos trabalhos (Conservador das Águas, 2010, p.7). A novidade da lei está no Artigo 2º que autoriza o Executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais que aderirem ao Projeto Conservador das Águas, mediante cumprimento das metas estabelecidas e concessão a partir do início da implantação das ações, estendendo-se por um período mínimo de quatro anos. É implantado por sub-bacias e nos critérios de escolha estabeleceu-se que o início deve se dar pela sub-bacia com menor cobertura vegetal. As ações são implementadas seguindo a ordem das propriedades de montante para jusante do curso d'água. O Pagamento por Serviços Ambientais é realizado mensalmente, em doze parcelas iguais, após a expedição do relatório atestando o cumprimento das metas. O não cumprimento das metas acarreta a interrupção do apoio financeiro. No Termo de Compromisso, com validade de quatro anos, o produtor rural se compromete à manutenção das ações executadas em sua propriedade e atendimento aos procedimentos técnicos acordados para a recuperação da área, tendo-se celebrado convênio com a Universidade Federal de Lavras para apoio técnico à execução dessas ações.

O conceito que rege a experiência da cidade de Extrema é o de manejo dos recursos naturais de modo a permitir a exploração dos valores econômicos sem dilapidação e comprometimento do ambiente. Como está lastreado na estrita observância das condições ambientais que visa restaurar, considera a complexidade das interações nos ecossistemas naturais, bem como os efeitos da ação antrópica em cada sistema. Não pode, portanto, ser implementado "através de fórmulas universais", estimulando "o desenvolvimento de modelos alternativos de manejo se tornam cruciais para frear o processo de degradação ambiental." (Conservador das Águas, 2010, p.64)

> Uma alternativa consensual que ganhou ímpeto em anos recentes consiste no manejo sistêmico – ou integrado – que permita a produção de bens e serviços demandados pela sociedade, mas ao mesmo tempo garanta a manutenção dos processos ecológicos no contexto de paisagem, em termos de biodiversidade, saúde da microbacia e recursos hídricos. (Conservador das Águas, 2010, p.64)

Seria pertinente pensarmos a hipótese de recuperação e manutenção dos córregos urbanos pela prestação de serviços ambientais pelos moradores nas áreas de cabeceiras? Isso poderia beneficiar diretamente as populações moradoras das favelas que se formaram no entorno dessas áreas, possibilitando-lhes o resgate de experiências anteriores de convívio cotidiano e dependência recíproca com os seus córregos. Asseguraria também à cidade, a construção de um outro paradigma de interação antrópica entre homem urbano e socionatureza, orientando-nos no difícil processo de transcendência da alienação do trabalho, da natureza externa, da nossa própria natureza interna e da nossa espécie.

5.2 Participação, autogestão e autonomia

Claro está que a urbanização reversa ou quaisquer outras proposições que possam fortalecer ações autônomas e descentralizadas implicam também a reversão dos "arranjos produtivos de grande escala" que dominam a produção capitalista das cidades (Kapp *et al*, 2012, s.p.) em novos arranjos produtivos que possam contemplar a escala do indivíduo.

Cabe, portanto, discutir as perspectivas de transformação do urbano ainda no interior de uma ordem hegemônica guiada pela lógica da acumulação capitalista, na qual os interesses privados são prevalentes sobre interesses coletivos, frequentemente à custa de direitos individuais ou coletivos usurpados. A instauração de novos arranjos sociais e econômicos de gestão urbana contraria os

interesses dos grupos envolvidos nos arranjos estabelecidos, desencadeando reações que podem aniquilar processos potencialmente transformadores da socionatureza degradada. Nesse sentido, julgo pertinente a discussão das experiências denominadas contra-hegemônicas apresentadas por Boaventura Sousa Santos e César Rodríguez (Sousa Santos, 2002) no livro *Produzir para viver*[151], mais especificamente a discussão das teses formuladas pelos autores, a partir dos "temas comuns" a tais experiências. (Sousa Santos, 2002, pp. 64-74).

Sousa Santos e Rodríguez asseveram que a aceitação, sem precedentes, da idéia de que não há alternativas ao capitalismo – tanto pelas elites conservadoras quanto pelos círculos políticos e intelectuais considerados progressistas – evidencia a urgência na identificação, sistematização e divulgação de alternativas econômicas e sociais concretas ao capitalismo que demonstrem, ao mesmo tempo, seu caráter emancipatório e sua facticidade econômica, social e ambiental. A existência de movimentos e organizações sociais em todo o mundo em defesa de uma "globalização contra-hegemônica" (em oposição à "globalização neoliberal") demonstra para os autores que "os vários séculos de predomínio do capitalismo não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva aos valores e às práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma de civilização" (Sousa Santos, 2002, p.23). O I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2001, é considerado ilustrativo do renascimento do ativismo em torno dessa visão, contribuindo para ampliar o espectro do possível através da experimentação e reflexão acerca de alternativas para formas de sociedade mais justas: "suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais[152] para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis". (Sousa Santos, 2002, p.25)

No entanto, "por serem experiências de caráter anti-sistêmico", configuram-se quase sempre como "propostas frágeis e incipientes", razão pela qual os autores propõem-se a analisá-las sob uma perspectiva denominada "hermenêutica das emergências", ou seja "uma perspectiva que interpreta de

---

[151] O livro reúne as contribuições de vários estudiosos sobre iniciativas de produção não capitalistas empreendidas por movimentos e organizações sociais em seis países (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal), e integra uma série de sete livros que apresentam os resultados de um projeto de pesquisa internacional, coordenado por Boaventura Sousa Santos, intitulado Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos (Sousa Santos, 2002).

[152] De uma perspectiva crítica, "[...] a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas" (Sousa Santos, 2002, p.25).

maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas" (Sousa Santos, 2002, p.26). De fato, "a viabilidade de tais alternativas, pelo menos de curto a médio prazos, depende em boa medida de sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo." (Sousa Santos, 2002, p.24)

Antes de passarmos à discussão de algumas das teses elaboradas pelos autores, cabe destacar o questionamento feito por eles quanto à conveniência política e teórica de emprego do adjetivo "alternativo" (globalização, economias e desenvolvimento alternativos), uma vez que reafirma o caráter hegemônico daquilo a que se opõe. Daí a necessidade de se explicitar – "alternativo em relação a quê?" (Sousa Santos, 2002, p.27). Para as experiências selecionadas, o caráter alternativo que as unifica refere-se ao combate a três características das economias capitalistas indesejáveis sob a ótica socioambiental: a produção sistemática de desigualdades no acesso aos recursos e ao poder entre classes sociais (e suas nuances específicas de gênero ou raça); o empobrecimento das formas de sociabilidade pela monetarização das relações sociais e a prevalência dos interesses pessoais em lugar da solidariedade ou reciprocidade; e os perigos impostos às condições físicas da terra decorrentes da forma de exploração dos recursos naturais (Sousa Santos, 2002, pp.27-29).

Quanto às nove teses formuladas, destacarei inicialmente a tese 5 e a tese 1, porque ensejam a discussão quanto à possibilidade de novos arranjos sociais e econômicos de gestão, mais especialmente, a possibilidade da autogestão dos recursos públicos destinados a programas de produção ou melhorias habitacionais ou à recuperação de áreas degradadas pelo uso habitacional.

Tese 5:

> A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda. Significa estender o campo de ação da democracia do campo político ao econômico eliminando a separação artificialmente estabelecida entre eles pelo capitalismo e economia liberal; mais que uma alteração quantitativa é a criação de oportunidades de transformação qualitativa em direção à democracia participativa. (Sousa Santos, 2002, p.69)

Tese 1:

> As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. (Sousa Santos, 2002, p.64)

Segundo minha experiência de assessoramento técnico aos movimentos urbanos organizados, para além da consecução dos produtos pretendidos, os processos de produção habitacional autogestionários demonstraram capacidade de promover a inserção produtiva de seus beneficiários, através de sua profissionalização, em um leque amplo de atividades, imprescindíveis à concretização de cada empreendimento: gerenciais, administrativas, contábeis, de execução e controle tecnológico, dentre outras. No entanto, o aspecto crucial da autogestão é seu potencial de transformação nas relações de produção e de uso dos espaços construídos. Como avalia Singer (2002, p. 21), "a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes".

Obviamente que, como instância política e, ademais, dispondo de recursos econômicos, os processos autogestionários estão sujeitos a vícios e práticas de favorecimento, não sendo raro a cooptação de lideranças ou imposições de decisões dessas sobre os liderados, especialmente nos processos institucionalizados pelas administrações públicas que acabaram por gerar uma distorção básica: uma espécie de profissionalização de "gestores da autogestão", ou seja, alguns dos gestores não são beneficiários do empreendimento em questão, mas integram o quadro como representantes das entidades organizadoras qualificadas junto aos agentes financeiros. Significa, basicamente, que esses gestores não serão afetados pelas decisões que tomam, descaracterizando o processo. No entanto, se conduzida por seus legítimos gestores, ou seja, as populações beneficiárias ou diretamente afetadas pelo empreendimento, a autogestão possibilita o controle das ações e especialmente a tomada de decisões econômicas em escala factível ao cidadão.

As experiências autogestionárias na produção habitacional disseminaram-se por várias cidades brasileiras, passando a disputar com empresas construtoras uma parcela do mercado da produção habitacional o que determinou, em minha opinião, seu quase completo abandono como alternativa institucional à produção de moradias. O Programa de Crédito Solidário – PCS[153] – foi celebrado em 2004 como uma conquista importante na luta dos movimentos organizados pelo direito constitucional à habitação, mas, na prática, os recursos foram geridos pela Caixa Econômica Federal, agente operador de todos os programas com recursos da União e agente financeiro da grande maioria, por meio da Gerência Institucional de Desenvolvimento Urbano – GIDUR, nas agências locais da CAIXA. A GIDUR

[153] O PCS foi destinado a famílias de zero a três salários mínimos, organizados de forma associativa, em áreas urbanas ou rurais. Sua regulamentação, gestão, acompanhamento e avaliação ficaram a cargo do Ministério das Cidades; sendo a CEF o agente operador do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Criado pela Lei nº 8.677/93).

constituiu-se, em Belo Horizonte, no canal direto de interlocução com as famílias, desde a habilitação ao financiamento, contratos, liberação (ou retenção) de recursos etc. Foram incontáveis – creio mesmo que inesgotáveis – os mecanismos interpostos à autogestão efetiva pelos integrantes das "classes de serviço", até ao esfacelamento total das estruturas organizativas das entidades autogestoras, inclusive pelo seu endividamento e comprometimento jurídico como gestores ("nome sujo na praça"). Creio que, de forma mais ou menos deliberada para cada instância interveniente, colocou-se em questão o prestígio e a credibilidade da produção autogestionária como alternativa de gestão, para alívio da iniciativa privada no segmento de produção habitacional de baixa renda que, rapidamente, colocou em operação o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Como prêmio de consolação pelo seu aniquilamento, os movimentos sociais receberam em lugar do Crédito Solidário o PMCMV Entidades[154].

Como tratado anteriormente, a autogestão enquadra-se nas formas de gestão heterônoma, mas essa condição "não elimina a possibilidade de experiências autogestionárias marginais terem lugar, mais ou menos efêmeras, de menor ou maior impacto político-pedagógico, por assim dizer, nas bordas do sistema heterônomo", conforme defende Marcelo Lopes de Souza, que situa a autogestão no "nível mais elevado que se pode alcançar nos marcos do binômio capitalismo + democracia representativa", como um marco entre a condição atual e uma sociedade autônoma (2001, p. 205). Considero pois que, sem desconsiderar os desvios decorrentes do enrijecimento institucional dos programas autogestionários no Brasil, as experiências consumadas na produção habitacional cumpriram o importante papel de evidenciar o inequívoco divisor de águas entre processos participativos ou pseudo-participativos claramente definido pela participação ou não na gestão dos recursos financeiros. Ainda que a atribuição formal de gestão dos recursos financeiros não seja condição suficiente para assegurar a participação efetiva dos beneficiários em um processo de produção, instaurar a gestão dos recursos financeiros em uma esfera exógena aos diretamente envolvidos é, seguramente, condição suficiente para anular as possibilidades qualitativas de que a participação se efetive, entendimento esse condensado pela Tese 5, acima transcrita.

Retomemos agora a abordagem sobre as formas de produção da casa e do espaço urbano pela ralé brasileira. Como vimos, a solução qualificada por Francisco de Oliveira (2003 [1972]) como "atrasada" ainda hoje responde pela quase totalidade da demanda habitacional das camadas populares. Cabe,

---

[154] A modalidade Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV-E) foi instituída pela Resolução Nº 183, de 10 de novembro de 2011, pelo Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social.

portanto, registrar aqui aspectos da polêmica em torno da autoprodução habitacional, iniciada em 1972, que desembocou nas primeiras experiências brasileiras de produção autogestionária, e que ainda hoje comparecem nos circuitos afeitos à questão. Destaco, a seguir, os principais pontos de convergência ou divergência nas abordagens de Francisco de Oliveira (2003 [1972] e 1982 [1979]) e Nabil Bonduki (1982 [1979],1998 e 2006). Essa discussão muito me interessa porque, tendo me envolvido intensamente na produção autogestionária de habitação em Minas Gerais, desde 1992, reconheço na autogestão uma etapa propícia à construção de novos arranjos sociais e econômicos em direção a uma sociedade basicamente autônoma. Além disso, considero-a a forma mais indicada para investimentos públicos em processos de intervenção em áreas de ocupação consolidada, especialmente autoproduzidas, como nas favelas. Dificilmente, agentes externos poderão intervir nessas áreas com mais propriedade do que seus moradores, dispondo de recursos materiais, humanos, técnicos e financeiros, em processos genuinamente autogestionários.

Francisco de Oliveira entende a produção da moradia pelo próprio trabalhador como "trabalho não pago, isto é, supertrabalho" apropriado indiretamente pelas empresas capitalistas ao expurgarem – do custo de reprodução da força de trabalho – o custo da habitação, aumentando portanto a taxa de exploração do capital sobre o trabalho. (Oliveira, 2003 [1973], p.59). Entende também que esse mecanismo se processa pela ação do Estado, especialmente regulamentando as relações entre o trabalho e o capital (Oliveira, 2003 [1973], p.40).

Por seu lado, Nabil Bonduki admite, em artigo escrito em 2006[155], a forte influência exercida por Francisco de Oliveira sobre inúmeros estudiosos da cidade e da habitação nos anos 1970 e 1980, entre os quais se inclui, atribuindo a essa influência a definição de linhas de investigação em trabalhos nos quais se envolveu, nas periferias de São Paulo, como que comprovando a tese de Francisco de Oliveira: "processos informais de ocupação do espaço urbano – a manutenção de formas de economia de subsistência, consideradas arcaicas – eram utilizados para garantir o funcionamento da moderna economia capitalista industrial" (Bonduki, 2006, p.239).

[155] O texto de Nabil Bonduki integra uma coletânea em torno da obra de Francisco Oliveira, organizada por Cibele Saliba Rizek e Wagner de Melo Romão, por ocasião da outorga do título de Cidadão Paulistano ao sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira. (Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica, 2006).

Entretanto, na publicação originada dessas investigações, intitulada *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*, Bonduki e Rolnik (1982 [1979]) contestam Francisco de Oliveira quanto ao entendimento da autoconstrução como trabalho não pago ou sobretrabalho:

> [...] ao produzir sozinho sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é, potencialmente, uma mercadoria, pois pode ser comercializada a qualquer momento. Portanto, não se trata de trabalho não pago ao nível da produção da casa, mas sim de um trabalho realizado como se o trabalhador fosse, nesse momento, um produtor individual de mercadorias e não vendedor de sua força de trabalho para o capitalista. Se, numa primeira instância, a habitação resultante dessa operação é produzida como valor de uso, passa a ter valor de troca quando é mercantilizada, através da venda e da locação, muito frequentes. (Bonduki e Rolnik, 1979, p. 129)

Francisco de Oliveira, convidado a prefaciar a publicação no entanto, não deixava margens a ilusão:

> [...] a autoconstrução tem a aparência de um reencontro entre o trabalhador e o produto, o fruto do seu trabalho, esse é um fetiche que recobre um processo altamente alienante, sendo o contrário da desalienação, pois fecha as classes trabalhadoras num "círculo de giz" onde atuam como criadores de uma riqueza social, que volta a ser posta a serviço do capital na medida em que a força de trabalho continua a ser uma mercadoria para o capital. Não se está, pois, frente a nenhum processo de desalienação, como pensa um certo populismo, que perigosamente pretende encaminhar proposições para o conjunto das classes trabalhadoras a partir de experiências que são um *reforço à alienação*. (Oliveira, [1979] 1982, p. 16). Grifos do autor.

Em publicação posterior, Bonduki reafirma não considerar como trabalho não pago aquele despendido pelo morador que autoproduz sua casa, porque "ao contrário do que ocorre quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao patrão, [...] é talvez o único momento em que se apropria integralmente do valor do seu trabalho". Contudo, reconhece que a baixíssima produtividade da autoconstrução individual desvaloriza o trabalho incorporado e também admite o processo como potencial redutor do custo de reprodução da força de trabalho, beneficiando o capital (Bonduki, 2006, p.237). Subjacente a essa interpretação, estava a hipótese de que a atuação profissional junto às classes trabalhadoras, sem a interveniência do Estado, só poderia ocorrer pelo engajamento dos próprios beneficiários nos processos de produção. Essa contestação pode ser entendida como uma tentativa de relativizar os argumentos de Francisco de Oliveira de modo a não interditar possibilidades de atuação junto às populações mais pobres, contando apenas com os próprios recursos de que essas dispunham: além da força de trabalho, as experiências informais de cooperação e ajuda mútua. Uma interpretação inflexível da tese de Francisco de Oliveira liquidaria as escassas alternativas vislumbradas por profissionais críticos ou descrentes da ação do Estado ou de empresas capitalistas para melhoria das condições

habitacionais nas cidades, entre os quais me incluo. Ao repensar a experiência mais de duas décadas após, Bonduki reconhece que "por fidelidade teórica e ideológica criticávamos e não admitíamos qualquer iniciativa pública que propusesse apoiar a autoconstrução, o mutirão ou outros processos produtivos considerados convenientes [à] acumulação capitalista" (Bonduki, 2006, p. 231). Essa interpretação veio a se refletir em meados da década de 1980 nas experiências dos movimentos de moradia, em São Paulo, que terminaram por desembocar nas proposições dos denominados "mutirões autogestionários" como forma de produção instituída pelo Estado. Bonduki admite que a essa proposição apresentou-se, naquele momento, como "uma luz no fim do túnel" para aqueles que – como ele – se reconheciam discípulos de Sérgio Ferro e de Rodrigo Lefèvre e esperavam há mais de 20 anos por alternativas que permitissem a inserção do trabalhador da construção civil nos processos de elaboração de projetos e tomadas de decisão sobre os processos de produção nos canteiros. Em sua análise, no entanto, o autor aponta como paradoxal as reivindicações dos autodenominados "sem-terra" convergirem precisamente para "o modelo que a esquerda criticava acidamente nos anos 70" (Bonduki, 2006, p. 236):

> O que eles queriam? Recolocar as condições que nas décadas anteriores tinham permitido transformar grande parte dos trabalhadores migrantes, [...] em felizes proprietários de uma casinha construída em etapas pelas próprias mãos. Ou seja, acesso a um lote próprio, cada vez mais escasso e difícil de obter no mercado de loteamentos em São Paulo e, se possível, financiamento a baixo custo para material de construção. (Bonduki, 2006, p. 235)

O dilema de assessorar os movimentos sociais sem desconsiderar as críticas até então formuladas resultou na proposição de alternativas de mutirão, com a participação do morador, mas em processo coletivo, de modo a superar as deficiências percebidas nos processos individuais pela incorporação de "vantagens que pudessem fazer, numa linguagem marxista, a casa assim edificada valer seu valor, ou seja, o trabalho socialmente necessário para sua construção" (Bonduki, 2006, p. 236). Em sua avaliação otimista:

> A autogestão na promoção de empreendimentos habitacionais possibilitou um alto grau de autonomia das organizações populares, abrindo uma perspectiva de superar a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, tanto do ponto de vista material quanto no que se refere ao projeto e processo de produção. (Bonduki, 2006, p. 236)

Considerando-se as experiências autogestionárias para a produção habitacional em Minas Gerais, de fato, podemos computar ganhos em organização, aprendizado, representação política e qualidade das unidades e conjuntos habitacionais produzidos. No entanto, as experiências tinham abrangência localizada em alguns poucos municípios, dependentes da disposição das administrações municipais

em investir recursos públicos para gestão direta dos movimentos organizados e, obviamente, enfrentando a reação dos setores empresariais locais e da própria sociedade. Ilustram perfeitamente o caráter de "propostas frágeis e incipientes" apontado por Sousa Santos (2002), ao caracterizar as experiências contra-hegemônicas que investigou, estando em questão, justamente, sua capacidade de sobreviver sob o domínio capitalista. Ao extrapolar as fronteiras municipais e conquistar o Programa de Crédito Solidário, assistimos ao aniquilamento da autogestão. Pudemos sentir aí a força dos interesses hegemônicos, incluindo o indispensável apoio das classes de serviço das instituições intervenientes para eliminar, de vez, a incômoda concorrência dos próprios destinatários das casas, agora instrumentados com parâmetros próprios de custo e qualidade da habitação para contrapor aos parâmetros, até então inquestionáveis da iniciativa privada[156]. Essas experiências não alcançaram, em minha opinião, "um alto grau de autonomia", como na avaliação otimista de Bonduki. Ainda que experimentássemos alguma liberdade de ação, estávamos atrelados a regras e controles técnicos que, em última análise, exerciam seu poder de liberar ou não serviços, medições e liberação de pagamentos, como ficaria patente no PCS, mediante medidas autoritárias de retenção de recursos de contratos já assinados, por parte da Gerência Institucional de Desenvolvimento Urbano – GIDUR, da Caixa Econômica Federal. Em Belo Horizonte, como abordarei adiante, vários empreendimentos tiveram suas obras paralisadas por falta de recursos, durante quase todo o ano de 2008, enquanto técnicos da GIDUR analisavam a pertinência da solicitação de "suplementação de verbas" (em verdade, simples correção monetária dos valores aprovados em maio de 2004 para maio de 2008) por parte das entidades gestoras[157].

---

[156] O Sindicato da Industria da Construção Civil de São Paulo – SINDUSCON-SP, um dos primeiros a se manifestar após a publicação do edital, em maio de 2004. Em 12/05/2004, a Folha Online noticiava: "A indústria da construção civil foi deixada de lado pelo governo federal na criação do Programa de Crédito Solidário [...].O alerta é do Sinduscon-SP (sindicato das construtoras), para quem o programa só deverá beneficiar a economia informal. De acordo com o sindicato, a medida é equivocada e não gera empregos nem arrecadação de impostos" (Folha Online, 12/05/2004).

[157] No Residencial Serra Verde – RSV (oficialmente denominado na CAIXA e na PBH como Mar Vermelho I), ficamos com aproximadamente 60% dos recursos já contratados retidos – de abril a dezembro de 2008 –, enquanto a solicitação estava em análise pela GIDUR (dados apresentados adiante); no Conjunto Castelo, primeiro contrato do PCS assinado em BH, ao entrarmos com a solicitação, faltava apenas a liberação da última parcela para a conclusão e entrega da obra. Em todas as obras paralisadas, registraram-se ocorrências de depredação, vandalismo, assaltos e confrontos entre a polícia e gangues ou entre elas, além dos efeitos naturais de exposição às intempéries; ao serem retomadas, vários serviços tiveram que ser refeitos.

Ademais, devemos entender autonomia como uma condição social impraticável em um contexto de determinações exógenas que fere, em essência, o conceito de auto-instituição de normas. A ação coletiva autônoma exige, necessariamente, indivíduos autônomos, condição dificilmente alcançável em uma sociedade basicamente massificada em seus valores, opiniões, hábitos e desejos. Em síntese, como propõe Kapp, "autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas" (2004, p.02).

Os relatos a seguir pretendem colocar em questão, por um lado o potencial emancipatório das práticas autogestionárias e as dificuldades objetivas da gestão coletiva de recursos e, por outro, a atuação institucional favorecendo ou inviabilizando os empreendimentos, mediante expedientes pretensamente revestidos de objetividade, neutralidade e zelo pela coisa pública, de instituições e técnicos frente a iniciativas contra-hegemônicas. Embora tenham ocorrido (ou pretenderam ocorrer) em escala pouco significativa para por em cheque a ordem social, política e econômica vigente, mobilizaram a reação determinada dos setores que se julgaram lesados, notadamente empresas construtoras de obras públicas.

Experiências autogestionárias em Minas Gerais: recorte

As primeiras experiências tiveram lugar no município de Ipatinga, na primeira administração petista, período 1989-1992[158], estenderam-se pelas gestões seguinte, vindo a repercutir em Belo Horizonte, na também primeira administração petista, no período de 1992-1996[159]. O recorte se refere a experiências nas quais me envolvi diretamente, como assessora técnica, nas quais procedo a novo recorte para destacar aspectos que me parecem úteis à discussão proposta.

Duas experiências – Mutirão Nova Conquista e Mutirão 1º de Maio, ambos em Ipatinga – servirão de contraponto às demais, porque nelas pudemos experimentar um certo grau de liberdade de ação que redundou, claramente, em benefícios não previstos na proposta inicial. As primeiras experiências autogestionárias em BH, na administração Patrus, embora mais burocratizadas que em Ipatinga, não chegaram a inviabilizar as experiências como o Programa de Crédito Solidário o fez.

---

[158] Prefeito Francisco Delfino Chico Ferramenta.

[159] Prefeito Patrus Ananias.

No Mutirão Nova Conquista, o destaque será o aprendizado advindo da recuperação de áreas urbanas degradadas e no Mutirão 1º de Maio, explorarei, por um lado, as condições favoráveis à realização do empreendimento, que viabilizaram a construção do 2º pavimento – previsto para expansão posterior – de todas as 200 Unidades Habitacionais (UHs) previstas, além de uma unidade extra, apropriada como creche, e de inúmeras atividades não previstas nas áreas não edificantes do conjunto, como a recuperação da nascente, curso d água e encostas degradadas, plantio de horta e pomar, criação de frangos e cabritos, barragem para criatório de peixes e implantação de fábrica de pré-moldados de concreto; e por outo lado, destacarei as dificuldades de gestão coletiva e manutenção das estruturas implantadas, após a desmobilização da estrutura gerencial de obras. Ambos os empreendimentos foram reflexos de experiências anteriores, em Ipatinga, e repercutiram nas experiências seguintes, tanto lá quanto nas primeiras experiências autogestionárias de Belo Horizonte, que se constituíram, também, na última safra de unidades unifamiliares assobradadas: em sua maioria pequenos conjuntos dispersos na malha urbana, ocupando pequenas glebas em áreas já urbanizadas. Após essas experiências, o padrão para a produção habitacional de interesse social passou a ser o que hoje predomina: unidades multifamiliares verticais. Fecharei os relatos com os empreendimentos aprovados no primeiro edital do Programa de Crédito Solidário, em Belo Horizonte e, mais objetivamente o Residencial Serra Verde – RSV (ou Mar Vermelho I), no qual coordenei a equipe de assessoria técnica até ao esfacelamento das estruturas autogestionárias e a contratação, via licitação pública, pela PBH, de empresas construtoras para a finalização de quase todas das obras. Segundo o discurso oficial, as entidades organizadoras não conseguiram gerir os empreendimentos e obrigações. Esses relatos ilustrarão a *má-fé institucional* ou a *má-fé da sociedade* (Souza, 2009) e a desmoralização dos processos autogestionários e do PCS. Como já dito, considero que o fortalecimento das associações participantes das experiências em nível municipal, em vários pontos do país, conduziu à conquista do programa em nível federal, mas o resultado dessa conquista foi o esfacelamento das estruturas organizativas e o desprestígio e decrepitude da produção autogestionária como alternativa de gestão, para alívio da iniciativa privada no segmento de produção habitacional de baixa renda. O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV – passou a operar em atendimento às demandas habitacionais, embora deixando a descoberto o segmento de zero a três salários mínimos. O programa foi posteriormente estendido aos movimentos de moradias, criando-se o PMCMV - Entidades, a título de compensação pela desativação do PCS.

A 1ª experiência de produção habitacional conduzida pela Associação Habitacional de Ipatinga – AHI (1989/90) foi rápida e popularmente rebatizada de “Mutirão Velho” por duas razões: a primeira, devido

ao início de dois outros mutirões – o Bom Jardim e o São Francisco[160] – pela AHI, imediatamente após a autoprodução e ocupação precárias das 107 moradias do Mutirão Nova Conquista; a segunda, mais sintomática, devido à rapidez e intensidade da degradação físico-ambiental desencadeada pelo processo de ocupação tanto nas encostas íngremes quanto nas áreas de fundo de vale na microbacia do córrego Bom Jardim.

Embora a Prefeitura Municipal de Ipatinga – PMI tenha disponibilizado os terrenos e monitorado a ocupação, não houve repasse de recursos financeiros à AHI, a exemplo dos mutirões autogestionários já iniciados em São Paulo, inspiradores do processo. O apoio da PMI restringiu-se à cessão de máquinas e caminhões para execução de terraplanagem para abertura das ruas e implantação dos lotes. A intervenção resultou em cortes significativos e instabilização das encostas, além do aterramento das áreas de fundos de vale em cota insuficiente para assegurar-lhes salubridade. Também desencadeou processos erosivos na área utilizada para empréstimo de material para aterro, à montante de parte da ocupação. Dado à magnitude e rapidez dos processos de degradação físico-ambiental aí instalados, fez-se necessária uma nova intervenção para recuperação ambiental da área, processo que se revelou altamente benéfico ao aprendizado coletivo da geodinâmica local e à observação cuidadosa da natureza do sítio e da sua capacidade de suporte a atividades humanas.

O convênio entre a AHI e a PMI para a reabilitação da área previu o repasse de recursos para contratação de consultoria, elaboração de projeto e execução das obras de recuperação em regime autogestionário[161]. As intervenções físicas foram orientadas por diagnósticos ambientais expeditos, elaborados em campo junto com os moradores e consultores técnicos, a seguir sistematizados sob a forma de recomendações técnicas para o projeto e execução[162]. Toda a mão de obra foi arregimentada entre as próprias famílias associadas à AHI, instituindo-se as "Frentes de Trabalho Remuneradas" – FTRs para formalização das relações de trabalho entre os executantes dos serviços e a Associação, gestora dos recursos financeiros repassados pela PMI. O entendimento da dupla condição dos integrantes das FTRs foi fundamental à desburocratização dos processos de contratação de serviços e instituição do modelo em outros empreendimentos autogestionários: como associados da entidade

[160] O Mutirão Bom Jardim e o Mutirão São Francisco contaram com assessoria técnica da Ação Direta – AD Arquitetura, equipe que atuou nos mutirões autogestionários iniciados em São Paulo, na administração da prefeita Luiza Erundina.

[161] Período: entre fevereiro e agosto de 1993.

[162] Uma bióloga e um geólogo.

gestora, eram eles os beneficiários dos recursos conquistados e, como prestadores de serviços, em última análise, remuneravam-se a si próprios, dispensando processos formais de contratação e os custos correspondentes que, para a construção civil, chegam a representar 112% de encargos sobre os salários.

O convênio previa, basicamente, a reabilitação físico-ambiental da área, recomposição de uma grande área voçorocada devido a um vazamento na rede de esgotamento sanitário, implantação e consolidação dos acessos às moradias, com revegetação da área e eliminação dos focos erosivos. As obras iniciaram-se com a implantação de viveiro de mudas e plantio de leguminosas para incorporação de nutrientes nas áreas lixiviadas de solo exposto e recomposição da cobertura vegetal. Nas encostas, foram instalados – de montante para jusante – cordões de drenagem e canaletas para infiltração ou para a condução de águas pluviais até escadas dissipadoras de energia; para viabilização dos acessos às moradias, as encostas foram reconfiguradas geometricamente e a área voçorocada foi recomposta, com emprego de gabiões do tipo caixa e preenchimento com entulho e terra de bota-fora. Para a elaboração da planilha orçamentária, havíamos utilizado composições de serviços e preços praticados pela PBH nas licitações públicas. No entanto, a gestão dos recursos permitiu, ainda, a construção de duas edificações em área remanescente da ocupação para abrigo da Creche Nova Conquista e do Bar Amarra Bode, projetadas conjuntamente com os integrantes dos mutirões e utilizados como programa de formação da mão-de-obra especializada em alvenarias estruturais não-armadas para implantação, em área contígua, de 201 sobrados do Mutirão 1º de Maio, também em processo de autogestão conduzido pela AHI.

O grande legado do Mutirão Nova Conquista foi o aprendizado das características e comportamento do sistema ambiental frente a intervenções antrópicas, fator determinante para se instaurar, no Mutirão 1º de Maio, o entendimento de que o tratamento das áreas remanescentes à implantação das edificações, embora não previsto no orçamento, era indispensável[163]. A rápida degradação do sítio vizinho era uma

[163] Os recursos disponíveis referiam-se apenas aos custos de edificação das 200 UHs, calculados segundo metodologia usual para produção habitacional pela iniciativa privada, incluindo-se no BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) apenas os custos de topografia e sondagem (1,19%), instalações provisórias (3,76%), máquinas e equipamentos (0,91%) e assessoria técnica – projeto, planejamento e acompanhamento de obras (4,96%). O restante – 89,18% do valor total do contrato – foi destinado à aquisição de materiais e contratação de mão-de-obra para edificação das UHs, não havendo qualquer previsão orçamentária para tratamento das áreas comuns, externas às moradias.

demonstração notável e inquestionável dos processos indesejáveis que se instalariam, caso não fossem respeitadas as condições de suporte oferecidas pela infraestrutura local. Da mesma forma, possibilitou uma interação mais harmônica e respeitosa com o sítio, inclusive com a apropriação produtiva das áreas não edificantes com a instalação de horta, pomar, criatório de peixes, cabras e frangos, além de fábrica de produção de componentes pré-moldados para laje, escada, pavimentação etc.. A construção da Creche Nova Conquista e do Bar Amarra-Bode deixou-nos outro importante legado: experimentamos ali a instalação de um canteiro-escola para a formação profissional, mediante o resgate da tradição de transmissão de conhecimentos no próprio canteiro de obras. Essa prática se repetiu nos demais mutirões conduzidos pela AHI e, posteriormente, também nos mutirões conduzidos pela Associação dos Sem Casa do bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte – ASCA, nos quais os novos mutirantes tiveram como formadores os profissionais formados pela AHI.

O próximo convênio celebrado entre a AHI e a PMI previa a construção do pavimento térreo (36m^2) de 200 Unidades Habitacionais (UHs), com previsão de expansão vertical pelos próprios moradores, após a conclusão das obras[164]. O Mutirão 1º de Maio foi implantado na mesma microunidade hidrográfica na qual já se instalara, dois anos antes, o Mutirão Nova Conquista, tratado anteriormente.

O empreendimento estendeu-se por um período superior ao inicialmente previsto – de 16 para 28 meses – consoante à capacidade de liberação mensal dos recursos financeiros pela Prefeitura de Ipatinga (aproximadamente 60% dos valores orçados no cronograma físico financeiro). Este fator favoreceu a adequação do cronograma de obras à natureza autogestionária do empreendimento, especialmente quanto à compreensão, por parte das famílias mutirantes, dos princípios da gestão coletiva dos recursos e do poder de interferência dos participantes nos processos de produção e de decisão. Ou seja, houve tempo para se instalar entre as famílias, e progressivamente, a *vontade de se autogovernar* e pudemos comprovar que, uma vez aflorada, a *vontade* se sobrepõe à *capacidade* que, como supõe Castoriadis (1981, p. 29), "não constitui verdadeiramente um problema". Tínhamos tempo, um lugar para cuidar e nele construir as casas de 200 famílias; tínhamos recursos financeiros assegurados, apenas iríamos acessá-lo em um período mais longo do que previsto inicialmente. Tínhamos 200 famílias sem casa, cujos integrantes eram também, em sua maioria, destituídos de formação ou oportunidades profissionais ou educacionais, característica frequentemente constatável em movimentos sociais que se organizam por direitos constitucionais básicos. Somados, esses fatores

[164] Período de execução: entre maio de 1993 a setembro de 1995.

conduziram-nos ao reconhecimento e valorização dos recursos e carências humanos e ambientais e à formação profissional dos mutirantes interessados em ingressar nas Frentes de Trabalho Remuneradas – FTRs, tanto para os serviços de administração e gerenciamento quanto os de produção e manejo ambiental da área. Nessa nova configuração, a constância na liberação dos recursos financeiros mostrou-se mais determinante do que exatamente o montante de recursos liberados. Os profissionais formados na experiência anterior (Mutirão Nova Conquista), especialmente para a produção de alvenarias estruturais, também integraram as FTRs, funcionando como transmissores do conhecimento e formadores de novos profissionais. Também foram constituídas as primeiras cooperativas de produção, trabalhando sob o regime de empreitadas.

O acompanhamento, fiscalização das obras e liberação das parcelas pela PMI ocorreram de forma desburocratizada e, na resolução de problemas técnicos ou sociais, prevaleceu o respeito às decisões da AHI e seus associados. Privilegiaram-se procedimentos que favorecessem a profissionalização das famílias mutirantes, tanto para atividades de produção quanto para a gestão do empreendimento, integradas às Frentes de Trabalho Remuneradas que contavam, aspecto notável no processo autogestionário, com a presença significativa de mulheres nas diversas formas de inserção no cotidiano das obras, através da execução de tarefas ajustadas às suas condições e habilidades: apontadoria e almoxarifado, cuidados com crianças, plantio e manejo ambiental, manejo da betoneira, produção de pré-moldados, produção de alvenarias etc.

Inúmeras atividades não cogitadas no cronograma original foram incorporadas ao processo, incluindo os cuidados necessários ao reequilíbrio ambiental da área concomitante à edificação das unidades habitacionais. Sem que isso significasse acréscimo nos recursos financeiros conveniados, foi possível construir a escada de acesso ao 2º pavimento e as paredes externas das 200 unidades habitacionais, para ocupação imediata pelas famílias. Dado às limitações econômicas, priorizou-se a construção dos elementos considerados complexos ou muito trabalhosos para resolução posterior e isoladamente por cada família: escada de acesso ao 2º pavimento e instalação da caixa d água e do telhado nas posições definitivas. Não foram edificadas as divisórias internas dos pavimentos superiores, o que também se revelou muito favorável a partições internas adequadas a cada estrutura familiar. Também não foram instaladas as esquadrias das janelas do 2º pavimento.

A "casa modelo", construída integralmente (72m^2) com o objetivo de tornar mais “palpável” a proposta de projeto, permitiu ajustes no projeto, a formação de pedreiros para alvenaria estrutural e foi utilizada como creche durante o período de obras, acabando por constituir-se na 201ª unidade. Posteriormente,

foi encampada pela PMI, para custeio e manutenção de uma creche municipal. O fator econômico decisivo para a viabilização do pavimento superior das UHs foi o remanejamento dos recursos orçamentários destinados à aquisição, no mercado formal, dos componentes de laje para a montagem de uma fábrica para produção de pré-moldados de concreto no próprio canteiro de obras. Após produzidas todas as vigotas necessárias, passou-se à produção dos degraus para as escadas de acesso ao pavimento superior.

Do ponto de vista ambiental e de reequilíbrio sistêmico da área, concomitante às obras de edificação, iniciamos pela recuperação da nascente existente na área e captação de água para abastecimento, de início, das instalações provisórias. Contudo, o fornecimento de água pela COPASA não se deu como previsto e essa captação alimentou toda a fase de obras. No curso d água recuperado e após estabilizadas as margens, construiu-se duas pequenas barragens para piscicultura. A grande área *non aedificandi* de proteção da nascente foi ocupada por horta que, além de abastecer a obra, inclusive nos fins de semana, quando se reuniam todas as 200 famílias para o trabalho, abasteceu as escolas municipais vizinhas ao empreendimento. A alimentação foi também reforçada com a montagem de uma pequena granja, especialmente para atender a creche. Foram estabilizados os focos já existentes de erosão nas encostas, implantado pomar e, à medida que os taludes iam sendo conformados pela movimentação de terra, procedia-se o plantio de grama, obtida em fazendas próximas à cidade.

Ao término da edificação das 201 UH, a impossibilidade da PMI de implantação imediata dos sistemas de mesoestrutura conduziu a um novo contrato com a Associação para consecução dos serviços complementares: abastecimento de água; esgotamento sanitário; redes de microdrenagem, com consolidação das canelas de drenagem já esculpidas nas encostas, com plantio de grama em toda sua extensão; e a implantação e pavimentação de acessos e caminhos para pedestres com bloquetes produzidos na fábrica. Para a construção do reservatório de água foi empregada a tecnologia do ferrocimento, que além de se revelar eficiente e econômica, possibilitou a diversificação na formação profissional de integrantes do empreendimento.

Contudo, o caráter frágil e incipiente de experiências como essa fica evidente, se analisadas em médio e longo prazos. As estruturas coletivas implantadas durante as obras, incluindo as cooperativas de produção, horta, granja, fábrica de pré-moldados etc, continuaram operando apenas por um curto período após a desmobilização da estrutura administrativa da obra. Durante o período de obras, essas pequenas empreiteiras tinham uma demanda certa de trabalho, com condições já negociadas para os diversos serviços e um certo apoio para tramites burocráticos e contábeis de suas existências jurídicas.

A continuidade das demais estruturas produtivas demandariam um modelo autogestionário independente da prefeitura e mesmo da associação, e as regras para funcionamento, distribuição de encargos e funções, retribuição por produção, administração e gerenciamento etc, jamais chegaram a ser construídas.

A experiência autogestionária do Mutirão 1º de Maio atraiu a atenção de técnicos do Banco Mundial que recomendaram a reprodução do modelo no "Projeto Novo Centro", para o reassentamento das famílias removidas ao longo do ribeirão Ipanema, gerando o Mutirão Planalto II, em 1995. Executado com recursos do convênio de cooperação técnica entre a PMI, o BDMG e o Banco Mundial, destinou-se ao reassentamento de 300 famílias removidas das margens do ribeirão Ipanema para a requalificação da área central de Ipatinga, em projeto denominado Novo Centro. Caracterizados como inquilinos ou moradores “de favor” nas áreas em que habitavam, estas famílias não teriam direito à indenização, destinada apenas aos proprietários. Como proposta do programa, criou-se a possibilidade de acesso às unidades habitacionais no Planalto II para famílias dispostas a ingressar no programa de produção autogestionária, sob a coordenação da AHI, segundo modelo experimentado nos três empreendimentos anteriores. Embora a AHI tivesse acumulado boa experiência na condução dos empreendimentos anteriores, para as famílias integrantes desse novo empreendimento, a entidade não passava de um gestor externo, descaracterizando pois o processo autogestionário. Ademais, as famílias não tinham história anterior de organização, tendo se constituído em um grupo, circunstancialmente, em torno de uma oportunidade comum. Não obstante, o empreendimento contou com grande disponibilidade de mão-de-obra especializada em alvenarias estruturais, formada nos empreendimentos anteriores, viabilizando-o.

Dentre os legados das experiências autogestionárias de Ipatinga às experiências que se iniciavam em Belo Horizonte, destaca-se a racionalização dos processos de produção das alvenarias estruturais associado ao programa de formação e treinamento da mão-de-obra contratada (preferencialmente mutirantes), e o ingresso de profissionais já formados em Ipatinga nas Frentes de Trabalho Remuneradas nos dois primeiros empreendimentos de Belo Horizonte – Villarégia e Havaí, em 1997. Essa contratações refletiam o entendimento de que, em última análise, os associados de distintas entidades por moradia integram, solidariamente, uma mesma frente de luta pelo direito constitucional à moradia, independente do local ou momento em que pleitos individuais sejam alcançados. Além da contribuição direta na formação de novos profissionais, a presença e o convívio cotidiano de sujeitos conhecedores e beneficiários das estruturas autogestionárias facilitou os processos iniciais de assimilação, por parte das novas famílias mutirantes, das possibilidades efetivas de interferência no

processo, de profissionalização e ingresso nas frentes de trabalho. Em 1998, a Associação dos Sem Casa do bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte – ASCA, autogestora do Residencial Villarégia, aprovou um segundo empreendimento, denominado Residencial ASCA, no qual toda a experiência de gestão e a mão de obra formada anteriormente foram incorporadas. Como reflexo da popularização das FTRs como oportunidade de trabalho e de profissionalização, diversas famílias desse novo empreendimento (202 unidades) mudaram-se para as proximidades do empreendimento, durante a fase de obras, intensificando a produção e reduzindo o período de execução de 18 para 16 meses. Também aí foram montadas estruturas de produção de componentes, como as estruturas metálicas para cobertura. Os cursos de formação profissional ministrados na obra contaram com a adesão massiva de mulheres, uma delas – Cenir Aparecida da Silva – assumindo mais tarde, no Residencial Serra Verde – RSV, a função de mestre de obras. Também atua até hoje como instrutora dos cursos de formação do Escritório de Integração da PUC Minas[165].

Após esse período de intensa produção habitacional autogestionária em Belo Horizonte, houve um arrefecimento na aprovação de novos empreendimentos pela administração municipal e a desativação quase integral do programa que só voltou ao cenário com a aprovação do Programa de Crédito Solidário, em 2004. Dos empreendimentos aprovados em Belo Horizonte, destacarei inicialmente dois, para ilustrar os efeitos da *má-fé institucional* e da *má-fé da sociedade* sobre as classes destituídas: o Condômino *Saint Martin* e o Residencial Paineiras.

O primeiro, mais popularmente conhecido como "Torres Gêmeas" ou "Predinhos de Santa Teresa", foi selecionado no edital do PCS, mas não conseguiu acessar o financiamento[166]. Os dois prédios foram progressivamente ocupados a partir de 1997, após o abandono da obra, por moradores de rua e grupos de famílias excluídas do mercado imobiliário formal, transformando-as em espaço de moradia, implementando alterações mínimas e progressivas em razão das possibilidades individuais. A proposta aprovada para o PCS totalizava R$ 2.856.000,00 (dois milhões e oitocentos e cinqüenta e seis mil reais) para a aquisição e regularização dos imóveis, reestruturação e consolidação dos espaços comuns e das unidades habitacionais. O valor do financiamento para cada uma das 170 famílias seria de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). A aquisição dos imóveis se daria através da

[165] O Escritório de Integração é um programa de extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUCMinas.

[166] Trata-se de dois prédios de dezessete andares (quatro apartamentos por andar) localizados na rua Clorita nº 64 e nº 100, no bairro Santa Tereza – BH, cuja construção foi abandonada pela Construtora Jet e a ICC Incorporada que decretaram falência, após vendidas todas as unidades, inclusive algumas delas a mais de um comprador.

compra junto à massa falida, em um arranjo tripartite envolvendo, além da associação de moradores, a prefeitura – com a função de desapropriação dos imóveis já avaliados por ela em R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), e a Caixa – que repassaria diretamente à prefeitura o valor da desapropriação, constante da proposta aprovada no PCS. Foram incontáveis as gestões da Associação dos Moradores e assessoria técnica junto ao Ministério das Cidades, agentes operador e financeiro do PCS e prefeitura para que se desencadeasse o processo, com cada instituição assumindo sua competência na viabilização do empreendimento. Embora não tenham sido contestados os argumentos e caminhos propostos, tampouco apontados impedimentos legais à implementação da proposta, tal financiamento jamais se concretizou. A CAIXA não emitiu nenhum documento desabilitando a Associação ao financiamento que fazia jus e, possivelmente, os registros internos dêem conta do não cumprimento, pela associação, das exigências do PCS. Em 2010, ocorreu um incêndio de pequenas proporções em um dos apartamentos. No entanto, a fumaça espalhou-se rapidamente pela circulação vertical e os ocupantes saíram do prédio ou se refugiaram na cobertura do prédio, resgatadas depois pelo Corpo de Bombeiros. O incêndio não teria maiores consequências se a prefeitura não tivesse rápida e prontamente convocado a Tropa de Choque para impedir que as pessoas voltassem às suas casas, sob o argumento de que as estruturas do prédio estariam comprometidas, colocando as famílias em risco.[167] Hoje, ambas as torres estão desocupadas. Tendo ocupado as manchetes de jornais por um bom período, após o incêndio e ocupação pela tropa de choque, a área só voltou a público (sem os prédios) em imagens futuristas de um empreendimento privado que deverá consagrar as operações urbanas do Vale do Arrudas. Duas áreas ocupadas por vilas remanescentes das históricas ocupações ao longo do Arrudas, a Vila Dias e a Vila São Vicente, também desaparecem nas imagens.

O Residencial Paineiras ilustra a ação combinada da má-fé da sociedade e a má-fé institucional. O terreno, conquistado no Orçamento Participativo, foi destinado à implantação do empreendimento pela Lei Municipal nº 9.075, de 18 de janeiro de 2005. Situado em bairro de classe média, na porção noroeste da cidade, abrigaria 40 famílias que aprovaram o crédito de R$ 20 mil reais por unidade, no PCS. Assim que as famílias iniciaram as visitas à área para o desenvolvimento do projeto, os moradores do bairro se alarmaram, mobilizando duas associações de bairro, a igreja e vários políticos, para impedir a transferência para ali de "inúmeras famílias de área de risco do Vale do Jatobá [que], se

[167] Q.V.: http://www.youtube.com/watch?v=_ccw1d8jud8.

efetivada, se [tornaria] um grande desastre da administração petista Fernando Pimentel" (Duarte, 2005, Caderno Opinião, p.9). Seis meses após o início do processo, inúmeras reuniões, pareceres técnicos etc., a prefeitura emitiu um laudo atestando a inviabilidade financeira do empreendimento, a partir da análise do anteprojeto arquitetônico. Acompanhava o laudo técnico, uma planilha orçamentária que atribuía o custo de R$ 460,00/m^2 de área construída, valor este "indiscutível", segundo o então secretário adjunto da SMAHAB, Sr. Carlos Medeiros. Esse custo, se aplicado a qualquer um dos 17 (dezessete) empreendimentos financiados pelo PCS, em Belo Horizonte, torná-los-ia também inviáveis. Não obstante a resistência e manifestações dos Sem Casa, a disputa se resolveu pela não realização do empreendimento. Vale destacar um trecho da resenha publicada no jornal Estado de Minas, em 21 de maio de 2005, intitulada *Pelo direito à cidade*, de autoria da procuradora do trabalho, Maria Amélia Bracks Duarte, moradora do bairro Minas Brasil:

> O direito à cidade é de todos, independentemente de renda ou de posição social. E não se trata aqui de defender guetos distantes da metrópole para confinar pobres, e em hipótese alguma associar a miséria à criminalidade ou sugerir um *apartheid* social. Trata-se de respeito à cidadania e a preceitos democráticos que estão sendo violados. O Minas-Brasil é um pequeno bairro de gente simples, fincado entre o Padre Eustáquio e o Coração Eucarístico. A maioria de seus habitantes é de mesmas famílias, que lá criaram seus filhos e investiram em imóveis para que, casados, os filhos permanecessem perto. Um bairro é como um país. É a sua opção de futuro, tem a cara de quem o escolhe, a marca da sua identidade e a sua ideologia. E, num governo que se diz democrático, as famílias do bairro não foram ouvidas para saber que destinação teria o terreno que fica próximo às suas casas. [...] E é para um bairro com esse perfil que o município pretende migrar pessoas do Vale do Jatobá, que lá também têm suas raízes, seus empregos, seus filhos estudando nos grupos locais, seus campinhos de futebol, a sinuca do bar do amigo, seus vizinhos, sua vida. Não se trata de preconceito, nem de conservadorismo de burgueses. Trata-se de denunciar lei populista, eleitoreira e sem fundamentos democráticos. Trata-se de respeitar o cidadão, que paga impostos, vota, escolhe seus governantes. (Duarte, 2005, p.9)

Além desses argumentos de caráter ideológico, a procuradora apela à questão ambiental, que já havia comparecido em reuniões promovidas pela prefeitura. A alegação (inverídica) era de que seriam subtraídas as paineiras existentes na área e que, por suas características, intentava-se decretar a área como parque. As famílias, ao conhecerem o terreno, imediatamente batizaram o empreendimento de Residencial Paineiras. A manutenção das quatro paineiras não só era desejada como seria injustificada sua remoção, já que localizavam-se na faixa de afastamento frontal obrigatório. Diz a procuradora:

> Ademais, está se ignorando a vocação ambiental da área a ser ocupada pelo assentamento: há três paineiras que serão derrubadas. A topografia do lote tem inclinação acentuada, que vai exigir um custo altíssimo para as edificações, com muros de arrimo que

> suportem eventual erosão do terreno, sob pena de desbarrancamento. O Estatuto da Cidade garante a todo indivíduo viver com dignidade, num espaço de alegria e boa convivência. Os moradores do bairro Minas-Brasil esperam e confiam que o prefeito de Belo Horizonte honre a sua trajetória política e respeite esses princípios. (Duarte, 2005, p.9)

Após a interdição do terreno ao empreendimento, ele permanece como estava – ocioso e descuidado.

Por último, relato a experiência do denominado *Residencial Serra Verde – RSV* (ou *Mar Vermelho I*, nos contratos de financiamento do PCS).

Fruto de projeto de pesquisa contratado pela FINEP – *RSV Residencial Serra Verde – Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social* – envolveu pesquisadores de diversas áreas visando elaborar um modelo, em escala piloto, de produção habitacional autogestionária, incorporando princípios da economia solidária, da inclusão digital e da sustentabilidade ambiental.

Os recursos para a viabilização do empreendimento – constituído por 77 Unidades Habitacionais, um telecentro e espaços destinados à instalação de unidades comerciais ou de serviços – foram obtidos junto ao PCS (R$ 1.540.000,00, sendo R$ 20.000,00 por família) e PBH (com aporte de R$ 7.000,00 por família, totalizando R$ 539.000,00). A aprovação no edital do PCS deu-se em maio de 2004, mas o contrato só foi concretizado em dezembro de 2006. No processo de contratação, embora o PCS se destinasse a famílias de zero a três salários, inúmeras famílias foram excluídas, dado aos critérios de avaliação da capacidade de pagamento adotados pela CAIXA.[168] As obras iniciaram-se em abril de 2007. Durante todo este período, as famílias integrantes do programa e suas entidades representativas enfrentaram inúmeras dificuldades para superação dos entraves burocráticos impostos ao processo, especialmente junto ao agente operador do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS a CAIXA (matriz Brasília), que atuava também como agente financiador, sob a responsabilidade da Gerência Institucional de Desenvolvimento Urbano – GIDUR/BH.

Embora os dois anos de defasagem entre a aprovação do crédito e o início efetivo das obras já justificassem a correção monetária dos valores, somente no início de 2008, abriram-se canais para negociação da correção dos valores, indevidamente classificada como suplementação de verbas. A maioria dos empreendimentos havia já esgotado sua capacidade de execução dos serviços, dado ao comprometimento dos recursos, defasados já em 20% da data de contratação. No caso do RSV,

[168] No primeiro contrato concretizado em Belo Horizonte, denominado Castelo I, apenas dezenove das oitenta famílias originais passaram pelo crivo da CAIXA.

tínhamos já executado 40% dos serviços previstos, e já havíamos conseguido reverter a objeção interposta pela CAIXA às medições e liberações parciais das parcelas constantes no cronograma físico-financeiro. Pretendíamos manter um ritmo lento de execução, com liberações parciais de recursos que mantivessem a obra ativa. Contudo, tão logo derrubada a barreira às medições parciais, normativos internos, de uso restrito da CAIXA, impediriam essa tática de sobrevivência, sob a alegação de que a flexibilização das medições não poderia ser aplicada a duas medições sequenciais. Assim, embora dispuséssemos ainda de recursos da ordem de R$ 930 mil reais (60% do contrato), durante todo o processo de avaliação da solicitação, que durou todo o ano de 2008, foi interrompido o repasse de verbas. Tínhamos, ainda, também bloqueados pela PBH, aproximadamente R$ 320 mil reais, que se recusava a fazer medições independentes da CAIXA.

Ao fim de 2008, obra paralisada há seis meses, sujeita a inúmeras ocorrências como roubos, vandalismos, tiroteios entre polícia e bandido etc., fomos convidados à CAIXA para o parecer final da avaliação. O pedido de suplementação foi julgado procedente, mas para nossa surpresa, não tínhamos nada a receber. Ao contrário, estávamos devendo! Como? Simples lógica contábil. As medições eram efetuadas a partir do cronograma físico-financeiro, antecipando-se a liberação da primeira parcela, para viabilização do início das obras; executavam-se os serviços previstos, media-se e antecipava-se a próxima etapa e, assim subsequente. A autogestão, distintamente dos contratos efetuados com iniciativa privada, não tem recursos próprios para fazer despesas necessárias à execução para, posteriormente receber. A liberação antecipada das parcelas é, portanto, intrínseca ao programa. No entanto, essa condição nos colocava sempre como devedores, justificativa recorrente da CAIXA para não estender à autogestão procedimentos usuais para os financiamentos liberados para a iniciativa privada. O financiamento original foi de R$ 1.540.000, 00. Ao serem paralisadas as obras, havíamos executado 40% dos serviços e recebido o valor correspondente, R$ 606.144,77. Aprovada a suplementação, o valor do financiamento elevou-se para R$ 1.843.200,00 e, sobre esse novo valor, os serviços executados passaram a representar menos (33%). Ou seja, embora a obra fisicamente executada correspondesse a 40%, teríamos já recebido 7% a mais de recursos, indevidamente. Somados aos encargos contratuais, que não cessaram de serem computados durante o período de avaliação da CAIXA e a diferença entre prestações individuais anteriores, gerada com a suplementação, nossa dívida era da ordem de R$ 160 mil reais. Essa condição ocorreu de forma mais ou menos simétrica nos demais empreendimentos. Retomadas as obras, nessas condições ainda mais desfavoráveis do que antes, à medida que as obras paralisam novamente, a prefeitura repassava o contrato para a iniciativa privada, por via de licitações públicas. No RSV, foram feitas duas licitações. A

primeira, no valor aproximado de R$ 3.400.000,00 foi suspensa após liberados R$ 1.733.000,00, por falência da construtora e a obra ficou paralisada por mais um ano. A segunda licitação foi de R$ 1.485.000,00, com aporte posterior de R$ 487.000,00 para finalização das obras, em fins de 2012. O valor final do RSV foi, portanto, de aproximadamente seis milhões de reais, 156% superior ao valor estimado quando fizemos o pedido de suplementação de verbas. Os apartamentos que não nos permitiram construir por R$ 31.000,00 custaram, ao final, R$ 79.000,00.

Atuar dentro ou fora do Estado?

Retomando as teses formuladas por Boaventura Sousa Santos e César Rodrigues (2002), destaco a tese 3: “as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado” (Sousa Santos, 2002, p.68). remetendo-nos a outra questão levantada por Marcelo Lopes de Souza (2003), ao avaliar as possibilidades de ação no cenário político-econômico vigente:

> Trata-se, antes, partindo-se da premissa de que as sociedades capitalistas são contraditórias e não monolíticas (negar isso equivaleria abdicar do pensamento dialético e mesmo a negar a possibilidade de uma mudança substancial a partir do interior da própria sociedade), de indagar: por que dever-se-ia excluir, *a priori*, a possibilidade de um planejamento que, mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, contribua material e político-pedagogicamente, para a superação da injustiça social? Afinal, nem mesmo o aparelho de Estado, como salientaram já teóricos marxistas mais sutis, é um monolito ou, como queria Lênin, um simples braço repressivo da classe dominante; como bem resumiu Poulantzas (1985), ele é, na realidade, a "condensação de uma relação de forças". Embora a lógica da ação do Estado, em uma sociedade capitalista, *tenda* a ser a da reprodução da ordem vigente, isso não precisa ser sempre uma verdade; aquilo que é verdade "no atacado", ou estruturalmente, não é, necessariamente, sempre verdade "no varejo" ou conjunturalmente. Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço da dominação, perpetuamente renovado, por parte do Estado. (Souza, 2003, p.29)

Como potencializar as qualidades específicas dos ambientes ocupados por favelas, legitimamente conformados, protegendo-os de serem subsumidos pelos esquemas tradicionais de gestão urbana? Sabemos que nas circunstâncias atuais é preciso achar “brechas” para atuações comprometidas com o “humano” e o “ambiental”. A centralização e o controle das ações sobre a cidade parecem fazer parte de uma estratégia dos que têm o poder de Estado e a inadequação dos planos às necessidades dos cidadãos não é parte de uma ação ingênua, mas de uma estratégia de desviar o foco dos problemas e de tornar as ações sobre a cidade interessantes ao capital.

Profissionalmente, compartilho – no plano teórico – da abordagem de diversos pesquisadores citados anteriormente que situam os movimentos sociais como os potenciais agentes da transformação urbana e da proposição de um novo paradigma sócio-ambiental e posso testemunhar, no plano prático, o inequívoco potencial transformador da autogestão na condição social, econômica e política dos cidadãos envolvidos.

No entanto, embora perceptíveis alguns avanços em direção a uma gestão mais participativa e democrática das cidades, é forçoso admitir o alcance limitado das iniciativas públicas como, por exemplo, os orçamentos participativos municipais ou o Programa de Crédito Solidário, na democratização da administração pública e ampliação efetiva da participação dos cidadãos nas instâncias de decisão. Essa condição me parece indispensável ao estabelecimento de padrões mais elevados de justiça social e à formulação de políticas públicas à altura da crise socioambiental instalada nas principais cidades brasileiras. Contudo, os processos ditos participativos vêm sendo, crescentemente, reconhecidos como inócuos, meras representações para legitimação de decisões tomadas à distância e segundo interesses externos. Marcelo Lopes de Souza[169] não deixa dúvidas quanto à sua posição, que partilho:

> Não sei o que o leitor pensa disso, mas confesso: faz algum tempo que, quando eu topo com a expressão "participação popular", já me preparo para me irritar, já levanto a guarda. Sou tomado quase que por uma crise de urticária. Não que eu seja contra participação popular – muito pelo contrário! Mas, é preciso admitir: poucas foram as expressões das quais se tenha utilizado mais abusivamente, mais hipocritamente nas últimas décadas, no campo da administração pública local e da política urbana. (Souza, 2006:9)

Ao posicionamento de Marcelo Lopes de Souza, associarei as abordagens de Gláucia Gomes (2009) e Jessé Souza (2009). Essa associação decorre da necessidade de compreendermos os processos de legitimação da ação do Estado nos territórios ocupados por favelas, sem a observância dos direitos de cidadania e sem a efetiva determinação do usuário. É preciso compreender como e porque esta ação é legitimada socialmente, conferindo ao Estado poder de dispor autoritariamente sobre a vida e o espaço socialmente produzidos por milhares de pessoas.

Gláucia Gomes assim considera a questão:

---

169 Trecho inicial do "À guisa de prefácio: de novo essa história de 'participação popular'?!" em A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2006:9)

> Embora a favela seja um dos fundamentos (e necessidade) da urbanização (contraditória) brasileira, a condição em que a Favela da Serra se insere, revela o sentido histórico atribuído pelo estado (e sociedade) às favelas, considerando-as como um "problema" a ser revolvido, cuja resolução passava pela extirpação. Assim, pode-se dizer que, muito cedo, reconheceu-se a favela como lugar de violência. Contudo, este reconhecimento não veio da violência presente em seu fundamento, pela negação dos atributos materiais do espaço urbano e pelo seu não reconhecimento como espaço integrante da cidade. Este reconhecimento, estabelecido sobre o efeito, foi derivado da atribuição à favela (e seu morador) de lugar de perigoso, violento, marginal. [...] O lugar já violentado e marginalizado foi alvo de uma segunda violência: pela naturalização de um processo que é social e, ainda, como se a favela, "natural e essencialmente violenta", fosse geradora de seres violentos, perigosos, ameaçadores do espaço urbano. E, assim concebida, deveria, então, ser removida, extirpada, como se faz com uma doença que ameaça o corpo são. (Gomes, 2009, p.6)

Essa visão é complementada por Jessé Souza (2009)

> É apenas porque nós brasileiros permitimos a reprodução continuada de uma classe condenada a ser "corpo" sem alma ou mente (ou seja, uma forma de "indivíduo racional" aproveitável econômica e politicamente) que podemos também temê-la e persegui-la cotidianamente como delinqüentes ou delinqüentes potenciais. É apenas por serem percebidos como meros "corpos", numa sociedade que valoriza a disciplina e o autocontrole acima de tudo, é que essa classe desprezada é vista como tendencialmente perigosa e como assunto da "polícia", e não da "política". (Souza, 2009, p.122)

CONCLUSÕES

Propus-me a analisar os efeitos combinados das atuais políticas públicas dirigidas às favelas e às águas da cidade sobre a totalidade social. Os dois temas sempre estiveram, a meu ver, imbricados, embora sejam usualmente tratados em instâncias distintas das administrações públicas. Também, ao senso comum, não transparece uma relação clara e direta entre eles e na academia, somos moldados à segmentação. A sociedade urbana produz, na verdade, as condições ideais a essa alienação coletiva da socionatureza. A realidade, no entanto, é contundente e os moradores das favelas bem o sabem. Aprenderam na vida cotidiana. Observa-se pela dinâmica espacial das favelas em Belo Horizonte, que elas sempre se instalaram junto aos cursos d'água, a princípio, nos fundos de vales e, paulatinamente, no entorno das cabeceiras. Essa dinâmica não é fortuita. Os motivos que permitiram a ocupação pretérita dessas áreas por favelas também se relacionam com o tratamento pouco respeitoso e impositivo dispensado aos córregos urbanos. Enquanto áreas não urbanizadas ou não urbanizáveis não são disputadas pelo mercado capitalista de terras, ficando assim disponíveis para a ocupação pelas classes destituídas. Mas, o que torna determinadas áreas desinteressantes aos agentes capitalistas é, quase sempre, a presença de cursos d'água ainda não submetidos à ação urbanizadora moderna, como a retificação, canalização e implantação de vias de fundos de vales, ou o fato de estarem interditadas legalmente a essas ações, pretensamente protegidas por estatutos especiais, como as áreas de cabeceiras. Na bacia do ribeirão Arrudas, excetuando pequenos núcleos à margem de vias, sob viadutos ou outras pequenas áreas residuais, os núcleos mais populosos estão nas cabeceiras, caso das ocupações mais antigas, ou, nas mais recentes, ao longo de vales ainda não urbanizados como na porção mais ao sul do município, como explicitado no mapa d'*O lugar das favelas na bacia do ribeirão Arrudas*, incluído no Apêndice.

Evidentemente, os mesmos fatores – sociais, políticos, culturais e econômicos – que compelem parte significativa da população à formação das favelas continuam atuando nos processos de produção do espaço ou, mais propriamente, nos processos de autoprodução dos espaços. À precariedade das condições que determinam esses processos, somam-se a natureza do sítio e o caráter das interações homem-natureza. Conformam-se, assim, espaços e tempos notadamente distintos da cidade formal. Essa é a evidência que precisa ser apreendida. O pressuposto de que a melhoria da qualidade de vida urbana nessas áreas depende do mesmo padrão de urbanização da cidade formal é pernicioso. Como

já alertado por Adorno e Horkheimer, desde os anos 1940, "toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza".

Transpor de forma acrítica esse padrão às favelas, sob o argumento da melhoria da qualidade de vida, da erradicação do risco ou da preservação ambiental, faz sucumbir estruturas sociais e espaciais historicamente produzidas pela população. Faz sucumbir relações que permitiram a preservação de valores socioambientais qualitativamente diferentes do padrão hegemônico, porque não se adéquam às representações dominantes do bem morar, bem circular, bem divertir-se e trabalhar. Não é por acaso, como reiteradamente destaquei, que justamente aí, e não na cidade formal, se preservaram valores hoje tão caros à sociedade. Não é por acaso que *Drenurbs* e *Vila Viva* visem os mesmos territórios. No entanto, a instituição de "Áreas de Proteção Ambiental" (APAs) não tem o poder de reverter os processos de degradação ambiental em curso. Pelo contrário, como limpidamente expresso pelo prof. Edézio, a instituição de uma APA resulta, necessariamente, em uma ANPA – uma Área de Não Proteção Ambiental envolvente que receberá os impactos poupados à primeira. Qualquer porção territorial do planeta tem funções nobres a cumprir: se relegadas aqui, instalam-se acolá processos de degradação comprometedores de todo o sistema urbano. A submissão das áreas de cabeceiras a estatutos especiais como propõem (e têm executado) o *Drenurbs* e o *Vila Viva*, apenas transfere os encargos ambientais e sociais para as áreas de favelas envolventes, já pressionadas pelas condições precárias características das ocupações informais.

Essas áreas, embora representativas da precariedade e deficiências urbanas características dos espaços da ralé, oferecem possibilidades já extirpadas na cidade formal: a possibilidade de investigação de outro padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus atributos naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano. Urbanizar as favelas à imagem e semelhança da cidade formal, além de notável desconsideração e desrespeito à natureza dos espaços histórica e socialmente produzidos, reduz de forma considerável as chances de reabilitarmos o equilíbrio sistêmico de nossas cidades.

Retomo a questão: por que transformar as favelas à imagem e semelhança da cidade legal? Por que enquadra-las nesse modelo hegemônico de urbanização que evidencia cotidianamente sua incapacidade de promoção de equilíbrio social e ambiental. A quem interessa a expulsão dos pobres ou o seu enquadramento ao mundo administrado? A quem interessa a exclusão dos nossos córregos da vida cotidiana?

Da análise das políticas públicas que têm afetado os territórios ocupados por favelas, em Belo Horizonte, é forçoso admitir a consumação de processos de despossessão pelo Estado e legitimados – é bom que se frise – pelas representações sociais da favela. As representações sociais são, obviamente, construções sociais. Refletem a estrutura de classes sociais e os valores prevalecentes em seu meio. Responsabilizar apenas o Estado ou as elites econômicas pela produção e manutenção das desigualdades sociais ou dos privilégios de classe é uma postura cômoda, embora recorrentemente assumida por muitos de nós, incluindo cidadãos de boa-fé que veem a si próprios como defensores de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa postura naturaliza a desigualdade e privilégios de classe ao mesmo tempo em que nos exime de qualquer responsabilidade pela dor e sofrimento cotidianos das famílias que integram as classes destituídas no Brasil e pouco difere daquela outra representação que responsabiliza os próprios miseráveis pela sua condição de miséria, tão propalada pelo neoliberalismo. Subjacente a essa postura, está a cegueira – voluntária ou não – aos fatores que verdadeiramente determinam a estrutura de classes e condições diferenciadas de acesso aos recursos produtores de valores, desde os meios de coerção (polícia) até à informação e formas de conhecimento socialmente reconhecidas e respeitadas e, especialmente, o controle sobre o espaço urbano. Assim se preservam privilégios. Assim se perpetuam as desigualdades sociais duráveis, imprescindíveis à reprodução ampliada do capital. A ocultação da realidade, ou seja, a cegueira aos fatores que verdadeiramente determinam a produção e reprodução social das desigualdades é a garantia da manutenção da estrutura de classes brasileira.

Os processos de urbanização das favelas em Belo horizonte impõem – de forma acrítica – padrões urbanísticos e edilícios determinados pela ordem capitalista de produção social do espaço, interditando possibilidades de relações socionaturais mais harmônicas, em observância à infraestrutura que lhe dá suporte. Não há crítica ao modelo de cidade formal que está sendo imposto, não obstante as evidências cotidianas de sua condição de insustentabilidade: a cidade dominada pelo carro, a ineficiência do sistema de drenagem pluvial, o afastamento físico do homem urbano e atributos naturais, a exportação (ou a transferência) dos impactos negativos da urbanização para outras áreas, a violência e a criminalidade urbana, a segregação em guetos e a indústria do medo.

Favelas, problemas viários, inundações, medo e insegurança cotidianos são determinados pelo modo de produção social das cidades capitalistas e extremamente funcionais ao capital.

Ao capital, não interessa cidades justas e saudáveis: o produto interno bruto cresce com o crescimento de acidentes automobilísticos, com o aumento das doenças, com os investimentos para recuperação

de tragédias urbanas, com a construção de complexos penitenciários e com o aumento da população carcerária. Na mais sofisticada penitenciária, recém-inaugurada, em Minas Gerais, cada cidadão encarcerado custará aos contribuintes R$ 2.700,00/mês (dois mil e setecentos reais por mês), conforme alardeado pela mídia, que também destaca a inovadora forma de gestão do complexo pela iniciativa privada. Bem se vê a pertinência da assertiva de Virgílio de Mattos de que, no Brasil, "a política pública de habitação, educação e saúde para o subproletariado é o cárcere".

Não sei em que direção aponta esse trabalho. Reformista? Revolucionário? Inútil?

Continuarei, no entanto, buscando respostas à questão formulada por Silke Kapp e que, no momento, me parece a única possibilidade palpável: "há uma forma de dar voz à ação dos fracos no fórum dos fortes?" Essa procura condensa a constatação de que dificilmente conseguiremos sequer experimentar alternativas contra-hegemônicas às soluções oferecidas pelos "fortes" se não descobrirmos brechas, inclusive ao nível das representações sociais e políticas, para que a voz dos "fracos" determine ações mais respeitosas aos seus direitos cidadãos e às suas práticas cotidianas, legitimamente construídas.

Em síntese, busquei registrar parte da história dos despossuídos para (quem sabe?) alertar *despossessores* que nem se percebem como tal e, ingenuamente, levam a cabo projetos pretensamente revestidos de neutralidade técnica ou, simplesmente, reforçam de modo irrefletido representações sociais perversas. Quiçá, sirva para patentear interesses nada-ingênuos que muito bem se valem da mesma pretensa neutralidade.

Margarete Leta

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. 1999. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri. A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A. p.27 – 56.

ABRAMO, Pedro. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: ABRAMO, Pedro. *Cidade da informalidade*. Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003. p.189-224.

ABRAMO, Pedro. Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras/ Org. Pedro Abramo — Porto Alegre : ANTAC, 2009. — (Coleção Habitare, v. 10).

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. (1944). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985

ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro*: uma contribuição à crítica do movimento. Blumenau/Florianópolis: Edifurb/Editora da UFSC, 2000.

ALFONSIN, Jacques Távora. Do enriquecimento sem causa ao empobrecimento sem causa. Inconstitucionalidade da indenização paga pela desapropriação de latifúndio descumpre sua função social violando o direito à moradia dos pobres. In: *Revisitando o instituto da desapropriação*/Coordenadores: Edésio Fernandes, Betânia Alfonsín. Belo Horizonte: Fórum, 2009 pp. 317-340.

ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de. *Formação e recuperação de mais-valias fundiárias urbanas*. Belo Horizonte, Departamento de Ciências Econômicas/UFMG, 2009. (Monografia para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas, orientador: Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór).

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de. *Contradições e possibilidades da regulação ambiental no espaço urbano*. Belo Horizonte, Instituto de Geociências, UFMG, 2009. Tese (doutorado)

AROEIRA, Ricardo de Medeiros. Recuperação ambiental de bacias hidrográficas, Belo Horizonte, Brasil. In: MACHADO, Antônio Gonzaga da Matta PROJETO MANUELZÃO. *Revitalização de rios no mundo: América, Europa e Ásia*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas, 2010.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Belo Horizonte, La Plata Brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. In: *Revista UFG*, Ano XI nº 6. Goiás, Junho 2009

BACON, Francis (1620). *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza*. São Paulo, Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).

BAPTISTA, M. B.; NASCIMENTO, N. O. ; RAMOS, M. H.; CHAMPS, J. R. B. Aspectos da evolução da urbanização e dos problemas de inundação em Belo Horizonte. In: Braga, B., Tucci, C., Tozzi, M.. (Org.). *Drenagem urbana: gerenciamento, simulação, controle*. Porto Alegre, RS: ABRH e Editora da Universidade, 1998, v., p. 39-50.

BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte – memória histórica e descriptiva*.Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928. Tomo Primeiro.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL. PROGRAMAS E PROJETOS. SANEAMENTO/DRENURBS (2001). Programa de despoluição ambiental irá beneficiar milhares de famílias. Disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=programaseprojetos&tax=12065&lang=pt_BR&pg=6080&taxp=0&. Acesso em 13 de setembro de 2011.

BELO HORIZONTE. URBEL. *Vila Viva, uma história de transformação*. Disponível em http://fr.pbh.gov.br/?q=pt-br/content/vila-viva-uma-hist%C3%B3ria-de-transforma%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 09 de setembro de 2011.

BELO HORIZONTE. URBEL. *Vila Viva: Integração das vilas à cidade*. Disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&. Acesso em 09 de setembro de 2011.

BELO HORIZONTE, SUDECAP. Canalização do Ribeirão Arrudas: indicação de obras mínimas necessárias. Junho de 1982. Mimeo.

Beiguelman, Paula. Problemas hidrológicos da Grande São Paulo. Cienc. Cult. vol.56 no.3 São Paulo July/Sept. 2004. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252004000300002&script=sci_arttext. Acesso em 04 de setembro de 2011.

BH – Programa Vila Viva ou Vila Morta, 2008. Disponível em http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/10/429697.shtml. Acesso em 20 de janeiro de 2009.

BONDUKI, Nabil. Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira. In: *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Cibele Saliba Rizek e Wagner de Melo Romão (Organizadores). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel [1979]. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. Ermínia Maricato (org.) São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1982.

BORSAGLI, Alessandro. *O Vale do Córrego do Leitão em Belo Horizonte*: Contribuições da cartografia para a compreensão da sua ocupação. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, maio de 2011. Disponível em http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BORSAGLI_ALESSANDRO.pdf. Acesso em 18 de abril de 2011.

BOTELHO, Adriano. *Urbano em fragmento*: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo, Annablume; Fapesp, 2007.

BOTELHO ALMEIDA, Danilo de Carvalho; Escritório de Integração. *Terra da Exclusão*. Belo Horizonte, 2006 (Vídeo documentário). Disponível em http://youtu.be/8CiUsorYm74.

BOURDIEU, Pierre. *The Forms of Capital*. In: J. Richardson (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood, 1986, p.241-25.

BRAGA, Welber da Silva; WATANABE, Hiroshi. *Morro do Querosene – Alguns Aspectos da Formação*

de uma Favela. Belo Horizonte, 1960.

BRAGON, Rayder. *Defensoria acusa prefeitura de BH de discriminar favelas alvo de obras do PAC*. Especial para UOL Notícias, em 25/11/2009. Disponível em http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2009/11/25/defensoria-acusa-prefeitura-de-bh-de-discriminar-favelas-alvo-de-obras-do-pac.jhtm. Acesso em 31 de março de 2010.

BRASIL. Código Civil. *Código civil quadro comparativo 1916/202*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

BRITO Saturnino de. Memórias diversas. In: *Obras Completas de Saturnino de Brito*, volume XVIII. Ministério da Educação e Saúde; Instituto Nacional do Livro (Org.). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

BUENO, Laura Machado de Mello. *Projeto e favela*: metodologia para projetos de urbanização. 2000. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

CALDAS, Maria Fernandes; MENDONÇA, Jupira Gomes de; CARMO, Lelio Nogueira do. *Estudos urbanos: Belo Horizonte – 2008*: transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. 513 p.

CAMPOS, Paulo Eduardo Fonseca de. *Tecnologia: para que e para quem?* Revista Techné. n. 43, novembro. São Paulo: Pini, 1999. Disponível em www.revistatechne.com.br/engenharia-civil/43/artigo32227-1.asp. Acesso em 10 de setembro de 2010.

CARONE FILHO, Jorge. Relatório dos Prefeitos. Belo Horizonte, 1963. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1963-Jorge-Carone-Filho.pdf

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *As cidades e seus rios*. In: Jornal O TEMPO, Contagem/MG, edição de 10 de março de 2010, p. 19.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *Geologia Urbana para Todos*: Uma Visão de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1999.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *Manifesto sobre a fundamentação geológica de sistemas de drenagem urbanos*. 2009. Disponível em: http://escritoriointegracao.blogspot.com.br/2009/10/manifesto-sobre-fundamentacao-geologica.html. Acesso em 03 de janeiro de 2010.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *Palavras de agradecimento*. Reunião comemorativa dos 42 anos da Associação Brasileira de Geologia da Engenharia e Ambiental – ABGE, em 26 de outubro de 2010 a. Disponível em http://www.geolurb.blogspot.com.br/2010/10/associacao-brasileira-de-geologia-de.html. Acesso em 03 de janeiro de 2010.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.*). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais**,** Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. Disponível em http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf. Acesso em 14 de junho de 2011.

CHAMPS, Roberto; PEREZ, Silvana; FRÓES, Carla Maria. *O planejamento do sistema de drenagem urbana na cidade de Belo Horizonte.* 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.

http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/saneab/brasil/ix-011.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2011.

CICERO. *De natura deorum II*, parágrafos 151-152. Disponível em: http://www.thelatinlibrary.com/cicero/nd2.shtml. Acesso em 23 de abril de 2011.

COMUNIDADE DO SANTA LÚCIA DIZ QUE FALTA INFORMAÇÃO SOBRE O VILA VIVA. 2010. Disponível em http://www.defensoriapublica.mg.gov.br/index.php/noticias/44-dpmg/843-comunidade-do-santa-lucia-diz-que-falta-informacao-sonre-o-vila-viva.html. Acesso em 10 de outubro de 2011.

COMPANS. Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental . *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1. 2007

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*/Coord. por Roberto Luís de Melo Monte-Mór. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

COSTA, Heloisa. 2006. Mercado imobiliário, estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, Heloisa *et al* (org.) *Novas periferias metropolitanas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte. p. 101-125.

DEBORD, Guy. Perspectivas da transformação consciente da vida quotidiana. 1961. Disponível em http://antivalor.atspace.com/is/transforma.htm. Acesso em 13 de agosto de 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS. *Relatório de encerramento. Procedimento Administrativo de Instrução. PADI nº 01/09 PBH* – Programa Vila Viva Morro das Pedras. Belo Horizonte, 2009. (Defensor Público Marcelo Ribeiro Nicoliello – Madesp nº 225).

Departamento de Habitação Popular. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte: dados preliminares* / Departamento de Habitação Popular da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular de Minas Gerais. 1966.

DUARTE, Maria Amélia Bracks. *Pelo direito à cidade*. In: Jornal Estado de Minas. Caderno Opinião. Sábado, 21 de maio de 2005, p.9.

DUARTE, Rodrigo. A. de Paiva [1985]. *Marx e a natureza em O Capital*. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

ENGELS. Friedrich [1872-1873]. Como a burguesia resolve a questão do alojamento. In: *A questão da habitação*. Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.

ENGELS. Friedrich [1872-1873]. Como Proudhon resolve a questão do alojamento. In: *A questão da habitação*. Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.

ENGELS. Friedrich [1872-1873]. Observações complementares sobre Proudhon e o problema da habitação. In: *A questão da habitação*. Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.

ENGELS. Friedrich [1872-1873]. Prefácio. In: *A questão da habitação*. Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.

ENGELS, Friedrich [1875]. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

ENGELS, Friedrich [1892]. *Do socialismo utópico ao socialismo cientifico*. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

ENGELS, Friedrich [1886]. Prefácio da Edição Inglesa. In: MARX, Karl [1867]. *O Capital*. Livro 1, Vol.I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FEITOSA, Charles. *Explicando a filosofia com arte*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004

FERNANDES, Edésio. Legalização de favelas em Belo Horizonte: um novo capitulo na história? In: Fernandes, Edésio e Alfonsín, Betania (orgs.). A *lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*, Belo Horizonte: Editora Del Rey. 2003.

FERNANDES, Edésio. Regularização de favelas: o caso de Belo Horizonte, in Fernandes, Edésio (org.) *Direito Urbanístico*, Belo Horizonte: Editora Del Rey. 1998.

FERNANDES, Marlene. *Diretrizes para a urbanização dos aglomerados de sub-habitações*. s.l, 1982

FERRAZ, Caio Silva; ABREU, Luana de; SCARPELINI, Joana. *Entre Rios*. Curso de Bacharelado em Audiovisual do SENAC-SP, 2009. (Trabalho de conclusão de curso). Disponível em http://vimeo.com/14770270. Acesso em 14 de junho 2010.

FERRO, Sergio. *Arquitetura e trabalho livre*. Organização e apresentação de Pedro Fiori Arantes. Posfácio de Roberto Schwarz. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

FEYERABEND, Paul [1978]. *A ciência em uma sociedade livre*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

FORTI, Reginaldo. Apresentação. In: FORTI, Reginaldo (Org.) *Marxismo e Urbanismo Capitalista.* Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Panorama de Belo Horizonte*: atlas histórico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1997.

GESTÃO das águas pluviais. Material de Palestra. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/especial/pl114403/apresentacoes/ctucci.pdf. Acesso em 13 de junho de 2012.

GOMES, Gláucia. *A inscrição do espaço na valorização do valor*. Belo Horizonte, Instituto de Geociências da UFMG, 2012. Tese (doutorado)

GOMES, Gláucia. O projeto de "urbanização" Vila Viva e a valorização do valor na reprodução social do espaço de Belo Horizonte. In: *12º Encuentro de Geógrafos da América Latina*, 2009, Montevideo.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Programa de Desenvolvimento de Comunidades* – PRODECOM. 1981.

GRUPO DE PESQUISA MOM – MORAR DE OUTRAS MANEIRAS. *Produção autônoma: uma via de recuperação socioambiental do espaço cotidiano*. Belo Horizonte, 2009. (Manuscrito. Projeto de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para

submissão ao EDITAL FAPEMIG 07/2009 PROGRAMA DE APOIO A GRUPOS EMERGENTES DE PESQUISA).

GUARAPIRANGA: Recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo. Coordenação de Elisabete França. São Paulo, M. Carrilho Arquitetos, 2000.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. Rio de Janeiro, 1991. Tese (doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

GUIMARÃES, Berenice Martins. Minas Gerais: a construção da nova ordem e a nova capital. In: *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte. v. 8, n° 2/3, maio/dez. 1993. PP 17-31.

GUIMARÃES, Berenice Martins. As vilas favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, pp.351-374.

HARVEY, David. 1996. *Justice, nature and the geography of difference*. Blackwell Publishers – parte II, p. 117 – 204.

HARVEY, David. O *enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HORKHEIMER, Max [1946]. *Eclipse da Razão.* São Paulo: Centauro, 2002.

JESUS, Horácius; LIRA, Mateus. *Vou me acabar aqui*. Belo Horizonte (Vila das Antenas), 2011, 14'17'', documentário.

JORNAL DA UNICAMP. Pesquisa detecta a presença de metais tóxicos em águas de chuva. Universidade Estadual de Campinas. 3 a 9 de setembro de 2007. Disponível em: www.unicamp.br/unicamp/unicamphoje/jornalPDF/ju370pag08.pdf. Acesso em 13 de junho de 2012.

KAPP, Silke. *Autonomia Heteronomia Arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

KAPP, Silke. A outra produção arquitetônica. In: Estéticas do Deslocamento. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008.

KAPP, Silke. *Produção capitalista e a questão da moradia*. Belo Horizonte, 2009a (Material didático da disciplina Teoria Crítica, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo).

KAPP, Silke. *Quem tombará a favela?* Congresso Internacional Deslocamentos na arte. Ouro Preto, 20 a 23 de outubro de 2009b. pp. 529-536. (Deslocamentos estéticos no espaço público). Disponível em http://abrestetica.org.br/deslocamentos/deslocamentos.html

KAPP, Silke *et al*. Vida cotidiana, habitação e qualidade de vida (HVQ). In: *Proposta de estudos referenciais e de estratégias de ação para o planejamento do desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*: Marco Teórico-Metodológico e Plano de Trabalho VOLUME II. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.rmbh.org.br/. Acesso em 20 de setembro de 2012.

KAPP, Silke *et al*. *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. In: IV Congresso

Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade" – CTHab'2012. 12 a 15 de novembro de 2012, Florianópolis.

KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. *Morar de Outras Maneiras*: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional. Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 4, p. 34-42, 2005.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. *Por uma Arquitetura não planejada*: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. Impulso (Piracicaba), v. 17, p. 93-103, 2006.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. *Retrying autonomy: a perspective of development beyond participation*. Apresentado no congresso: Latin American Studies 58th Annual Conference: The Urban Divide in Latin America: Challenges and Strategies for Social Inclusion. Gainsville/ EUA, 2009.

KAPP, Silke. BALTAZAR, Ana Paula. *The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy*. Bulletin of Latin American Research. April 2012

KAPP, Silke; SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Quem mora nas favelas?* In: Revista Eletrônica e-metropolis, nº 09, junho de 2012. Disponível em www.emetropolis.net. Acesso em 30 de junho de 2012.

KURZ, Robert. Até à última gota. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Mais!, 24 de agosto de 1997. Disponível em www.nossacasa.net/dire/texto.asp?texto=70am. Acesso em 23 de dezembro de 2009.

LANDRE, Yara; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Metropolização, meio ambiente e qualidade de vida. In: *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*/Coord. Por Roberto Luís de Melo Monte-Mór. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

LE VEN, Michel. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1977.

LEFEBVRE, Henri [1975]. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri [1970]. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri [1972]. *Espaço e Política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri [1974]. *La production de l'espace*. Paris, Anthropos. 2000.

LEFF, E. *Ecologia y capital*: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

LEFF, E. *La Ecología Política en América Latina*. Un campo en construcción. Mimeo. 2003

LEFF, E. *Racionalidad Ambiental. La reapropiación social de la naturaleza*. Buenos Aires, Siglo XXI editores, 2004.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México, Siglo Veintiuno Editores. 1998.

LENZ, M.H. *A Categoria Econômica Renda da Terra*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1981, série Teses nº 1.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira; MACEDO FILHO, Edson. Desapropriação em áreas urbanas de assentamentos informais: limites e alternativas a sua aplicação. In: *Revisitando o instituto da desapropriação*/Coordenadores: Edésio Fernandes, Betânia Alfonsín. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. *Bairro Concórdia em Belo Horizonte*: entrave ou oportunidade à cidade-negócio? Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Dissertação (mestrado).

LOJKINE, Jean. Existe uma renda fundiária urbana? In: FORTI, Reginaldo (Org.) *Marxismo e Urbanismo Capitalista*. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização. In: FORTI, Reginaldo (Org.) *Marxismo e Urbanismo Capitalista.* Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Nos confins da metrópole: o urbano as margens da represa Guarapiranga em São Paulo*. 1999. Tese – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

MARX, Karl [1844]. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl [1867]. *O Capital*. Livro 1, Vol.I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl [1867]. *O Capital*. Livro 1, Vol.II. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl [1894]. *O Capital*. Livro 3, Vol. VI. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974.

MATTOS, Virgílio de. *A quem interessa aprisionar os pobres e miseráveis?* In: Revista Bandung, V1. Ed. Estréia, Belo Horizonte: set.2011. pp.95-105

MAZZONI, Gui Tarcísio; MAZZONI, Marcos de Carvalho. *Favelas* Belo Horizonte, Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1961.

MELO, Izabel Dias de Oliveira. *O espaço da política e as políticas do espaço: Tensões entre o programa de urbanização de favelas "Vila Viva" e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.* Belo Horizonte, Instituto de Geociências, UFMG, 2009. Dissertação (mestrado).

MELLO, Afonso Vaz de. Relatório dos Prefeitos. 1918. Disponível em http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1919-Affonso-Vaz-de-Mello.pdf

MELLO, Flávia Caldeira. Gestão Urbana como processo integrado: o alcance sanitário da urbanização em Belo Horizonte. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG, 2005. Dissertação (mestrado).

MÉSZÁROS, István [1970]. A teoria da alienação em Marx. São Paulo, Boitempo, 2006.

MILAGRE, Ligia. *Entre o quintal e o parque. Possibilidades de produção do espaço público cotidiano*. Belo Horizonte, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2011. Dissertação (mestrado).

MINISTÉRIO Público Federal. Procuradoria da República em Minas Gerais. *Ata de Audiência Pública, 26 de maio de 2011*. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=46930&chPlc=46930. Acesso em 14 de junho de 2011

MONTE-MÓR, Roberto L.M. 1994. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR. p. 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: A cidade planejada e a metrópole em construção. In: *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção* /Coord. por Roberto Luís de Melo Monte-Mór. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. O cotidiano e a produção do espaço. In: *III Colóquio Pesquisas em Habitação*, 2006, Belo Horizonte. Transcrição de Felipe Gontijo e revisão de Silke Kapp. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/02_eventos/coloquio2006/palestras/monte-mor.htm. Acesso em 07 de março de 2010.

MORADO NASCIMENTO, Denise; SILVA, Margarete Maria de Araujo. The organization of space and its social, environmental and informational specificities. In: *CIB World Congress 2010, Building a better future, 2010*, Salford. CIB World Congress 2010, Building a better future, 2010. p. 1-12. Disponível em http://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/morado_silva_UK.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2011.

MORETTI, Ricardo de Sousa. *Terrenos de fundo de vale* – conflitos e propostas. Revista Techné. n. 48, março. São Paulo: Pini, 2001. Disponível em www.revistatechne.com.br/engenharia-civil/48/imprime32332.asp. Acesso em 10 de setembro de 2010.

MOVIMENTOS POPULARES. *BH – Programa Vila-Viva ou Vila-Morta?* 2008. Disponível em http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/10/429697.shtml. Acesso em 23 de abril de 2009.

NASCIMENTO, Tamiris. *Participação institucionalizada e resistência popular na intervenção em favelas: o caso Vila Antena*. Belo Horizonte, Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2011. Dissertação (mestrado).

NERI, Marcelo Cortês (Org.). *Nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NEGRÃO DE LIMA, Otacílio. Relatório de Prefeitos. 1936. http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1936-Octacilio-Negrao-de-Lima.pdf

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. *A Atuação do Poder Público na Construção da Cidade de São Paulo*: a Influência do Rodoviarismo no Urbanismo Paulistano, 2012. Disponível em http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/e_nobre/rodoviarismo_sp.pdf. Acesso em 02 de julho de 2011.

NOTAS Taquigráficas. Gerência Geral de Taquigrafia e Publicação, 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura de Belo Horizonte. 19 de maio de 2009.

OBRAS e Infraestrutura PAC 2 – Belo Horizonte recebe recursos para intervenções em vilas e favelas. Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicasurbanas&tax=21658&lang=pt_br&pg=5562&taxp=0&. Acesso em 02 de janeiro de 2012.

OFICINA de audiovisual. *Olhares sobre a Pedreira*. Belo Horizonte (Pedreira Prado Lopes), 2010, 15', documentário.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Cebrap, 1972. Disponível em http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf. Acesso em 14 de julho de 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *O espaço e o urbano no Brasil*. Revista Espaço e Debate, n.6, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: MARICATO, Ermínia [1979]. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

PEET, Richard; WATTS, Michael. *Liberation ecologies. Environment, development, social movements.* London & New York: Routledge, 1996.

PEREIRA, Paulo Henrique; CORTEZ, Benedito Arlindo; TRINDADE, Thais; MAZOCHI, Maria Natalina. *Conservados das Águas – 5 Anos*. Dep. Meio Ambiente Extrema – MG, 2010.

PIERUCCETTI, Oswaldo. Relatório dos Prefeitos. Belo Horizonte, 1967. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1965-1967-Oswaldo-Pieruccetti.pdf

PIERUCCETTI, Oswaldo. Relatório dos Prefeitos. Belo Horizonte, 1967. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1971-1975-Oswaldo-Pieruccetti.pdf

PÓLOS DE CIDADANIA.*Os efeitos do Vila Viva Serra na condição socioeconômica dos moradores afetados*. Projeto de Pesquisa nº 480.154, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – no escopo do edital de nº.14/2008, de 2008/2. 2011.

PORTO, Mônica F. Aspectos qualitativos do escoamento superficial em áreas urbanas. TUCCI, C. E. M; PORTO, Rubem La Laina; BARROS, Mário T. de Barros (Org.) *Drenagem Urbana*. In: Porto Alegre: ABRH e Editora da UFRGS, 1995, p. 387-414. (coleção ABRH de recursos hídricos; V.5).

PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, p.375-403.

PRODANOFF, Jorge Henrique Alves. *Avaliação da poluição difusa gerada por enxurradas em meio urbano*. Tese de doutorado em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.cipedya.com/web/File Details.aspx?IDFile= 160827>>. Acesso em 13 de junho de 2012.

PROJETO MANUELZÃO. *Belo Horizonte não está se preparando para prevenir enchentes*. Nov. 2009.

Disponível em http://www.manuelzao.ufmg.br/sobre_o_projeto/posicionamento/enchentes. Acesso em 10 de janeiro de 2010.

PROJETO SOCIAL EDUCAFRO/VILA SÃO JOSÉ; GUIMARÃES, Cristina. *Vila São José*, 2011, 15', documentário.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados*: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

SANEAMENTO básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto/ Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. – Belo Horizonte, 1997.

SANTOS, Fábio Alves dos. *Vila Viva no Aglomerado Barragem Santa Lúcia*. Audiência Pública na Câmara Municipal – 29 de abril de 2011.

SANTOS, Flávio Fernandes dos. Relatório dos Prefeitos. 1992. Relatório emitido por João B. Gomes, em 20-9-922 (Santos, 1922, pp.51-52). Disponível em http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1922-1922-Flavio-Fernandes-dos-Santos.pdf

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Uma classificação socioeconômica para o Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.20, n.58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Questão de Classe*: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Os números dos destituídas no Brasil. In: SOUZA, Jessé; GRILLO, André (Colaborador) *et al*. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. Anexo II, pp. 479-480.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, Jessé; GRILLO, André (Colaborador) *et al*. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. Anexo I, pp463-478.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton [2000]. *Por uma outra globalização* – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEABRA, Odette. Prefácio. In: BOTELHO, Adriano. *Urbano em fragmento*: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo, Annablume; Fapesp, 2007.

SECRETARIA de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA (PR). *Edital de Chamamento Nº 01/2012.* Convoca os setores empresariais a apresentar propostas de LOGÍSTICA REVERSA conforme Lei 12.305/ e Decreto 7404/10. Curitiba, Paraná, 2012.

SENADO FEDERAL. *Código Civil – Quadro Comparativo 1916/2002*. Brasília, 2003. Disponível em http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70309/2/704509.pdf. Acesso em 07 de março de 2011.

SILVA, Floriscena Estevam Carneiro da. *Construindo muros e derrubando barreiras, a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*. Programa de

Pós-graduação em Educação – PPGE da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Belo Horizonte, 2011. Dissertação (mestrado).

SILVA, Helena Maria Menna Barreto. *Terra e moradia: que papel para o município?* São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Curso de Pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, 1997. Tese (doutorado).

SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Renda fundiária urbana*. In: Revista Bandung, V1. Ed. Estréia, Belo Horizonte: set.2011. pp. 107-126.

SILVA, Margarete Maria de Araújo; BOTELHO ALMEIDA, Danilo de Carvalho. *Recuperação socioambiental urbana*: o Morro das Pedras e o Córrego do Pastinho. In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. V.15 N.17 (2º sem. 2008). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008.

SILVA, Margarete; LIBÂNIO, Mauricio; MELO, Tatiana; SANTOS, Braulio. *Regularização Fundiária*. Guia para capacitação em serviço de agentes públicos municipais e comunitários. Belo Horizonte, PUCMinas, Agência Metropolitana. (Fluxograma disponível: http://www.caneta.arq.br/fluxogramas/desenvolvimento/visualiza/visualiza.php)

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Contexto, 2002.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. (1979) Ermínia Maricato (org.) São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1982.

SMOLKA, Martin. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. In: ABRAMO, Pedro. *Cidade da informalidade*. Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003. p.119-138.

SOMARRIBA, Maria das Mercês. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1984.

SOUSA SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ, César. *Produzir para viver*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André (Colaborador) *et al*. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas***.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SWYNGEDOUW, Eric. 2001. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. In:

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro: DP&A. p. 83 – 104.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Espaço e população nas favelas de São Paulo. In: FERNANDES, Ana; GORDILHO SOUZA, Ângela (orgs). *Habitação popular no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. Salvador, FAUBA/PPGAU, 2004. pp 137-164.

TEIXEIRA, Silmara Machado. Participação Popular na Gestão de Políticas Públicas Ambientais – o caso do COMAM– Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte. In: Anais do II *Seminário Nacional Movimentos Sociais*, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

TEULIÉRES, Roger. Favelas de Belo Horizonte. In: *Boletim Mineiro de Geografia*. Belo Horizonte, n.1 p.7-37, jul. 1957

TIBURI, Márcia. *Crítica da razão e mímesis no pensamento de Theodor W. Adorno*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

TOMAZ, Plínio. *Poluição Difusa*. São Paulo: Navegar Editora, 2006.

TOPALOV. Cristian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In: FORTI, Reginaldo (Org.) *Marxismo e Urbanismo Capitalista*. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

TRIANI, Frederico; MOTTA, Samira. *Uma avenida em meu quintal*. Belo Horizonte, 2011, 57', documentário. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw. Acesso em 01 de novembro de 2011

TUCCI, C. E. M. *Curso de Gestão das inundações urbanas*. Porto Alegre: UNESCO – Global Water Partnership South America – Associación mundial del agua, 2005. Disponível em: http://www.vitalis.net/Manual20Gestion%20de%20Inundaciones%20 Urbanas.pdf. Acesso em 01 de junho de 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro (RJ) FCV, 2005.

WEBER, Max [1967]. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. Ciência e política, Duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1985.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ENTREVISTAS PELA AUTORA:

Floriscena Estevam Carneiro da Silva, moradora do Aglomerado da Serra, em 08 de julho de 2012.

Laudelina Garcia, arquiteta, em 13 de novembro de 2011.

José Lima, morador do Aglomerado da Serra, em 13, 21 e 30 de maio de 2012

APÊNDICE

Prancha 1: Principais favelas de Belo Horizonte, 1957 e As principais migrações das favelas ao redor de Belo Horizonte [adaptado de Teuliéres].

Prancha 2: Favelas de Belo Horizonte: Bacia do Arrudas 2007 + Favelas de Teulières.

Prancha 3: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1936. [Serviço de Estatística Geral / Secretaria da Agricultura – Gabinete Fotocartográfico do Estado Maior do Exército]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 4: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1942 [Administração Juscelino Kubitschek]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 5: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1953 [Administração Americo Renê Giannetti]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 6: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1989 [Aerodata S.A. – Engenharia de Aerolevantamentos]. Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas.

Prancha 7: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 1989 [Aerodata S.A. – Engenharia de Aerolevantamentos]. Abrangência: Área delimitada para Nova Capital.

Prancha 8: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 2008 [ESTEIO – Engenharia de Aerolevantamentos S.A.]. Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas.

Prancha 9: Microbacias e favelas na bacia do ribeirão Arrudas (2007) sobre mapa cadastral de 2008 [ESTEIO – Engenharia de Aerolevantamentos S.A]. Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas.

Prancha 10: O lugar das favelas na bacia do ribeirão Arrudas.

Prancha 11: Cronologia de políticas públicas e favelas em Belo Horizonte.

Prancha 12: Imagens do Aglomerado da Serra em três tempos.

Prancha 13: Imagens do Aglomerado da Serra em três tempos.

PRINCIPAIS FAVELAS DE BELO HORIZONTE, 1957

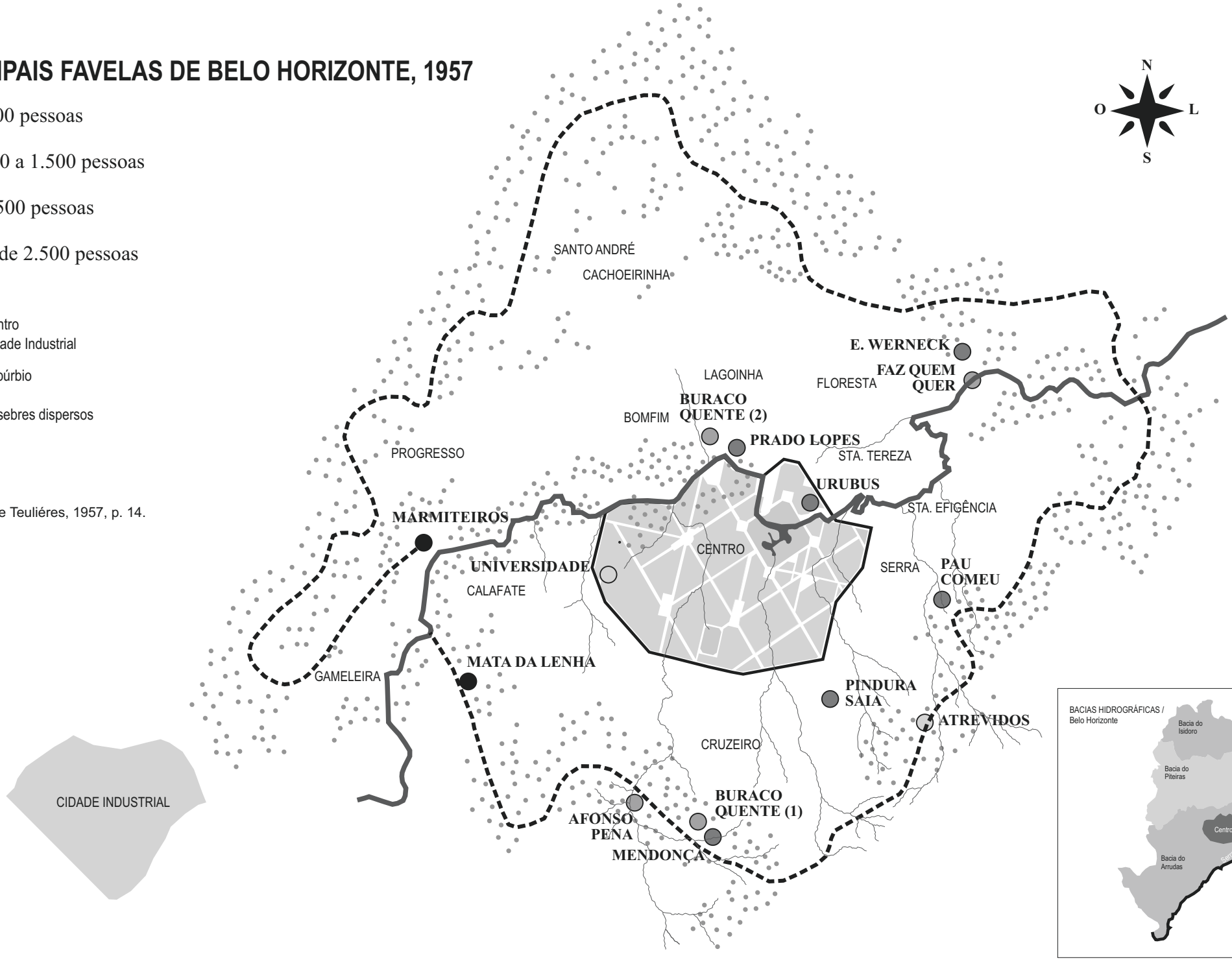
- até 500 pessoas
- de 500 a 1.500 pessoas
- de 1.500 pessoas
- mais de 2.500 pessoas

Centro
Cidade Industrial

Subúrbio

Casebres dispersos

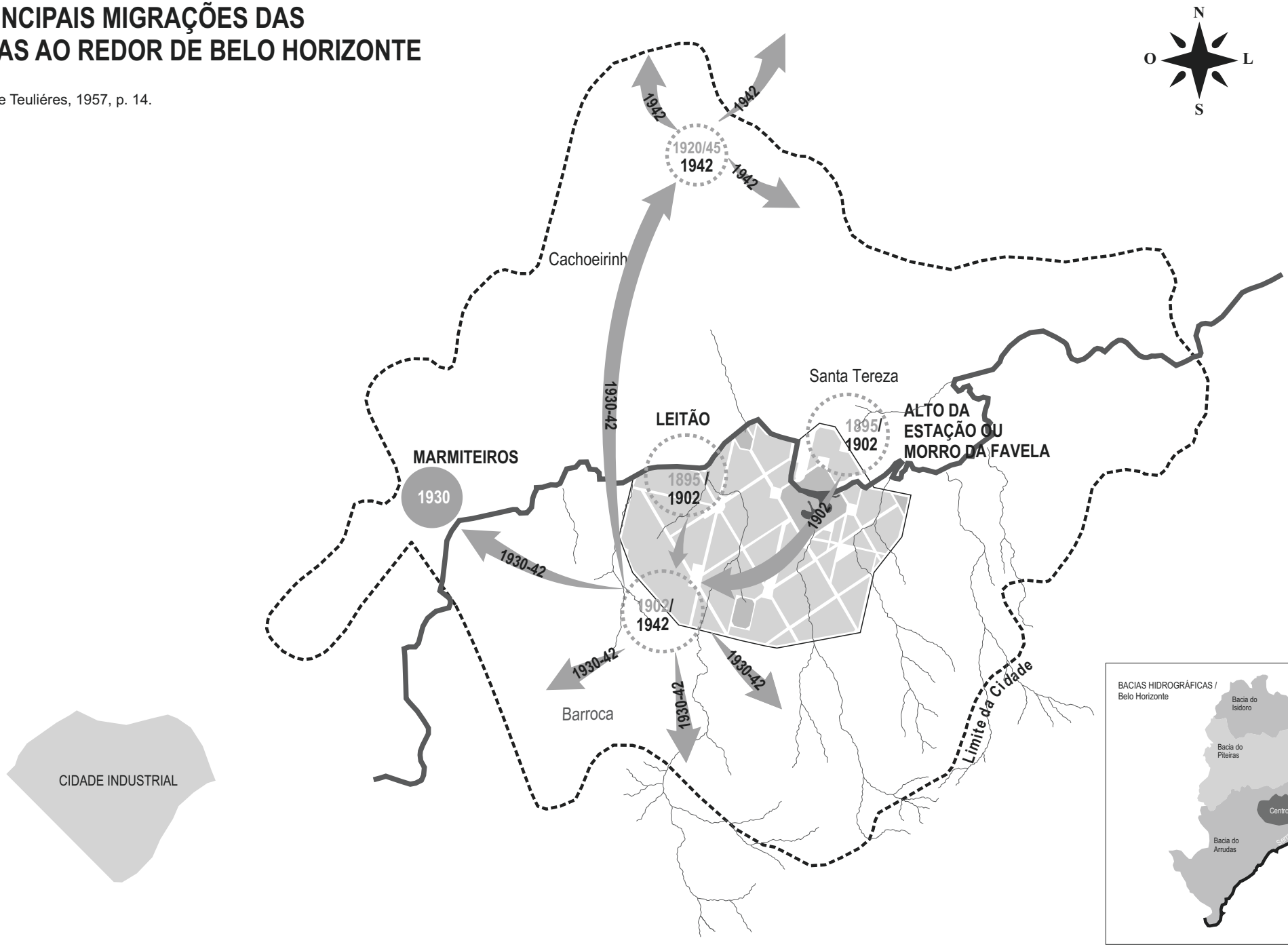
FONTE:
Adaptado de Teuliéres, 1957, p. 14.



01/13

AS PRINCIPAIS MIGRAÇÕES DAS FAVELAS AO REDOR DE BELO HORIZONTE

FONTE:
Adaptado de Teuliéres, 1957, p. 14.



FAVELAS DE BELO HORIZONTE- Bacia do Arrudas
2007 + Favelas de Teulières

Favelas

Limite do Municípios

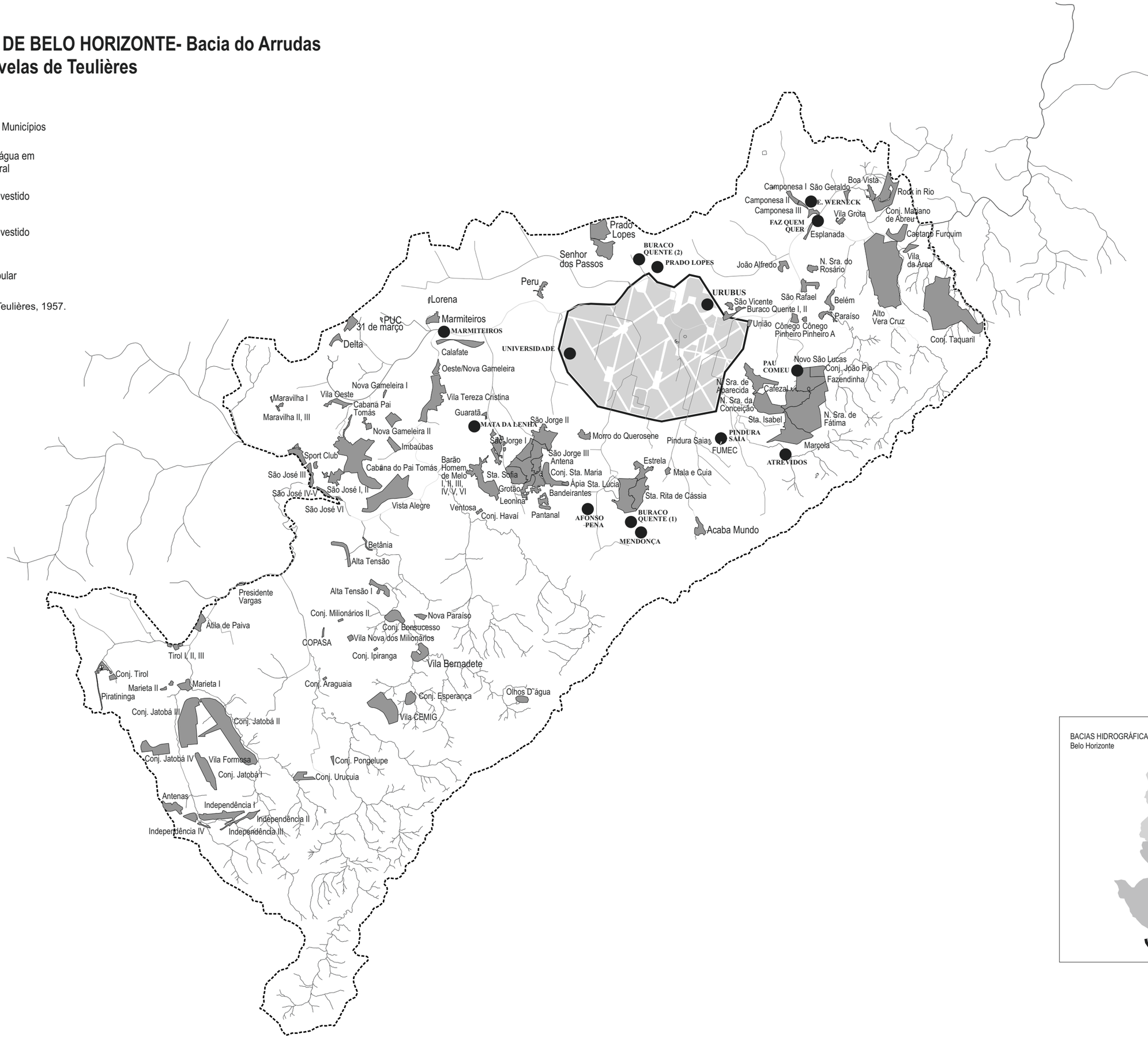
Curso D`água em leito natural

Canal Revestido aberto

Canal Revestido fechado

Rede Tubular

FONTE:
URBEL, 2007 + Teulières, 1957.



MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 1936
(Serviço de Estatística Geral | Secretaria da Agricultura
Gabinete Fotocartográfico do Estado Maior do Exército)
Abrangência: Área delimitada para Nova Capital

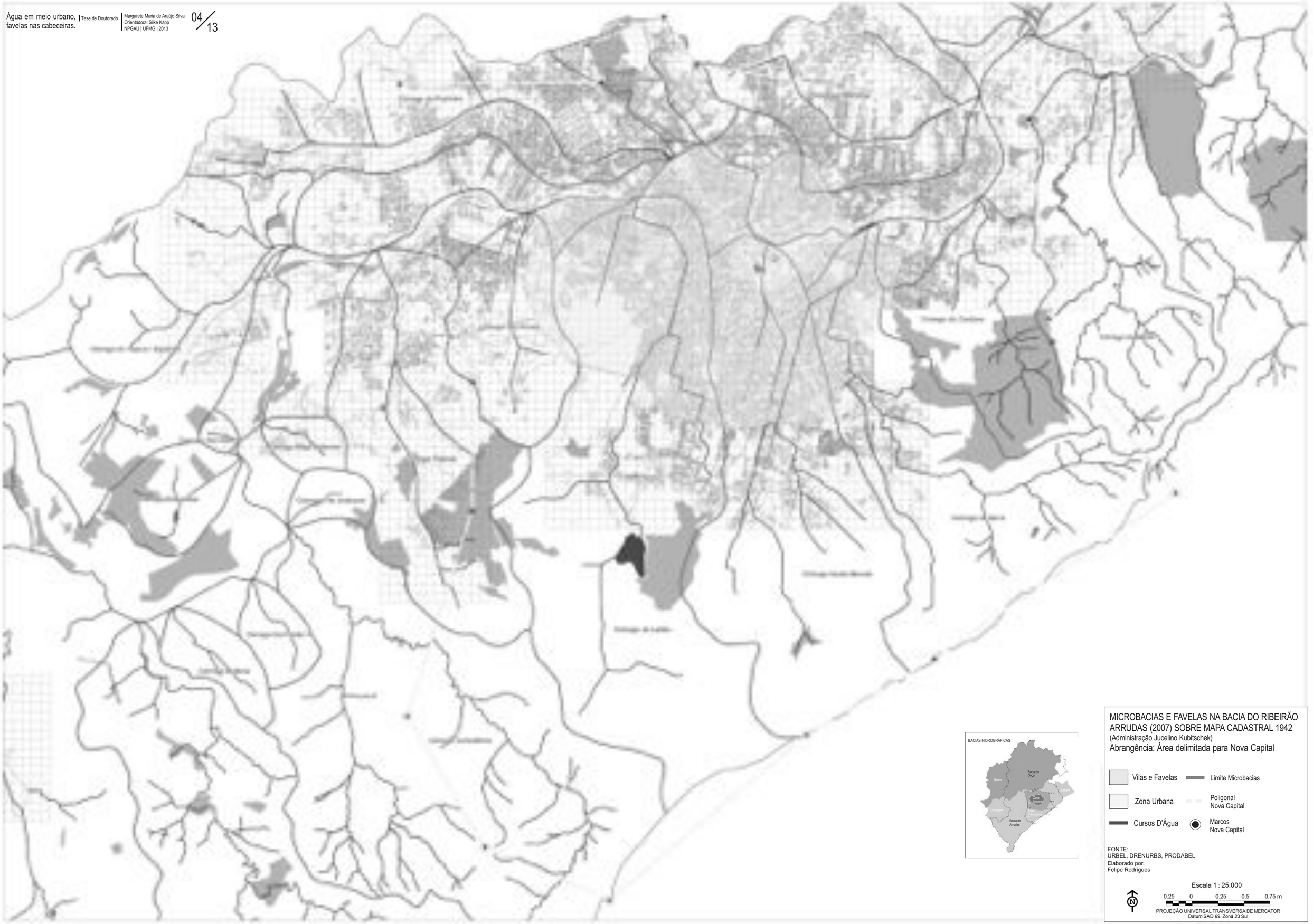
Vilas e Favelas
Zona Urbana
Cursos D'Água
Limite Microbacias
Poligonal Nova Capital
Marcos Nova Capital

FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 25.000

0.25 0 0.25 0.5 0.75 m

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul

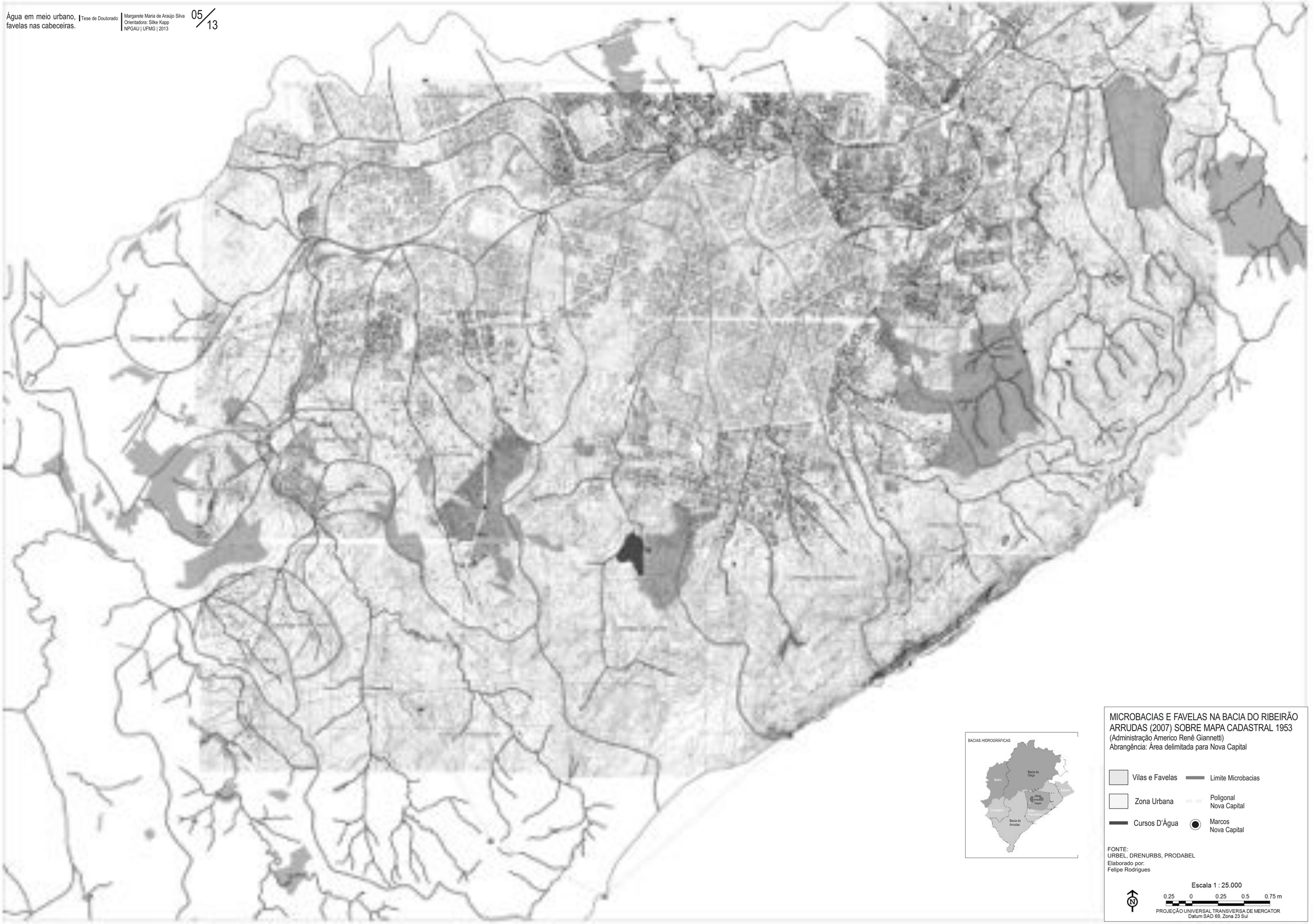


MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 1942
(Administração Jucelino Kubitschek)
Abrangência: Área delimitada para Nova Capital

Vilas e Favelas
Zona Urbana
Cursos D'Água
Limite Microbacias
Poligonal Nova Capital
Marcos Nova Capital

FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 25.000
0.25 0 0.25 0.5 0.75 m
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul



BACIAS HIDROGRÁFICAS

MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 1953
(Administração Americo Renê Giannetti)
Abrangência: Área delimitada para Nova Capital

Vilas e Favelas
Zona Urbana
Cursos D'Água
Limite Microbacias
Poligonal Nova Capital
Marcos Nova Capital

FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 25.000

0.25 0 0.25 0.5 0.75 m

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul

MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 1989
(Aerodata S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos)
Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas

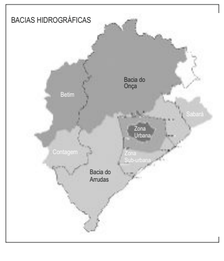
Vilas e Favelas
Zona Urbana
Cursos D'Água
Limite Microbacias
Poligonal Nova Capital
Marcos Nova Capital

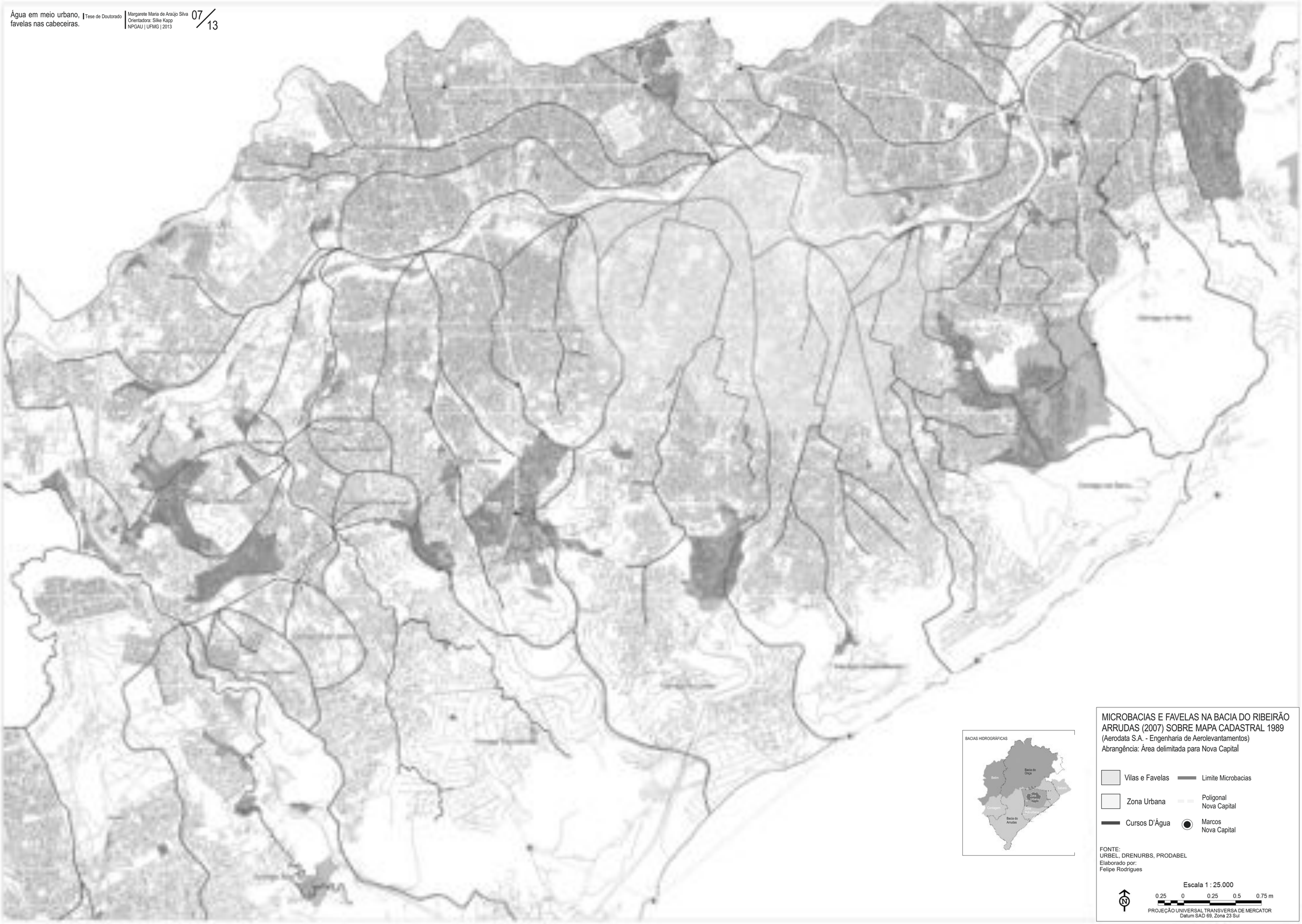
FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 50.000
0.5 0 0.5 1 1.5 m

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul

BACIAS HIDROGRÁFICAS



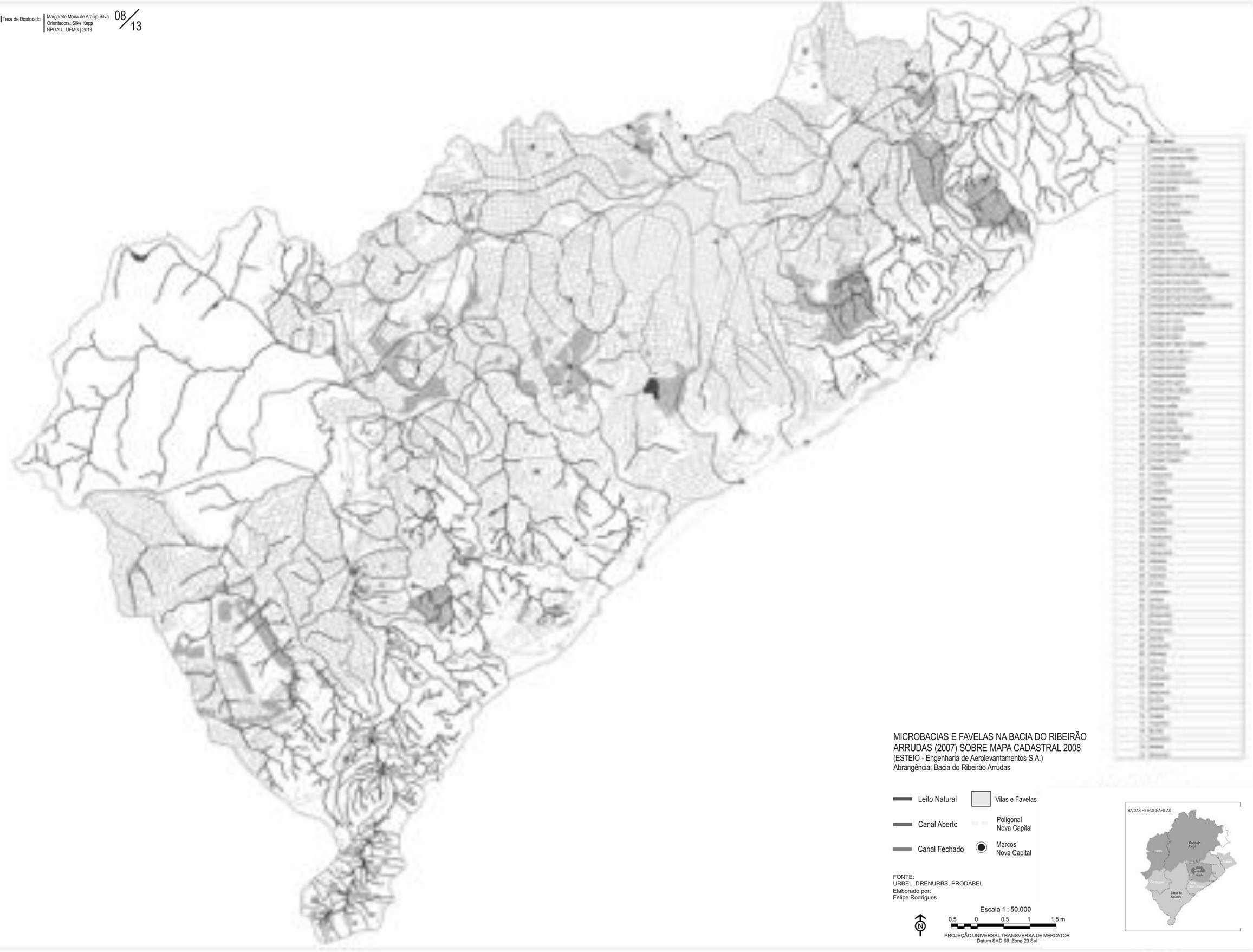


MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 1989
(Aerodata S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos)
Abrangência: Área delimitada para Nova Capital

Vilas e Favelas
Zona Urbana
Cursos D'Água
Limite Microbacias
Poligonal Nova Capital
Marcos Nova Capital

FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 25.000
0.25 0 0.25 0.5 0.75 m
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul



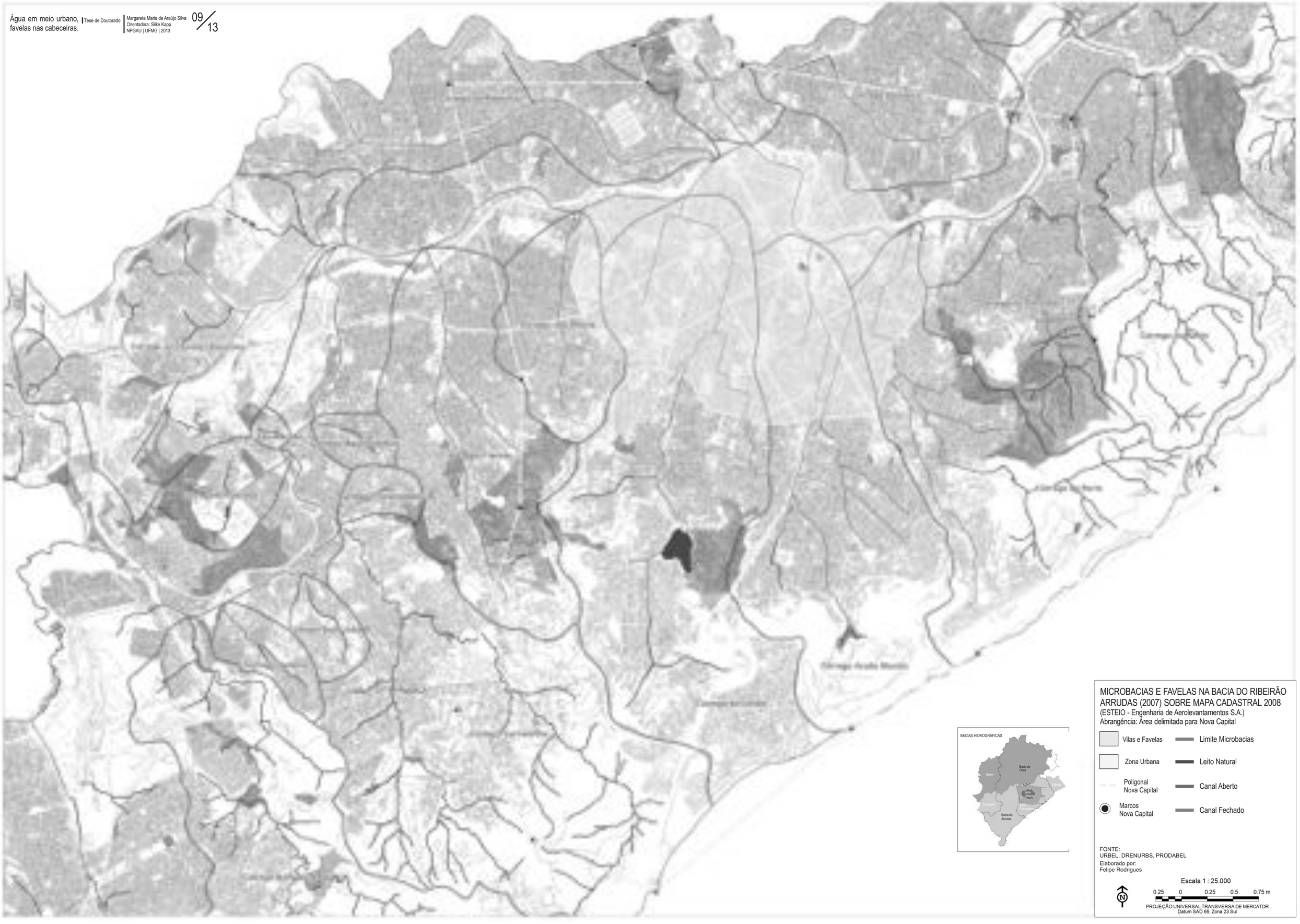
MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 2008
(ESTEIO - Engenharia de Aerolevantamentos S.A.)
Abrangência: Bacia do Ribeirão Arrudas

Leito Natural
Canal Aberto
Canal Fechado
Vilas e Favelas
Poligonal Nova Capital
Marcos Nova Capital

FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 50.000
0.5 0 0.5 1 1.5 m
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul

BACIAS HIDROGRÁFICAS
Bacia do Onça
Bacia do Arrudas



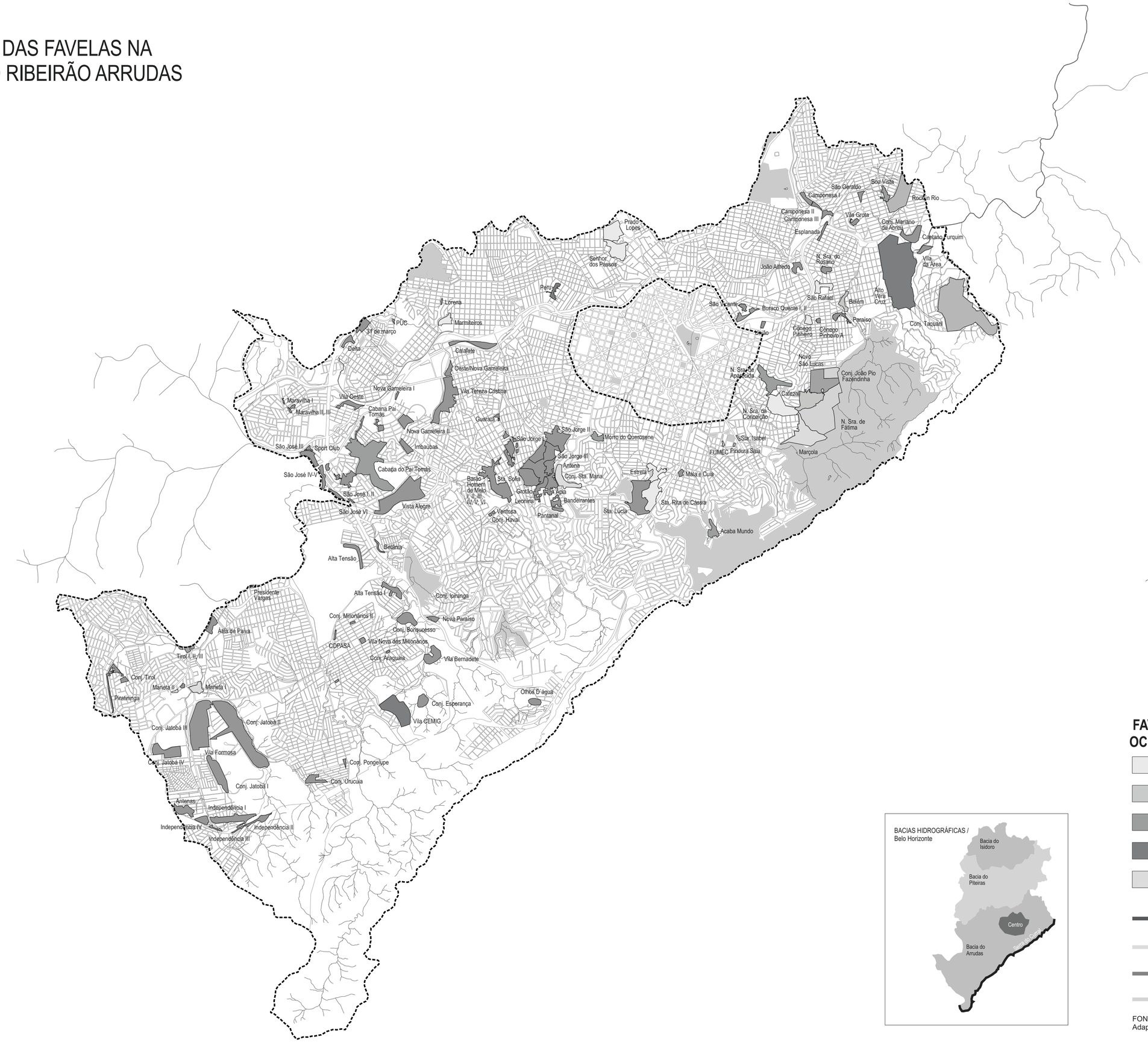
MICROBACIAS E FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS (2007) SOBRE MAPA CADASTRAL 2008
(ESTEIO - Engenharia de Aerolevantamentos S.A.)
Abrangência: Área delimitada para Nova Capital

- Vilas e Favelas
- Zona Urbana
- Poligonal Nova Capital
- Marcos Nova Capital
- Limite Microbacias
- Leito Natural
- Canal Aberto
- Canal Fechado

FONTE:
URBEL, DRENURBS, PRODABEL
Elaborado por:
Felipe Rodrigues

Escala 1 : 25.000
0.25 0 0.25 0.5 0.75 m
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SAD 69, Zona 23 Sul

O LUGAR DAS FAVELAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ARRUDAS



FAVELAS POR DÉCADA DE OCUPAÇÃO

- Década de 1920
- Década de 1930
- Década de 1940
- Década de 1950
- Década de 1960
- Década de 1970
- Década de 1980
- Década de 1990
- Não datadas

- Curso D´água em leito natural
- Canal Revestido aberto
- Canal Revestido fechado
- Rede Tubular
- Áreas Verdes
- Limite do Município
- Limite da Av. Do Contorno

FONTE:
Adaptado URBEL, 2007.

PEDREIRA PRADO LOPES *
O local onde hoje se encontra a Pedreira Prado Lopes teve as suas primeiras povoações entre 1900 a 1920.
A Pedreira abriga um jornal mensal,
2 centros de trabalhos com artes plásticas,
5 de artesanato, 5 de dança e música,
1 grupo de teatro amador,
1 centro comunitário e vários artistas que trabalham individualmente.

MORRO DAS PEDRAS
Em 1922 aparecem as primeiras notícias de ocupação no local e a primeira vila que se tem registro é São Jorge do Morro das Pedras.
Em 1935 começa o adensamento decorrente da subdivisão dos loteamentos originais.
A água era obtida de cisternas de uso coletivo feitas pelos moradores.
Na década de 50 é instalado um chafariz.
Em 1977 com mão de obra dos próprios moradores foi instalada a rede de esgoto desaguando no córrego do Cardoso.
Em 1981 foram instalados cavaletes de água para todos os moradores além de nove relógios de luz.
Em 1985 foi fundada a Associação dos moradores.

VILA SENHOR DOS PASSOS/ Buraco Quente *
A Vila Senhor dos Passos está localizada próxima ao centro da cidade. A área foi doada no início do século XX, para que a Igreja pudesse repassá-la às famílias pobres.
Até a década de 50 suas ruas eram sem calçamento, o esgoto a céu aberto e rede de abastecimento de água era inexistente. A água que era extraída de poços pelos moradores. Em 1960 foi instalado o primeiro chafariz na vila.
Na década de 70 expandiram na vila as redes elétrica e de abastecimento de água. O esgotamento e saneamento da área ocorreram na década de 90.

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO **
Surgiu na década de 20. Em 1968 é criada a Associação de Moradores. Dois anos mais tarde chega a luz elétrica de maneira clandestina. Na mesma época é implementada a rede de distribuição de água com a instalação de três caixas d'água e uma bomba.

SANTA RITA DE CÁSSIA/MORRO DO PAPAGAIO (barragem Santa Lúcia) **
A ocupação da área ocorreu no final dos anos 20 e inicio dos anos 30. Em 1953, a ocupação aumentou com a vinda dos moradores da favela da cerâmica, que foram removidos para a construção da barragem Santa Lúcia.
A água era buscada com lata onde hoje fica a praça da Savassi, ou em locais como a Biquinha (onde hoje se encontra o colégio Santa Doroteia)
Em 1962 foram instalados três chafarizes. Somente em 1979 a Copasa inicia a implementação de rede de água no local.
Em 1961 foram instalados 12 postes do qual os moradores puxavam a energia.
Em 1972 uma grande área foi desapropriada para a instalação de antenas de transmissão, que foram novamente ocupadas.

VILA ESTRELA ***
Os primeiros moradores vieram do interior de Minas ou de ouros estados em busca de trabalho ou tratamento médico para algum membro da família.
As melhorias se deram de forma gradativa advinda de esforço individual ou de pequenos grupos.
Mais tarde a CHISBEL (Coordenação de Habitação e Interesse Social de Belo Horizonte) órgão da Prefeitura extinto em 1983 realiza obras na área para construção de escadaria, abertura e calçamento de vias. Para isso várias famílias foram removidas e reassentadas no local ou em outros bairros.
Na Vila existem áreas com risco geológico de desabamento. Em 1992 e 1993, por causa das chuvas, foram removidas duas famílias que tiveram as casas destruídas.

MORRO DO QUEROSENE***
A ocupação do Morro do Querosene tem início na década de 30 do século XX.
Os primeiros moradores eram jovens casais sem lugar para morar e pessoas desalojadas de outras favelas, principalmente a da Barroca (onde hoje fica o bairro Gutierrez).
A água era buscada pelos moradores em duas bicas próximo ao córrego onde hoje fica a avenida Prudente de Morais, onde também eram lavadas as roupas.
No começo dos anos 70, aproximadamente 70% da vila é desapropriada para a construção da avenida Raja Gabaglia e do quartel.
Na década 70 foram instaladas rede de energia elétrica, de água encanada e esgoto e pavimentação de vias.

SÃO RAFAEL/ GOGÓ DA EMA **
Surgiu em 1938 e foi ocupada por pessoas que trabalhavam em uma pedreira. Já foi conhecida como Gogó da Ema.
Na década de 80 o Ribeirão Arrudas passava ainda dentro da Vila.

NOSSA SENHORA APARECIDA **
É a ocupação mais antiga do Aglomerado da Serra. Data da década de 40 com a instalação do Batalhão da Polícia Militar do bairro Santa Efigênia.
No início da década de 70 a água advinha de dois chafarizes e uma mina localizada na rua Monte Alegre. A água tratada e a luz chegaram á Vila em 1983.
Muitas foram as ameaças de expulsão.
Em 1980, diante de uma dessas foi criada a Associação. O terreno foi conquistado pelos moradores da vila.

ACABA MUNDO**
Existe desde a década de 40 e tem surgimento atrelado a implantação da Mineradora Lagoa Seca.
Com chuvas de 1979 a ocupação estendeu-se, pois parte dos moradores das áreas afetadas se mudaram para a região.
A fundação da associação de bairro data da década de 70.
Na década de 80 foi instalada iluminação pública e redes de água e esgoto.

VILA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO *
Na década de 1940, o proprietário da área a dividiu em lotes e os vendeu.
Em parte do bairro havia uma pedreira, conhecida como Pedreira da Pompéia.
Em 1956 e 1957 a área foi e ocupada por pessoas vindas de outras regiões e cidades.
Não havia saneamento básico até o Orçamento Participativo.

BOA VISTA ***
A ocupação da Vila Boa Vista, também conhecida como Parque Horto, começou por volta de 1940.
O saneamento da área ocorreu por obras da URBEL por meio do Orçamento Participativo.
Também existiam algumas áreas de risco de deslizamento. Várias famílias foram retiradas e reassentadas no Conjunto Habitacional Mariano de Abreu, mas a área voltou a ser ocupada.

PERU

ALTO VERA CRUZ **
Em 1950, com o fim da mineração do local a área começou a ser ocupada. Em 60 intensificou a ocupação no local por operários principalmente da construção civil. Existiam dois córregos que até 1958 eram utilizados para abastecimento e lazer dos moradores. Em 50 chega a água canalizada para alguns moradores.

CEMIG **
Seu nome é devido a substação CEMIG próxima a área, que pertencia à fazenda Bom Sucesso.
As primeiras ocupações ocorreram no inicio dos anos 50.
Conflitos entre policiais e comunidade existiram até 72, quando já havia 40 famílias instaladas.
Em 1979 foi construída a Capela Nossa Senhora Aparecida e começou a luta por água, luz, esgoto e ônibus.
Em 80 a vila foi incluída no PRODECOM, sendo construídas as redes de água e esgoto e a sede da Associação Comunitária.
Em 1984, após manifestação dos moradores, foram entregues 692 títulos de propriedade.

PONTA PORÃ ***
A Vila Ponta Porã está localizada em local privilegiado e valorizado. Faz limite com o Shopping Boulevard, com a área de estacionamento da Câmara Municipal e com o Instituto Raul Soares.
A ocupação da vila teve início em meados dos anos 1950 e inicialmente era composto por imigrantes do interior do Estado e funcionários do Instituto Raul Soares. Na década de 80 as famílias desabrigadas pela enchente no Ribeirão Arrudas passam a ocupar também a área. Inicialmente os moradores furaram algumas cisternas e colocaram postes de luz para instalar "gatos" com a finalidade de obter energia para suas casas. Através do Orçamento Participativo, diversas obras ocorreram no local, as famílias removidas foram reassentadas em prédios de apartamentos construídos na própria vila.

FAZENDINHA***
A ocupação da área pertencente ao município se dá de maneira lenta. Em 1992 são instalados cavaletes de água para as famílias e em 1993 os padrões de luz
Em 1991 a Prefeitura transferiu para a área famílias sem casa, que lideradas pela União dos Movimentos Populares exigia por moradia.
Em 1993 a comunidade conquistou diversas obras no Orçamento Participativo.

SANTA MARIA**
Primeiro conjunto habitacional popular construído em Belo Horizonte. Tinha o objetivo de abrigar as famílias atingidas periodicamente pelas enchentes na Barragem Sta Lucia.
Teve sua construção iniciada por volta de 1952 e finalizada em torno de 1963.
Os blocos dispunham de água retirada de uma mina, esgoto e luz. As unidades construídas de maneira autônoma eram abastecidas por um chafariz e o curso d'água próximo onde eram lavadas as roupas.
A pavimentação das ruas começa na década de 60.

MARÇOLA**
As primeiras ocupações ocorreram na década de 60. Também foi conhecida como Cabeça de Porco. A água era buscada nas nascentes localizadas no parque. A luz chegou por volta de 1973, por gato puxados da rua Caraça. A água, somente 10 anos mais tarde, de maneira clandestina.
Em 1968 começam a ser pavimentadas algumas vias. Somente em 1980 com a criação da Associação de Moradores são instalados água tratada, esgoto e luz.

MARIETA I E II**
Surgiram no início da década de 60.
Funcionários de uma fábrica de cerâmica se instalaram em um terreno abandonado próximo. A energia elétrica e a água foram conseguidas pelo Sr. Francisco na década de 70.
Em 85 foi fundada a Associação Comunitária das Vilas que conseguiu o asfaltamento da vila.

CAFEZAL**
Sua ocupação se deu a partir de 1975 com a expansão da Vila Nossa Senhora da Conceição. A ocupação ocorreu de forma planejada e organizada.
Em 1981, pelo PRODECOM foram instalados chafarizes, calçamento e abertura de ruas, muros de arrimo. Foi também fundada a associação de moradores.
Em 1985, 55% da vila era atendida por rede de água e esgoto.

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA***
Os primeiros assentamentos ocorreram por volta de 1976 na área da Primeira Água, na divisa com a Segunda Água e as vilas Marçola e Fazendinha. As primeiras ruas e becos foram abertas por volta de 1980. A luz elétrica chegou ao local por volta de 1975, antes disso alguns moradores puxavam luz de "bicos" localizados na Vila Marçola. A água consumida era apanhada no córrego Cardoso e transportada em latas.
As primeiras obras de urbanização, feitas pelo PRODECOM, ocorreram com a abertura da rua Flor de Maio, enquanto as primeiras ligações de rede de água tiveram início em meados da década de 80.

BELÉM**
Localiza-se às margens do córrego Baleia.
Sua ocupação ocorreu lentamente no final dos anos 70. Em 1988 a Associação de Bairro consegue a instalação do sistema de água.
Através do Orçamento Participativo o córrego foi parcialmente encanado e foi implementada a av. Belém. Todas as famílias da Vila foram removidas e indenizadas ou reassentadas em prédios do Programa Vila Viva.
Em 1981 foram instalados cavaletes de água para todos os moradores além de nove relógios de luz.
Em 1985 foi fundada a Associação dos Moradores.

TAQUARIL**
A ocupação deu-se a partir de 1981 em terreno pertencente CODERURB em sítios parcelados.
Em 1984, atendendo a pedidos dos moradores, a área foi novamente parcelada aumentando sua capacidade de abrigar famílias para 2 mil. Essas tiveram um prazo de três meses para ocupar os terrenos doados.

ROCK IN RIO*
A favela Rock in Rio foi construída em 1985 sobre um morro onde funcionavam tres pedreiras. O Conjunto Mariano de Abreu, mais conhecido como Rock in Rio foi levantado por meio de mutirão em fevereiro de 1985 para o assentamento de dezenas de famílias, vindas de áreas de risco localizadas nos bairros Nova Granada, Alto Vera Cruz e Favela do Rio Arrudas.

Abrigou as famílias removidas das Favelas da Estação e do Leitão. Em 1942 foi removida.

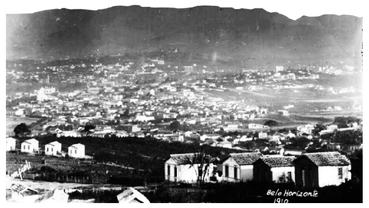
1895 - FAVELA DA ESTAÇÃO E LEITÃO
1897
1902 - FAVELA DA BARROCA
1910 - FAVELA PRAÇA RAUL SOARES
1920 PEDREIRA PRADO LOPES / FAVELA DO PERRELA / N. SRA. DA CONCEIÇÃO
1922 - MORRO DAS PEDRAS
SENHOR DOS PASSOS
VILA ESTRELA
STA. RITA DE CÁSSIA/MORRO DO PAPAGAIO
1930 MORRO DO QUEROSONE / PINDURA SAIA
1938 - SÃO RAFAEL/Gogó da Ema
1940 N. SRA. APARECIDA / BURACO QUENTE
1941 - CABANA PAI TOMAZ
1942 MARMITEIROS
N. S. DO ROSÁRIO / BOA VISTA / ACABA MUNDO
1944 - POMBAL
1945 - EDGARD WERNECK
1948 - PAU COMEU (Aparecida)
1950 ALTO VERA CRUZ / BURACO DO PERU
1955 CEMIG / FAZENDINHA
1958
1960 STA. MARIA
1963 MARÇOLA / MARIETA I e II
1964
1965
1970
1971
1973
1974
1975 - CAFEZAL
1976 - N. S. DE FÁTIMA / BELÉM
1978
1979
1981 - TAQUARIL
1983
1984
1985 - ROCK IN RIO
1987 - MARIANO DE ABREU
1988
1990 - NOVO SÃO LUCAS
1993
1996
1997
1998
1999 - TIROL
2000
2004
2005
2008

Início da construção da Capital de Minas Gerais

Fundação da Cidade

Remoção da Favela da Estação e Leitão

Belo Horizonte em 1910



Pintura da favela existente na Rua Sapucay. Abrigavam os operários que construiram a cidade e seus familiares. Duraram até 1902 quando foram removidas.

Ações Contraditórias:
Política de Remoções
+
Apoio Prefeitura no fortalecimento das Associações de favelas
+
Novas invasões com apoio da Igreja e Partidos de esquerda

DBP - *1º Cadastro das Favelas em Belo Horizonte,* "definindo-se que as remoções só ocorreriam mediante a construção de conjuntos de casas para onde seria transferida a população desalojada". Foi construído um único conjunto - Conjunto Santa Maria e o processo de remoções continuou como antes.

Mapeamento esquemático de Teuliéres das principais favelas e migração das favelas entre 1895 e 1942.

Atualização do *Cadastro das Favelas* de 1955

- I Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana
- Criação do Departamento de Habitação Popular (DHP), subordinado à Secretaria de Trabalho e Cultura do Estado

Concluído o *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte* pelo DHP

Criação do DEMAE

O IBGE inclui no Censo informações sobre assentamentos precários

Coordenação de Habitação de Interesse Social (CHISBEL)

É criada a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) com 14 municípios

PLAMBEL

Inclusão do Setor Especial 4 (SE-4) para zoneamento de favelas na *LUOS*

CHISBEL remove 2.270 barracões ou 10.564 pessoas

- LEI 6766

- O governo estadual cria o PRODECOM

- Criado o PROFAVELA e a URBEL para sua implementação
- A CHISBEL é extinta

- Decreto n. 4.762 10/08/1984, que zonea favelas como SE-4
- O PRODECOM é desativado

O PROFAVELA é regulamentado pela Lei nº 3.995

O PRODECOM é reativado atuando em favelas através de convênios com entidades internacionais.

- LEI 6508

- Início do Programa de Erradicação de Áreas de Risco (PEAR), da URBEL
- Orçamento Participativo (OP) é implantado
- Programa Alvorada (PBH em convênio com entidade italiana AVSI)

Criação das ZEIS (Zona de Interesse Social)

- Elaborado o Plano Global Específico (PGE) da Vila Senhor dos Passos pelo Programa Alvorada

1º PGE "conquistado" (OP 97) pela Pedreira Prado Lopes

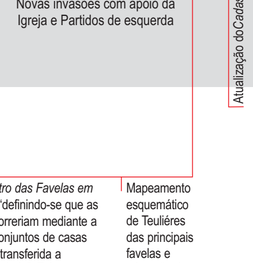
- O PGE torna-se obrigatório para disputa de recursos do OP para intervenções em vilas e favelas
- O OP passa a ser realizado bianualmente

PGE Aglomerado da Serra

PGE Morro das Pedras

Vila Viva no Aglomerado da Serra

Vila Viva no Morro das Pedras



Aglomerado da Serra 2062

Exemplo de tipo de implantação existente no Aglomerado da Serra

Exemplo de tipo de implantação existente no local

Aglomerado da Serra 2062

Aglomerado da Serra durante
Obras de Progresso da Vila

O AGLOMERADO DA SERRA
EM TRÊS TEMPOS